

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

Príncipes e Castelos de Areia:
Performance e Liminalidade no universo dos grandes roubos.

Jania Perla Diógenes de Aquino
Prof. Orientador Dr. John Cowart Dawsey

São Paulo
2009

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

Príncipes e Castelos de Areia:
Performance e Liminaridade no Universo dos Grandes Roubos

Jania Perla Diógenes de Aquino

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, do Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em Antropologia.

Orientador: John Cowart Dawsey

São Paulo
2009

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

Príncipes e Castelos de Areia:
Performance e Liminaridade no universo dos grandes roubos.

Banca examinadora

Profa. Dra. Ana Lúcia Pastore Schiritzmeyer

Prof. Dr. John Cowart Dawsey

Prof. Dra. Lilia Katri Moritz Swarcz

Prof. Dr. Sérgio Franca Adorno de Abreu

Prof. Dr. Theophilos Rifiotis

São Paulo-2009

Resumo

Este trabalho constitui uma etnografia da performance de um assalto contra instituição financeira. Início o texto esboçando uma reflexão sobre o material empírico utilizado e as estratégias adotadas para obtê-los. Discorro sobre os dilemas e tensões que vivenciei durante a realização do trabalho de campo, possibilitado por extensas interlocuções com criminosos reclusos em penitenciárias ou foragidos da Justiça. Em seguida, analiso procedimentos e iniciativas mobilizadas por uma equipe de assaltantes, organizando e executando um roubo milionário contra uma empresa de guarda-valores, enfatizando afinidades e conflitos entre os participantes da complexa investida. A partir da perspectiva de análise da performance de Erving Goffman, que se coloca como observador da vida cotidiana, assinalo as prerrogativas para elaboração de *fachadas* e *faces* pelos chamados “assaltantes de banco”, tanto nos períodos de elaboração de suas operações criminosas como em suas rotinas na clandestinidade, balizadas por inconstâncias e riscos. Com base nas noções de liminaridade e experiência de Victor Turner, ressalto as implicações da participação em grandes roubos sobre o dia-a-dia e a trajetória das pessoas que adotam esse ofício ilegal como alternativa de vida e estratégia de ascensão social, focalizando as singularidades em suas identidades e “noções do eu”.

Abstract

This work is an ethnography that leads with an assault against a financial institution. I begin the text with a reflection under the empirical material and the skills that I use to get them. Then, at that point, I articulate the dilemmas and tensions that I experienced during the fieldwork through my long contact with recluse criminals and outlaws. Next I analyze the procedures and efforts of a team of robbers that mastermind a conspiracy to rob a large quantity of money from a private security company. I guess on the affinities and conflicts between the members of this complex project. My perspective is on the conception of performance analysis by Erving Goffman, that puts himself in the position of a daily observer. Through this method I noticed the building of façades by the so- called “bank robbers” in the periods that they are projecting their criminal actions and in their routine full of risks and uncertainties like outsiders. With the notions of liminal and experience by Victor Turner I observe the consequences of the involvement in the great robberies under their daily life and personal trajectories making use of illegal acts as life alternative and way to social ascent. One of my central points is to focus in the singularities of their identities and notions of themselves.

Em memória de *Luis Fernando Pereira*(1975-2008), amigo querido, etnólogo apaixonado, ser humano admirável. Que tenha sido colorida de flores amazônicas sua volta ao mundo das causas grandiosas.

Agradecimentos

Há muitas pessoas sem as quais este trabalho não teria sido possível, finalmente tenho oportunidade de, por escrito, expressar minha gratidão.

Agradeço aos meus pais, Maria das Graças Diógenes de Aquino e José Sobrinho de Aquino, pelo infinito amor que recebo há quase três décadas e a imensa generosidade que os faço renovar a cada dia.

À família Almeida Silveira — Evaldo, Socorro, Emanuele, Maciel, Luiz Mizaél e Maria Emília — pela acolhida de sempre, esteio e fortaleza longe de casa.

A Delano Barbosa, Lilian Ságio e Lindomar Albuquerque, companheiros de muitas reflexões e destinos, comparsas de todos os garfos e de todos os copos. Sem vocês, dezenas de situações teriam sido difíceis.

Aos meus amigos Alcides Gussi, Francirosy Ferreira, Isaurora Martins e Luiz Fábio Paiva pela delicadeza de terem lido criteriosamente esta tese, apresentando-me interessantes ressalvas e sugestões.

À Alicia Gonçalves, Ana Guersoni, Camila Holanda, Cid Vasconcelos, Claudelir Clemente, Clodson Silva, Diocleide Lima, Dione Marques, Elaine Menegon, Érica Lorena, Eva Scheliga, Flavia Sousa, George Paulino, Jander Nogueira, Kátia Santos, Luciana Bernardi, Marlon Chermont, Mary Colares, Michele Teles, Paulo Monteiro, Sandra César, Sarah Freitas e Thais Brito. Todos queridos, em diferentes momentos, foram insubstituíveis.

Aos meus interlocutores nesta pesquisa, pessoas imersas em formas outras de significar a vida, operacionalizar o certo e o errado e compreender o bem e o mal. Agradeço a oportunidade de penetrar suas rotinas e acessar modos alternativos de vivências.

A John Dawsey, meu orientador, por nossa produtiva interlocução e agradável companhia na aventura de transformar um amontoado de idéias e questões confusas em uma tese. Neste percurso, os aprendizados foram muitos e relevantes. Obrigada John.

À professora Lilia Schwarcz, pela valiosa contribuição dada a este trabalho, incentivando-me a reformular o projeto inicial e presenteando-me com excelentes sugestões, durante o exame de qualificação.

À professora Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer, pelas brilhantes ponderações ao meu texto de qualificação e a imprescindível orientação metodológica que, desde então, tem me oferecido.

Ao professor Theophilos Rifiotis pelo privilégio da sua leitura rigorosa, geniais apreciações e inconfundíveis ressalvas aos meus relatórios de pesquisa.

Ao professor Sergio Adorno pela oportunidade de interlocução que está me dando, tendo aceitado participar da banca examinadora desta tese.

A César Barreira, meu orientador na iniciação científica e mestrado, agradeço os incontáveis ensinamentos que me levaram a compreender pesquisas de campo como *locus* privilegiado para o exercício da condição humana, a ser experimentadas com entusiasmo e leveza. Obrigada César, pela importante contribuição a minha formação acadêmica e pela calorosa amizade.

Ao mestre Manfredo Araujo de Oliveira por suas notáveis aulas de Filosofia, as melhores que já assisti na vida.

A Alba Pinho de Carvalho, eterna professora de *Métodos e Técnicas de Pesquisa em Sociologia*, agradeço às sábias lições de epistemologia e ternas orientações aos meus dilemas existenciais.

Aos amigos do Núcleo de Estudos da Performance e do Drama - NAPEDRA, da Universidade de São Paulo, e do Laboratório de Estudos da Violência - LEV, da Universidade Federal do Ceará, pelo debate de temas e conceitos de interesse comum, ocasiões de produtivas trocas intelectuais e agradável convivência.

Aos companheiros do *kitesurf-cabana* pela animada presença em minha vida, por todas as festas, regatas e *down winds*, inclusive os que ainda estão por vir.

Agradeço a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo pela concessão de uma bolsa de pesquisa que me possibilitou realizar viagens necessárias ao desenvolvimento do trabalho de campo e participações em eventos científicos.

Por fim, com saudade, agradeço aos mares de Jericoacoara e Cumbuco, por lindas tardes de velejo, inspiração para madrugadas de intenso trabalho.

Sumário

Apresentação.....	10
Introdução	14
Capítulo 1 – Notas sobre os bastidores de um sinuoso empreendimento heurístico	29
1.1 Construindo Caminhos para uma Aproximação Etnográfica	33
1.2 Potencial e Limites da Entrevista como Técnica de Pesquisa e Ato Dialógico.....	37
1.3 Subjetividades e Reciprocidades, possibilitando Descobertas Etnográficas	44
1.4 Mediações de Gênero no Trabalho de Campo	51
1.5 Reflexividade e Aprendizado no convívio com “assaltantes profissionais”	59
1.6 Dilemas Éticos e Segredos Guardados	65
1.7 Experimentando “afetações” e acionando performances	68
Capítulo 2 – Análise da Performance em um assalto “cinematográfico”	71
Capítulo 3 – Interação <i>face to face</i> no mundo dos grandes roubos: “fachadas” e hierarquias nas equipes de assaltantes.....	108
Capítulo 4 – Risco e “Liminaridade” no cotidiano de criminosos “profissionais”.....	148
4.1 Um “fazendeiro” de muitas mulheres.....	153
4.2 Lúcio, Frederico e suas metamorfoses	171
4.3 Identidades Fragmentadas.....	191
4.4 Efeito “espelho mágico”	197
Considerações Finais.....	204
Bibliografia	224
Anexo	231

Apresentação

Meu interesse em estudar assaltos de grande porte ocorreu no ano de 2000. Na condição de bolsista de iniciação científica do CNPq, participei da organização de um arquivo hemerográfico para o Laboratório de Estudos da Violência- LEV, da Universidade Federal do Ceará. Naquele período, estava encarregada de agrupar notícias veiculadas em periódicos de diferentes regiões do país, referentes a crimes contra o patrimônio. Durante o exercício dessa atividade, surpreendeu-me a elevada quantidade de notícias sobre assaltos contra instituições financeiras.

As centenas de casos, cujas narrativas jornalísticas tive acesso, apontavam um abrangente leque de estratégias mobilizadas para efetivação destes crimes. É válido salientar que no Brasil, de meados da década de 1960 até o início dos anos de 1980, período em o país foi governado pela ditadura militar, assaltos contra agências bancárias ganharam visibilidade nos meios de comunicação de massa, na condição de ações organizadas e executadas por militantes de movimentos contrários ao regime autoritário. Posteriormente, durante a redemocratização do país, esta modalidade de crime deixa de ser associada a práticas de contestação política e passa a ser protagonizada por assaltantes sem motivações ideológicas imediatas ou declaradas, denominados pela Polícia e a imprensa de “criminosos comuns”.

As notícias de jornais, que tive acesso, demonstraram que em todo o país, a partir do decênio de 1980, houve uma considerável diversificação destas ocorrências. As maneiras convencionais de realizar assaltos pela invasão de agências bancárias e rendição de seus funcionários e clientes, somaram-se a outros métodos e formatos. Tornou-se corriqueira, a interceptação de carros-fortes em vias expressas das grandes cidades e rodovias que dão acesso ao interior dos estados. Os caixas eletrônicos, que durante os anos de 1990 passaram a ser utilizados em grande escala, foram violados dentro e fora de agências bancárias. Além destas, uma nova forma de assaltar bancos foi colocada em prática: passou-se a seqüestrar famílias de gerentes e tesoureiros dos estabelecimentos com o intuito de obrigar estes

funcionários a abrirem os cofres das agências e postos bancários. Demonstrando “ousadia” e “organização”, equipes numerosas de assaltantes passaram a efetuar ações contra as sedes de empresas de guarda e transporte de valores, também conhecidas como “bases de carros-fortes”. Estas, mesmo apresentando rigorosos sistemas de segurança se tornaram alvos de ações organizadas. Neste novo cenário, uma característica das ações criminosas foi a utilização de instrumentos sofisticados. Equipes de assaltantes têm utilizado veículos potentes, armamentos e dispositivos de comunicação modernos, tais como rádios comunicadores e mini-aparelhos de escuta¹. Tornaram-se nítidas as mudanças no *modus operandis* das quadrilhas e o refinamento nas formas de organizar crimes.

Tamanha elaboração nas ocorrências, a complexidade dos planos e a infra-estrutura dos assaltos chamaram a atenção de governos e meios de comunicação de massa. Algumas notícias, do acervo do LEV, assinalavam “planejamento” e “sofisticação” dos assaltos. Não raro, jornalistas utilizavam expressões como as seguintes: “mais um crime cinematográfico” ou “a escalada do crime parece não ter limites”. Acessar àquele extenso e diversificado repertório de descrições e narrativas midiáticas aguçou minha curiosidade sobre os grandes roubos, especialmente, porque se tratava de um fenômeno que emergia, eloqüentemente, na cena pública como um problema policial e social. Desde então, buscando sistematizar minhas indagações sobre a temática e transformá-las em objeto de estudo, questões foram formuladas e recortes efetuados.

Empenhada em mapear formas de violência e racionalidade constitutivas desta modalidade delitiva, produzi uma monografia de graduação em ciências sociais, *Quando o Crime compensa (R\$): um estudo sobre ‘assaltos contra instituições financeiras’ no Ceará*, apresentada em março de 2002. Naquele texto, apresento uma tipologia das estratégias de atuação acionadas por assaltantes para desferir ataques contra bancos, caixas eletrônicos, carros fortes e empresas de guarda valores, no estado do Ceará. Com base em taxas estatísticas e em uma pesquisa hemerográfica, apresentei os formatos de assaltos mais recorrentes, os tipos de armas e modelos de veículos adequados para cada alvo, dentre outras características focalizadas. Além dos recortes de jornal e taxas estatísticas, tomei como fonte de dados, entrevistas com policiais e delegados de Polícia. Tratou-se de uma primeira tentativa de imersão no universo dos assaltos de grande porte, que me concedeu uma visão panorâmica destas investidas e possibilitou a obtenção de amplas informações sobre seus protagonistas, motivando-me à continuação do estudo.

¹ Em ocorrências mais recentes, *quadrilhas* têm lançado mão de Sistemas de Posicionamento Global, cujos aparelhos são popularmente conhecidos como GPS.

Posteriormente, em uma dissertação de mestrado em Sociologia, *Mundo do Crime e Racionalidade: os assaltos contra instituições financeiras*, defendida em março de 2004, analisei a racionalidade teleológica e o caráter de atividade econômica concernentes aos *assaltos contra instituições financeiras*. Enfatizo a dimensão de “empreendimento” que estas ocorrências criminosas assumem, a constituição “interestadual” das *quadrilhas* de assaltantes que atuam contra bancos, carros fortes e empresas de guarda valores; e, as “redes de sociabilidade” que se desenvolvem entre as pessoas que se envolvem nesta modalidade de “crime negócio”, naturais ou residentes nas diferentes regiões do país.

Na pesquisa empírica da mencionada dissertação de mestrado, junto com as notícias de jornais e as entrevistas com policiais e delegados de Polícia — fontes que havia utilizado anteriormente —, tive oportunidade de realizar entrevistas com praticantes de assaltos. Além de revelar que grandes roubos são pensados como uma atividade econômica e que sua execução é vivida como um tipo de “ofício”, o contato direto com aquelas pessoas e as longas conversas desenvolvidas apontaram a “performance” como um componente basilar destas investidas criminosas.

“Assaltantes profissionais” não só são eficientes manuseando armamentos e veículos, mas também são habilidosos na dramatização da violência empregada diante das vítimas. Mesmo estando dispostos a ferir e a matar, caso ocorram imprevistos e resistências dos seus oponentes, nestas ocasiões, as agressões funcionam como subterfúgio expressivo ou uma “representação” diante das pessoas que sofrem o assalto. Os reféns não podem sentir fraqueza ou hesitação nas ameaças recebidas, devem acreditar que serão assassinados se reagirem.

Até o período da escrita da dissertação, minha principal referência teórica para explicar o significado que assaltantes concedem as suas atividades ilegais, era a noção de “racionalidade com relação a fins”, de Max Weber (1981; 1991; 1999). Ouvir repetidas vezes os entrevistados enfatizarem a verossimilhança nas ameaças que proferem aos seus oponentes, despertou-me interesse para o equipamento dramático que acionam nestas ocasiões. Passei a considerá-los exímios “atores”. Aos poucos, fui alargando o interesse da “racionalização” para a “representação”. Embora continue convencida de que agência e cálculo são noções relevantes à compreensão dos assaltos de grande porte e dos desempenhos de seus participantes, assinalo os componentes expressivos e vivenciais atuantes de tal universo. Neste trabalho, recorro às antropologias da performance de Erving Goffman e Victor Turner para a analisar contextos, situações e comportamentos.

NOTA: Com o objetivo de preservar o anonimato dos meus interlocutores, na apresentação dos dados etnográficos, todas as alusões e referências a datas, locais, nomes próprios, nomes de empresas, estabelecimentos comerciais e quantias roubadas são fictícias.

Introdução

O percurso de nove anos, pesquisando grandes roubos e recorrendo a diferentes fontes de pesquisa e dados — tais como notícias de jornais, taxas estatísticas, entrevistas realizadas com policiais e delegados de Polícia, entrevistas e conversas informais com assaltantes — levou-me a acreditar que a visão socialmente disseminada deste fenômeno é demarcada pelo enfoque policial, a partir de narrativas da mídia. Embora o termo Polícia designe um conjunto de instituições heterogêneas que comportam múltiplos interesses, envolvendo profissionais com diferentes formações e condutas², utilizo-o tendo em mente Policiais Civis e delegados de Polícia das unidades responsáveis pelos inquéritos dos *assaltos contra instituições financeiras*.

As secretarias de governos encarregadas da segurança pública, em cada estado, atribuem a alguns distritos policiais³ específicos a investigação de assaltos “mais organizados”, que envolvem o roubo de quantias maiores. As características dos crimes, cujo desvendamento é conduzido por tais delegacias especializadas, são estipuladas por meio de portarias. Somente para citar alguns exemplos, no estado de São Paulo existe a Delegacia de Roubo a Banco - DRB; no Amazonas, a Delegacia Especializada em Roubos e Furtos - DERF; no Rio Grande do Sul, a Delegacia de Roubos - DR; no estado do Ceará, a Delegacia de Roubos e Furtos - DRF; no Mato Grosso do Sul, a Delegacia Especializada de Repressão a Roubo a Banco, Resgate, Assaltos e Seqüestros, conhecida como GARRAS.

Tendo em vista que grandes roubos suscitam comoção social, ganham visibilidade pública e despertam o interesse dos meios de comunicação de massa, os quadros

² Vale ressaltar que governos estaduais e federal vêm efetuando investimentos na formação de policiais e delegados de Polícia, por meio de cursos e disciplinas que contemplam a temática dos direitos humanos. Ver: KANT DE LIMA, Roberto. *Direitos Civis, Estado de Direito e “Cultura Policial”: a formação policial em questão*. Revista Preleção- Publicação Institucional da Polícia Militar do Espírito Santo, v.1,p 67-87, 2007; SADEK, Maria Tereza. *Delegados de Polícia*. São Paulo: Edusp, 2003. Relatório final da pesquisa, *Polícias Civil e Militar: O Policiamento que a sociedade deseja*, produzido pelo Núcleo de Estudos da Violência-NEV da Universidade de São Paulo, texto disponível no site do NEV: www.nevusp.org.br

³ Em alguns casos, a Polícia Federal se encarrega da investigação de assaltos: tratam-se de ocorrências nas quais são roubadas quantias excepcionalmente elevadas ou há suspeitas da participação de “organizações criminosas” responsáveis por variadas modalidades de atividades ilegais, com atuação nacional e internacional.

policiais a serviço dos distritos que investigam estas ações criminosas costumam ser requisitados por jornalistas, para conceder entrevistas, e suas falas ocupam lugar de destaque nos veículos midiáticos. Assim, a população tem acesso a assaltos de grande porte por meio de notícias televisivas, impressas e virtuais, na condição de ocorrências policiais. São acompanhadas investigações de casos, identificação dos envolvidos, operações de buscas e prisões de suspeitos. Nestas matérias e reportagens que lemos, vemos e ouvimos cotidianamente, são perceptíveis enquadramentos e recortes efetuados pela imprensa, a partir do discurso da Polícia. A incidência de tais crimes é apresentada como fator de “ameaça” à ordem social e seus protagonistas aparecem como “perigosos”.

Considerando os aparelhos estatais formadores de ideologias e instauradores de poderes, à Polícia é atribuído o papel de defesa da “sociedade”, que é concebida como entidade cívica, afrontada e ameaçada pela ação de “indivíduos” e “grupos” criminosos. É subjacente ao discurso dos seus agentes, a noção de que o crime, mesmo quando efetuado contra pessoa(s) isolada(s), produz categoricamente “vitimização” coletiva.

Conforme ressalta Misse (2008), a lógica ordenadora de ideários e princípios fundadores do Estado Moderno atribuí estatuto de “relação social” a eventos, que a “sensibilidade jurídica local compreenda como crime”. De acordo com tal raciocínio:

O crime não é um acontecimento individual, mas social. Não está no evento, mas na relação social que o interpreta. O que me ocorre quando me apontam uma arma e me saqueiam é um enfrentamento interindividual, em que uma das partes, no caso eu, abri mão de carregar uma arma ou partir para o enfrentamento físico por preferir racionalmente (ou me ter normalizado para tal) socializar este enfrentamento. Neste caso a sociedade está comigo e o indivíduo que me enfrenta está posto radicalmente contra ela, mesmo que eu não esboce qualquer reação imediata. Eu decidi transferir o enfrentamento para o Estado. Minha reação será posterior: acionarei o dispositivo de incriminação. Este dispositivo que eu e o indivíduo que me assaltou conhecemos, dispõe de códigos que permite incriminar aquele indivíduo... (MISSE, 2008:126).

Na condição de integrante do aparato estatal, o corpo policial reproduz e difunde valores e “verdades” atrelados às bases de legitimação desta unidade política. Encarregada de reprimir o crime e garantir a segurança pública, tal instituição e seus quadros tendem a compreender — no nível do discurso — ocorrências criminosas como “celeumas” que se insurgem na vida coletiva, constituindo-se em “perigo” a ser eliminado, sem considerar tensões ou “problemas sociais” vinculados a tais fenômenos ou à trajetória de seus autores.

Portanto, é a “sociedade”, pensada como unitária, que é interpretada como a “vítima” de ações delituosas e violentas.

Conforme mencionei anteriormente, notícias sobre grandes roubos e seus protagonistas, quase sempre, nos chegam filtradas por órgãos, oficialmente encarregados de elucidá-los e prender seus autores. Obviamente, são versões modeladas por princípios abstratos e normatizações acerca do papel cívico da Polícia, e de seus interesses. Trata-se de um tipo de leitura que condensa pressupostos. Um deles é o da “sociedade” como entidade homogênea constituída por cidadãos cumpridores de regras legais. Outra premissa subjacente é a separação entre “nós” não criminosos e “eles” criminosos. Neste raciocínio, “nós” estamos do “lado de cá” e “eles” estão do “lado de lá”. “Nós” somos transparentes e “eles” são obscuros. O único ponto de confluência entre nossas vidas e a vida deles são suas investidas armadas que “tomam de assalto” unidades do sistema financeiro nacional. Nestes episódios, “eles” são os agressores e “nós” somos as vítimas diretas ou indiretas. “Nós” somos “cidadãos” e eles são “bandidos de alta periculosidade”.

Embora a reprovação às ações criminosas, a distinção entre “nós” e “eles” e a separação entre o “lá” e o “cá” já estejam cristalizadas na consciência coletiva e não tenham sido engendradas por delegados de Polícia ou policiais, estes se apropriam de tais categorias e valores, socialmente disseminados, para dar relevo à função social da instituição que representam. Em larga medida, um suporte para refletir sobre as classificações e separações características do discurso destes profissionais, pode ser encontrado nas observações de Mary Douglas (1966) em *Pureza e Perigo*, acerca das sociedades primitivas.

Preocupada em mostrar que cada cultura tem noções definidas sobre sujeira e contaminação e que estas são contrastadas com padrões de estrutura positiva, a autora ressalta que noções de *ordem* e *separação*, quase sempre resultam em classificações próximas. Assim, para se estabelecer a definição e o terreno do *puro*, Douglas (1966) ressalta que é preciso demarcar sua separação do *impuro*: “É somente exagerando a diferença entre dentro e fora, acima e abaixo, fêmea e macho, com e contra, que um semblante de ordem é criado.” Douglas (1966:15). Idéias sobre separar, purificar, demarcar e punir transgressões, segundo ela, teriam a função principal de impor sistematização numa experiência desordenada.

Considerando a sociedade brasileira contemporânea, contexto no qual este trabalho se inscreve, a instituição Polícia, a partir das tarefas de prevenção, desvendamento e repressão de crimes — e também a Justiça ao instituir leis e estabelecer punições —, produz as definições de “cidadãos” e “bandidos”, demarcando cisões entre “nós”

e “eles”. São categorias que ganham importância para manutenção ou consolidação do que é socialmente definido como *ordem*. Tal determinação de espaços e limites envolve a noção de *contágio* ou *poluição*. Evitar a *contaminação* se torna um pré-requisito para a *ordem*.

Com tantas observações e ênfases, minha intenção não é desqualificar as classificações utilizadas pela Polícia ou apresentar como negativo o papel social desta Instituição. Mesmo porque, ao longo deste trabalho utilizo amplamente suas categorias, “ocorrência”, “quadrilhas interestaduais” e “assaltos contra instituições financeiras” são exemplos. Tratou-se, antes, de problematizar critérios e de colocar em relevo noções subjacentes as suas terminologias. Dizendo de outro modo, ao invés de considerar absolutas as “perspectivas” e enfoques definidos pelo lugar social e experiências decorrentes da atividade policial, para apreensão de ações criminosas e seus protagonistas, considero tais “enquadramentos” uma forma de leitura, entre muitas possíveis. Tenho enfatizado suas características e contingências a fim de contextualizá-las e estabelecer contrastes com outras visões deste mesmo fenômeno, que pretendo colocar em evidência: falas, dilemas, interesses, vivências e experiências de assaltantes.

A idéia de *frames* de Erving Goffman (1974) tem me inspirado na percepção desses diferentes ângulos e enfoques acerca de determinados eventos ou contextos relacionados aos grandes roubos. Embora não haja uma tradução precisa do termo para o português, *frames* podem ser pensados como “quadros primários” ou “molduras” que se referem às formas de vislumbrar, construir expectativas e significar as situações interativas, adotados por seus diferentes participantes. Nas reflexões e análises do autor, esta noção ou metáfora aparece como dispositivo capaz de elucidar o complexo processo de organização das experiências. *Frames* constituem esquemas significativos que cada agente monta para responder perguntas sobre “o que está acontecendo” e, com isto, situar-se em cada contexto; envolvem princípios significativos que orientam seleções, ênfases e apresentações, embasados por tácitas teorias sobre o que acontece e o que importa; tratam-se de estruturas dinâmicas, flexíveis e sensíveis às influências das intenções e representações dos diferentes agentes de uma interação. A idéia de *Frame* pressupõe que o real não existe como totalidade, mas a partir das diferentes perspectivas pelas quais é apreendido (Goffman, 1974).

Aciono, portanto, a metáfora dos *frames* para ressaltar que este trabalho, ao tratar de assaltos de grande porte e uma série de temas com os quais estas ocorrências e seus protagonistas se relacionam — tais como crime, fugas, prisões, Polícia, Justiça, dentre outros—, orienta-se por enquadramentos e molduras elaborados por praticantes desta modalidade de atividade ilegal. Embora o universo dos assaltos de grande porte envolva

outros personagens — agentes policiais, pessoas que são tomadas como reféns em assaltos, expectadores assíduos de programas policiais, dentre outros possíveis — que também elaboram *frames* dotados de complexidade e significações dinâmicas para pensar tal universo e seus personagens, são os ângulos de percepção e enquadramentos de assaltantes que esta etnografia focaliza. É por esta perspectiva de olhar — que cotidianamente não alcança o elevado grau de difusão e visibilidade pública concernentes à visão policial — que procuro compreender e analisar eventos, situações, contextos e experiências.

Na condição de cientista social, pesquisando grandes roubos, o convívio e as conversas corriqueiras que tive oportunidade de desenvolver com assaltantes possibilitaram vislumbrar estas ações criminosas por *frames* de quem as planejam e criam condições para executá-las. Fui levada a perceber que a elaboração de tais operações costuma ser vivenciada por seus participantes como atividade econômica, desempenho de tarefas e execução de medidas concretas. São efetuados procedimentos como os seguintes: observar atentamente empresas de guarda-valores e agências bancárias, mapear e localizar câmeras e posições espaciais dos vigilantes dos estabelecimentos, seguir gerentes e tesoureiros com o intuito de descobrir seus endereços e detalhes de suas rotinas diárias, roubar ou comprar de outros ladrões carros com placas adulteradas para utilizar no dia do assalto, adquirir e transportar armas, reunir-se com “colegas” para apresentar as informações obtidas, discutir estratégias mais adequadas de abordagem do alvo e de fuga, dentre outras tarefas. Empunhar armas, ameaçando vítimas, é apenas um dos procedimentos, entre as dezenas de atividades que envolvem a organização de um roubo de grande porte.

Em larga medida, os protagonistas destas ações assumem características de “empreendedores”. Os gastos efetuados em suas operações ilegais são significados como “investimentos” e existe a expectativa de reaver multiplicadas as quantias despendidas. Tanto a execução de tarefas na organização e execução de crimes, como o dinheiro aplicado nesta modalidade de “negócio” acarreta “perigo” aos assaltantes. Estas pessoas correm o risco de serem presas e de perderem o “capital” investido.

Identifico algumas similaridades entre “profissionais” dos grandes roubos e o modelo de empresário “empreendedor” delineado por J. Schumpeter (1961). Gosto pela inovação, destemor diante do futuro, apurada capacidade de previsão e dificuldade em se acomodar a uma rotina são características de ambos. Ao contrário dos investidores convencionais que se satisfazem em colocar em prática modelos repetitivos, de acordo com Schumpeter, “o empreendedor” a cada desafio que se lança, não tendo certeza sobre os desdobramentos ou conseqüências de suas ações, cogita e racionaliza cada procedimento. Na

necessidade de inovar, na disposição de se expor ao risco, de enfrentar o acaso e de elaborar estratégias continuamente, há semelhança entre os dois personagens. Meus interlocutores, investindo dinheiro em um negócio arriscado, têm receio de serem localizados e presos pela Polícia. Da mesma maneira que os empreendedores schumpeterianos, eles são coagidos a pensar e a calcular cada ação no desenvolvimento de uma operação ilegal, reformulam e aprimoram incessantemente seu *modus operandi*. Assim como um empresário não consegue atuar como empreendedor durante toda a sua trajetória no mundo dos negócios (Schumpeter, 1961), também os praticantes de grandes assaltos não os fazem por longos intervalos de tempo, de maneira ininterrupta. A repressão policial inerente a atividades criminosas lhes impõe a necessidade de “sair de combate” em determinados períodos ou circunstâncias, em decorrência de serem presos ou por decidirem investir capitais em negócios legais, possibilitados pelas quantias adquiridas com práticas ilegais (Aquino, 2004).

Para organizadores de grandes assaltos, portanto, cada uma destas ocorrências envolve uma complexa sucessão de etapas, cuja elaboração se inicia semanas antes do dia da execução do crime. Para eles, tal seqüência de momentos se desenvolve a partir da seguinte ordem cronológica: planejamento, viabilização de infra-estrutura, recrutamento de mão de obra, execução, fuga e divisão do dinheiro roubado. Por sua vez, a Polícia é levada a se apropriar destes acontecimentos, em um *continuum* cronologicamente inverso. Delegados de Polícia e policiais elucidam os detalhes dos assaltos, depois que estes são executados. Diante da incidência do crime, geralmente são feitas diligências ao local da ocorrência em busca de pistas e testemunhas. Inicia-se uma investigação destinada ao desvendamento da ação, seus detalhes e procedimentos constitutivos, com o objetivo de identificar as pessoas envolvidas. Quando localizados os participantes ou parte deles, mobilizam-se equipes policiais armadas para efetuar suas prisões.

Desta maneira, em se tratando de assaltos de grande porte não só interesses, mas também as rotinas de procedimentos que se colocam nos horizontes dos seus praticantes e da Polícia, envolvem lógicas e saberes específicos. Para o desenvolvimento do papel social de combater o crime, quadros policiais recebem treinamentos para portar e utilizar armas, procedimentos de defesa e ataque em enfrentamentos com criminosos, métodos de abordá-los e dar voz de prisão. Delegados de Polícia se habilitam na condução de interrogatórios e formas de viabilizar inquéritos. Também integra o saber destes profissionais a elaboração de um discurso a ser difundido sobre seu trabalho e a importância que detêm na repressão de ações criminosas. Assim, exercem o poder de modelar registros mentais e imagens socialmente disseminadas de tais ocorrências e seus atores.

A incursão eurística que empreendi ao mundo dos grandes roubos me possibilitou compreender “metodologias”, cuidados e habilidades que este “ofício” implica. Fiquei inteirada sobre saberes e aspectos não ressaltados nas visões fixadas pelos quadros da Polícia e disseminadas pelos meios de comunicação de massa, sobre tal universo e seus agentes. Equipes de assaltantes procuram organizar ocorrências de maneira que elevadas quantias sejam adquiridas sem que ocorra flagrante policial, nem sejam identificados os participantes. A clandestinidade de suas práticas e a perseguição oficial de que são alvos, exige cuidados e habilidades para que procedimentos sejam desenvolvidos e providências possam ser tomadas sem levantar suspeitas. Em larga medida, é o fato de ser uma atividade criminosa que torna mais difícil ou arriscada sua organização e efetivação.

O momento de executar roubos envolve suspense, corresponde aos instantes de enfrentamento da *quadrilha* com as pessoas que sofrem o assalto, tendo o risco de a Polícia ser acionada e chegar ao local do crime antes que seus protagonistas tenham empreendido fuga. As competências necessárias nestas ocasiões estão associadas ao uso de armas de fogo, à condução de veículos e à coragem de arriscar a integridade física. Há possibilidades de prisões, mortes e ferimentos. No período anterior à efetivação do assalto, por sua vez, um conjunto de habilidades e técnicas são acionados em decorrência do seu planejamento e viabilização de sua infra-estrutura. Nestas fases de elaboração, mais do que audácia, é importante que a equipe criminosa seja discreta e reservada, evitando despertar suspeitas sobre os procedimentos e a presença de seus integrantes no lugar em que o assalto será realizado.

Ao longo deste trabalho, veremos que no desenvolvimento de uma operação — tanto nas etapas em que a coragem é o fator de maior relevância, como naquelas em que a discrição conta mais — a consciência e o controle do equipamento expressivo do comportamento diante de outros, despontam como aptidões relevantes e definidoras de competências entre assaltantes. Habilidades dramáticas são acionadas por estes “profissionais” antes, durante e depois de efetuados assaltos de grande porte. Aqui, o termo “competência” se refere a uma noção “nativa” que não se confunde com características inatas ou prescritivas. Trata-se de qualidades percebidas como “construções sociais”, que se fazem sentir nos modos de lidar com a imprevisibilidade, expressando-se a partir de um determinado desempenho.

Meus interlocutores enfatizam que é importante, para o “sucesso” de um plano, fazer-se acreditar diante dos reféns. Para tanto, apresentam maneiras de falar, gesticular e argumentar ajustadas aos contextos das situações interativas e aos objetivos de amedrontar e

tornar vulneráveis seus oponentes. É necessário despertar credibilidade ao papel de “bandido” e fazer com que suas vítimas percebam que não serão poupadas, caso comprometam o andamento do roubo. Os contornos das impressões de si que procuram incutir nos oponentes, variam de acordo com o *modus operandi* adotado para realizar o assalto. Dependendo da situação, procuram se apresentar como o “bandido implacável”, o “bandido bonzinho”, o “bandido de palavra” ou o “bandido racional”, dentre outros estereótipos difundidos sobre comportamentos de “bandidos”, passíveis de serem dramatizados. Assim, as atitudes violentas desferidas contra os reféns, de acordo com suas falas, são vivenciadas como “performances”.

Tal manuseio de “representações” e desempenhos durante a organização e execução das operações, possibilitados pela consciência da dimensão expressiva do comportamento, costumam ter continuidade no cotidiano de seus protagonistas. Na condição de praticantes de atividades que são alvo de forte repressão policial, assaltantes costumam recorrer a nomes falsos e a fornecer informações não verídicas sobre seus locais de residências, ocupações e descendência familiar. Estando fugitivos da Polícia constroem personagens e versões fictícias sobre suas trajetórias e as “profissões” que exercem. Quase sempre estes agentes são “excelentes mentirosos”, conseguindo ocultar suas identidades oficiais e a participação frequente em atividades criminosas, das pessoas com quem convivem fora do universo das contravenções.

Assim, procedimentos e experiências concernentes às operações de assalto, levam seus organizadores a desenvolverem e a explorarem habilidades dramáticas, utilizando-as também em outras situações de suas rotinas. Estas aptidões, que na versão “nativa” aparecem como extremamente relevantes ao ofício de assaltar, ficam obscurecidas na visão que a Polícia e os meios de comunicação de massa difundem sobre grandes roubos. A dimensão teatral da atuação, durante a organização e execução do crime, constitui uma leitura de pessoas que o praticam. Foram os sujeitos da pesquisa que ressaltaram a efetividade da *performance* em seus cotidianos e no desenvolvimento de suas atividades ilegais. Tratam-se de “histórias de si que eles contam para si mesmos”(Geertz 2002) e não contam para a Polícia.

Meu anseio por realizar um trabalho que ressaltasse as “competências” dramáticas no universo dos grandes assaltos, assinaladas em sua “versão nativa” encontrou um eco nas recomendações de Rifiotis (1997; 2006; 2008). De acordo com este autor, a “antropologia de práticas criminosas e violentas” deve privilegiar abordagens próximas de situações concretas e “resgatar a dimensão vivencial das experiências dos sujeitos”. Para ele, as posturas cabíveis aos estudiosos destas temáticas são de observação atenta e “descrição positiva”. Rifiotis (2006) sugere que “(...) ao invés de um julgamento antecipado e

antecipador, perguntemos o que as pessoas envolvidas estão tentando fazer, quando estão fazendo aquilo que chamamos de violência?” (Rifiotis, 2006:28).

Abordagens gerais ou generalizantes dos *assaltos contra instituições financeiras*, que enfatizassem sua dimensão de crime violento e sublinhasse a negatividade deste fenômeno, inevitavelmente, ofuscariam as significações que tais ocorrências assumem para as pessoas que o praticam. Sendo assim, a postura analítica que resolvi adotar na pesquisa desta modalidade de atividade ilegal, não só apontava a performance como um fator relevante no universo do objeto de estudo, mas também sugeria ao trabalho uma abordagem etnográfica. Fazia-se oportuno focalizar procedimentos, estratégias e desafios, tomando como parâmetro eventos e situações localizadas e datadas.

Para tanto, adoto como *locus* empírico de análise um assalto, efetuado no dia 12 de novembro de 2002, contra uma empresa de guarda valores, *Secure Cash's Transport*, localizada na grande Recife, de onde foram roubados R\$ 5,6 milhões⁴. Tratei de esmiuçar os contextos de planejamento, organização e execução daquela ocorrência, apresentando em detalhes as etapas concernentes a sua viabilização e as relações que se estabeleceram entre os participantes, ressaltando as características e os desdobramentos de suas performances.

Em se tratando das escolhas conceituais, esta etnografia incorre em uma composição teórica que aproxima e estabelece pontos de confluências entre dois autores e abordagens da performance que, à primeira vista, aparecem como divergentes: Erving Goffman (1992; 1980) e Victor Turner (2005; 1974).

Goffman, em toda a sua produção acadêmica esteve preocupado com situações de interação social e tem sido apontado como o “desbravador do cotidiano” (Gestaldo, 2004). O autor coleciona um amplo repertório de publicações, as quais contemplam assuntos tais como símbolos de *status* de classe, comportamento e deferências, comportamento em lugares públicos, encontros, instituições totais, processos cognitivos de organização da experiência, gênero e publicidade. A principal contribuição de Goffman à reflexão sobre a *performance* foi sua tese de doutorado que, em 1957, que tornou-se o primeiro livro do autor. Neste trabalho, ele afirma que os agentes sociais, na vida ordinária, em situações de encontro presencial com outros agentes, de maneira consciente ou inconsciente performatizam seus comportamentos. Este texto, cujo título original é

⁴ Conforme assinalo em nota, na pag. 7: na apresentação dos dados etnográficos, todas as referências a datas, locais, nomes próprios, nome de empresas, estabelecimentos comerciais e quantias roubadas, apresentadas neste trabalho, são fictícias.

Presentation of Self in Everyday life foi traduzido para o português como *A Representação do eu da vida cotidiana*. Embora, a tradução mais aproximada do termo *presentation* seja “apresentação” e, *self* não corresponda exatamente a “eu”, a intenção de quem o traduziu ao utilizar o termo “representação”, decerto foi dar ênfase à analogia entre profissionais do teatro e os atores sociais na vida cotidiana que Goffman (1992) desenvolve no livro. O autor classifica como *performance* toda atividade realizada na presença de um ou mais observadores capaz de exercer sobre estes determinados efeitos. A interação social é tomada como *locus* de construção mútua de imagens, a partir de informações que são transmitidas intencionalmente ou emitidas pelos atores. Em Goffman (1992), o veículo por excelência de operacionalização das performances seria a *fachada*, apresentada como “equipamento expressivo padronizado” dos atores sociais e responsáveis pela mútua formação de imagens entre os agentes interactantes.

Além de *Presentation*, um outro trabalho que considero representativo da antropologia da performance na obra de Goffman, e fundamental para a análise que estou desenvolvendo nesta tese, é intitulado *On face work*, e foi traduzido para o português como *A Elaboração da face*. Neste texto, Goffman (1980) lança o conceito ou noção de *face*. As *faces* são apresentadas pelo autor como *identidades situadas do self* que tendem a ser reivindicadas em determinadas ocasiões e são construídas a partir de *linhas*. As *linhas* são definidas como padrões de comportamento verbal e não verbal, adotados pelos agentes sociais para expressar suas avaliações dos encontros presenciais, dos demais interactantes e, principalmente, de si mesmos. Para tanto, empenham-se em *trabalhos de face*, entendidos como “(...) as ações realizadas por uma pessoa para tornar aquilo que está fazendo consistente com a face que está sendo reivindicada, num dado momento” (Goffman, 1980:78). De acordo com Goffman (1983), *faces* e *linhas* são acionadas para manter o equilíbrio ritual das interações sociais.

Para os meus objetivos neste trabalho o conceito de *fachada* é importante para refletir sobre as interações transitórias e pontuais que assaltantes desenvolvem quando planejam ou executam um determinado roubo. Tratam-se de situações que envolvem contatos fugidios destes agentes sociais com uma determinada “platéia”. Por outro lado, a categoria *face* permite analisar desempenhos que abrangem intervalos de tempo mais longos, nos quais estas pessoas pretendem desenvolver relações mais duradouras, a partir dos muitos personagens que constroem, recorrendo a identidades falsas, no intuito de permanecerem foragidas da Justiça.

Ao contrário de Goffman, em que a perspectiva de análise da performance se caracteriza pela atenção a situações usuais e ordinárias, Victor Turner elabora

sua compreensão da performance, tomando a idéia de *liminaridade* como ponto de partida. Turner durante os anos de 1950 consagrou-se estudioso dos rituais, no âmbito da antropologia britânica, com suas pesquisas entre os *ndembu*, habitantes da antiga Rodésia, atual Zimbábue, na África setentrional. Segundo Dawsey (2006), a “sacada” de Turner foi “dar ênfase a situações e momentos em que sociedades brincam com o perigo e sacaneiam a si mesmas, suscitando efeitos de paralisia em relação ao cotidiano” (Dawsey, 2006:18).

Posteriormente, nos anos de 1970, Turner passa a canalizar sua atenção para fenômenos das sociedades ocidentais tais como estéticas, teatro, dança e música. Do seu interesse por experiências artísticas e possibilidades de construção de significados que condensam, resultaram importantes publicações tais como *From Ritual to Theatre* e *The Anthropology of Performance*.

Além de evocar as noções de *liminidade* e suspensão da ordem, um outro componente do universo conceitual de Turner, o qual me aproprio é a sua reflexão sobre a *experiência*, desenvolvida a partir de análises sobre o mundo das artes, nas sociedades complexas. Para Turner (2005), *performances* se efetivam como expressões de *experiências* que são *formativas* e *transformativas*, estas se distinguem das vivências rotinizadas, porque promovem associações entre o passado e o presente, possibilitando construções de significados. Recorro, portanto, a compreensão de experiência de Turner para dar ênfase a determinados períodos, momentos, decisões ou acontecimentos na trajetória dos sujeitos da pesquisa, tidos como “especiais”, detonadores de emoções ou que funcionam como referenciais significativos.

Segundo o próprio Turner ressalta, sua abordagem se diferencia do trabalho de Erving Goffman porque ao contrario do colega que se apresenta como observador do teatro cotidiano, ele se interessa pelo meta-teatro do teatro cotidiano (Turner, 1987). Minha tentativa de articular às concepções da performance destes dois autores, que tendem a ser pensadas como inconciliáveis, é decorrente de singularidades do fenômeno que analiso, cujas características o aproxima e vincula tanto ao ângulo de observação de Turner como aos interesses analíticos de Goffman. É evidente que algumas ocorrências de grandes roubos se efetivam como eventos que interrompem o cotidiano, sistemas de usos e práticas rotineiras. São ofensivas inesperadas que suspendem uma ordem instituída e impõe, momentaneamente, sua própria lógica ao local do assalto, suscitam perseguições policiais, ganham repercussões midiáticas e causam comoção social. Nesta perspectiva, constituem eventos extra-cotidianos e *liminares*. Por outro lado, tais investidas, conforme mencionei anteriormente, em suas fases de planejamento e viabilização de infra-estrutura impõem aos participantes, discrição e

imersão na dinâmica cotidiana do alvo. Com reserva e sem despertar suspeitas, tarefas e providências para execução destes crimes são efetuadas.

Assim, assaltos de grande porte se apresentam como fenômenos portadores de uma miscelânea de características e traços, aparentemente contraditórios. A participação continuada nestes “negócios”, ao mesmo tempo que aciona racionalidades, premeditações, cálculo e agência, demandam desenvoltura diante do perigo e de acontecimentos inesperados. São inevitáveis vivências de riscos e surpresas. Portanto, a ambigüidade entre o usual e o extraordinário e os contrastes entre situações de perigo e períodos de calma, na rotina de quem participa desta modalidade delitiva, evidenciam a afinidade do meu objeto de estudo com as duas leituras teóricas da performance supracitadas.

Faz-se importante salientar que a condição criminoso, alvo de condenação social e repressão policial dos grandes assaltos e seus executantes veio se impor durante o desenvolvimento da pesquisa de campo, suscitando dificuldades e reformulações nos procedimentos e escolhas metodológicas. Produzir a etnografia de uma operação de assalto, com a atenção às minúcias e detalhes que esta forma de abordagem pressupõe, significava descortinar “segredos” e informações “comprometedoras”, capazes de incriminar meus interlocutores, caso fossem apresentadas à Polícia. Meus interesses de pesquisadora algumas vezes se defrontaram com a condição clandestina da temática em análise. Foram necessárias longas conversas e negociações com os sujeitos da pesquisa sobre as condições de nossa interlocução e realização de entrevistas, processo que envolveu deslocamentos espaciais e encontros secretos. Adiante, explicito alguns obstáculos e tensões concernentes a este trabalho de campo.

Considerando que a elaboração de uma etnografia costuma envolver relações e dilemas humanos concernentes ao “encontro” do antropólogo com “o outro”, nesta pesquisa, além das dificuldades pragmáticas para conseguir manter contato e marcar encontros, visando obter informações e dados, foi necessário me preparar psicologicamente e estar disposta a desenvolver laços de amizade com pessoas que desenvolvem atividades ilegais e violentas, que positivam esta ocupação e fazem dela um mecanismo de ascensão sócio-econômica. Nas primeiras situações de contacto face a face com assaltantes no ano de 2003, confesso que senti antipatia e alguma coisa próxima à aversão. Tratavam-se de sensações, em alguma medida, similares àquelas relatadas por V. Crapanzano (1986), sobre seu trabalho de campo na África do Sul, cujos interlocutores eram brancos racistas. O estudioso assinala sua antipatia em relação às atitudes e idéias das pessoas com quem precisava estabelecer diálogo.

Contudo, meu sentimento inicial de reprovação diante de praticantes de assaltos, foi amenizado durante o processo dialógico que teve lugar no trabalho de campo. Surpreendi-me com a complexidade de raciocínio manifestada pelos entrevistados, a atenção que tinham a detalhes e sutilezas, a aguçada capacidade que demonstravam na percepção e avaliação de situações e pessoas. O conjunto de características que fui identificando, na maior parte deles, corresponde a traços que considero denotativos de sagacidade e esperteza. Suas “qualidades” me despertaram fascínio e vieram contrabalançar a animosidade que cheguei a sentir.

Desta maneira, pude ser sincera quando busquei me aproximar e conviver com várias destas pessoas. Estava livre de remorso quando me permiti gostar de algumas. Ouvi narrativas de sofrimento e me emocionei com episódios que acompanhei de perto. Presenciei mulheres e crianças habituadas a viver com conforto e luxo, tendo suas despesas pagas por maridos e pais assaltantes, perderem subitamente bens e regalias. Nestes casos, que famílias mudaram radicalmente seus hábitos de consumo e modos de vida, mesmo ciente de que se tratava de expropriações justas, fiquei sensibilizada. Ainda sobre subjetividades, confesso que estar ciente dos riscos e perigos, concernentes ao cotidiano dos meus interlocutores, não me impede de ficar abatida nas situações em que morrem pessoas com quem mantive diálogo.

Convém, todavia, assinalar que não só dificuldades e “nervos à flor da pele” foram características do meu trabalho de campo, suas atividades também me trouxeram alegrias. A cada nova entrevista que consegui realizar vivia intensa satisfação. Diante dos sujeitos da pesquisa, ao considerar interessantes certos trechos de suas falas ou quando acreditava ter feito descobertas etnográficas, sentia-me profundamente feliz. Entusiasmo e contentamento foram estados que experimentei com recorrência.

Em se tratando dos dados apresentados neste trabalho, o único material empírico que tive condições de trabalhar sistematicamente e fazer referência — mesmo que o faça por meio de nomes fictícios — são as falas e narrativas que pude gravar e as situações que observei no cotidiano das pessoas com quem estabeleci interlocução. Por vezes me remeto a jornais, entretanto, não pude utilizar amplamente este material, concedendo-lhe estatuto de “fonte”. Como mencionei anteriormente, em minha monografia de graduação e dissertação de mestrado, trabalhei sistematicamente com notícias veiculadas em periódicos de circulação no estado do Ceará. Nos três últimos anos, empenhada na produção desta tese, tive acesso a arquivos hemerográficos de jornais diários sediados em Fortaleza, Recife, São Paulo e Florianópolis. Cheguei a fazer uma pesquisa virtual, consultando *sites* de periódicos

produzidos nas cinco regiões do país. Todavia, não pude explorar os dados daí advindos. Esta limitação é decorrente de uma preocupação que está no meu horizonte de prioridades e que perpassa todo o texto: procuro não fazer alusões ou fornecer “pistas” capazes de colocar em risco o anonimato dos meus interlocutores.

Analisar uma ocorrência criminosa específica, enfatizando vivências e narrativas biográficas traz à baila uma grande quantidade de informações sobre determinados eventos e pessoas. Inevitavelmente, são oferecidos indícios que permitem os leitores mais curiosos fazerem associações e cruzamento de dados. A abundância de referências que apresento, por meio de descrições etnográficas, sobre o assalto contra a empresa de guarda-valores, que nomeio como *Secure Cash's Transport*, torna inviável a utilização de outras fontes. Diante desta contingência, a utilização de notícias veiculadas em periódicos se torna especialmente inadequada, uma vez que apresentar citações jornalísticas e suas respectivas referências facilitaria a identificação dos sujeitos da pesquisa, anulando todo o meu esforço em assegurar-lhes o anonimato. Minha preocupação se funda na dimensão ética dos compromissos que nós, os cientistas sociais, assumimos com as pessoas e grupos que pesquisamos. Ao longo do texto discutirei mais detidamente características e implicações destes vínculos.

Vale ressaltar que nesta tese, o procedimento de adotar nomes fictícios para os sujeitos da pesquisa apresenta características singulares. Sendo a utilização de identidades falsas uma prerrogativa recorrente no cotidiano destes “criminosos profissionais”, a mudança dos nomes e sobrenomes que empreendi foi apenas “mais uma” situação em que tal troca se efetiva para meus interlocutores. Não seria um absurdo inferir que os contextos em que estas pessoas se apresentam utilizando nomes falsos, ao longo de suas vidas, são mais numerosos do que as situações, as quais consideram oportuno revelar os nomes que constam em suas certidões de nascimento.

As discussões que tenho enunciado, acompanhadas de um conjunto de análises e aferições mais específicas, estão distribuídas ao longo trabalho, em quatro capítulos, da seguinte maneira:

No primeiro deles, procuro desenvolver uma reflexão sobre o contexto de realização do trabalho de campo, meus procedimentos e escolhas metodológicas, explicitando os principais dilemas vivenciados. Com base nesta experiência de pesquisa, e em outras etnografias que menciono, procuro apontar especificidades deste trabalho e relacioná-las com a pauta de um debate mais amplo, concernente à disciplina antropológica.

No capítulo dois, analiso uma operação de assalto realizado contra uma empresa de guarda-valores, *Secure Cash's Transport*. Elucido as providências e cuidados tomados para que o roubo fosse efetivado, discriminando as tarefas que couberam a cada um dos seus participantes e o acionamento de *performances* e *fachadas*.

No capítulo três, focalizo os conflitos e cumplicidades decorrentes da relação entre as oito pessoas diretamente envolvidas na operação criminosa contra a *Secure Cash's Transport*, analisado no capítulo anterior. Ressalto o peso da dramatização do comportamento na definição de posições e hierarquias, no âmbito daquela equipe criminosa.

No quarto capítulo, resalto os impactos e implicações das atividades ilegais sobre o cotidiano de “assaltantes profissionais”. Analiso contextos e *experiências* marcantes na vida de dois dos participantes da operação contra a *Secure Cash's Transport*, assinalando *liminaridades* em suas rotinas, e singularidades no traçado de suas trajetórias, desencadeados pela condição de “fora da lei”.

Capítulo 1 - Notas sobre os “bastidores” de um sinuoso empreendimento heurístico

No dia 14 de maio de 2007, eu estava diante de uma câmera, tentando produzir um vídeo em VHS. Repeti o conteúdo da minha fala algumas vezes com a câmera desligada, pois não sou habilidosa em edição de imagens. Quando a filmagem fosse iniciada, não poderia haver erros. Eu não tinha um texto escrito e a cada vez que tentava “ensaiar” havia alterações. A fala que dramatizei acabou sendo a seguinte:

Oi Lucio. Tudo bem? Eu sou a Jania, a moça que quer a entrevista. Atendendo a sua solicitação, eu vou tentar, aqui, explicar sua importância para a minha pesquisa. (...) O Bernardo já deve ter falado que eu sou uma cientista social. E você deve imaginar, não é Lúcio? Nós, os cientistas sociais, pesquisamos temas os mais variados. Vou falar, aqui, para você de alguns exemplos que eu estou me lembrando agora. (...) Eu tenho colegas que estudam as relações de conflito e cumplicidade entre parlamentares no congresso nacional, outros que estudam campanhas eleitorais. Vários amigos meus estudam comunidades indígenas. Tenho também, um amigo que estuda um grupo de pichadores na cidade de São Paulo,; uma amiga que pesquisa os diplomatas do Itamaraty,; uma outra que estuda policiais militares em Salvador.⁵ (...) Enfim, eu estou procurando deixar claro que os nossos temas de pesquisa são os mais diversos. Como você já sabe, eu estudo grandes roubos, ocorrências de assaltos contra bancos, empresas de guardas-valores e carros-fortes. Sabe, Lucio? Eu tenho procurado compreender como vocês organizam essas operações, como se dá a elaboração dos planos, a divisão de tarefas, até mesmo, as precauções que vocês tomam. Eu tenho percebido que algumas pessoas se especializam nesse ofício e se consideram “bons assaltantes”. Enfim, eu tenho procurado ficar “por dentro” desse universo que você conhece tão bem. (...) Eu já realizei uma quantidade considerável de entrevistas, inclusive algumas com amigos seus. Sabe, Lucio? Nestas dezenas de entrevistas, eu já ouvi

⁵ É verdade que eu tenho vários colegas etnólogos e um amigo que estuda a pichação em um bairro da cidade de São Paulo, todavia não conheço pessoas que estudam “relações de conflito e cumplicidade entre parlamentares no congresso nacional”, “campanhas eleitorais”, tampouco “diplomatas do Itamaraty” ou “policiais militares em Salvador”. Estas temáticas de pesquisa, eu inventei diante da câmera. Foi uma pequena mentira que contei para Lúcio. Eu queria demonstrar por meio de exemplos, que nós os cientistas sociais, estudamos fenômenos e personagens variados. Para tanto, elenquei alguns “objetos de estudo” ilustrativos desta diversidade de temas.

falarem de você, várias vezes. Algumas pessoas que trabalharam junto com você, que se consideram seus amigos, falam que você se “garante”, que para bolar planos não há ninguém igual a você. Mas, eu também ouvi pessoas que dizem que você é pedante, que você se acha o cara mais inteligente do mundo, mas que, na verdade, você se apropria do trabalho e das idéias alheias como se fossem seus. Enfim, seu nome esteve presente nos diálogos desencadeados pela minha pesquisa de campo. E, eu também, já o vi em algumas manchetes de jornais e já li matérias sobre assaltos, dos quais você participou. Por tudo isso, eu gostaria muito de poder vê-lo pessoalmente, de ouvir suas estórias, você deve ter muitas estórias para contar, não tem? Então, é basicamente isso (...).

Foragido da Polícia, Lúcio Canoas antes de aceitar me encontrar pessoalmente, quis receber um vídeo, onde eu aparecesse, explicando a importância dele para minha pesquisa e os motivos de querer entrevistá-lo. Ele se diz apaixonado por filmes de ação, inclusive, alguns dos assaltos mais ousados que já organizou foram inspirados em crimes do cinema. Embora tenha um acervo de DVD e ressalte a boa qualidade desta imagem, Lucio prefere os filmes em VHS. Ele argumenta que o mecanismo de retrocesso e avanço de cenas até parar no ponto que o interessa e repetir trechos da película várias vezes, ocorre com maior precisão e rapidez, quando a imagem está gravada em VHS.

Foi no início de 2007 que Bernardo, um dos entrevistados, e amigo de Lúcio, declarou-se disposto a intermediar nossa aproximação. Naquele período, eu já me considerava uma “iniciada” no mundo dos grandes roubos, pois pesquisava esta temática desde 2001. Já participava do cotidiano familiar de alguns assaltantes, comparecia a almoços de domingo, festas de aniversários, formaturas e casamentos. Até mesmo, em dois velórios de assaltantes, havia estado presente. Mesmo assim, fiquei ansiosa com esta possibilidade de interlocução.

Minha apreensão era ocasionada pelas várias referências que outros assaltantes faziam ao nome de Lúcio. Nas falas de pessoas que o conhecem, pude ouvir afirmações como as seguintes: “Mas se você pudesse conhecer o Lúcio”; “(...) isso, só o Lúcio tinha capacidade de fazer”; “Depois que o Lúcio desapareceu, aí aquele idiotinha ficou achando que é o melhor.”; “Não, desse jeito aí é muito difícil, eu acho que nem o Lúcio ia conseguir.”; “Aquele amador tinha uma empáfia que o próprio Lúcio nunca teve..”.

Mesmo estando segura de ter desenvolvido contatos com uma quantidade satisfatória de praticantes de assalto e de contar com a amizade e a confiança de vários deles, tantas menções a Lúcio produziam o receio de que meu trabalho não seria completo se eu não

conseguisse ficar frente a frente com ele. Até mesmo os comentários negativos de pessoas com quem Lúcio teve atrito, durante períodos de organização de assaltos, acabaram por me fazer acreditar que conseguir algum diálogo com este “ilustre desconhecido” deveria ser uma meta.

A primeira entrevista que realizei com ele foi o momento que vivenciei com maior expectativa na minha trajetória de pesquisa. Depois de ter analisado o vídeo que o enviei, Lúcio aceitou colaborar com meu trabalho. Naquela ocasião, eu estava ciente de estar diante de alguém inteligente, astucioso e sagaz. Pude sentir sua desconfiança quanto aos meus objetivos e intenções. Imaginava Lúcio prepotente e, de fato, ele era. Porém, nossa interlocução foi produtiva e agradável. Apesar da reticência inicial, nos vários encontros que tivemos, ao longo dos últimos três anos, ele se mostrou entusiasmado e solícito.

Não sei exatamente quais motivações o levaram a colocar o referido vídeo como condição de possibilidade para me conceder entrevistas. Mas acredito que esta exigência partiu da suposição de que nossa interação face a face seria mediada por assimetrias. Analisar tais imagens pode ter sido uma busca de reverter à situação a seu favor. Quando eu fosse entrevistá-lo, embora sua trajetória e os planos de assaltos que já elaborou, fossem a pauta da conversa, Lúcio já teria me visto e, já haveria construído uma impressão sobre meu temperamento e, ponderado sobre o “grau de perigo” que minha pesquisa poderia representar a sua condição de fugitivo da Polícia, dentre outras considerações possíveis. Por outro lado, eu, mesmo tendo informações sobre ele, permaneceria sem vê-lo.

Embora tenha me surpreendido com a exigência desse possível interlocutor, vislumbrei um canal de comunicação que poderia ser explorado. Ele teria vantagem em construir suas impressões a meu respeito, todavia eu buscaria ter algum controle sobre tal imagem. Em alguma medida, Lúcio me colocou diante de uma situação que ele e outros praticantes de assalto experimentam de maneira intensa e com recorrência: a necessidade de construir uma imagem positiva de si. Conseguir manejar a dimensão expressiva do comportamento, suscitando em seus reféns efetivos ou potenciais, a impressão que almejam. Esta é uma tarefa que meus interlocutores assumem e costumam ser bem sucedidos.

Ao ponderar sobre a melhor maneira de lhe falar sobre a minha pesquisa e me portar diante dele, precaução que, Lucio, decerto, também tomou antes dos nossos encontros, especialmente do primeiro, estava em questão a “definição da situação”, categoria cunhada por William Thomas (1966), basilar ao pensamento de Goffman (1980; 1992), presente na maior parte dos seus textos. Diz respeito às intenções e objetivos dos interactantes

e a forma como constroem e fazem uso de suas *fachadas*. A idéia de *definição da situação* faz referência às relações de poder nos encontros presenciais e coloca em evidência a importância das *performances* de cada “ator social” na demarcação de sua posição diante de outros e o lugar que ocupa na situação interativa.

Cogitando sobre os argumentos e estratégias que utilizaria diante da câmera e as maneiras de apresentá-los, decidi-me por adotar uma linguagem informal, manifestar uma postura descontraída e demonstrar que tinha consciência de sua “boa reputação” entre outros “bons assaltantes”. Na condição de criminoso foragido, Lúcio tinha motivos para não aceitar encontrar com alguém que o colocaria como foco de uma “investigação”, mesmo que esta fosse acadêmica. Eu tinha consciência de que sua racionalidade não intercederia ao meu favor, já que ele teria maiores chances de ser prejudicado do que de obter algum tipo de ganho, aceitando colaborar. Tratei de recorrer a sua vaidade. No vídeo que o enviei, depois de afirmar a “competência” dele, menciono que sua imagem entre alguns outros praticantes de assaltos é negativa. Apostei que Lúcio não perderia a oportunidade de me apresentar sua própria versão de si.

Demonstrar interesse pelas habilidades dos meus interlocutores no ofício de organizar e executar “grandes roubos” foi um artifício que adotei várias vezes. Explorar a dimensão “técnica” e procedimental destas ocorrências, evitando mencionar seu caráter de crime violento, constituía uma poderosa via de aproximação com os sujeitos da pesquisa. Tal “sutileza” na abordagem de temas ou assuntos “delicados” foi adquirida a partir de sucessivos encontros com praticantes de assaltos, em um percurso de interlocuções consideravelmente longo, do qual falarei adiante.

As exigências apresentadas por Lúcio, minhas suposições acerca de suas exigências e a ansiedade que experimentei, antes e durante a primeira entrevista com ele — além de revelar as preocupações dele e minhas com a “definição da situação” na interação que desenvolveríamos — são ilustrativas de idiossincrasias desta temática de pesquisa, que engendrou relações e encontros balizados por arranjos e rearranjos, persistência e necessidade de negociar com os interlocutores as condições de sua realização.

Parte considerável das pessoas com quem mantive diálogos estavam usufruindo de livramento condicional⁶ ou eram foragidas da Justiça. Desta maneira, procedimentos como realizar encontros, explorar determinados temas e gravar nossas

⁶ *Livramento* ou *liberdade condicional* é o benefício concedido a presidiários condenados pela Justiça que, mediante alguns requisitos, abrevia sua permanência de reclusão em regime fechado.

conversas, demandavam argumentação e, em alguns momentos, insistência de minha parte. Quando havia recusas, minhas solicitações se transformavam em súplicas e quase sempre produziam concessões e renúncias, da parte deles.

O desenvolvimento deste trabalho não teria sido possível sem compreensão, paciência, confiança e alguma falta de noção do perigo, de ambos os lados. Eu sabia que era arriscado conviver com pessoas consideradas pela Polícia “bandidos de alta periculosidade”; inclusive, tinha consciência de que algumas delas já cometeram homicídios. Entretanto, naquele processo dialógico, eu não corria riscos sozinha. Também para os meus interlocutores soava “perigoso” falar sobre seus métodos de realizar assaltos e revelar detalhes sobre ocorrências nas quais tiveram participação. A única garantia de que não seriam prejudicados era a minha promessa de não publicar seus nomes ou dados que permitissem identificá-los. Assumi compromissos de que não divulgaria informações ou declarações obtidas, vinculando-as às identidades dos entrevistados.

Colaborar com a pesquisa, significava me deixar ciente de acontecimentos e atitudes capazes de agravar suas fichas policiais, caso ganhassem visibilidade pública. Aqui não se tratava somente de preservar a privacidade ou a intimidade dos entrevistados, mas estavam em questão a liberdade jurídica deles e das pessoas mencionadas em suas falas.

1. 1. Construindo Caminhos para uma Aproximação Etnográfica.

Meu primeiro contato com pessoas que participam diretamente de grandes roubos ocorreu em março de 2003, durante o desenvolvimento do trabalho de campo para produção de minha dissertação de mestrado em Sociologia. Naquele período, entrevistei pessoas nascidas em várias regiões do país, condenadas por participação em assaltos contra bancos, carros-fortes e empresas de guarda-valores, reclusas em uma prisão de segurança máxima. Realizadas no interior de um instituto penal, as entrevistas tinham datas, local e duração determinados pela direção do estabelecimento. Eu estava interessada em discutir a racionalidade teleológica, no sentido weberiano, imersa nas operações de assaltos. Embora as condições de efetivação da pesquisa, limitassem às oportunidades de aproximação com os seus sujeitos, foi por intermédio daqueles entrevistados que tive acesso a vários outros assaltantes, usufruindo de livramento condicional ou foragidos da Justiça.

Convicta de que tinha interesse em continuar pesquisando as tramas dos grandes roubos e seus protagonistas, depois de terminada a pesquisa de mestrado, mantive encontros informais e realizei entrevistas com recorrência. Desde então, tive oportunidade de interagir com 41 praticantes de assaltos e foi possível estreitar laços com vários deles. Em meados de 2006, quando estabeleci um recorte empírico para esta tese, já tinha em mente “contatos” e laços que havia conseguido construir, anteriormente.

Elucidar uma ocorrência de assalto, contemplando suas “fachadas” e “bastidores”, afinidades e desentendimentos entre os participantes da ação criminosa, e, ao mesmo tempo, explorar “experiências” constitutivas de algumas destas trajetórias, seriam pretensões inexequíveis se, a pesquisadora já não tivesse entrosamento e, alguma confiança dos sujeitos de sua pesquisa. Foram as possibilidades reais de obtenção de informações que me levaram a escolher, dentre tantas ocorrências possíveis, o assalto contra a *Secure Cash's Transport*, registrado no ano de 2002, para funcionar como uma espécie de *locus* empírico de análise, a partir do qual seria conduzida a reflexão das características e usos da performance neste tipo de operação. Penso que o trabalho de campo que desenvolvi nos três últimos anos, não teria sido possível sem as “amizades” e vínculos decorrentes da pesquisa para a minha dissertação de mestrado. Algumas relações desenvolvidas naquele período ganharam consistência, antes mesmo, que eu tivesse ingressado no doutorado.

Desde 2003, eu havia me aproximado de Bernardo Belini e Auricélio Miranda, dois dos organizadores do assalto contra *Secure Cash's Transport*- SCT. Fui apresentada a Auricélio em uma festa na casa de um ex-detento, que comemorava a saída da prisão. Alguns meses depois que o conheci, Auricélio também foi capturado e permaneceu no presídio por quatro anos, local onde o encontrei, durante o ano de 2007, pelo menos cinco vezes. Em janeiro de 2008, ele foi beneficiado com o livramento condicional. Depois que saiu da penitenciária, Auricélio intermediou meu acesso a outros dois participantes do crime contra a SCT: Benício Feitosa e Francinaldo Lima.

A aproximação com Bernardo e a sua esposa, que se chama Dalila, também foi possibilitada por uma das pessoas que conheci durante a pesquisa na prisão. Dalila é formada em Administração de Empresas e sempre foi muito simpática. Ela e eu temos a mesma idade e nos tornamos amigas em poucas semanas. Nossos laços se estreitaram de tal modo que fui convidada a participar de alguns momentos importantes da vida dela, tais como a defesa da monografia de graduação e o nascimento do primeiro filho. A amizade de Dalila fez com que eu ganhasse a confiança de Bernardo, que tem sido um dos interlocutores mais presentes deste trabalho. Freqüentar a residência do casal me possibilitou encontrar

vários outros assaltantes, inclusive Fernando Mendes e Lúcio Canoas, “peças” fundamentais no planejamento e articulação da operação contra empresa de guarda-valores. Lúcio, por sua vez, levou-me a Valdir Conrado e Wilson Batista, também envolvidos naquela investida.

Em aspectos gerais, esta foi a rede de relação no âmbito da qual me movimentei e pude desenvolver diálogo com os protagonistas da milionária ação criminosa contra a SCT, tomada como *lócus* empírico deste trabalho.

Mesmo tendo optado por um recorte concentrado em uma ocorrência, vale assinalar que sucessivos encontros com algumas dezenas de praticantes de assalto não envolvidos no crime supracitado me permitiram ouvir relatos autobiográficos, narrativas de vivências e experiências de transgressões, as mais diversas. Tal acervo de informações tem funcionado como um horizonte ou aparato hermenêutico para minhas reflexões e suposições sobre os grandes roubos e seus protagonistas. De forma geral, esta pesquisa foi conduzida pela alternância de entrevistas, conversas informais e momentos de convívio junto a praticantes de assaltos, seus familiares e amigos. Seguramente, houve proximidade e imersão no universo dos sujeitos da pesquisa. Entretanto, é preciso ressaltar que os dados obtidos e aqui expostos resultam menos de observação direta do que das declarações dos meus interlocutores. Tendo em mente uma tradição ou modelo “clássico” de etnografias antropológicas embasadas na “observação participante”, a limitada proporção de informações e análises pautadas no meu testemunho pode vir a ser interpretada como uma lacuna neste trabalho.

Bronislaw Malinowski (1976), o responsável pela sistematização do método que se tornou referencial para o trabalho de campo na Antropologia, recomenda o longo convívio do pesquisador com povos que pretende estudar, enfatizando que este deve manter-se atento ao que as pessoas fazem e dizem, observando suas atividades diárias, desde as mais corriqueiras até os acontecimentos solenes e “incidentes reveladores”. Somente a proximidade e a permanência demorada junto aos grupos pesquisados possibilitariam o desvendamento de suas lógicas, valores e instituições. Embora conceda importância às “declarações nativas”, para Malinowski (1976; 2003), é da observação que provêm os dados mais importantes de uma etnografia, pois ela possibilita a apreensão dos “imponderáveis da vida real” e traços culturais que tendem a ficar ocultados nas falas dos sujeitos pesquisados. No discurso “nativo” estaria contido todo um conjunto de “representações” capaz de levar o antropólogo a conclusões diferentes daquelas baseadas na observação (Malinowski, 1976; 2003).

Na caso desta pesquisa, a ilegalidade concernente às práticas analisadas e a condição “criminosa” das pessoas com quem mantive interlocução impediram o exercício da “observação participante”, tal como concebida por Malinowski (1976). Seria inviável presenciar os entrevistados exercendo o “ofício” deles. Na verdade, eu nunca estive disposta a observá-los, elaborando seus planos de roubo, discutindo entre si sobre estratégias e detalhes destas operações, empunhando armas, rendendo vítimas, tomando dinheiro e empreendendo fuga, dentre outros momentos concernentes às suas ocupações delituosas. Penso que não seria adequado “acompanhar” tais ocasiões, nem estou certa de que conseguiria permissão para tanto. Tal restrição evidencia uma limitação fundamental à “observação” em meu trabalho.

Por outro lado, pude exercitar amplamente a “participação” em ocasiões e momentos “não criminosos” da vida destas pessoas. Partilhei de numerosas situações em que assaltantes desempenharam os papéis de pais, maridos, vizinhos, anfitriões, namorados, dentre outros que exercem corriqueiramente. Inserida nas rotinas de suas residências e inteirada de seus costumes diários, mantive relações cordiais com seus familiares e amigos. Tal entrosamento fez com que o universo dos grandes roubos, em algumas de suas nuances, fosse descortinado, por uma perspectiva singular. Pude vislumbrar o reflexo destas operações sobre o cotidiano dos seus protagonistas e suas usanças: as habilidades que consideram importantes de serem desenvolvidas e aperfeiçoadas, as quantias que gastam para organizar cada assalto, os critérios que utilizam para escolher “comparsas”, as suspeitas que direcionam sobre os colegas, o sofrimento e a preocupação experimentados quando amigos morrem ou são presos, a satisfação em mencionar e usufruir de propriedades e objetos luxuosos.

Embora a dimensão criminosa deste *métier* tenha impossibilitado o desenvolvimento satisfatório da “observação”, a inserção que cheguei a alcançar em locais, ocasiões e contextos, não diretamente associados a suas atividades ilegais, veio potencializar o alcance epistemológico das situações de interlocução. Diante de uma confluência de circunstâncias e condições que me impediam recorrer a outras modalidades de dados e informações, a “entrevista” se apresentava como a alternativa profícua e ao meu alcance para acessar situações, em que os sujeitos da pesquisa colocavam em prática suas habilidades de “assaltantes”, momentos nos quais não era possível eu estar presente. Cabia-me refletir sobre a viabilidade deste instrumento de pesquisa e refinar suas possibilidades dialógicas e vias de fluidez comunicativa.

1. 2. Potencial e Limites da Entrevista como Técnica de Pesquisa e Ato Dialógico.

Demonstrar a Lúcio, na gravação em VHS que o enviei, o quanto estava ciente de suas habilidades como “profissional” de grandes assaltos não se tratava de proferir elogios por si mesmos. Tal iniciativa era fundamentada na percepção de que, para os participantes destas operações, assaltos são “negócios” e que aptidões múltiplas são necessárias para executá-los. Sendo assim, buscava não somente manifestar que minha percepção de tais operações tinha semelhanças com as visões das pessoas que os executavam, mas, procurava também, apresentar uma concepção destes crimes diferente daquelas que orientam julgamentos e ações de delegados de Polícia e magistrados.

Esta estratégia discursiva foi resultado de algumas reflexões e descobertas inerentes à utilização de entrevistas como técnica de pesquisa e refletia escolhas metodológicas. À medida que tive oportunidade de conversar com assaltantes naturais ou atuantes em diferentes estados do país, obtendo informações e ouvindo narrativas sobre as mais diversas trajetórias criminosas, fui percebendo que as entrevistas que me concediam eram apenas “mais uma” das modalidades de situações interativas, mediada por perguntas e respostas, às quais estavam expostos. Praticantes de assaltos, quando capturados, são submetidos a interrogatórios aplicados por delegados de Polícia. Também nas vezes em que são julgados pelos crimes cometidos, promotores e juizes de direito os interpelam. Quando prestam depoimento ou estão diante de um júri popular, estas pessoas se confrontam formalmente com valores e noções que reprovam e estigmatizam o crime, amplamente elucidados na análise sociológica de Emile Durkheim.(1997; 2001).

Afirmando que o crime é um “fato social normal”, Durkheim (2001) assinala que a incidência deste fenômeno tem sido registrada em sociedades de todos os períodos históricos e localizações geográficas. Entretanto, o autor acrescenta que — sendo a incidência de crime geral — também é “geral” o anseio das coletividades para que as infrações sejam punidas, fator que leva a uma evolução do direito e da moral. Apresentando a consciência coletiva como instância geradora de “representações” e “fatos sociais”, ele afirma que alguns valores estão mais cristalizados e desencadeiam uma “maior coercitividade”. Estes são os que fundamentam as leis. Portanto, os códigos jurídicos são expressões das ações que atentam mais fortemente contra a moral e os costumes socialmente instituídos, tais códigos definem e classificam os crimes e estabelecem suas respectivas sanções. Nas sociedades modernas, o direito penal funcionaria como uma espécie de centro nervoso das consciências

coletivas, expressando os valores mais caros às coletividades. As penalidades mais rígidas, respectivas aos crimes tidos como mais graves, são apresentadas como resquício do direito repressivo, típico das sociedades pré-industriais. De acordo com Durkheim, o direito penal teria uma matriz passional e por meio dele a sociedade busca se vingar dos transgressores, levando-os a expiarem suas culpas (Dürkheim, 1997; 2001).

Nas sociedades contemporâneas, às Polícias e ao Poder Judiciário, na condição de aparelhos estatais de repressão e punição ao crime, são atribuídas funções associadas à operacionalização da “consciência coletiva”, estabelecendo ou efetuando a punição dos transgressores. Portanto, nas situações em que praticantes de assaltos estão face a face com delegados de Polícia, promotores e juízes, as práticas nas quais se consideram habilitados são incriminadas e reverberam em sanções prescritas no Código Penal. Tais julgamentos e interrogatórios constituem eventos comunicativos, componentes de suas trajetórias. São vivências, quase sempre, associadas a prisões e condenações judiciais, figurando como momentos ruins em suas lembranças.

Evidenciava-se que as entrevistas, eventos pelos quais eu vinha interagindo com a maior parte dos sujeitos da pesquisa, apresentavam semelhanças com as ocasiões em que eles prestam depoimentos nas delegacias e nos fóruns judiciais. Tratavam-se, ambas, de modalidades comunicativas estruturadas em perguntas e respostas, cujos focos de interesse estavam direcionados para suas participações em ocorrências de assaltos. Tal percepção me ocorreu durante a realização do referido trabalho de campo junto a presidiários e levou-me a uma busca deliberada por me apresentar diferente dos representantes da Polícia e da Justiça. Todavia, o fato de nossa interação ocorrer no interior de um Instituto Penal acabava por minar meus esforços.

Ao manifestar, diante dos meus interlocutores, que considerava “habilidades” as atividades que desenvolvem em uma operação de assalto — ao invés de “negativá-las” ou enfatizar que constituem ações criminosas — além de ser uma atitude resultante de um aprendizado sobre as maneiras de significar estas ocorrências por assaltantes, eu buscava evitar que nossa interlocução fosse associada aos momentos em que são avaliados por representantes do poder público, encarregados de lhes prescrever ou aplicar punições. Tratava-se de um artifício para superar algumas das restrições inerentes ao tipo de encontro com “o outro” que o contexto de realização da minha pesquisa estava possibilitando.

Em *Learning how to ask*, C. Briggs (2003) critica o fato de a entrevista ter sido apropriada nas ciências sociais como método tradicional, eficiente por si mesmo e ser utilizada, irrefletidamente, nas mais diversas situações. Ele alerta que esta técnica de pesquisa

nada mais é do que uma modalidade de evento meta-comunicativo típico das sociedades anglo-americanas, e que sua eficiência não pode ser generalizada a todos os contextos, porque cada comunidade ou grupo desenvolve padrões específicos de pensamento, sentimento e fala. De acordo com Briggs (2003), são recorrentes os casos em que o pesquisador introduz entrevistas sem que o “informante” esteja habituado aos repertórios e normas comunicativas inerentes a esta forma de evento.

As observações do autor coadunam com tentativas de reformular esta ferramenta de pesquisa, que empreendi durante a realização do meu trabalho de campo. As especificidades do ofício e vivências de praticantes de assalto me sensibilizaram para a necessidade de conceder a nossa interlocução formatos que a aproximasse de eventos comunicativos com significação positiva para os entrevistados. Vale ressaltar que não verifiquei entre eles “ausência de competências ou familiaridade com repertórios e normas comunicativas” impostos pela entrevista, mencionados por Briggs (2003). Os sujeitos da pesquisa, em sua maioria, apresentaram um extenso vocabulário, falas articuladas e demonstraram desenvoltura nas formas de expressão verbal, quase sempre, obedecendo à norma culta da língua portuguesa. O receio que passei a alimentar, sobre o alcance epistemológico das entrevistas junto aos meus interlocutores, era referente à significação que esta forma de comunicação assumia, tendo marcantes semelhanças com os interrogatórios que lhes são impostos por delegados de Polícia e por representantes da Justiça, em momentos tidos como “ruins” e significados como “sofrimento”, em suas trajetórias. Tal associação era incômoda e produzia efeitos negativos sobre nossa interação.

Briggs (2003) assinala que a estrutura das entrevistas pressupõe a concordância implícita das partes envolvidas em obedecer a certas normas comunicativas e têm o efeito de canalizar a atenção dos participantes para tópicos e questões introduzidos pelo pesquisador, numa seqüência ordenadora de perguntas e respostas. Nesta modalidade de encontro, ganhariam ênfase os papéis que cada um dos participantes ocupa na escala social e as diferenças entre as posições de pesquisador e entrevistado. Em minha experiência etnográfica, o roteiro foi o componente desta técnica que mais gerou embaraço. A predeterminação dos assuntos abordados tinha o efeito de conceder às interlocuções uma conotação impositiva ou autoritária. Algumas vezes recebi recomendações dos sujeitos da pesquisa, como as seguintes: “da próxima vez não traga esse papel não” ou “deixe esse papel pra lá e vamos conversar de verdade”.

Para Cardoso de Oliveira (1998), no ato de ouvir o entrevistado, o pesquisador exerce um poder extraordinário, mesmo quando pretende se posicionar como

observador neutro. Perguntas feitas em busca de respostas pontuais, somadas com autoridade de quem as faz, independente do pesquisador ser autoritário ou não, criariam um “campo ilusório de interação”. Para ele, o poder subjacente às relações humanas, quando se trata da relação “pesquisador/informante” tem o efeito de empobrecer o ato cognitivo. A entrevista e sua estrutura viriam implicar no tratamento do “outro” como “informante”, estabelecendo um tipo de relação que não cria condições de efetivo diálogo (Cardoso de Oliveira, 1998). Nos primeiros encontros que tive com praticantes de assaltos, além da imposição prévia de uma estrutura ao diálogo que seria desenvolvido em campo, característica da entrevista, preciso mencionar que minha inexperiência e a antipatia diante dos sujeitos da pesquisa foram fatores que afetaram nossas conversas. Algumas vezes fui insistente, introduzindo temas que causavam constrangimento aos entrevistados, ou repetindo perguntas das quais eles queriam se esquivar. Felizmente, muito cedo tomei ciência dos prejuízos que essa postura poderia redundar e mudei de atitude. Foi depois que estive disposta a me aproximar daquelas pessoas, e tentar apreender a dinâmica de seus cotidianos e trajetórias, que os “efeitos empobrecedores” da estrutura das entrevistas se fizeram sentir em nossa interação e comecei a pensar em maneiras de redimensioná-las.

Conforme assinalei anteriormente, a impossibilidade de recorrer à observação nas situações em que praticantes de assalto planejam e executam seus crimes, impunha-me a utilização da entrevista como método de pesquisa. Restava-me sofisticá-la, tornando mais sutis as maneiras de fazer perguntas e abordar assuntos “delicados”. Quando acreditei ter alguma compreensão das dinâmicas de atuação, relações e valores em circulação no mundo dos grandes roubos, procurei apreender, pela ótica dos meus interlocutores, alguns temas que se colocam em primeiro plano nas suas rotinas, tais como leis, perseguição policial, a profissão de assaltante e as mulheres. Ao invés de elaborar perguntas precisas e esperar repostas pontuais, lançava questões confusas, suscetíveis a variadas interpretações. Algumas vezes apresentei situações hipotéticas, indagando sobre opiniões ou atitudes do entrevistado, diante de tais circunstâncias. Procurava deixar uma ampla margem de possibilidades para a formulação das respostas e buscava suscitar narrativas ao invés de descrições.

Durante nossas longas conversas, quase sempre fui bem sucedida na tentativa de incorporar seus repertórios lingüísticos. À medida que a gama de assuntos abordados se tornava ampla, eu me permitia fazer perguntas referentes a subjetividades e fui perdendo a ansiedade em abordar temas diretamente vinculados a atividades criminosas. Aprendi sobre as questões mais adequadas em cada ocasião e a entonação de voz que deveria utilizar para colocá-las. Sendo assim, antes de perguntar sobre a iniciação no mundo das

ilegalidades ou sobre um “grande roubo” específico, deixava que os entrevistados discorressem sobre pessoas, acontecimentos e objetivos que consideravam relevantes, por vezes, eu perguntava sobre suas famílias, filhos, amores e dissabores. Apostei também em informações decorrentes de reminiscências e relatos, sem serem diretamente indagadas. Tendo sido a maior parte da pesquisa, realizada junto a pessoas que estavam fora da prisão, foi possível encontrá-las em locais que elas mesmas escolheram. Realizei entrevistas em praças, restaurantes, casas de amigos e, até mesmo, na calçada de uma igreja. Os ambientes escolhidos quase sempre foram descontraídos, por vezes públicos e em nada se assemelhavam à atmosfera de uma delegacia ou de um gabinete judicial.

Existem marcantes diferenças qualitativas entre as entrevistas que realizei nas primeiras ocasiões de contato direto com praticantes de assalto e aquelas que vim a realizar posteriormente. No início desta investida etnográfica, minha relação com os interlocutores apresentava traços da relação “pesquisador/informante”, criticada por Cardoso de Oliveira (1998). O desenvolvimento de afinidades e vínculos com os entrevistados, junto com um alargamento da compreensão de suas atividades ilegais e formas de significar vivências possibilitou uma relação dialógica. Foram atenuados estranhamentos, desconfianças e hesitações que, inicialmente, eram contundentes e recíprocos. No decorrer do trabalho de campo, creio ter havido o importante processo que ressalta Cardoso de Oliveira (1998), de transformação do “informante” em “interlocutor”, correspondente a uma nova modalidade de relacionamento entre ambos, balizado pela dialogia. De acordo com o referido autor, a relação dialógica possui uma superioridade sobre procedimentos tradicionais de entrevistas porque faz com que horizontes, anteriormente, em confronto venham se abrir para um “outro e verdadeiro encontro etnográfico”. Segundo ele, estando o pesquisador aberto para ouvir o “nativo” e por ele ser igualmente ouvido, cria-se um espaço semântico partilhado por ambos os interlocutores, no âmbito do qual pode ocorrer uma fusão de horizontes. Ao trocarem idéias e informações entre si, observador e os sujeitos observados constroem um diálogo metodologicamente superior à relação “pesquisador/informante” (Cardoso de Oliveira, 1998).

Durante a realização do trabalho de campo, foi possível amenizar estranhamentos e conotações hierárquicas concernentes à relação entre pesquisadora e sujeitos de sua pesquisa, inclusive àquelas decorrentes da estrutura da entrevista. Embora tenham persistido fragilidades comunicativas e ocasionais ausências de veracidades dos dois lados, houve dialogia. Estou ciente, no entanto, que ter desenvolvido interlocução, e procurado fundir meus horizontes com os de praticantes de assaltos, não implicou na neutralização das numerosas assimetrias mediadoras de nossa relação.

Para Rouanet (2002), diálogos entre pesquisadores e “nativos” jamais podem ser pensados como relações simétricas, nem propiciam o exercício da razão comunicativa. Segundo ele, trata-se de um tipo de interlocução ambígua, que é simétrica e assimétrica, ao mesmo tempo. Seria simétrica, porque é regida por uma ética discursiva aplicável a todos os participantes e porque os princípios básicos da argumentação, tais como liberdade e igualdade argumentativas, valeriam para todos. Mas seria também, assimétrica: embora antropólogos e nativos sejam *sujeitos* da argumentação, só os “nativos” são *objetos*. A incursão do antropólogo sobre sociedades alheias, sem que haja contrapartida das pessoas e grupos observados, sobre a sociedade do antropólogo, impediria que a comunicação que ele desenvolve em campo possa ser considerada “discurso”. Assim, Rouanet (2002) denomina “quase-discurso” os diálogos que estabelecemos com nossos interlocutores, sinalizando que a simetria de tais interações é apenas parcial. Tendo fins expressamente cognitivos, o “quase-discurso” seria eminentemente teórico. O autor ressalta uma “tradição positivista e relativista na antropologia, que recomenda o investigador a colocar entre parênteses os seus pontos de vista enquanto realiza uma pesquisa” (Rouanet, 2002: 126), e defende a superação desta postura. Ele propõe que o antropólogo venha abordar também questões normativas:

(...) se o antropólogo quiser levar a sério o seu papel dialógico, terá que entrar no jogo argumentativo, apresentando argumentos tanto em questões de fato - a magia é ou não instrumentalmente eficaz, a feitiçaria pode ou não induzir à doença e à morte de uma pessoa? - como em questões normativas e axiológicas - o infanticídio é ou não legítimo? Em questões factuais o antropólogo se comportará como se estivesse num verdadeiro discurso teórico, e em questões de legitimação, sem em nenhum momento perder de vista seu interesse cognitivo, deverá entrar na argumentação sobre a validade das normas, exatamente como se estivesse num discurso prático (ROUANET, 2002:125).

De acordo com este raciocínio, a melhor maneira de reconhecer à dignidade humana e a racionalidade “nativa” seria incluí-los na esfera da argumentação, “em vez de mantê-los num santuário extra-argumentativo” (Rouanet 2002:125). Rouanet reconhece que há casos em que as dificuldades de conduzir pesquisas pela via do “quase discurso” são maiores, ele cita como exemplo hipotético uma incursão etnográfica à subcultura dos SS, na Alemanha nazista, e faz referência ao trabalho de campo realizado por V Crapanzano (1986), entre os racistas da África do Sul. Alguns grupos teriam um poder maior de desencorajar o confronto de idéias contrárias e tentativas de argumentação.

Mesmo diante de “nativos” em que o “quase discurso” é aparentemente inviável, Ruanet (2002) acredita que o antropólogo deve buscar o debate e ousar refutar idéias dos seus interlocutores, somente recorrendo a outras alternativas para desenvolver sua etnografia se, as iniciativas de promover a argumentação se mostrarem inviáveis.

Embora esteja de acordo com os argumentos do autor e acredite nos ganhos metodológicos que o investimento no “quase discurso” é capaz de promover para compreensão do universo simbólico dos grupos observados em etnografias, durante a realização do meu trabalho de campo, não pude me valer de tal ferramenta epistemológica. Sendo os meus interlocutores pessoas que incorrem em práticas socialmente condenadas, e que são desenvolvidas na clandestinidade, provavelmente seria interessante promover, metodicamente, uma discussão normativa sobre o *metier* criminoso dos entrevistados, analisar suas justificativas ou formas de legitimação invocadas. No entanto, nas situações em que poderia ter refutado seus argumentos, promovendo confronto de idéias, ou acareações de sentenças com pretensão de validade, tive receio de gerar hostilidade, desconfianças e prejudicar minhas tentativas de aproximação etnográfica.

Na verdade, vejo o recurso metodológico sugerido por Rouanet (2002) como um interessante exercício comunicativo, mas que só pode ser desenvolvido depois de garantida a inserção do estudioso entre os sujeitos de sua pesquisa, e mesmo assim, os debates e confrontos de idéias devem ser introduzidos e gerenciados com muito cuidado. Em uma temática como a que pesquisei, utilizar o “quase discurso” como “porta de entrada no campo” provavelmente teria sido catastrófico.

Algumas vezes, consegui ser franca e discordar de suas afirmações em favor de práticas criminosas como alternativa de vida, cheguei a dizer a Bernardo, a Auricélio e a Lúcio que considero a “profissão assaltante” uma opção de vida absurda e desonesta e que acho covarde a atitude de ameaçar pessoas, utilizando armas. Porém, nem sempre tive coragem de argumentar da maneira que gostaria, diante de todos os entrevistados. As vezes que ousei iniciar uma discussão e manifestar minhas opiniões sobre suas atividades ilegais, foram com pessoas de quem acreditava ter me aproximado mais. Minhas iniciativas esporádicas em estabelecer um diálogo normativo, e exercitar o “quase discurso” foram estimuladas mais por laços afetivos e pela confiança recíproca. Somente cheguei a confrontar as idéias de pessoas que considerava meus amigos e sabia que se viesse ofendê-las, tal desentendimento não culminaria em rompimento definitivo do nosso diálogo.

Sem me sentir segura para apostar no embate de argumentos contrários concernente ao “quase-discurso”, minha estratégia retórica se fundou numa postura contrária:

a apreensão e manuseio da “perspectiva” e visões dos meus interlocutores. Evitando associar participações em grandes roubos a “culpas” ou punições, este assunto, durante as entrevistas, perdeu a contundência de um “tabu” e passou a ser comentado de maneira espontânea. Tal maneira de conduzir nossos diálogos e de me referir as suas práticas “criminosas” emergiram como uma tácita “negociação de sentido”. Mobilizar, como aporte discursivo, a concepção de que participações em operações de assalto são negócios permitiu que largos canais de comunicação fossem abertos. Com isto, também evitei que nossas conversas pudessem ser identificadas com os interrogatórios que os entrevistados se submetem quando são presos ou estão sendo julgados.

1. 3. Subjetividades e Reciprocidades, possibilitando Descobertas Etnográficas.

A tradição racionalista do pensamento ocidental, junto com a orientação positivista das ciências sociais, em seu processo de institucionalização, em larga medida, explicam a legitimação da “objetividade” como qualidade e condição para a cientificidade destas disciplinas. Em autores como Durkheim (2001) e Spencer (1896), a preocupação em eliminar a subjetividade do conhecimento sociológico não só é explícita, mas chega a modelar um projeto epistemológico em suas obras.

A associação entre ciências e objetividade se faz marcante também no pensamento de Max Weber. Inspirado na hermenêutica de Wilhem Dilthey, Weber apresenta as chamadas “ciências do espírito” como um tipo de conhecimento diferente das ciências naturais e argumenta que estas devem se pautar por princípios e formas de validação compatíveis com suas especificidades. Ele foi um dos poucos intelectuais do século XIX, a integrar a emoção no seu repertório de categorias, apresentando-a como princípio de orientação para um dos seus “tipos ideais” de “ações sociais”. Weber reconhece que os valores são indissociáveis das análises das ciências humanas e que a neutralidade, da maneira como é concebida pelas ciências da natureza, é inatingível para o pensamento social. Todavia, nem mesmo Weber escapa à tendência dominante em sua época de vislumbrar mecanismos e ferramentas analíticas para “controlar” a subjetividade nas ciências sociais e humanas. Em sua reflexões epistemológicas, a emoção, bem como os valores, acaba ficando relegada à condição de elemento que inviabiliza a produção de um conhecimento generalizável e de longa duração, nos domínios das ciências do espírito (Weber, 1981; 2004).

Trabalhos como os de Malinowski (1976) e Radcliffe-Brown (1973) amplamente expressam a influência do positivismo na recém-nascida Antropologia. Em seus argumentos, é evidente a crença de que é possível trazer às modernas sociedades ocidentais “verdades” sobre “culturas” distantes e exóticas. Tal pretensão foi progressivamente sendo abalada no debate que se desenvolveu na segunda metade do século XX. Embora o rigor e a objetividade continuem sendo critérios de validação dos trabalhos, o desprezo pela subjetividade e busca por eliminá-la nas pesquisas deixou de ser uma postura generalizada na disciplina. A partir dos anos de 1960, verifica-se uma tendência das etnografias a incorporarem reflexões sobre o contexto, os quais se desenrolam os trabalhos de campo, e os impactos sobre o conhecimento daí advindos.

Ao se colocar em questão as condições de realização de etnografias, uma série de experiências vivenciadas por antropólogos passam a ser problematizadas. No âmbito destas discussões, a relação entre pesquisador e “nativos” aparece como um dos pontos que ganharam maior ênfase. Algumas das principais contribuições a este debate têm sido dadas pela antropologia norte-americana, são as chamadas “etnografias dialógicas”. Somente para citar dois relevantes exemplos, os trabalhos de Paul Rabinow (1977) e Kevin Dwyer (1982) revelam amplamente o contexto de realização de suas pesquisas de campo e se mostram preocupados não somente com a “validade” das informações obtidas, mas refletem sobre a natureza da relação que constroem e situações de diálogo desenvolvidas, durante o processo de produção de suas etnografias.

Reflections on Fieldwork de P. Rabinow (1977) constitui uma sucessão de narrativas dos encontros do pesquisador com três “interlocutores”. No decorrer do livro, percebe-se que cada um dos encontros e diálogos elucidados somente se torna compreensível pela narrativa dos encontros seguintes. Além de refletir sobre sua experiência em campo, Rabinow constrói uma espécie de retrato de cada um dos sujeitos de sua pesquisa e da relação que desenvolveu com eles, inclusive as afinidades e conflitos decorrentes destas interações.

Kevin Dwyer, em *Moroccan Dialogues* (1982), não só descreve seus entrevistados e as características de sua interlocução com eles, mas busca inserir o leitor no próprio contexto de realização da pesquisa. Neste livro, Dwyer publica, na íntegra, seus diálogos com um agricultor marroquino, contemplando temas como festas, brigas, casamentos, migração, circuncisão, dentre outros. O autor argumenta que a estratégia que utiliza é a única capaz de promover alguma simetria às relações desenvolvidas durante o trabalho de campo.

Um outro caso ilustrativo da importância que os interlocutores e suas relações com os antropólogos adquirem, remete aos anos de 1960, é a coletânea publicada por Joseph B. Casagrande (1960), *In Company of Man*, constituída de vinte artigos escritos por diferentes pesquisadores, entre eles Vitor Turner, Charles Wagley e Clyde Kluckhohn. Nestes artigos, os autores discutem suas experiências em campo a partir das relações mantidas com os “informantes” favoritos. Em todos estes trabalhos, a subjetividade, embora nem sempre diretamente abordada, aparece como elemento criativo, e que pode trabalhar a favor do etnógrafo.

O livro *Worker in the Cane*, publicado também no ano de 1960, por Sydney Mintz tem sido bibliografia de referência para muitos destes “jovens” antropólogos, cujos “informantes” são focalizados no primeiro plano de suas etnografias. No texto, Mintz apresenta a “história de vida” de Dom Taso, operário agrícola porto-riquenho. O livro foi possibilitado por uma pesquisa de campo que durou mais de um ano e que, inicialmente, resultou em publicações sobre compadrio e loteria ilegal em Barrio Jauca, comunidade proletária de Porto Rico. Em sua estadia no povoado, Taso foi uma das primeiras pessoas com quem o antropólogo estabeleceu contato e, que segundo ele, mostrou-se a mais cooperativa e inteligente. Depois de ter defendido e publicado sua tese de doutorado, alguns anos depois da primeira pesquisa, Mintz retorna a Porto Rico para escrever a “história de vida” de Taso. Neste trabalho, o pesquisador externa sua admiração e afeto por seu interlocutor.

Diante da repercussão de *Worker in the Cane*, que foi amplamente elogiado e criticado por estudiosos como Dwyer, Casagrande e Geertz, Mintz (1984), no artigo *Encontrando Taso me descobrindo*, reflete sobre o contexto de produção do livro, junto com Taso. O autor se refere à afinidade com seu “amigo” de Porto Rico como “alguma ‘química’ de almas irmãs” e argumenta que ao invés de inviabilizar a produção de um texto convincente, tal afeição teria criado um contexto favorável à obtenção de informações relevantes. De acordo com Mintz (1984), durante a realização de um trabalho de campo, algumas contingências tendem a aproximar as pessoas envolvidas:

É necessário que se esclareça que se alguém quer fazer perguntas, ao invés de observar comportamentos indiscriminadamente, tais perguntas devem ser feitas a outro alguém.(...) Seria tão erroneamente supor que os informantes são indiferentemente iguais enquanto fonte de informação, quanto supor que um informante pode ser adequado para qualquer informação necessária para se descrever a cultura de uma comunidade. (MINTZ, 1984:50).

Mintz (1984) enfatiza que a subjetividade do pesquisador por vezes interfere na própria seleção dos “informantes”, já que a afinidade e o reconhecimento de qualidade, em alguns casos, são os critérios da escolha. Segundo ele, as três razões pelas quais os “informantes” mais têm sido escolhidos, desde os primórdios da disciplina antropológica, são:

(...) 1) o antropólogo dirá que o informante escolhido era particularmente competente entre os membros da comunidade conhecidos pelo antropólogo . 2) a pessoa escolhida teve contato anterior com elementos externos e pode mesmo ter sido informante de um outro antropólogo. 3) parece haver alguma simpatia mútua alguma química que parece, por assim dizer, que teria aproximado e mantido juntos o antropólogo e seu informante. (MINTZ, 1984: 50).

No caso específico de *Worker in the Cane*, Mintz afirma que a subjetividade não somente foi um critério determinante na escolha de Taso como um “informante co-autor”, mas teria sido a afeição entre ambos que o encorajou no projeto do livro.

Foi por causa de sua inteligência, sua amabilidade e seu desejo de ajudar que ele me tornou seu amigo. Foi porque éramos amigos que me atrevi a propor que, uma vez mais, trabalhasse comigo. Porque éramos amigos, acredito, ele concordou (MINTZ, 1984: 52).

As afirmações do autor, sobre o papel positivo da amizade no desenvolvimento do seu trabalho de campo chegam a ser entusiásticos. Definitivamente, a experiência de Mintz (1984) encoraja-me a admitir e dar relevo às relações mediadas por afeição no desenrolar de minha pesquisa. Assim como este autor americano, produzindo sua etnografia nos anos de 1950 em uma comunidade porto-riquenha, eu também fui beneficiada por laços de amizade construídos junto aos meus interlocutores.

Se adquirir a confiança e ser aceito por pessoas e grupos pesquisados quase sempre implica em dificuldades e incertezas ao antropólogo, quando se trata de “nativos”, cujas atividades ou saberes dependem do “segredo” para continuarem sendo desenvolvidas ou para “garantir a segurança” dos seus executantes, a tarefa é, especialmente, desafiadora. Nestes casos, é recorrente os estudiosos desenvolverem estratégias de negociação específicas para os obstáculos encontrados, de acordo com o contexto e as características dos informantes. Richard Price (1983), por exemplo, realizou um trabalho de

campo com os *saramaka*, descendentes de quilombolas, no Suriname. Entre os integrantes deste povo sul-americano que afirma raízes e tradições africanas, o *first time* constitui uma espécie de saber dos ancestrais e emerge como uma cosmologia que organiza crenças e hierarquias na vida social da comunidade. Frustrado porque o grupo *saramaka* se recusava a falar com ele sobre os saberes do *tempo primeiro*, Price recorre aos arquivos do governo colonial inglês em busca de informações que sobre àquela comunidade. Ao retornar ao Suriname, munido de informações sobre a história do grupo produzida pelo colonizador, considerado “inimigo” pelo povo *saramaka*, Price consegue negociar este “saber” em troca de conhecimento referente ao *first time* que lhe tinha sido vetado, até então. Desta maneira, o antropólogo conseguiu colocar em circulação um tipo “capital” que pôde acionar para dar continuidade ao seu trabalho de campo e penetrar saberes que pareciam ser inacessíveis, no início da pesquisa.

No caso de meu trabalho, os canais de inserção eram limitados e não havia uma moeda de troca possível, como aquela que foi descoberta por Price (1983). Se não fosse a proximidade, que aos poucos se transformou em laços de amizade, com alguns assaltantes e suas famílias, talvez não tivesse sido possível realizar uma pesquisa de natureza etnográfica, focalizando grandes roubos. Considerando a opção pelo recorte, em que analiso uma operação de assalto contra uma empresa de guarda-valores e elejo como interlocutores as pessoas que tomaram parte nela, se dois destes criminosos não tivessem chegado a me considerar uma “amiga”, não teria sido possível localizar, nem desenvolver diálogo com os outros envolvidos na operação.

Por serem meus “amigos”, Auricélio e Bernardo já me concederam várias entrevistas, conversaram seguidas horas comigo e são simpáticos às minhas curiosidades. Na condição de “grande amiga”, Auricélio me apresentou a Benício e Francinaldo, pediu-lhes que me dessem atenção e me respeitassem. Bernardo, embora não estivesse presente durante meus encontros com Fernando, informou-me sobre o paradeiro do amigo e o convenceu a me receber, assegurando-o de que eu sou uma pessoa confiável. Empenhado em prestar-me um favor, ele e sua esposa Dalila, foram insistentes nos pedidos para que Lúcio aceitasse me encontrar.

Em nossas longas e corriqueiras conversas, algumas informações “juridicamente comprometedoras” me chegaram como “confidências”. Apesar da vida atribulada de Bernardo e de suas contínuas mudanças de endereços, conseguimos nos comunicar por correio eletrônico, telefone e nos vimos com frequência. Tanta solidariedade e dedicação em suas atitudes podem soar intrigantes ou inacreditáveis. Porém, um fator que

funcionou a meu favor foi o significado que os praticantes de grandes assaltos, com quem mantive contato, demonstraram atribuir a algumas amizades.

No cotidiano destes “profissionais” do crime, acontecimentos decisivos podem se desenrolar de maneira inesperada e súbita, tais como enriquecimento, prisões, mortes, dentre outros. Incertezas e possibilidades de mudanças repentinas os levam a valorizar algumas pessoas e situações. Familiares e amigos que consideram confiáveis, ou sua companhia é tida como agradável, recebem tratamento diferenciado. A palavra recorrentemente utilizada pelos sujeitos da pesquisa, para se referir à postura diante das pessoas tidas como “amigas”, é “consideração”. Trata-se de um comportamento suscitado por afeto, admiração, confiança e interesse. A “consideração” promove solidariedade, dedicação e respeito aos amigos. Espera-se dos mesmos uma postura similar como contrapartida. Assim, um ciclo de complexos vínculos alimentados por dádivas e expectativas de reciprocidade se desenvolve em torno da idéia de “consideração” e dos comportamentos que tal postura suscita.

Tenho consciência de que a “consideração” que passei a usufruir e a ajuda que recebi da parte dos meus interlocutores, tiveram o efeito de me inserir em suas redes de relações e nas economias de trocas simbólicas sob as quais se movimentam. Tal inserção não poderia ser resultante de algo como simpatia instantânea ou identificação imediata. Acredito que a longa duração dos nossos vínculos foi o elemento determinante para que me contassem parte de seus segredos e me colocassem em contato com alguns dos seus amigos ou comparsas.

Na verdade, nunca esperei que os laços de afetividade construídos, fossem, por si mesmos, garantias do sucesso do meu trabalho de campo. Apesar de procurado deliberadamente me aproximar e cultivar laços de afetividade, jamais tive a ilusão de que “me tornar amiga” dos sujeitos da pesquisa aniquilaria todas as dificuldades de meu empreendimento etnográfico. Embora esteja certa de que tal proximidade assegurou a realização da maior parte dos encontros e entrevistas, tendo tornado agradável estas ocasiões, penso que a afeição redimensionou obstáculos, ao invés de aniquilá-los.

Estar inserida em redes de relação mediadas por “consideração” e ordenadas pela expectativa de reciprocidade exigia a compreensão das “obrigações” ou “posturas” que me cabiam. Estive exposta a testes e proações, quase sempre sutis, destinados a inferir o meu “grau de confiabilidade”. Nestas avaliações, o respeito por suas famílias e a discrição que tinha demonstrado freqüentando suas casas, parece ter manifestado o meu empenho em dar continuidade a nossos vínculos. Também o longo período decorrido, desde

que havia me aproximado de Auricélio e Bernardo depôs a meu favor. Em vários anos de contato, jamais tomei atitudes que viessem comprometê-los diante da Polícia ou da Justiça. Neste intervalo de tempo, tive oportunidade de acompanhar alguns momentos felizes e tristes de suas vidas.

Auricélio, por exemplo, conheci em 2003, fora da cadeia. Voltei a vê-lo, quatro anos depois, em um presídio. Posteriormente, quando ele já havia saído da prisão, pude visitá-lo em uma de suas residências. Embora tenha ido encontrá-lo no cárcere, pensando em realizar minha pesquisa e sempre o tenha deixado ciente dos meus objetivos, ele interpretou tais encontros como prova de amizade e, orgulhoso, menciona estas “visitas” diante das pessoas, às quais me apresenta como sendo sua “amiga”. A própria escolha dele para ser meu interlocutor é interpretada como indicativo de “consideração”. Envaidecido, ele ressalta que dentre tantos praticantes de assaltos que conheci nos últimos anos eu quis ouvir suas histórias e me interessei por analisar a trajetória dele. Mesmo estando esclarecido de que somente focalizarei sua biografia em um dos capítulos deste trabalho, Auricélio costuma afirmar diante de amigos que estou “escrevendo um livro” sobre sua vida.

Provavelmente a interpretação de minha atitude em encontrá-lo na prisão, é decorrência da solidão ou fragilidade emocional que o acometeram durante o período recluso na penitenciária, tornando-o grato àqueles que o visitaram. Parte dos meus entrevistados afirma que durante os meses e anos em que estão presos conseguem avaliar os amigos. Segundo estes, somente as pessoas leais se dão ao trabalho de fazer visitas a presidiários.

Em minha aproximação com Bernardo e Dalila, o elemento que tomam como demonstrativos da solidez dos nossos laços é a longa duração do convívio. De acordo com as considerações machistas de Bernardo sobre amizades femininas, um ano sem rompimentos é um período suficientemente longo para atestar a consistência destes vínculos. O fato de sua esposa e eu sermos amigas e nos vermos com frequência há mais de cinco anos, torna nossa amizade respeitável diante dele. Em larga medida é a aproximação com Dalila que me faz ser tida como uma pessoa “de casa” e alguém confiante aos olhos do marido dela.

A atmosfera de perigo e de desconfiança concernentes ao universo dos grandes roubos torna a aproximação com seus praticantes uma investida sem êxito garantido. Depois de um período, no qual estive em suspeição e somente foi possível contatos superficiais e distanciados, passei a participar da vida familiar de Bernardo — e de alguns outros praticantes de assaltos, cujas entrevistas não foram direcionadas especificamente para esta tese — pude ouvir e participar de conversas sobre o passado dele e de alguns dos seus

“colegas de trabalho”. Desta maneira, consegui me inserir em suas redes de relações sem quebrar “dinâmicas de reciprocidade” socialmente instituídas. Ter penetrado segredos e me mostrado capaz de guardá-los, contribuíram para me tornar digna de “consideração”.

Embora não tenha havido uma “química de almas irmãs” mediando minhas relações com meus interlocutores mais próximos, desenvolveu-se entre nós um grau considerável de confiança, que é recíproca. Hoje me preocupo sinceramente com o bem-estar daquelas pessoas e temo pelas adversidades que o futuro pode lhes reservar.

1. 4. Mediações de Gênero no Trabalho de Campo.

No universo predominantemente masculino da organização e execução de grandes roubos, o gênero da pesquisadora não foi um detalhe irrelevante. Ao tomar consciência das implicações de ser uma mulher entre assaltantes homens, tive condições de buscar meios de contorná-las, quando foram desfavoráveis ao andamento do trabalho de campo.

Womem in Field: Antropological Experiences é uma coletânea de artigos escritos por antropólogas sobre suas experiências de pesquisa. Na introdução deste livro, Peggy Goldy (1970), a organizadora, afirma que pesquisadoras do sexo feminino, nas interlocuções que desenvolvem durante seus trabalhos de campo, costumam ser posicionadas em lugares decorrentes das relações de gênero estabelecidas pelos grupos observados. Considerando que, as posições ocupadas por mulheres nas comunidades pesquisadas nem sempre permitem o acesso a determinadas modalidades de conhecimentos ou o exercício de atitudes investigadoras, tal contingência pode influenciar os resultados das pesquisas.

Os exemplos de Ruth Landes, no Brasil, e Annette Weiner, na Polinésia, são ilustrativos das implicações decorrentes do gênero das antropólogas. Landes esteve no Bahia, nos anos de 1940, pesquisando religiões afro-brasileiras. No relato de suas experiências, em *A woman anthropologist in Brasil*, a estudiosa americana afirma ter sofrido discriminação por ser mulher numa sociedade patriarcal e em um universo acadêmico considerado por seus praticantes um espaço exclusivamente masculino. Tais vivências a teriam tornado mais sensível para observações que resultaram em suas teses sobre o poder feminino no candomblé. A etnografia *Womem of value, Men of renown*, de Annette Weiner (1976), fornece outro exemplo interessante dos desdobramentos decorrentes do gênero da pesquisadora. Ao pesquisar os grupos anteriormente etnografados por Malinowski, a autora

teve acesso a cerimônias restritas às mulheres trombriandesas, que se mostraram imprescindíveis para a organização daquela sociedade, além das cerimônias, instituições e costumes descritos por Malinowski. As duas etnografias, apresentando perspectivas de homens e mulheres sobre suas culturas, demonstram que o gênero dos pesquisadores, junto com as condições específicas de realização dos seus trabalhos de campo e os contextos históricos sociais e políticos, entre outros fatores, interfere nas representações etnográficas elaboradas.

Nos anos de 1980, Alba Zaluar realiza sua pesquisa junto a moradores de Cidade de Deus, bairro do Rio de Janeiro, habitado por “classes populares”. Na época, aquela localidade apresentava elevados índices de criminalidade e fomentava notícias nas páginas policiais dos jornais, sendo difundida a imagem do lugar como violento e perigoso. Refletindo sobre o cenário de produção sua etnografia, a pesquisadora também assinala singularidades decorrentes de sua condição feminina, modelando o processo de pesquisa:

(...) ao contrário dos meus colegas homens não me vali da violência das perguntas excessivas e impertinentes que fazem a fama dos etnólogos (...). Ao invés da violência simbólica, o termo mais adequado para descrever a experiência que tive, como mulher de raça branca e de classe superior, é o da sedução, para que aceitassem minha pesquisa e minha presença, seguida da vivência muitas vezes passiva, outras assumidas dos vários papéis e funções que me iam sendo atribuídos (ZALUAR, 1995: 86 - 87).

Zaluar (1995) ressalta os papéis e profissões, os quais a comunidade associava sua estadia no local. Estes não somente revelavam a falta de conhecimento dos moradores de Cidade de Deus sobre as características e atribuições de uma pesquisa antropológica, mas expressavam as visões dominantes no bairro sobre as ocupações cabíveis a uma “mulher de raça branca e de classe superior”:

De enviada do governo para distribuir alimentos aos pobres, passando por jornalista, curiosa, juíza, patrona, agente de empregos, fotógrafa, escritora de livros sobre os heróis do lugar até amiga e historiadora deles, percorri uma longa trajetória de equívocos, nem tão engraçados, e de confusões que poderiam ter tido desfecho trágico, não fosse a minha capacidade de sair na hora certa (ZALUAR, 1995: 87).

Também em minha pesquisa de campo, papéis e visões endereçados ao sexo feminino tiveram interferência nas interlocuções desenvolvidas. Em alguns casos, esta

condição pôde ser mobilizada a meu favor. Por outro lado, quando o fato de ser mulher me parecia desfavorável, procurei romper com tratamentos e concepções dos meus interlocutores sobre estas.

A rigor as pessoas que anunciam o assalto, manuseiam armas, interceptam carros-fortes, invadem agências bancárias e intimidam reféns são do sexo masculino. São homens que articulam planos e providenciam toda a infra-estrutura necessária para a realização da ação criminosa. Nestas operações, as participantes do sexo feminino costumam ser esposas ou namoradas de algum dos homens envolvidos no roubo. As tarefas desempenhadas por mulheres não costumam envolver manuseio de armas ou possibilidades de confronto com a Polícia, mas correspondem a procedimentos que podem despertar suspeitas quando são efetuados somente por homens. Alugar os imóveis que a equipe de assaltantes vai se hospedar ou utilizar como cativeiros na cidade onde vão realizar assaltos, estão entre os procedimentos que podem ser delegados a uma, ou mais mulheres. Estar acompanhado de supostas esposas e crianças, no período anterior ao assalto ou depois de tê-lo realizado, pode evitar que assaltantes homens despertem suspeitas ou que sejam identificados pela Polícia.

Portanto, a participação feminina durante o planejamento e execução destes crimes é esporádica e, em alguns casos, dispensável. Contudo, este papel coadjuvante das mulheres não pode ser ampliado à trajetória dos praticantes de assalto. No cotidiano destes personagens, o sexo feminino se afirma como protagonista. Há uma dependência subjetiva e pragmática destes “profissionais” em relação às mulheres.

Dos 41 assaltantes que entrevistei ou conversei informalmente, 17 são casados oficialmente; 11 deles, embora não tenham contraído matrimônio civil ou eclesiástico, mantêm relações conjugais estáveis com uma ou mais mulheres; 8 estavam namorando há mais de dois anos e, apenas 5 se disseram solteiros. Vivendo uma rotina em que viagens são corriqueiras, envolvidos em negócios legais e ilegais em vários estados do país, praticantes de grandes roubos, recorrentemente, mantêm relacionamentos com várias mulheres, em cidades diferentes. Raramente, um “novo amor” faz com que enlaces anteriores sejam desfeitos. Por isso é recorrente que mantenham várias namoradas e esposas.

Mulheres são componentes de ideais de masculinidade, sucesso e felicidade. Se a motivação para o assalto está em adquirir bens e viver luxuosamente, entre os atributos de uma vida requintada, feliz e bem sucedida, além de carros e casas luxuosas, aparecerem publicamente com belas mulheres e apresentá-las aos amigos na condição de esposa ou namorada é interpretada como uma situação desejável que o dinheiro pode

proporcionar. Uma fala de Fernando expressa a associação entre mulheres (bonitas) e bens materiais, raciocínio recorrente entre os meus entrevistados:

F- ... é porque o cara duro, o cara não é bom partido pra ninguém? Mulher nenhuma vai querer nada com ele.

J- Então você acha que um homem sem dinheiro não desperta amor em ninguém?

F- Acho que sim. Sim.(...) Mas veja, eu não estou falando que a mulheres são interesseiras ou que só pensam em dinheiro. Não é isso. O problema é que um cara duro não é bom partido para ninguém, não dar nenhuma segurança a garota nenhuma. Se eu fosse uma mulher eu não iria querer nada com um cara duro. E falo que, assim, por mim o problema não é só se a mulher vai me dar mole ou não. Mas é porque eu, eu Fernando, sem ter dinheiro, eu não me sinto ninguém. E você sabe não é? Quando você mesmo se acha um lixo, você não vai pensar que alguém pode gostar de você, daí o cara não tem coragem de azarar mulher nenhuma. Ninguém vai se impressionar com a lábia de um cara duro.

J- Mas alguns falam que as mulheres gostam de lábia, de uma mentira bem contada.

F- É, mas isso aí é mais folclore. Esse negócio de mulher de malandro, de mulher gostar de cara golpista, é tudo folclore. Na real, só quem se submete a isso aí, desses contos do vigário, são as encalhadas, as feiosas, as velhas, as gordas, porque as mais gatinhas, as mina será (as meninas sereias) essas só vão entrar na do cara se ele tiver condição pra bancar. Essa é a real (Trecho da entrevista realizada com Fernando, no dia 01 de novembro de 2008).

De certo modo, o dinheiro otimiza a auto-estima e a masculinidade do meu interlocutor, fazendo-o se sentir “mais homem”, já que passa a se considerar mais atraente ao olhar feminino. Dentre os assaltantes com quem mantive contato direto, todos se declararam heterossexuais. Embora tenha perguntado aos entrevistados se tinham tomado conhecimento sobre algum “assaltante de banco” homossexual, as respostas foram sempre negativas. O poder aquisitivo está associado à concepção que os praticantes de assalto, com quem tive contato direto, têm de “homem” e do que acreditam serem as expectativas das mulheres (bonitas) sobre um “bom partido”.

Se a visão predominante é a de que masculinidade se define por competência em adquirir patrimônio e capital para assim se tornar desejável às mulheres, tal qualidade de homem “provedor” aparece como “cumulativa”, já que são invejados àqueles que conseguem manter várias mulheres. Em algumas falas, a masculinidade é apresentada como diretamente proporcional à quantidade de esposas e namoradas que um homem consegue manter. Neste raciocínio, mulheres (bonitas) constituem aspirações que motivam e

recompensam a atitude de se envolver com a organização e execução de grandes roubos e os riscos daí advindos.

Alguns itens destacam-se nas falas dos meus interlocutores, como atributos físicos para uma mulher bonita, tais como glúteo proeminente, corpo magro e definido em formato violão (quadril largo e cintura fina) e cabelos longos, principalmente quando são loiros. Embora não seja tão padronizado como o ideal de beleza física, há também um perfil psicológico específico que almejam para suas companheiras.

O gosto por objetos caros e ostensivos está entre as características que apreciam nas namoradas. Na condição de esposas, “qualidades” como docilidade, capacidade de renúncia, fidelidade incondicional e firmeza diante dos filhos aparecem como desejáveis. Quase sempre, as esposas assumem a função de educar os filhos e impor proibições. Também é recorrente que mulheres administrem o patrimônio dos companheiros quando eles estão presos. Nestas situações, as esposas passam a residir na cidade em que o marido cumpre a pena em regime fechado, podendo assim efetuar visitas semanais e lhes dar assistência. Portanto, mulheres de assaltantes são preparadas para viver em função das incertezas concernentes às rotinas de seus maridos. Destas se espera entusiasmo para festejar momentos de sucesso e abundância, disposição para suportar “vergonha” e constrangimentos, decorrentes das prisões repentinas dos seus cônjuges, e equilíbrio emocional, diante de perdas súbitas de bens e propriedades.

A fala, abaixo, de um dos entrevistados sobre as características desejáveis para uma esposa é ilustrativa. Após uma sucessão de galanteios e gentilezas excessivas que me tinham como alvo, Fabrício⁷ acabou concluindo que eu não serviria para ser sua namorada. Ao listar meus “defeitos”, ele revela sua concepção sobre as “qualidades” de uma companheira ideal:

F- No dia que eu te conheci no aniversário do Eduardo, eu pensei muita coisa boa para você, eu viajei mesmo. Eu pensei de verdade que você era a mulher perfeita pra casar. Você muito doce, muito calma, parecia muito meiga. Você me agradou em tudo. (...) Mas hoje eu vejo diferente. Foi bom não ter dado certo. Você ter me dispensado, foi bom mesmo. É porque você não ia servir pra ser minha namorada de jeito nenhum. Você é dessas temperamentais. No começo eu achei você calma, mas depois eu vi que você é agitada, fala muito, fala na lata. Eu gosto de mulher mais comportada. Só pra dar um exemplo,

⁷ Embora não seja um dos protagonistas do assalto contra a SCT, Fabrício já participou de assaltos contra bancos e empresas de guarda-valores, e tem sido meu interlocutor desde 2003. Eu o conheci por intermédio de Bernardo e Dalila, que o apontam como um assaltante “muito experiente”.

eu nunca ia aceitar minha mulher ficar conversando com vários homens, do jeito que você conversa. E ainda mais com esses caras. (...)

J- Entendi Fabrício, você tem toda razão sobre eu não ser a mulher certa para você. Mas me fala, você acha que as mulheres não devem trabalhar?

F- Depende do trabalho. Eu não sou daqueles que pensam que mulher não serve pra nada, que não serve para trabalhar, eu não acho isso. Eu acho que as mulheres quando se dedicam podem ser bem melhores do que os homens em qualquer coisa. Mas na minha opinião, uma mulher só deve trabalhar, quando não tem um marido ou quando o marido dela não é homem o suficiente para sustentar ela. No meu ramo, você sabe, a gente bota a vida em jogo para ganhar muito dinheiro, mas isso a gente faz exatamente pra mulher nossa não precisar trabalhar. Quando uma mulher tem um marido que se preza, a função dela é somente ficar linda o tempo todo. Tem que viver para encher os olhos do marido. Porque isso é o que dá sentido pro cara se aventurar, é isso que faz o cara fazer qualquer coisa para chegar em casa com os bolsos cheios de dinheiro.

J- Deixa eu entender o que você está falando. Você acha que suas namoradas e a mulher com quem você um dia vai se casar, tudo o que ela deve fazer na vida é ficar linda para você. Ela não deve ter outras metas e objetivos que sejam só dela? Você acha que deve estar presente em todos os planos da vida dela?

F- Acho, mas calma. Porque do jeito que você fala parece que eu quero escravizar a minha mulher. Mas não é assim não. Na verdade, eu nunca vou permitir que mulher minha vá arrumar a casa, lavar os pratos, nem fazer coisas cansativas. Pelo contrário, mulher minha tem vida de princesa. Minha ex-mulher tinha três empregadas. Eu só vou querer é que ela me respeite, que coloque nosso casamento em primeiro lugar. Que ela saiba educar nossos filhos e que seja mão firme com eles. Mas antes de qualquer coisa, eu só levo pro altar se eu sentir que ela me ama de olhos fechados e que ela confia em mim acima de tudo, que acontecendo o que acontecer, ela não vai me julgar pelo que os outros falam” (Trecho da entrevista realizada com Fabrício, realizada no dia 07 de abril de 2007).

A capacidade de fazer renúncias de estar disposta a viver momentos “difíceis” ao lado do marido, fazendo dele o “centro de sua vida”, são elementos que o meu interlocutor considera pré-requisitos para uma esposa.

Na condição de pesquisadora, as gentilezas em excesso de que fui alvo já nas primeiras entrevistas, levaram-me a perceber que estava lidando com homens vaidosos, habilidosos em conquistar mulheres e que, por ter dinheiro e bens, viam-se como “bons partidos”. Diante desta constatação, foi necessário mobilizar argumentos e estratégias para me esquivar de “galanteios” sem ofender as pessoas que os emitiam.

Tendo consciência das preferências estéticas predominante entre os meus informantes para o sexo feminino, evitei usar calçados com saltos, batons de cores fortes, roupas coladas ao corpo, mantive sempre o cabelo preso. Uma aliança que usei na mão direita, durante alguns meses, amenizou o assédio com o qual me deparei inicialmente. O “respeito à mulher do próximo” parece ser um imperativo dominante não somente entre assaltantes, mas é difundido entre presidiários e ex-presidiários, praticantes das mais diversas modalidades de crimes. Desta maneira, o anel de compromisso funcionou como álibi para que eu pudesse recusar presentes caros, convites para viagens, jantares e, até mesmo, um pedido de casamento.

Se, inicialmente, os contatos ocorriam somente com os meus interlocutores homens, tratei de me inserir em suas redes familiares. A proximidade com esposas, mães e irmãs me protegia de “cantadas”. Manter relações amistosas com namoradas e esposas dos próprios entrevistados ou com as companheiras dos seus amigos, tinha o duplo efeito de desencorajá-los de me assediar e evitar ciúmes femininos.

Os longos momentos de convivência na condição de “amiga” contribuíam para dissuadir o interesse masculino. Aos poucos, difundia-se entre os meus interlocutores, integrantes do mesmo círculo de amizades, uma determinada imagem ao meu respeito, que era dissonante do perfil que idealizam para suas namoradas ou esposas. Vejamos trechos da fala de Paulo⁸, um dos entrevistados:

P- Eu conheço muita gente que você conhece e eu sei muita coisa sobre você, como você já sabe muita coisa sobre mim, sobre os outros. (...) Todo o mundo pensa o melhor de você e você tem o nosso respeito. Antes de nos apresentar, o Fabrício me alertou: cara, a doutorinha não dá liberdade e tal e tal, com a doutorinha não tem jogo. Os caras já vinham falando que com você não tem estória. Então eu já sabia que você só quer ouvir nossas estórias. Mas você sabe, eu não sou um cara galinha, eu nunca ia pensar nisso. Você sabe, não é? O Fabrício até falou assim: cara, pelo amor de Deus não vai dar em cima dela porque ela está fazendo o trabalho dela, e tal e tal. Ai eu desencanei.(...) Mas, assim, eu imagino que você dar um trabalhão pro seu namorado. Mulher muito independente, pra mim, eu considero um perigo. O cara fala as coisas pra fazer do jeito mais fácil e a mulher não concorda, ela vai querer fazer do jeito dela. Você fala pra ela não fazer uma coisa, e ela diz que vai fazer, e faz. Eu imagino que você é bem assim com o coitado do seu namorado. Tem um amigo nosso que falou que você é muito danada, não precisa de ninguém pra nada.

⁸ Paulo é amigo de Fabrício e Bernardo, eu o conheci somente em 2007.

*J- Imagina, ninguém é auto-suficiente, todo mundo precisa de ajuda.
P_ Tá certo, tá certo, mas eu estou dizendo o seguinte: é que você tem um jeito de ser bem mansinha, aí a gente pensa que é fácil de dobrar, mas aí a gente vai vendo que a mulher é cheia das vontades, não segue na sombra de ninguém, só faz o que quer. Por isso, esse meu amigo, que eu não vou dizer quem é, falou que se você for roubar, vai roubar melhor do que a gente, porque você já conversou com todo mundo, e é toda cheia das vontades, é capaz de tá sabendo mais do que nós (Trecho da entrevista realizada com Paulo, realizada no dia 16 de junho de 2007).*

Evidencia-se, portanto, que num universo predominante masculino, embora tenha sido acolhida como pesquisadora, as formas de perceber e avaliar as mulheres, dominantes entre meus interlocutores, também foram endereçadas a mim. Fui submetida com recorrência a comparações. Não raro, meus entrevistados contrastavam a imagem que construíam a meu respeito com características positivas e negativas de suas esposas e namoradas.

Com exceção do assédio masculino, que constrangeu-me e assustou-me nos primeiros meses de pesquisa, a condição feminina não chegou a prejudicar-me. Em algumas situações, inclusive, foi conveniente ser mulher. No desenrolar de nossas conversas, os entrevistados quase sempre se diziam surpresos com o “saber” que eu demonstrava sobre operações de assaltos e sobre detalhes das trajetórias de alguns assaltantes “famosos”.

Em diversas ocasiões surpresos, outras vezes, curiosos com o fato de “uma mulher saber tanto sobre assalto”, alguns procuravam me deixar ciente das características, termos e classificações que dominavam, concernentes aos “grandes roubos”. Por vezes, as falas assumiam um tom didático, pausadamente, discorriam sobre seu *metier*, citavam exemplos e faziam comparações para tornar mais inteligíveis as explicações. Nestas situações, pude sentir a paciência e a boa vontade dos meus interlocutores.

De certa maneira, a compreensão de que mulheres são frágeis e necessitam de ensinamentos ou proteção masculina se manifestava em nossas conversas, recebi recomendações e advertências sobre procedimentos a ser adotados, instruções de como me portar, diante de outras pessoas que seriam entrevistadas, e precauções que deveria tomar.

1. 5. Reflexividade e Aprendizado no convívio com “assaltantes profissionais”.

Afirma Geertz (1989) que a etnografia “é um risco calculado para uma descrição densa”. Ele ressalta que o antropólogo em seu trabalho se dispõe a conviver com pessoas, a observá-las e, caso seja necessário, faz coisas junto com elas. Tal convivência e a aproximação o tornariam apto a apreender, em cada cultura, “normalidades”, no âmago de estranhezas. O trabalho de campo é apresentado pelo autor como uma experiência que propicia o deslocamento para a absorção de novos horizontes, constituindo uma investida permeada por incertezas. Para Geertz (1989), em última instância, etnografias produzem o “alargamento do discurso humano”. Ao iniciar tal empreendimento, o pesquisador não possui garantias e o sucesso de suas “descobertas” depende, consideravelmente, de outros.

De acordo com Clifford (1998), a discussão sobre relações resultantes de pesquisas de campo e suas implicações, lançadas por Geertz, são ampliadas por toda uma geração de antropólogos americanos. Ao contrário de, “os trobriandeses” etnografados por Malinowski, “os nuers” por Evans-Pritchard”, “os tikopias” por Raymond First e, até mesmo, “os balineses” e “os javaneses” por Geertz, em trabalhos como os de V. Crapanzano, K. Dwyer e P. Rabinow, “nativos” têm nomes e atitudes próprias (Clifford,1998). Os praticantes da dialogia, ao se debruçarem sobre o contexto de realização de etnografias e a natureza dos vínculos que o pesquisador desenvolve com os sujeitos de suas pesquisas, apresentam as assimetrias características nas relações contraídas em campo como uma das problemáticas mais pulsantes. Há uma constatação da postura dominadora do pesquisador diante dos “informantes” e da instrumentalidade inerente à aproximação com os mesmos. Na tentativa de amenizar ou reconfigurar desencontros de interesses e posições, o trabalho de campo passa a ser concebido como experiências permeadas por interlocuções, trocas e envolvimento entre pessoas com repertórios simbólicos diferentes. Etnografias emergem como relatos ou análises que não podem ser compreendidas dissociadas de amplas referências ao contexto performativo das situações interativas concernentes a sua produção.

A consciência da desigualdade de condições no diálogo entre os participantes do encontro promovido pela etnografia, e a busca por superá-la implicam em ganhos epistemológicos ao trabalho de campo. Comigo, uma mudança de atitude e uma reconfiguração nas maneiras de ver e me relacionar com o objeto de estudo e seus sujeitos ocorreu durante o processo de pesquisa. Por antipatia e hesitação em desenvolver proximidade

com praticantes de assalto, pretendia obter dados rapidamente, sem construir um aparato hermenêutico necessário a uma compreensão mais afeiada de declarações e omissões dos entrevistados. Apesar do anseio por imersão no universo simbólico dos sujeitos da pesquisados, por vezes me vi tentando, bruscamente, impor à nossa interlocução os moldes dos meus objetivos.

Percebendo que meus interlocutores atribuíam uma importância maior à dimensão subjetiva da nossa interação do que ao conteúdo das entrevistas que me concediam, entendi que estes nunca teriam entusiasmo em colaborar com minha pesquisa se não tivessem simpatia e afeto por minha pessoa. O evidente desencontro entre nossas expectativas e formas de significar aquela “proximidade” não seriam superados se eu não me empenhasse em cultivar afeições. Embora o faça com constrangimento — pois a pessoa que escreve este texto, já não é a mesma de seis anos atrás — é necessário admitir que explorar subjetividades foi uma estratégia ou escolha utilitarista da pesquisadora, vivenciada inicialmente como adversidade.

Ao me decidir por “fazer render” a dimensão subjetiva das relações contraídas, “investindo” no estreitamento de laços, conversas com praticantes de assaltos acabaram por se tornar fecundas em ensinamentos. Foi somente depois que identifiquei “sabedoria” nos entrevistados que passei a ter respeito por eles. Vislumbrando a complexidade de seus ofícios e singularidade de suas rotinas, passei a admirar estas pessoas. De minha parte, a afeição floresceu pela descoberta de que a vida dos sujeitos da pesquisa era fértil em ensinamentos. A partir deste ponto, deixei de pensar nossa interação como *locus* de obtenção de informações e passei a vivenciá-la como tentativas de apreender singularidades no *metiér* destas pessoas e as implicações desta “ocupação” em seus universos simbólicos e cognitivos.

Em nossas conversas foi possível identificar similaridades entre o saber científico em geral — e o saber antropológico em particular — e as habilidades adquiridas por “assaltantes profissionais”. Tratam-se de modalidades de conhecimento que se pretendem rigorosas, atentas a detalhes e que produzem em seus praticantes pretensões de infalibilidade. Ressaltar “afinidades” entre nossos ofícios, nas situações de diálogos, servia para me projetar como alguém capaz de compreender “o mundo” deles. Além de ser vista como uma pessoa “confiável”, demonstrar que dominava informações sobre o universo dos grandes roubos foi um fator que me levou a ganhar deferência e a despertar identificação nos meus interlocutores, abrandando incongruências de nossa relação. Embora eu concedesse aos sujeitos da pesquisa o papel de *experts* nos assuntos abordados e me portasse como alguém

que queria aprender sobre a “profissão” deles e suas trajetórias, estes, ao tomarem consciência do meu “saber” sobre seu ofício quase sempre demonstravam satisfação.

Neste processo comunicativo, aprendi sobre formas de planejar e organizar operações de assalto, posturas que devem ser adotadas diante de outros assaltantes, critérios de classificação para um “bom profissional”, estratégias de “lavagem” de dinheiro adquirido em roubos, dentre outros saberes técnicos. Nos últimos encontros com os meus interlocutores mais próximos, estive ciente de que agora não sou somente uma pessoa “de casa”, mas, alguém “iniciada” em seus saberes. Se antes, a maior parte deles costumava se dar ao trabalho de explicar minuciosamente cada termo ou vocábulo mencionado, todas as características de uma ação criminosa, hoje comentam sobre os mais diversos aspectos do seu ofício “com naturalidade” e rapidez, como se estivessem conversando com um de seus comparsas. Estão cientes de que eu domino o vocabulário que utilizam e estou informada sobre diferentes códigos de reciprocidade, atuantes no universo dos grandes roubos.

Além de constituírem operações complexas que envolvem várias etapas e demandam habilidades específicas para sua organização e execução, assaltos de grande porte desencadeiam “modos de vida” e acionam saberes peculiares. Tal prática possibilita vivências idiossincráticas sob a condição de “fora da lei”. Trata-se de um cotidiano que engendra mecanismos psicológicos de controle das emoções diante do perigo. Viver na clandestinidade não exige somente habilidades técnicas no manuseio de armamentos, de transportes diversos ou equipamentos outros que utilizam para permanecer foragidos da Polícia, mas envolve também dispositivos psicológicos voltados ao auto-controle e ao silêncio sobre informações secretas. Mobiliza-se toda uma tecnologia cognitiva para se relacionar com o medo. Um trecho da fala de Auricélio revela que a busca de lapidar suas reações é consciente:

Ter medo” é sadio. É bom sentir medo, porque leva o sujeito avaliar a situação, faz com que ele fique cauteloso. Mas “ficar com medo” é diferente, “ficar com medo” é ruim porque paralisa o cara. Se você fica com medo, você não faz nada. Quando eu sinto medo, eu penso: eu estou com medo, é normal. Mas eu vou ficar com medo? Eu não posso ficar com medo, porque eu preciso agir. Aí, eu mando o medo ir embora⁹(Trecho da entrevista realizada com Auricélio no 19 de dezembro de 2007).

⁹ Este mesmo raciocínio de que permanecer com medo é se deixar paralisar, apresentado por Auricélio, aparece no filme *44 minutos*, na fala de um policial. Este longa metragem, dirigido por Yves Somoneau, é baseado no confronto entre a Polícia de Los Angeles, que quase nunca efetuava disparos com seus revólveres, e dois criminosos tentando fugir de um assalto a banco, armados de rifles AK-47, vasta munição e vestidos com uniforme militar à prova de balas. O sanguinolento enfrentamento que vitimou policiais e civis, levou a população de Los Angeles a reivindicar que a Polícia da cidade usasse armas com maior poder de fogo.

Convivendo com praticantes de assalto, procurei assimilar destas pessoas o esforço em preservar a racionalidade diante do medo e pude exercitá-lo no próprio processo de pesquisa. Tomei consciência de que, para meus interlocutores, este sentimento não tem um efeito paralisante, chega mesmo a assumir uma função criativa e propulsora de competências. Embora não seja possível evitar a vivência da tensão, são desenvolvidas técnicas mentais para que ações não sejam interrompidas por causa do medo. Pude me inteirar sobre tais ferramentas psicológicas e me esforcei por incorporar este conhecimento “nativo”.

Vale ressaltar que no desenrolar deste trabalho de campo, embora tenha procurado preservar a auto-imagem de uma pesquisadora ousada e persistente, ansiedade e receios em diversas situações foram inevitáveis. Em um primeiro momento de aproximação, temia que meus interlocutores fossem violentos e me tomassem como refém, em alguma ocasião. Tinha medo de utilizar adjetivos ou proferir comentários que viessem prejudicar nossa interlocução. Sempre que estava diante de um entrevistado, articulava frases com cuidado, refletindo sobre as múltiplas conotações que cada palavra poderia adquirir. Posteriormente, quando cheguei a me considerar “amiga” de alguns assaltantes, a freqüentar suas residências e a ser tratada com simpatia por suas famílias, passei a temer que a Polícia tomasse conhecimento de tal vínculo, interpretando-o de maneira a suspeitar de minha participação em crimes cometidos por meus entrevistados. Agora, no momento de escrever a tese, tenho medo de estar construindo o texto de modo a revelar algum dado ou informação que venha levar a identificação ou prejudicar, de alguma maneira, as pessoas com quem mantive diálogo.

Felizmente, tanto receio a hesitação, presentes em diferentes etapas da pesquisa, não inviabilizaram meu trabalho. Conversar com pessoas que empunham armas com espontaneidade e sem titubear, que vivem de maneira arriscada em um cotidiano permeado por incertezas e algumas violências, não chegou a fazer de mim uma pessoa corajosa, mas levou-me a conseguir agir, apesar do medo. Além da confiança que cheguei a conquistar entre os sujeitos da pesquisa e das muitas alegrias decorrentes de descobertas etnográficas, fui beneficiada com alguns aprendizados. Tais vivências me sensibilizam para refletir sobre a reflexividade neste trabalho. Estou ciente de que nas relações desenvolvidas em minha pesquisa de campo, retirei muito, depositando quase nada, exceto compreensão e demonstração de confiança.

Mobilizando um raciocínio utilitarista ou instrumental, que tende a pautar ações e escolhas de assaltantes “profissionais” em múltiplos contextos, sentimentos como

respeito e confiança podem ser tomados como irrelevantes. Entretanto, a condição socialmente estigmatizadas dos meus interlocutores fez com que a oportunidade de serem escutados, por alguém que demonstrava perceber a complexidade de suas práticas delituosas, tenha sido acolhida e viesse a alimentar a vaidade de alguns. As habilidades que desenvolvem para organizar seus crimes ousados não costumam ser reconhecidas como “competências”, nem classificadas de maneira positiva. Desta maneira, conceder horas do seu tempo discorrendo ou me explicando sobre aptidões e formas de atuar como assaltantes, apesar de não lhes render ganhos monetários, tinham o efeito de lhes proporcionar alguma satisfação.

Mas a reflexividade na relação entre antropólogos e os sujeitos de sua pesquisa não se esgota com o encerramento do trabalho de campo. Silva (1995) assinala que trabalhos antropológicos sobre religiões afro-brasileiras produzidas por Roger Bastide, Pierre Verger e Juana Elbien dos Santos, entre outros autores, têm sido procuradas por adeptos destas religiões na cidade de São Paulo, especialmente por pais e mães-de-santo, que passam a tomar as etnografias como referenciais de culto e justificativas para modelos de ritos que praticam cotidianamente.

Nas últimas décadas, tem ocorrido de comunidades indígenas e quilombolas, no Brasil, utilizarem análises e dados etnográficos para atestar suas linhagens genealógicas ou vinculação com um determinado território, perante o Estado Nacional, reivindicando demarcações e posse de terras. A conversão de dados e categorias antropológicas em mecanismo de afirmação política ou de legitimação de rituais e tradições religiosas refletem o contexto em que nossos trabalhos de campo e textos passam a ser produzidos. Tem se verificado o amplo acesso às etnografias pelas pessoas e grupos pesquisados.

Um interessante episódio ilustrativo dos desdobramentos inerentes às relações que se desenvolvem entre antropólogos e sujeitos de sua pesquisa — direta ou indiretamente — é apresentado por Vilela e Marques (2005). Os autores, que em suas teses de doutorado analisaram brigas de famílias passadas e contemporâneas no sertão do Pernambuco, chegaram a fixar residência em um dos municípios do estado, onde realizaram partes dos seus trabalhos de campo. Na condição de um casal de estudiosos, Vilela e Marques afirmam ter cultivado relações de amizade e respeito mútuos com integrantes dos grupos familiares pesquisados.

Depois de concluídos seus trabalhos de campo e publicadas suas teses, os antropólogos foram surpreendidos com a informação de que o livro de Marques(2002) *Intrigas e questões: vingança de família e tramas sociais no sertão de Pernambuco*, havia

gerado acintoso descontentamento em uma pessoa, cujos parentes haviam sido mencionados no trabalho. Apesar de a autora ter utilizado nomes fictícios em todas as referências, àquele leitor se dizia ofendido pela maneira como seu pai fora apresentado no texto. Vilela e Marques (2005), afirmando-se preocupados em ressaltar a seriedade de suas pesquisas e reafirmar o respeito pelos familiares daquela pessoa, decidiram procurá-la. Segundo eles, foi um “diálogo extremamente penoso para nós, mas que veio a se revelar muito elucidativo” (Vilela e Marques, 2005:42).

Apresentado detalhes da correspondência mantida por correio eletrônico com o leitor que afirmava ter sido imagem póstuma de pai deslustrada no texto de Marques (2002), e por isso repudiava o livro, os pesquisadores analisam os argumentos apontadas por àquele interlocutor e refletem sobre as expectativas geradas nas pessoas e grupos junto aos quais suas etnografias foram realizadas — ou fazem referências — ponderando que os critérios de avaliação e formas de recepção deste “público” são diferentes dos parâmetros estabelecidos na academia.

Desta maneira, o amplo acesso às narrativas antropológicas, por parte das pessoas com as quais o pesquisador se relaciona— direta ou indiretamente — durante o desenvolvimento de seu trabalho de campo ou às quais se refere nos textos, chamam a atenção para outras modalidades de interpretações das etnografias. Ao produzir suas descrições e análises, os estudiosos tentam atingir exigências e critérios de validação do seu trabalho, instituídos na academia. Por sua vez, as pessoas e grupos observados utilizam critérios de outra natureza para apreciar as etnografias e as maneiras como estão sendo representadas nestes escritos. O interesse “nativo” por nossos trabalhos, e as especificidades das “avaliações” que produzem sobre os mesmos, impõe-se à Antropologia contemporânea e caracterizam o contexto partir do qual estamos produzindo representações “do outro” na atualidade.

No processo de escrita desta tese, portanto, estou ciente das variadas possibilidades de recepção a que meu trabalho estará exposto, refiro-me, sobretudo, às “apreciações” extra-acadêmicas. É provável que as pessoas com quem desenvolvi diálogos venham a ler este texto e confesso meu receio sobre os desdobramentos de tal leitura. Apesar de terem sido esclarecidos sobre as questões centrais e os objetivos da pesquisa que realizei, considero a possibilidade de estar contrariando suas expectativas. Almejo que as indiscrições e indelicadezas de alguns dos meus comentários ou declarações não venham magoar, aborrecer ou ferir suas vaidades.

1. 6. Dilemas Éticos e Segredos Guardados.

Refletindo sobre atitudes e escolhas feitas no decorrer desta pesquisa alguns dilemas morais, inevitavelmente, me ocorrem, e a maior parte deles está associada ao tipo peculiar de “cumplicidade” que acabei por desenvolver com os sujeitos de ação do objeto de estudo. Tantos deslocamentos e relativizações, algumas vezes parecem insustentáveis. Não há como utilizar eufemismos para o fato de meus interlocutores adquirirem altas somas de dinheiro de maneira criminoso e imoral, chegando a formarem patrimônio e a viverem luxuosamente. Para tanto, ameaçam e agredem seus reféns, ocorrendo de até matarem pessoas. Encontrar, conviver e desenvolver laços de amizade com eles, mesmo tentando suspender os meus mecanismos de julgamento e atribuição de valor, implica em tensões.

Mantendo contatos “sigilosos” com criminosos, freqüentando suas residências e participando dos seus cotidianos, optei por silêncios e omissões, algumas vezes incômodos. Tenho consciência de que o combate à apropriação ilícita de recursos e à punição de atos violentos está entre os pré-requisitos de uma sociedade justa. Considero inaceitável que praticantes de assaltos consigam adquirir elevadas quantias, em curtos intervalos de tempo, por meio de ameaças, força física e armas de fogo. Mesmo assim, nunca cogitei publicar os “segredos” que ouvi dos meus interlocutores. O papel social que prevalece nas minhas ponderações é o de pesquisadora. Tal condição me impõe a obrigação de não revelar informações capazes de prejudicá-los ou colocar em risco o anonimato de suas identidades.

Nas primeiras situações que ouvi relatos sobre assaltos que foram organizados pelas pessoas com quem pude conviver, tive receio de que algum dia viesse a saber detalhes de crimes, cuja execução ainda estivesse sendo planejada. Esta possibilidade me assustou. Embora não me perturbe saber dos pormenores de crimes realizados no passado, caso se tratasse de ações que seriam cometidas no futuro, minha reação seria diferente. Não conseguiria ser omissa a ponto de saber que ações violentas que arriscam vidas estão sendo tramadas, sem tomar atitudes para impedi-las. Felizmente, até hoje nunca me deparei com tal situação.

O acesso a informações acerca de suas operações ilegais — e o compartilhamento de “segredos” referentes a suas relações e “aventuras” amorosas — que cheguei a usufruir entre os sujeitos da pesquisa, foi resultado de um processo de aproximação permeado por incerteza de êxito e necessidade de negociações. Embora tenha vivenciado

dilemas morais, não perdi de vista que o “grau de entrosamento” que alcancei decorre de um continuum interativo que me exigiu persistência e demorou longos meses para ser alcançado.

No artigo *On Ethics and Anthropology*, Joseph G. Jorgensen (1971), afirma que questões éticas são intrínsecas às atividades do antropólogo, sendo as mais importantes, aquelas concernentes às relações com o povo pesquisado. O autor assinala que na produção de etnografias, o pesquisador deve respeitar a privacidade e a personalidade de seus informantes; buscar o consentimento e a confidencialidade dos mesmos. De acordo com Jorgensen, os antropólogos devem evitar que as divulgações dos dados obtidos em pesquisas de campo venham prejudicar seus interlocutores.

Comentando o texto de Jorgensen (1971), Laraya (1993) ressalta a inexistência de leis, regulando as relações que os antropólogos contraem no desenvolvimento de seus trabalhos de campo. De acordo com Laraya, a ausência de regras precisas mediando as interlocuções desenvolvidas, tem o efeito de pressupor que a lealdade às comunidades pesquisadas seja o ícone orientador da conduta dos pesquisadores:

(...) quando ganhamos a confiança dos nossos informantes estabelecemos com os mesmos um acordo de honra. Nós trocamos as informações e a confiança de nossos informantes pela nossa descrição. Não faz parte da nossa ética utilizar de fraudes para obtenção de dados que desejamos conhecer (Laraya, 1993:06).

A atenção aos consentimentos e o respeito às restrições impostas pelos nossos interlocutores distinguiriam uma pesquisa antropológica de uma investigação policial, de uma reportagem ou do trabalho de um espião. Laraya enfatiza que o antropólogo tem a obrigação de proteger a confidencialidade dos dados que foram obtidos sob esta condição (Laraya, 1993).

Os princípios ordenadores do Código de Ética¹⁰, elaborado pela Associação Brasileira de Antropologia, destinado a funcionar como referencial para os antropólogos em exercício de suas atividades também prescreve respeito à vontade dos sujeitos da pesquisa, e a garantia de que a colaboração prestada às investigações não seja utilizada com o intuito de prejudicar os grupos pesquisados, recomendando o resguardo de suas identidades.

Portanto, os argumentos de Jorgensen (1971), Laraya (1993), e o código de ética dos antropólogos brasileiros, enfatizam a segurança das pessoas e comunidades

¹⁰Ver anexo o Código de Ética elaborado pela Associação Brasileira de Antropologia.

estudadas, defendem o respeito a sua privacidade e intimidade. Aparecem como inadmissíveis eventuais prejuízos aos nossos interlocutores em campo, decorrentes do conhecimento que produzimos. Desta maneira, minha preocupação em resguardar os entrevistados e proteger seus “segredos”, revela-se uma postura compatível com o *ethos* de lealdade aos “nativos”, disseminado entre os praticantes da disciplina antropológica.

Repúdio à traição e atenção a compromissos assumidos são também posturas que me impedem de delatar os praticantes de assaltos com quem mantive contato. Vivenciei em campo situações que reiteram a afirmação de Laraya de que estabelecemos com nossos informantes “um acordo de honra”. Ao pedir permissão para gravar as entrevistas, quase sempre empenhei minha palavra de que nada do que fosse dito seria convertido em material para acusá-los em processos judiciais e nem publicaria informações capazes de identificá-los.

Revelar nomes ou quebrar segredos que me são confidenciais por pessoas que as Polícias consideram “bandidos de alta periculosidade”, embora pudesse ser considerado por alguns, uma atitude “politicamente correta”, além de remorso, iria me causar grandes preocupações. Caso optasse pela delação, presumo que minha integridade física não estaria assegurada. Decerto seria considerada uma traidora e poderia despertar anseio de vingança nas pessoas com quem mantive diálogo. Entre estas, algumas me consideram “amiga” e é nesta condição que me apresentaram a “não criminosos” e “criminosos”, assegurando-lhes que sou uma pessoa “de casa”.

Desta maneira, paradoxos e tensões balizaram diferentes etapas da realização desta pesquisa. Aparentemente, duas esferas de ações e relações das quais participo se colocaram em confronto. Uma reflexão apressada pode concluir que preservar segredos e manter o anonimato dos meus interlocutores implicou em uma deserção às obrigações de cidadã e desrespeito às leis nacionais. No entanto, este confronto entre os deveres cívicos e de antropóloga é ilusório. Pois adotar uma postura de pesquisadora responsável, mantendo compromissos assumidos em campo corresponde a uma conduta civicamente engajada, na medida em que reflete um esforço em formular questões e produzir análises relevantes socialmente. Por meio das reflexões e dados decorrentes desta imersão etnográfica no universo dos assaltos de grande porte, estou prestando uma contribuição coletiva de maiores dimensões e nobreza do que o faria delatando as pessoas com quem mantive diálogo. Atuar com retidão, no exercício das obrigações de antropóloga, ao invés de contradizer, fortalece o meu papel de cidadã.

1. 7. Experimentando “afetações” e acionando performances.

Ao colocar meu trabalho de campo em questão, neste capítulo, estou ciente de que a aferição de suas especificidades e desdobramentos que tentei esboçar é parcial. Afinal, no desenrolar do processo de pesquisa, experimentei com entusiasmo momentos de descoberta e expectativa, cheguei a vivenciar o medo e a indecisão. A intensidade das experiências concernentes a esta investida etnográfica, em parte se identificam com o que Favret-Saada (2005) chamou de “ser afetado”.

Embora a dimensão subjetiva tenha sido proeminente na relação que desenvolvi com os sujeitos da pesquisa — sobre isto já discorri anteriormente —, tal como pensa Favret-Saada, “ser afetado” não se confunde com afetividades, tampouco observação participante — embora não as exclua. Tendo realizado sua pesquisa no Bocage francês sobre feitiçaria, a autora apresenta esta condição como um “dispositivo metodológico” que envolve a disposição do pesquisador em se colocar em certas posições que o permitam determinadas experiências. “Ser afetado” requer a exposição do estudioso a forças e intensidades que atuam sobre seus interlocutores. O longo período pesquisando assaltos contra instituições financeiras e a acirrada atenção a estas ocorrências, por meio de diferentes fontes de dados— inclusive àqueles resultantes da inserção no cotidiano de pessoas que se consideram “profissionais” em grandes roubos—, acabou por me tornar alguma coisa próxima à “especialista” nestas operações. Embora jamais tenha presenciado ou participado de um assalto, sinto-me “afetada” pelas dinâmicas e lógicas ordenadoras deste universo e as singularidades de um tipo de rotina “fora da lei”, que esta atividade ilegal impõe aos seus praticantes. Inteirando-me de excessos, riscos e contrastes que tal alternativa de vida desencadeia, foi possível um tipo de apreensão ou experimento de suas intensidades, vibrações e frequências.

Entretanto, conforme esclarece Favret-Saada (2005), “ser afetado” não implica na “transformação” do antropólogo em “nativo”, nem é uma condição que têm na proximidade subjetiva um elemento primordial, trata-se, antes, de ocupar determinados “lugares” no trabalho de campo, retirando as conseqüências metodológicas de tais posições. Assim, a ligação “íntima” que creio ter desenvolvido com o meu objeto de estudo não pode ser tomada como equivalente à relação que mantive com seus sujeitos de ação, meus interlocutores. Com estes, conforme venho ressaltando, conquistei um “satisfatório” grau de aproximação, a ponto de ter conseguido me inserir em suas residências e ter acesso a suas

rotinas. Porém, tais vínculos subjetivos não chegaram a conduzir nossa interação para um tipo de encontro presencial que dispensasse dramatizações e *fachadas* (Goffman, 1992).

Ciente de que meus interlocutores têm consciência da dimensão expressiva do comportamento e fazem largo uso de suas habilidades dramáticas, na presença deles, não raro, “representei”, acionei desempenhos e estratégias discursivas. Mesmo diante daqueles que considerava meus amigos, a condição de pesquisadora e um conjunto de atitudes associadas a este papel, independentemente da minha vontade, permaneceram. Algumas vezes consciente, outras vezes inconscientemente, dramatizava posturas e tomadas de posição. Queria ser identificada com uma amiga sóbria, de temperamento calmo e, sobretudo, leal. Procurava agir obedecendo milimetricamente a imagem de mim mesma que acreditava estar construído. Até mesmo a forma como me vestia e arrumava o cabelo para fazer entrevistas era modelada pela impressão que procurei difundir e manter. No desenrolar do trabalho de campo, fui adquirindo sagacidade e refinando tal capacidade de “atuar”.

Provavelmente, foram as aptidões cênicas dos entrevistados que aguçaram minha sensibilidade para a presença e as implicações de *performances* em nossa interação. Mesmo assim, atrevo-me a supor que construir personagens e lançar mão de determinadas estratégias de “representação” do eu, diante dos sujeitos de sua pesquisa, não seja uma postura exclusivamente minha. A consciência de ter sido “performática” leva-me a supor que no desenvolvimento de suas pesquisas, antropólogos, deliberadamente ou não, constroem personagens. Roy Wagner (1981), por exemplo, durante seu trabalho de campo entre os *daribi*, das terras altas de nova guiné, despertou de tal maneira a curiosidade local que chegou a ser indagado se em seu país havia outros “nativos” como ele. Aos *daribi* soava estranho àquele homem sem esposa, que se ocupava de realizar entrevistas e não tinha afazeres ou preocupações de ordem prática.

Embora haja marcantes diferenças entre os que se ocupam de etnologia e aqueles que realizam pesquisas antropológicas em suas próprias sociedades, o convívio engendrado pelo trabalho de campo leva-nos, inevitavelmente, a difundir uma imagem diante dos nossos interlocutores. Etnógrafos discorrendo sobre metodologias e os contextos em que realizaram suas pesquisas, ou simples conversas com colegas cientistas sociais, têm servido para reiterar minha suposição de que, deliberadamente ou não, cultivamos determinados desempenhos “em campo” e de que estas performances variam de acordo com as características e condições da interlocução desenvolvida. Tratam-se de dramatizações que se definem pelas expectativas das pessoas e grupos pesquisados e por nosso empenho em encontrar vias de acesso a informações, dados e diálogos que consideramos relevantes.

NOTA: O assalto contra a *Secure Cash's Transport* constitui em um evento ficcional, de modo que eventuais semelhanças entre esta operação criminosa e ocorrências registradas por delegacias de Polícia não são de responsabilidade da autora.

Capítulo 2 - *Performances e Fachadas em um assalto “cinematográfico”*¹¹

Este capítulo trata de um assalto ocorrido no dia 12 de novembro de 2002, contra uma empresa de guarda-valores, a *Secure Cash's Transport*, localizada na região metropolitana de Recife.¹² A operação levou dois meses para ser articulada, mobilizando oito pessoas diretamente e algumas outras que tiveram participações indiretas ou esporádicas, resultando no roubo de R\$ 5,6 milhões. Procuro apresentar, de maneira detalhada, as diferentes etapas da articulação do crime, analisando a performance dos participantes.

Durante o desenvolvimento desta pesquisa, pude me encontrar pelo menos duas vezes com os oito protagonistas do assalto “milionário”: Auricélio Miranda, Benício Feitosa, Bernardo Belini, Fernando Mendes, Francinaldo Lima, Lúcio Canoas, Valdir Conrado e Wilson Batista.

As informações que tive acesso, por meio de entrevistas e conversas informais, advêm de suas lembranças. Estou ciente de que são versões parciais e comprometidas, representam o ponto de vista dos autores do roubo e, inegavelmente, alocam uma forte carga de subjetividade. Os meus interlocutores recorreram a seus registros mentais para narrar e comentar fatos e contextos. Tratam-se de dados subjetivos e mediados pelo processo de se reportar ao passado.

De acordo com Le Goff, a memória permite ao homem conservar certas informações de modo seletivo, e ao mesmo tempo lhe possibilita a atualização de impressões e informações passadas ou que ele representa como passadas. O autor assinala a capacidade das pessoas significar e resignificar seus registros (Le Goff, 1988). A faculdade de acessar lembranças e a possibilidade de lhes conceder novas leituras evidencia o dinamismo da memória. Na realização desta pesquisa, tenho consciência de que os relatos que ouvi sobre determinados eventos provavelmente contêm alterações, recortes e enquadramentos possibilitados por novas vivências dos agentes, desde o período que o roubo aconteceu.

¹¹ O termo “cinematográfico” é utilizado com recorrência pela imprensa policial, em diferentes estados do país, para se referir à operações criminosas consideradas sofisticadas em que são roubadas quantias muito elevadas, ou que apresentam uma infra-estrutura moderna.

¹² Reitero a observação de que todas as referências a datas, locais, nomes próprios, nome de empresas, estabelecimentos comerciais e quantias roubadas, apresentadas neste trabalho, são fictícias.

Também nas situações em que se desenvolveram nossas conversas e realizei minhas entrevistas, os acontecimentos puderam ser reavaliados, passando por novos filtros. Neste contexto interativo, a pesquisadora, inevitavelmente, interferiu nos processos de retomada do passado. Ênfases e omissões, provavelmente, foram provocadas por minha presença.

Um fator que considero positivo no sentido de ter fomentado suas emoções e acionado recordações foi a consciência de cada um dos entrevistados de que outros participantes do assalto também eram meus interlocutores. Este conhecimento assegura alguma veracidade aos relatos, pois cientes de que suas falas seriam comparadas à dos colegas, provavelmente, houve cuidado em não exagerar ou “mentir” deliberadamente sobre eventos e situações que também foram presenciadas por outros. Criou-se um contexto em que a dimensão coletiva da memória ganhou relevo. Para Halbwachs (2004) “a memória individual existe sempre a partir de uma memória coletiva, já que todas as lembranças são construídas no interior de grupos” (Halbwachs, 2004:57). De acordo com o autor, nossos registros podem ser simulados por meio do contato com as lembranças de outros, sobre pontos em comum de nossas vidas. Segundo ele, acabamos por expandir nossa percepção do passado, contando com informações dadas por outros integrantes do mesmo grupo.

Considerando o acesso a lembranças como uma operação que envolve referências coletivas, a percepção e o ato de se remeter a acontecimentos vivenciados na organização e execução do referido assalto por meus interlocutores se apresentaram mediados não só por “dados emprestados do presente”, mas também por relações mantidas com outros participantes do crime no período de sua articulação. Acontecimentos e situações partilhadas ou, mesmo, relatadas por outros podem compor suas memórias. Embora eu tenha conversado e realizado entrevistas com cada um dos participantes do roubo em separado, foram corriqueiras as referências de uns aos outros, tornava-se nítido o caráter compartilhado da maior parte de suas recordações.

Diante de tantos fatores de mediação na análise destas situações e eventos que ocorreram há mais de seis anos, um elemento de relevância na reconstituição desta operação criminosa foi a dimensão narrativa dos relatos. As lembranças que tive acesso, sobre o assalto contra empresa de guarda-valores, foram externadas por meio da fala narrativa.

Embora não tome a narração como foco de análise, esta forma de comunicação ganhou proeminência no desenvolvimento da pesquisa. Ao longo deste e dos próximos capítulos, apresento longos trechos de falas, nas quais se verificam retomadas e

releituras de acontecimentos do passado. Meus interlocutores reiteram continuamente os argumentos de Benjamin (1994), para quem a narrativa não só comunica informações, nem pode ser pensada como mero relato de fatos, já que por si mesma produz revelações. Tive incessantes amostras de que narrações não pedem abreviações, nem conclusões, nestas tudo pode acontecer novamente e “os narradores se movem para cima e para baixo nos degraus de sua experiência, como numa escada” (Benjamin, 1994:215). Fizeram-se evidentes às singularidades do ato de narrar, sua relação com a memória e o dinamismo na construção de significados possibilitado por esta modalidade de fala.

Considerando, que a seqüência de eventos e situações que procuro “recuperar”, para fins de análise, envolvem práticas socialmente condenadas, que tendem a ganhar visibilidade pública, estas costumam ser fixadas nas seguintes modalidades de registros: o inquérito policial, o processo judicial e as narrativas da mídia.

Com base no trabalho de investigação, onde são apurados detalhes das ocorrências, identificados os envolvidos e mapeadas as participações de cada um deles nos delitos, delegados de Polícia produzem inquéritos, que servem de base para o Judiciário instituir um processo. São produzidos textos de acusações e defesas, testemunhas do crime e acusados são ouvidos e sentenças são proferidas.

Desta maneira, inquéritos policiais e processos judiciais constituem os registros oficiais sobre ocorrências criminosas. No caso de *assaltos contra instituições financeiras*, os crimes correspondentes costumam ser um ou mais dentre os seguintes: *furto, roubo, latrocínio, extorsão mediante seqüestro, formação de quadrilha*¹³.

Conforme tenho ressaltado, os meios de comunicação de massas produzem e veiculam cotidianamente vastos registros sobre assaltos de grande porte. Tratam-se de reportagens e textos amplamente baseados no trabalho investigativo da Polícia. As coberturas jornalísticas têm efeito de despertar a atenção das pessoas, levando-as a adquirir exemplares de periódicos ou conceder audiências aos programas policiais. Para tanto, enfatizam a quantidade de dinheiro roubado e a “organização” do crime. Fotografias, charges e simulações computadorizadas de imagens, são recursos visuais dos quais costumam se utilizar jornalistas e editores.

¹³ *Furto* é uma categoria jurídica, correspondente ao artigo 155 do *Código Penal Brasileiro*, refere-se ao ato de “Subtrair para si ou para outrem, coisa alheia móvel”. *Roubo* também é uma modalidade de “crime contra o patrimônio e equivale ao artigo 157 do mesmo texto jurídico, designando a ação de “subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência à pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido a impossibilidade de resistência”. *Extorsão mediante seqüestro* corresponde ao artigo 158 do Código Penal e constitui em “crime cometido mediante restrição da liberdade da vítima, sendo essa condição necessária para obtenção de vantagem econômica”. E *Formação de quadrilha*, segundo o art. 288 do Código Penal, diz respeito à associação de “mais de três pessoas, em quadrilha ou bando, para o fim de cometer crimes”.

Tanto as notícias quanto os textos oficiais produzidos pela Polícia e o Poder Judiciário, que também constituem gêneros narrativos, conforme venho argumentando, efetuam classificações e priorizam enfoques destas ocorrências criminosas atrelados aos interesses das instituições que representam. Não pretendo negar que a versão que apresento sobre o assalto contra a *Secure Cash's Transport* também seja posicionada. Orientada por fins antropológicos, privilegio vivências e significados construídos pelos participantes da ocorrência analisada. Se a Polícia e a Justiça procurariam indícios de crimes e a imprensa tenderia a privilegiar características deste evento capazes de fomentar a construção do “fantástico”, minha ênfase na análise da ocorrência supracitada incide na consciência e controle da dimensão expressiva de comportamentos pelos assaltantes, durante organização e execução do roubo dos R\$ 5,6 milhões.

Considerando que se trata de um viés não usual para este tipo de “acontecimento”, minha investida etnográfica se inspira na concepção de História defendida por Benjamim (1994), cuja atenção recai sobre “fósseis” e “ruínas”. Trata-se de uma perspectiva de análise que pode ser pensada como audição de ruídos, aspectos marginais ou coadjuvantes que convivem com os discursos hegemônicos ou versões legitimadas sobre acontecimentos passados. Pensando a narração como retomada do passado pela palavra que poderia desaparecer no silêncio e no esquecimento, Benjamim assinala que História não é apenas ciência, mas também rememoração. Segundo o autor, o historiador materialista desconfia dos dados históricos e busca neste material aquilo que aparentemente está ausente, o que foi esquecido ou sufocado.

Seguindo a recomendação benjaminiana de “escovar a história a contrapelo” (Benjamim, 1994) e recuperar o que estava fadado ao esquecimento, junto com meus interlocutores, retorno ao assalto contra a *Secure Cash's Transport*, realizado há alguns anos, interessada em analisar suas *performances*. Estou ciente de que, ao adotar esta abordagem também produzirei esquecimentos.

Neste empreendimento hermenêutico, minha principal ferramenta teórica são as categorias e a perspectiva de análise de Erving Goffman (1992), observador atento da vida cotidiana. Se a condenação moral e visibilidade midiática associada aos grandes roubos e seus protagonistas têm o efeito de envolvê-los numa aureola de excepcionalidade e extra-cotidianidade, o universo conceitual de Goffman me dar suporte para pontuar semelhanças destes eventos com situações corriqueiras da vida em sociedade.

Em seu mencionado livro *A Representação do Eu na Vida Cotidiana*, Goffman (1992) analisa a interação social a partir da metáfora do teatro. O autor enfatiza

semelhanças entre os profissionais das artes dramáticas e os agentes sociais em situações de contato face a face. Considerando “performance” tudo o que os “atores sociais” fazem diante de outros e exerce efeitos sobre estes, Goffman centra sua análise da dimensão teatral do comportamento dos agentes na *fachada*, que é entendida como equipamento expressivo por meio do qual as performances se fazem efetivas.

As *fachadas* são compostas por *cenário* e *fachada pessoal*. O *cenário* inclui “móvel, decoração, disposição física, outros elementos de pano de fundo (...) e os suportes do palco para o desenrolar da ação humana executada diante, dentro ou acima dele. Por sua vez, a *fachada pessoal* engloba os itens do comportamento expressivo: “aqueles que de modo mais íntimo identificamos com o próprio ator e esperamos que o sigam onde quer que vá” (Goffman, 1992:29:30). São elementos da *fachada pessoal*, itens “fixos”, tais como aparência, características raciais, altura, sexo, idade e itens “não fixos” que são sinais transitórios e podem variar de uma situação para outra, tais como vestuário e expressões faciais.

Para que figurem como referências aos padrões de comportamento, *fachadas* sofrem processos de institucionalização, passando a constituir estereótipos abstratos ou ícones de sentido fixo e quase imutável em uma determinada sociedade. Com isto, servem de modelo ou referenciais para as expectativas que são endereçadas aos comportamentos sociais performados. Quase sempre, as *fachadas* pré-existem ao desempenho dos atores sociais e se atualizam em suas *performances*, estes, na verdade, são avaliados pela capacidade de ajuste às expectativas da própria sociedade, identificadas com certas *fachadas*. Portanto, os agentes sociais, nos processos de interação, tendem a incorporar padrões já tipificados. Em suas atuações, legitimam-se como pertencentes a determinadas posições e papéis por se encaixarem em determinados padrões de *fachadas*. A rigor, a impressão que se constrói sobre alguém a partir de suas *performances* em situações de contato face a face, concede à *fachada* uma dimensão mais “seletiva” do que “criativa”.

Portanto, o ator social elabora suas estratégias de suscitar impressões e reações com base em determinados desempenhos, e tem como referência modelos pré-existent, imagens socialmente instituídas. Da mesma maneira, sua apreensão do(s) oponente(s) na interação também se dá a partir deste esquema tipificador. Por sua vez, é a consciência desta modelagem na apreensão do outro que vai orientar o comportamento performado de um dado agente social. Trata-se de um processo, em alguma medida, dialético. Assim como se baseiam em modelos padronizados para elaborar seus próprios desempenhos e

atuações, as pessoas apreendem os outros e constroem imagens sobre eles, de maneira tipificada.

Tal como no teatro, na interação social, os agentes buscam tornar a ação significativa para outros, no espaço e tempo de uma dada situação. Deste modo, o potencial expressivo do comportamento aparece vinculado ao efeito provocado sobre a platéia, que na acepção de Goffman (1992) são os interlocutores da interação. Para este autor, a credibilidade das *fachadas* ocorre à medida que os atores conseguem combinar *aparências* e *maneiras*, ou seja, “cenário” e “elementos fixos” da *fachada pessoal* com elementos “não fixos” desta.

O contraponto das *fachadas* seriam os *bastidores*, contexto em que os indivíduos estão “desprevenidos”. Se a região de *fachada* é aquela onde o ator social está diante de uma platéia e mobiliza suas estratégias de representação, a região dos bastidores emerge como um domínio que escapa o alcance da platéia, lá os atores sociais se consideram livres da necessidade de representar. Na análise de Goffman (1992), os *bastidores* são, em alguma medida, apresentados como “perigosos” às performances, já que sua visibilidade pode descortinar informações ou fatores contraditórios à imagem que se quis transmitir, na produção da *fachada*. Os prejuízos e possibilidades de desconstrução de *fachadas* contidos nos *bastidores* evidenciam contingências ou imponderáveis inerentes aos processos de interação social.

Na “reconstituição” do assalto contra a SCT, aproprio-me de algumas categorias, tais como *fachadas*, *cenário*, *bastidores*, dentre outras. Veremos que os organizadores da complexa operação, conscientes das possibilidades de construção de imagens positivas de si, trataram de utilizar este artifício para promover convencimento e persuasão diante de outros, encenando comportamentos. No processo de organização e execução do crime, a equipe de assaltantes desenvolveu estratégias dramáticas capazes de manipular impressões suscitadas e reações desencadeadas em seus oponentes, revelando-se, parte de seus integrantes, excelentes *performers*.

O período de dois meses, correspondente à organização da ação criminosa contra *Secure Cash's Transpor*, envolveu um conjunto de medidas e procedimentos que possibilitaram a concretização do plano. Apesar de ter me baseado na versão dos oito participantes do assalto, meu principal interlocutor sobre esta operação criminosa foi Bernardo Belini. Conforme mencionei anteriormente, nós nos conhecemos há vários anos e temos nos encontrado com frequência, por isto sua narrativa foi a mais detalhada e predomina aos relatos dos demais envolvidos.

A proposta de organizar uma ação contra a base de carros-fortes em Recife chegou a Bernardo no dia 29 de julho de 2002. O homem que fez o convite foi Francinaldo Lima, um pernambucano, dono de uma sucata em São Paulo, onde Bernardo e vários outros “criminosos”, eventualmente, compram ou alugam carros para usar durante seus assaltos.

Fugitivo de um homicídio praticado contra um político de um pequeno município do interior de Pernambuco, Francinaldo veio morar na capital paulista, em 1995. Logo que chegou à cidade, arrumou emprego de ajudante, em uma oficina mecânica. Posteriormente, passou a roubar carros e a vendê-los, atividade que lhe possibilitou montar um “negócio” próprio. Em sua sucata, vende peças automotivas e carros roubados, com placas adulteradas.

Sem nunca ter participado de um assalto anteriormente, Francinaldo afirma que procurou Bernardo, porque sabia que “ele era um bandidão e tava acostumado a fazer assaltos grande, tinha ligação com os ladrões mais poderosos do país” (Trecho de entrevista realizada em 20 de setembro de 2008).

Quando encontrou Bernardo, ele contou que foi procurado por Valdir Conrado da Silva, um alagoano, vendedor de uma loja de materiais de construção no centro de Recife e namorado de uma das recepcionistas da *Secure Cash's Transport*. Valdir havia dito que tinha meios de fornecer todas as informações referentes à empresa, necessárias para articular um grande assalto. Ele garantiu ao sucateiro que uma operação bem elaborada, renderia no mínimo, R\$ 12 milhões.

A possibilidade de obter tão considerável soma atraiu Bernardo, mas ele pediu o prazo de uma semana para dar uma resposta a Francinaldo. Dois elementos no possível plano o desencorajava: não sabia da procedência de Valdir, se o seu namoro com a recepcionista da empresa o possibilitava, de fato, a fornecer todas as informações necessárias para elaboração de um assalto; e a inexperiência de Francinaldo, este, embora fosse habituado a roubar e comercializar carros e peças de diversos modelos, nunca havia tomado parte em operações mais complexas ou de grande porte, contra bancos e empresas de guarda valores.

Todavia, o receio de Bernardo em se lançar na organização do assalto em Recife, era decorrente, sobretudo, do fracasso da última ação que tentou empreender no Nordeste. Ele e outros companheiros, mesmo tendo investido, cada um, uma quantia aproximada a R\$ 70 mil, não conseguiram executar a ação programada. Um segurança da empresa, que havia sido pago para conceder informações ao grupo, contou detalhes do plano a colegas de trabalho, que alertaram o gerente da empresa e a Polícia. Numa ação rápida, uma

equipe policial localizou Bernardo e mais três “sócios” dele. A casa onde os quatro estavam reunidos foi cercada. Houve um confronto armado que resultou na morte de Diego, um dos assaltantes.

A indiscrição ou traição do homem que estava atuando como seu informante, na base de carros-fortes no Nordeste, levou Bernardo a decidir que seria mais criterioso na escolha de pessoas com quem trabalharia em futuros assaltos. Por isso, depois de falar com Francinaldo, ele quis saber se Fernando e Lúcio eram favoráveis a este possível empreendimento.

Desde 1997, Bernardo vinha tomando parte em operações contra empresas de guarda valores e bancos, em várias regiões do país. Embora, neste período de cinco anos, tivesse trabalhado com equipes de dezenas de pessoas, somente quatro comparsas tinham sua inteira confiança, seja por habilidades referentes ao ofício de assaltar ou por qualidades morais demonstradas, durante a divisão e apropriação das quantias adquiridas nos roubos, ou simplesmente, por ter desenvolvido afeição. Estes nomes eram: Lúcio Canoas, seu “conhecido” desde 1998 e parceiro em assaltos há dois anos, a quem ele, até hoje, considera uma mente perita em elaborar planos infalíveis; Fernando Mendes, embora somente tivessem realizado três assaltos juntos, sua discrição, segurança e equilíbrio demonstrados nas diferentes situações que vivenciaram, agradavam Bernardo; Yuri Cruz, que ingressou nas práticas ilegais junto com Bernardo, roubando cargas, esta parceria teve continuidade posteriormente na realização de roubos contra bancos e bases de carro-forte, mas Yuri desde o ano de 2000, foi se ocupar do tráfico de armas, passando a maior parte do tempo na fronteira do Brasil com o Paraguai; e, por último, Diego Mesquita, que Bernardo conheceu no Paraguai e reencontrou no Brasil, onde atuaram juntos em assaltos contra banco e empresas de guarda valores até sua morte em confronto com a Polícia.

Temeroso por sua vida e receoso de voltar para cadeia, Bernardo decidiu que somente se lançaria em um novo negócio na região Nordeste, se Lúcio e Fernando estivessem dispostos a serem seus parceiros. A experiência de ter sido perseguido pela Polícia e ver Diego morrer em um confronto armado parece ter sido marcante para ele. Em nossas conversas, Bernardo costuma enfatizar que o risco maior dos “grandes assaltos”, está na escolha das pessoas que vão tomar parte nestas operações. Ressalta que estes “empreendimentos” exigem elevado investimento de capital, envolvem muitas tarefas e demandam várias pessoas para realizar tais atividades.

Para Bernardo, o mais sensato é escolher assaltantes que disponham de recursos e possam participar das despesas. Argumenta que quando alguém gasta seu próprio

dinheiro em um plano, costuma ser mais cuidadoso e dedicado, pois está consciente do prejuízo que terá, se algo sair errado.

Uma das principais restrições mencionadas por ele e outros dos meus interlocutores, em relação a possíveis comparsas foi o uso de entorpecentes. Segundo fui informada durante as entrevistas, estão disseminados, entre praticantes de assaltos contra instituições financeiras, desconfiança e desprezo por dependentes químicos. Tal aversão se deve a características do “ofício” de assaltantes que se afirmam “profissionais”, pois a organização de suas operações criminosas envolve responsabilidades e tarefas que levam várias semanas, suas atividades exigem planejamento e requerem alguma disciplina dos participantes. Além disto, as ocasiões de realização destes delitos demandam atenção e cuidado. Qualquer possibilidade de perda de autodomínio é vista como negativa. Dada ao alto risco de suas atividades, estes profissionais do crime se declaram inimigos do consumo de narcóticos e álcool. Cheguei a ouvir varias menções depreciativas a dependentes químicos, estes, não raro, foram classificados pelos sujeitos da pesquisa como “fracos”, pessoas “sem determinação” e incapazes de manter a calma em situações de risco.

Procurando agir de maneira cuidadosa, segundo Bernardo não o agradava a idéia de se lançar em um negócio que dependia de informações a ser fornecidas por Valdir, uma pessoa de quem não tinha referências e que, provavelmente, não possuía “capital” para investir no plano.

Quando se reuniu com Lúcio e Fernando para discutir a possibilidade de financiarem um assalto em Recife, Bernardo expôs aos colegas suas desconfianças e motivos para não se aventurar nesta investida. Fernando, que havia perdido o seu melhor amigo, Diego, na referida situação de confronto com a Polícia, também se mostrou cauteloso e disse que era importante ponderar sobre a viabilidade de investir dinheiro em um negócio, junto com Francinaldo e Valdir.

Diante das hesitações de Bernardo e Fernando, em relação ao investimento no assalto contra SCT, Lúcio tratou de obter maiores informações sobre o possível alvo. Segundo ele, em uma pesquisa virtual preliminar, descobriu que se tratava de uma grande empresa que oferecia serviços de guarda e transporte de valores, vigilância patrimonial, segurança pessoal e vigilância eletrônica. Possuía dezesseis carros-fortes, doze viaturas destinadas à segurança de comércios e residências, empregava mais de uma centena de pessoas. A sede da SCT tinha quase quatro mil metros quadrados.

Entusiasmado com a infra-estrutura e volume de capital que seu provável alvo movimentava, Lúcio viajou para Recife, com o intuito de obter informações mais precisas sobre a empresa e também para ter contato direto com Valdir e “avaliá-lo”.

O encontro entre os dois foi amistoso. Segundo Valdir, decidiu viajar até São Paulo para falar com Francinaldo, porque um amigo em Recife, Erialdo Lima, teria lhe falado de um irmão proprietário de uma sucata na capital paulista e que tinha ligações com “assaltantes de bancos”. Embora conhecesse pessoas responsáveis por roubos e furtos em Recife, Valdir não acreditou que estas teriam meios de bancar uma operação contra uma empresa de guarda valores, cuja organização demandava altas somas de dinheiro. Embora tenha confiado em Francinaldo, e posteriormente tenha se mostrado afável com os outros participantes do assalto contra a SCT, Lúcio foi o colega por quem ele teve mais respeito e simpatia:

Eu gostei muito do jeito dele, já na primeira vez que ele veio, e gostei mais ainda de trabalhar com ele. Pense em um cabra desenrolado, que resolve qualquer problema, esse cabra é o Lúcio. E também ele é muito esperto, não tem como ninguém pensar que vai dar a volta nele porque ele é ligeiro, o pensamento dele anda na frente de todo mundo. É um cara muito bom pra trabalhar, ele é tão bom no que faz, que você trabalhando com ele, você se sente seguro, você trabalha direito, não tem como você errar. (...) É um cara simples, você diz a ele o que sabe, o que não sabe, e ele vai trabalhar junto com você, ele é muito simples, me tratou toda vida de igual pra igual, não fica zangado (Trecho de entrevista com Valdir, realizada no dia 02 de fevereiro de 2009).

Os dois conviveram e “trabalharam” juntos sem que houvesse conflitos. Depois de três semanas na capital pernambucana, Lúcio volta a São Paulo, reúne-se com Fernando, Bernardo e Francinaldo e diz que o assalto contra SCT seria um investimento seguro e vantajoso. Na ocasião, ele já dispunha de informações detalhadas sobre a sede da empresa, o tamanho do cofre, localização das salas do gerente e do tesoureiro, dos estacionamentos, quantidade de funcionários, endereços do gerente e do tesoureiro, informações gerais sobre suas rotinas de trabalho e vida pessoal. Já tinha uma relação dos principais clientes da empresa, os dias em que os carros-fortes transportavam maiores quantias. Lúcio disse aos colegas, que o desempenho de Valdir tinha sido satisfatório e que este havia apresentando todas as informações requisitadas com rapidez, mostrando-se discreto e cuidadoso.

Segundo Bernardo, quando encontrou Lúcio junto com Fernando, depois de sua volta de Recife, o colega fez uma longa exposição sobre as informações que havia levantado, falou que tinha construído um plano infalível e que o assalto contra a SCT seria um negócio de retorno monetário garantido. Caso os amigos não quisessem participar da operação, ele afirmou que se encarregaria de formar uma outra equipe para a execução do plano. Percebendo seu entusiasmo, os outros ficaram animados. Bernardo disse que teve certeza de que seria um assalto bem sucedido. Desde que se conheceram, em 1999, ele nunca viu, nem ouviu outros assaltantes falarem, que um plano elaborado e conduzido por Lúcio tenha fracassado. Vejamos trechos da fala de Bernardo, em uma conversa que tivemos no dia 29 de março de 2007:

Não é exagero não. Parece mentira, mas o cara é o cara. Quando ele fala que vai ser, é. É mesmo. Não tem outra, pode começar a gastar a dinheiro, que o dinheiro volta multiplicado. Eu gosto muito do cara, ele é folgado, as vezes ele se acha, a gente discute muito, porque as vezes ele confia tanto, que acaba se arriscando. As vezes ele parece que pensa como se vivesse em um filme, que está fora do mundo real. É mais por isso que a gente se desentende. As vezes ele se acha, mas ele pode, ele se responde. Quando ele fala que é certo, eu fecho os olhos e gasto o dinheiro que tiver que gastar, porque volta todo, volta em dobro, em triplo. Quando ele é afoito é porque tem certeza. Ele não faz nada sem pensar antes umas cento e cinqüenta vezes no que vai fazer (Trecho de entrevista com Bernardo, realizada no dia 29 de março de 2007).

Alguns assaltantes por organizar operações que resultam em altas quantias, tornam-se conhecidos e respeitados entre seus pares. A “boa reputação” entre praticantes de assaltos faz com que sejam freqüentemente convidados a participar de novas operações e a serem procurados para opinar e aconselhar sobre assaltos que estão sendo organizados (Aquino, 2004). Lúcio figura entre tais “profissionais”, sendo amplamente reconhecido no universo dos grandes roubos. Ele me disse que para elaborar o plano do assalto contra a SCT, estudou com afinco, as informações das quais dispunha, cogitando várias possibilidades de entrar na empresa e pegar o dinheiro, sem ser detectado pelos seguranças. Da mesma maneira que outros assaltos realizados anteriormente, era necessário tomar como base os seqüestros do gerente e do tesoureiro, junto com suas respectivas famílias. Em se tratando de alvos como bancos e empresas de guarda-valores, gerentes e tesoureiros são os funcionários que têm acesso aos cofres e chaves dos estabelecimentos, quase sempre são os únicos que têm autorização para entrar nas instituições, fora de seus

horários de funcionamento comercial. No caso das empresas de guarda valores, estes são isentos de todas as medidas de revista e vigilância feitas aos demais funcionários para entrar em suas sedes. Por isso, é fundamental ter poder de coação sobre tais personagens.

Desde meados dos anos de 1990, assaltos contra bancos e, posteriormente, contra empresas de guarda-valores recorrem ao seqüestro das famílias destes funcionários, na noite anterior ao assalto. No roubo de agências bancárias, os gerentes são abrigados a ir aos seus locais de trabalho, acompanhados ou não dos assaltantes, para retirar as quantias disponíveis no cofre. Da mesma maneira, no caso do assalto contra SCT, Lúcio decidiu que dispensaria a rendição dos demais empregados da empresa, no momento de subtrair os valores. Empunhar armas, neste caso, era inviável, porque havia mais de uma centena de funcionários. Era necessário que somente o gerente e o tesoureiro tomassem conhecimento do roubo e participassem ativamente dele. Na entrevista que me concedeu no dia 02 de agosto de 2007, ele falou de alguns dados que levou em consideração para elaborar o plano.

Na época da parada lá de Recife, muita água tinha rolado, em 1999, 2000 e 2001, tinha assalto toda semana, era quase em série. Tudo o que foi truque tinha sido usado, neguinho tinha entrado na empresa com colete da Polícia Federal, com Polícia Civil, dizendo que ia fazer inspeção mensal na empresa. Tudo já tinha sido feito, acho que até como entregador de pizza o pessoal tinha entrado nas empresas. O esquema, até então, era entrar antes das sete horas, antes dos funcionários chegarem. Ai á medida que os funcionários iam entrando, a galera pegava. Mas já tinha sido feito muito assalto, no Brasil todo. Esse modelo já não ia funcionar mais. Se chegasse alguém disfarçado de qualquer coisa antes das oito da manhã na empresa, os seguranças da portaria, com certeza, já iam ficar espertos e iam averiguar, mandar prender, e tal, e tal. Então, a idéia era fazer o assalto não antes da empresa abrir, mas depois das oito, a empresa já funcionando. Também não dava mais para usar nenhum disfarce espetacular de alguém que não iria na empresa, normalmente. Sabe? Não dava para, mandar um de nós vestido de Bento XVI ou dizendo que era o fantasma do João Paulo II, agora, tinha que ser alguém que faz parte do dia-a-dia, como os clientes, e tal, e tal, que foi o que nós fizemos. Assim, a idéia era não usar armas em nenhum momento. E não fazer nada que fosse diferente da rotina da empresa. No que dependesse de nós, nenhum funcionário ia ver nada diferente do que via todo dia, ninguém ia ter motivo para desconfiar de nada”. (Trecho de entrevista com Lúcio, realizada no dia 02 de agosto de 2007).

A SCT possuía um rígido controle para entrada dos funcionários em suas instalações, exigindo a apresentação de documentos de identificação na portaria e digitação de senhas em cada setor. A entrada de visitantes era permitida somente mediante agendamento prévio ou autorização expressa da gerência. Com exceção do gerente e do tesoureiro, todos são revistados na portaria. As paredes que contornam a sede possuem quatro metros de altura e são contornadas por cerca elétrica e sensores com alarmes.

Provavelmente por possuir muros difíceis de serem transpostos e por controlar com rigor o acesso às suas dependências, a SCT não dispunha de câmeras filmando a movimentação de seus pátios, corredores e cofre. Toda a dificuldade que Lúcio teve ao elaborar o plano foi encontrar um meio de fazer alguns homens entrarem e saírem, levando o dinheiro, cuja quantidade almejada pesaria dezenas de quilos e constituiria um volume não desprezível, sem despertar suspeitas. Ele disse que cogitou retirar o dinheiro da sede em um carro-forte da própria empresa. No entanto, a saída destes veículos da SCT, transportando valores, envolve vários procedimentos burocráticos. É necessário que o motorista e os seguranças responsáveis pelo transporte assinem documentos se responsabilizando pela carga e digitem, junto com o tesoureiro, senhas, em um sistema de controle localizado na guarita, ao lado do portão principal da sede.

Ao invés de utilizar somente o seqüestro e a ameaça de morte a suas famílias como moeda de troca perante o tesoureiro e o gerente, quando estes, acompanhados de alguns assaltantes, estivessem nas dependências da SCT, Lúcio encontrou mais uma maneira para pressioná-los. Decidiu fixar em seus corpos sistemas de escuta acoplados a bombas-relógio, que seriam acionadas caso tomassem atitudes dissonantes às que lhe seriam prescritas no cativeiro. Essa forma de controle os deixaria mais vulneráveis e compensaria a ausência de armas, no interior da empresa.

Para montar e controlar a aparelhagem que seria fixada no gerente e no tesoureiro, Lucio contatou Wilson, técnico em informática e telefonia. Trata-se de um mato-grossense que, na época residia em Belo Horizonte e, dentre outras atividades ilegais que desenvolvia, montava sistema de grampos e vendia linhas telefônicas para presidiários. Lúcio chegou a ele por meio de um amigo comum, para quem Wilson havia vendido uma aparelhagem de escuta, anexada a explosivos. Este dispositivo foi amarrado ao corpo da gerente de uma joalheria roubada, em Belo Horizonte. Lúcio queria que Wilson montasse um mecanismo semelhante e fosse operá-lo pessoalmente, no roubo da SCT.

Embora não pretendesse utilizar armas para entrar na empresa, era necessário armamento pesado para exibir às vítimas no cativeiro. O efeito de submissão

causado por fuzis e metralhadoras, de acordo com Lúcio e Bernardo, é mais intenso e imediato do que o de armas de menores volumes como revólveres e pistolas. Era necessário arrumar um meio de transportar o armamento de São Paulo para Recife. O caminhoneiro que costumava fazer este serviço para Bernardo havia sido preso, depois que a Polícia Federal encontrou alguns quilos de maconha em seu caminhão.

Os fatores de riscos e possibilidades que Lúcio me disse ter considerado quando desenvolvia o plano de assalto contra SCT, revelam sua atenção e domínio sobre as impressões e reações que um ator social pode suscitar nos seus oponentes. Os contornos de sua reflexão e das estratégias acionadas no delineio da operação que resultou no roubo de R\$ 5,6 milhões da empresa de guarda valores, demonstram que ele tem consciência do fluxo de performances e imagens construídas nos processos de interação face a face. Tal consciência lhe permite acionar estratégias capazes de exercer controle sobre imagens suscitadas e reações de seus oponentes.

No dia em que se reuniu com os colegas para tratar do transporte de armas, surgiu uma série de dificuldades e impasses referentes à realização do plano, gerando discordâncias na equipe. Fernando se queixou do excesso de atividades e disse aos colegas que era necessário convidar mais duas ou três pessoas para tomar parte na operação, sugeriu três nomes de assaltantes com quem havia trabalhado outras vezes. Lúcio concordou que quatro ou cinco pessoas eram insuficientes, para realizar um grande assalto, disse que a execução do seu plano exigia pelo menos nove homens. No entanto, os nomes citados por Fernando e mais outros os quais ele havia pensado, estavam ocupados em dois assaltos que seriam realizados nas regiões Sul e Centro Oeste. Lúcio me disse que pensou em adiar o negócio de Recife por um mês, esperando contar com a participação de alguns colegas, que naquele momento, estavam empenhados em outros “empreendimentos”. Na ocasião, Francinaldo sugeriu o nome de Auricélio para tomar parte no plano, alegou que este poderia solucionar o problema do transporte de armas, fazendo o arsenal de Fernando e Bernardo chegar a Recife, em um de seus caminhões, ou poderia mesmo ceder suas armas.

Na ocasião, Francinaldo informou aos outros que Auricélio era um antigo amigo seu, nascido no estado de Alagoas. Depois de realizar assassinatos a mando de fazendeiros e políticos no interior da região Nordeste, ele havia entrado no “ramo” dos assaltos a banco, atividade que vinha lhe permitindo acumular altas somas e formar patrimônio. Ao saber que Auricélio, havia sido “matador de aluguel”, Bernardo se contrapôs a sua entrada no plano, alegando que eventuais mortes de vítimas no assalto, precipitariam acirrada perseguição policial sobre a equipe.

As ponderações de Bernardo e suas hesitações na escolha de novos participantes para a operação que estava sendo organizada é uma postura recorrente entre articuladores de grandes roubos, pois alguns critérios costumam ser obedecidos, tais como: o comparsa deve ser alguém com quem já se “trabalhou” em outros “negócios”, anteriormente, ou alguém de quem se tenha recebido informações favoráveis. Alguns outros fatores como dispor de dinheiro e armas modernas ou ceder veículos para serem usados no assalto também possibilitam a aceitação na equipe.

O cuidado na escolha dos comparsas e na obtenção de informações sobre desconhecidos, em parte, são decorrentes do caráter temporário das equipes de assaltantes. Pois a cada nova operação que se vai realizar é necessário escolher os participantes. A linha de produção dos grandes roubos na atualidade não se estrutura a partir de grupos fixos, que realizam vários assaltos sem alterar a composição, apresentando lideranças ou posições hierárquicas fixas. Estas facções chamadas pela Polícia de “quadrilhas interestaduais” que se formam para efetuar ações criminosas contra instituições financeiras são agrupamentos ou coalizões temporárias, de duração restrita ao período da organização e realização de um assalto. Após a execução do plano, seus integrantes dividem os valores roubados e se separam, podendo voltar a atuar em conjunto ou não. Geralmente, estas equipes reúnem pessoas oriundas ou residentes em diferentes estados, que não costumam desenvolver sólidos vínculos entre si. Sendo “profissional” o fator de agregação, não se cultiva coesão ou sentimento de pertença referente a um grupo (Aquino, 2004).

No universo dos grandes roubos, cada pessoa possui uma rede de relações e contatos, de variadas extensões e graus de entrosamento, envolvendo vínculos profissionais de confiança, gratidões, em alguns casos, amizades e também desafetos. Tais ligações são geograficamente “desterritorializadas”, englobando contatos com pessoas das diferentes regiões do Brasil e de países vizinhos, estes em menor escala. Em cada operação, praticantes de assaltos convidam ou são convidados por integrantes de sua rede de relações composta por outras pessoas que tomam parte em assaltos, contra instituições financeiras. Assim, há um dinamismo na composição dos grupos que vão se modificando de acordo com as demandas das operações (Aquino, 2004). Como vimos, a necessidade de montar um sistema de escuta que seria fixado nos corpos do gerente e do tesoureiro da SCT, levou Lúcio a requisitar os serviços de Wilson, *expert* na manutenção e na montagem destes dispositivos.

O convite a Auricélio, apesar das discordâncias iniciais de Bernardo, ocorreu porque ele dispunha de um caminhão para o transporte de armas de São Paulo a Recife. Reticentes diante dos protestos de Bernardo, Lúcio e Fernando trataram de colher

informações sobre o alagoano, com outros assaltantes. Nesta ocasião, foram informados que Auricélio, além de dispor de vasto patrimônio e muito dinheiro em espécie, era um assaltante discreto, cuidadoso e rigoroso nas atitudes referentes à organização das operações, das quais tomava parte. Depois que decidiram convidá-lo, para o “negócio de Recife”, Francinaldo foi encarregado de intermediar o contato.

Auricélio me contou que depois de receber Francinaldo, na sede de sua fazenda no Amazonas, veio reencontrá-lo uma semana depois acompanhado de Lúcio, Bernardo e Fernando, em um sítio na grande São Paulo, propriedade utilizada por Bernardo para “reuniões de negócios”. Na ocasião, Auricélio disse ter elogiado o plano de assalto em andamento e parabenizou Lúcio. Ele informou aos futuros comparsas que foi pessoalmente a Recife checar as informações sobre a empresa, sua estrutura, horários e rotina de funcionários. Além de obter dados sobre a SCT, havia também investigado o passado de Valdir e descobriu que seu nome verdadeiro era Antônio Carlos Ribeiro da Silva. Tendo nascido em um município do interior de Alagoas, próximo à cidade natal de Auricélio, Antonio Carlos, há seis anos (em 1996), havia abandonado a esposa e um filho pequeno. Desde então, morou em vários estados do Nordeste, tornando-se procurado pelas Polícias de Fortaleza, Terezina e João Pessoa, por seduzir mulheres solteiras com elevado poder aquisitivo. Depois de ganhar presentes como roupas de grife, relógios de pulso e telefones celulares de última geração, ele furtava jóias e objetos valiosos das residências de suas vítimas. Sendo 14 anos mais velha do que Valdir, Angélica, a recepcionista da SCT, de acordo com Auricélio, seria a próxima vítima do golpista.

Quando soube que Auricélio havia checado detalhes sobre o plano que ele estava elaborando, Lúcio se mostrou insatisfeito e protestou contra a atitude que considerou invasiva, já que o alagoano ainda não tinha dado a palavra final sobre sua participação no negócio. Todavia o desentendimento entre os dois foi contornado por Bernardo e Fernando que simpatizaram com a postura “cuidadosa” demonstrada pelo novo comparsa.

De acordo com Bernardo, as informações obtidas sobre Valdir, fizeram com que todos se tornassem atentos às atitudes do “picareta sedutor”, no desenrolar da operação. Quando interrogado por Lúcio sobre sua relação com Angélica, Valdir disse que era um namoro recente e que pretendia desfazer o compromisso depois de realizado o assalto, no entanto a recepcionista não desconfiava de suas intenções. A descoberta pelos comparsas de sua falsidade ideológica e de alguns dos golpes aplicados nas mulheres com quem se

envolveu afetivamente, parece não ter incomodado Valdir. Segundo ele, estava certo de que os crimes cometidos pelos colegas no passado eram mais graves do que os seus:

Pra mim o que eles levantaram sobre mim foi fichinha. Porque ali eu sabia que não tinha nenhum santo. Santo fica no altar, recebendo vela, fazendo milagre, santo não vai se juntar com um bocado de ladrão pra tramar roubo. Eu sabia demais que o que eu tinha feito era coisa muito pouca em comparação com as sujeiras que os outros devia ter feito. Eu não tinha nenhuma morte nas costas e eles tinham. Não sei todos, mas quase todos já tinham mandado pai de família pro cemitério (Trecho da entrevista com Valdir, realizada no dia 02 de fevereiro de 2009).

A data que Lúcio retornou à Recife foi 18 de outubro, três semanas antes do assalto. Ele usava um de seus nomes fictícios e um conjunto de documentos falsificados. No mês de julho, quando esteve na cidade para obter informações sobre a empresa, conseguiu efetuar um contrato de aluguel de um apartamento no mesmo prédio do tesoureiro da SCT, José Firmino. O pagamento do valor correspondente a três meses de aluguel o havia dispensado de apresentar um fiador ao proprietário do imóvel. Mostrou contracheques, comprovação de renda e endereço. O nome utilizado para efetuar o contrato foi Flávio Mariano Costa, ele disse a sua locatária e ao porteiro do prédio que era representante de uma fábrica de brinquedos do estado de São Paulo e, naquele momento, fixava-se em Recife, porque estava encarregado de analisar o mercado pernambucano, aumentar o número de revendedores da marca e expandir as vendas no estado.

O procedimento de criar personagens e identidades novas é recorrente entre assaltantes. Ao chegar nas cidades onde pretendem realizar um roubo, apresentam nomes falsos e dizem ter profissões que não são as suas. Tais procedimentos objetivam evitar suspeitas que possam recair sobre suas estadias no local.

Para Goffman (1992), o ator social é “sincero” em seu desempenho, quando acredita no papel que representa e nas impressões que sua *fachada* desperta, e é *cínico* quando não é veraz diante dos outros interactantes, não crendo na sua própria atuação, nem se interessando pelo que a *platéia* acredita. Ao nomear de *sincero* ou *cínico* os desempenhos, Goffman não está questionando a conduta dos agentes, nem interessado em emitir juízos de valor, o autor tem em mente o potencial de verossimelhança das performances e o equilíbrio “representativo” no encontro presencial. No caso dos personagens forjados e *fachadas* criadas durante o desenvolvimento de operações criminosas, os atores sociais são *cínicos* porque

enganam e manipulam suas platéias, mobilizam cenários e comportamentos para ludibriar seus oponentes (Goffman, 1992).

Pessoas que tomam parte em operações criminosas de grande porte costumam ter vínculos com grupos que falsificam documentos, contracheques e comprovações de endereço, tais como contas de água, energia elétrica e de telefone. Da mesma maneira, requisitam profissionais habilitadas com tecnologias modernas e que estão dispostas a mobilizar seus serviços em assaltos, como o foi o caso de Wilson na operação contra a SCT. Assim, a “rede de relações” de um assaltante no universo das práticas ilegais, não só abrange outras pessoas que realizam grandes roubos em diferentes regiões e estados do país, mas também àqueles que lhes fornecem subsídios, tais como venda e transporte ilegal de armas, documentos falsificados, grampos telefônicos, entre outros “serviços” demandados por uma operação de assalto de grande porte.

Ao voltar à Recife no dia 19 de outubro de 2002, Lúcio encontrou Auricélio, que já estava empenhado em descobrir horários precisos de chegada e saída do gerente da SCT, Ailton Dias, a relação de sua família com a vizinhança, quem freqüentava sua casa e convivia com sua esposa e filhos. Da mesma maneira, Lúcio tratou de obter informações mais detalhadas sobre a família de José Firmino. Wilson instalou grampos telefônicos nas linhas residenciais de Ailton e José Firmino.

Lúcio comprou um *Toyota* modelo *Hilux* usado por R\$ 46 mil, especialmente para utilizar nos dias em que se passaria por Flavio Mariano, vizinho de José Firmino. Auricélio utilizou carros roubados com placas adulteradas, trazidos por Francinaldo de São Paulo. Este também foi encarregado de viabilizar os veículos utilizados durante a efetivação do assalto. Auricélio usava três carros diferentes, um *Gol* 1.6, de cor azul; um *Vectra* de cor branca, e um *Mitsubishi Pajero* de cor cinza, os três carros tinham vidros escuros. Ele alternava o uso dos veículos, evitando levantar suspeitas sobre sua presença. Era necessário permanecer várias horas seguidas na rua em que Ailton residia, notificando as rotinas de seus familiares e vizinhos.

No dia 03 de Novembro, Benício chega a Recife com quatro fuzis e duas metralhadoras, que trouxe de São Paulo em um dos caminhões de Auricélio. O armamento foi deixado em uma chácara situada na região metropolitana de Recife, local destinado a funcionar como cativoiro das famílias de José Firmino e Ailton. Tratava-se de um pequeno sítio, que foi alugado por Auricélio no dia 15 de outubro, a propriedade era formada por uma ampla casa, com várias salas e cinco quartos, garagem com espaço suficiente para seis carros,

jardins e quintal. Embora houvesse outras chácaras na vizinhança, os proprietários costumavam freqüentá-las somente nos fins de semanas.

Bernardo e Fernando desembarcam na capital pernambucana somente no dia 23 de outubro, eles trouxeram roupas azul marinho, iguais às vestimentas dos funcionários da empresa terceirizada responsável pela limpeza da SCT— que seriam usadas por Fernando e Francinaldo, no dia do assalto —, RG e credenciais falsificadas de uma rede de óticas, *Melhor Visão*, impressos com os nomes de Moacir Ferreira Matos e Marcondes Viana, documentação que seria apresentada por Auricélio e Bernardo, passando-se por executivos que iriam se reunir com o gerente da SCT.

Veículos, armamentos e documentação falsa são os equipamentos mais recorrentes nos *cenários* construídos por assaltantes, durante o desenvolvimento de suas operações criminosas. No entanto, há objetos que são utilizados de acordo com a demanda específica de cada plano criminoso, no caso da SCT, como vimos, foram viabilizadas também credenciais de funcionários de uma rede de óticas e vestimentas de zeladores de uma firma, que prestava serviço à empresa que seria assaltada.

Em seu levantamento de informações sobre José Firmino, Lúcio apurou que ele é viúvo, mora com sua filha única de 24 anos e uma irmã de 49 anos. O tesoureiro da SCT chegava a sua casa, todos os dias, depois das 22 horas. Ele tinha uma namorada de 25 anos e a mantinha em um apartamento, distante apenas algumas quadras da sua residência.

Segundo Lúcio, o tesoureiro da SCT é um homem com graves falhas de caráter. Ele, junto com alguns agentes de segurança, efetuava transações irregulares na empresa, utilizando sua logomarca e equipamentos para prestar serviços de segurança pessoal e eletrônica a empresários e firmas, que não eram clientes da SCT e que lhe pagavam pessoalmente por tal assistência. Por outro lado, o gerente Ailton Dias, segundo as investigações de Auricélio, era um homem de vida pacata, honesto e bem visto pela vizinhança. Sua família era composta pela esposa Suely e um casal de filhos, Felipe de 12 anos e Carolina de 11 anos. A rua onde estava localizada sua residência era calma e sem trânsito constante de pedestres. A maior parte das casas nas adjacências é luxuosa e de muros altos. Os únicos pontos das proximidades onde havia freqüente movimentação de transeuntes era uma padaria e um depósitos de bebidas, situados em uma rua paralela à casa de Ailton. Em se tratando da rotina diária da família, ele saía sempre sete e vinte da manhã e chegava às seis e meia da noite, todos os dias, exceto sábados e domingos. Sua esposa costumava sair de casa depois do meio dia, para deixar os filhos na escola, e ia pegá-los de volta, às cinco horas da tarde. Mantinham horários regulares. Os únicos visitantes que costumavam receber

algumas noites eram os vizinhos da casa à esquerda da sua, Haroldo e Carmem, um casal de contadores, pais de Thiago, pré-adolescente com idade aproximada aos filhos de Ailton. Thiago todas as noites ia à residência do gerente da SCT e somente voltava para sua casa, depois das 22 horas. Embora a família de Ailton, contasse com os serviços de duas empregadas domésticas, somente uma delas dormia no local de trabalho.

Auricélio decidiu que também teria que seqüestrar os vizinhos da casa à esquerda. Tratava-se de uma família pouco numerosa. Thiago, era o único filho do casal. Eles tinham uma empregada doméstica, Siuneide, que saía todas as noites por volta das 20 horas, para encontrar o namorado, um funcionário da padaria localizada na rua paralela à casa de seus patrões, e costumava voltar antes das 23 horas.

A casa localizada a direita da residência de Ailton, estava desocupada e aos cuidados de uma imobiliária para ser vendida ou alugada. As casas localizadas do outro lado rua, que ficavam com os portões de frente para a residência do gerente, são duas, cujos moradores eram famílias de gaúchos, recém chegadas na cidade. Estes não costumavam ter contato, nem fazer visitas a Ailton, nem ao casal de contadores.

O dia escolhido para o assalto foi 12 de novembro de 2002, uma terça-feira. A noite do dia 11 e a madrugada do dia 12 foram decisivas para que a operação tenha sido executada. Neste ínterim, foram seqüestradas as famílias de José Firmino e de Ailton Dias, os dois foram ameaçados e receberam instruções de como se portar, a fim de auxiliar a equipe de assaltantes no roubo do dinheiro.

Às 20 horas da quarta-feira, Bernardo apertou a campainha do apartamento de José Firmino e foi atendido por sua filha Estela de 24 anos, que foi rendida. Em seguida, Fernando entra no apartamento e rende Judith a tia da moça, e Nelli, a empregada da casa. José Firmino, que chegou por volta de 22 horas, também foi rendido. Meia noite e quarenta, os quatro foram levados sob mira de pistolas, pelas escadas, até a garagem do prédio, e minutos depois, para o cativeiro. No percurso do quarto andar até a garagem, Fernando e Bernardo, tiveram a cobertura de Lúcio que se certificou de que não havia outros moradores transitando nas escadas.

Na garagem, Bernardo colocou José Firmino no seu próprio carro, um *Chevrolet Blazer* preto de vidros escuros, junto com Judith e Neli e dirigiu o veículo até a chácara localizada em Jabotão dos Guararapes, que funcionaria como cativeiro. Lúcio, Fernando e Estela, filha do tesoureiro, seguiram a Blazer de José Firmino, a bordo da *Hilux*, que Lúcio usava, passando-se por Flavio Mariano.

Segundo Bernardo, é importante entrar na casa das famílias na noite anterior e controlar toda a rotina dos moradores, obrigá-los a cancelar compromissos e dispensar visitas, caso seja necessário.

Tem que entrar cedo porque, você já controla todo o movimento daquela noite, quem tiver algum compromisso desmarca. O telefone tocou a gente vai lá com a pessoa, cola o ouvido, atende junto com ela. Se chegou alguém a pessoa vai lá e dispensa. Lá no tesoureiro de Recife, a gente sabia que a filha dele às vezes saía a noite para encontrar com as amigas e com os paquera. A gente já mandou ela desmarcar tudo. Ela foi uma moça muito calma. Porque os outros tanto a tia dela e a empregada xingavam a gente queria reagir, o véio pai dela queria também reagir, dar uma de macho, perguntava o tempo todo se a gente queria dinheiro, mandava a gente ir embora. Mas a filha dele disse: Pai não é nada nosso que eles querem, é a empresa. E a gente não falou nada. Só falou que não era hora ainda de falar. Mas tanto o pai dela como a tia ouviam ela, fazia tudo o que ela pedia. Ela pediu pra eles ficarem calmos, parecia que ela tava trabalhando pra nós. Ela falou assim, — Pai, tia eles querem o dinheiro da empresa e o senhor vai fazer tudo o que eles mandarem, não é nosso dinheiro, mais importante que o dinheiro dos outros é a nossa vida. Foi importante ela falar isso porque as vezes tem mulher de gerente que fica enrolando a gente mandando a gente ir embora, diz que a gente não vai matar. Mas ela disse pra ele ficar calmo e fazer tudo o que a gente mandasse. Pediu pra dar água pro pai, para deixar ele comer. Pediu que a gente não batesse no pai dela. Ela era uma moça muito esclarecida. Então é isso, é entrar nas residências cedo e se antecipar aos imprevistos, se chegou alguém pra visitar, manda a empregada dizer que não tá ou que não pode receber. Tem que se isolar por umas horas aquela família do resto do mundo, mas sem deixar que ninguém desconfie de nada (Trecho de entrevista com Bernardo, realizada no dia 04 de abril de 2007).

Se na residência de José Firmino, o acesso de Fernando e Maurício foi facilitado por causa de Lúcio, que era morador do prédio, na casa de Ailton, Auricélio teve que render primeiro o casal de contadores, que moravam à esquerda da casa do gerente.

Da mesma maneira que Lúcio, Auricélio sublinha que, em 2002, fazer assaltos precedidos de seqüestros de funcionários das instituições “já não era tão fácil”. Muitos casos, com este formato ocorreram nos três anos anteriores, fazendo com que gerentes e tesoureiros ficassem mais cuidadosos. Assim, ele não se arriscou a tocar a campainha da casa de Ailton. Qualquer argumento ou identificação que apresentasse, provavelmente causaria desconfiança na família. O meio que ele encontrou para adentrar àquela residência, foi Carmem, moradora da casa vizinha. Às 20 horas e 30 minutos, Auricélio é atendido no

interfone pela contadora. Ele se fez passar por um amigo dos moradores de uma das casas da frente, recém chegados do Rio Grande do Sul. Disse que os gaúchos, naquele momento, não se encontravam em sua residência e perguntou a Carmem se podia deixar com ela um conjunto de taças de cristais que sua esposa mandava como presente de boas-vindas, para um dos casais recém chegado do Sul. Quando a contadora veio ao portão receber a encomenda, Auricélio saca uma pistola e lança um sinal com o braço para que Benício desça do carro e entre, junto com ele, na casa da refém. Depois que dominaram Haroldo e Carmem, Auricélio obriga a mulher a telefonar para a casa de Ailton.

Carmem, coagida por Auricélio, pede ao gerente da SCT para recebê-la acompanhada de um parente, que está chegando a Recife e precisa de indicações sobre preços e condições de pagamentos de imóveis. Ailton, que antes de trabalhar na SCT, era dono de uma pequena imobiliária, aceita recebê-la. Segundo Auricélio, Carmem por uns instantes é indiferente a suas ameaças e lhe diz que não vai levá-lo à residência de Ailton, por que seu filho Thiago está lá. Auricélio diz que nada vai acontecer a ela, Haroldo e Thiago, caso ela siga suas ordens. Alguns minutos depois, a contadora se dirige à casa do vizinho, acompanhada por Auricélio, Wilson e Francinaldo.

Segundo Wilson, sua participação na operação seria circunstancial e restrita à montagem da aparelhagem que seria utilizada no assalto, porém a pedido de Lúcio, ele acaba participando do seqüestro da família do gerente da SCT. Nas entrevistas que me concedeu, ele negou ser um assaltante, afirma se considerar “um técnico que presta serviço para o crime organizado” e, poucas vezes, teria participado diretamente de crimes violentos. Vejamos trechos de sua fala:

Isso de fazer assalto é muito pesado, eu acho que eu não sirvo pra isso, porque eu não sou um cara corajoso. Eu prefiro ficar com a parte técnica. Nesse negócio aí que você está me perguntando, eu sou fui porque eu estava a pedido do Lúcio. Ele é um cara top nisso, muito respeitado. No dia, ele me disse para acompanhar Auricélio e os outros dois e eu fui pra adiantar o lado dele. É porque o Lúcio confiava em Auricélio na parte técnica, nessa parte de trabalhar direito e fazer coisa dar certo. Nisso o cara é muito bom, mas ele competia muito com o Lúcio, os dois estavam discutindo o tempo todo. Aí, o Lúcio falou para eu ir com ele na casa do gerente. Eu fui, porque eu estava fazendo um favor ao Lúcio e o outro motivo, foi porque daquela vez eu não senti medo. Eu sabia que se alguma coisa desse errado, o Auricélio ia saber o que fazer para contornar qualquer imprevisto (Trecho de entrevista com Wilson, realizada no dia 12 de setembro de 2008).

Quando Carmem foi levada para a casa de Ailton, Benício ficou encarregado de vigiar Haroldo e esperar sua empregada doméstica, Siuneide, chegar em casa, para também rendê-la. A contadora apresentou Auricélio e Francinaldo como sendo seus primos, residentes em São Paulo, que estavam vindo morar em Recife, Wilson foi apresentado como um amigo da família que também queria se fixar na capital de Pernambuco. Ailton perguntou sobre a localização e o tamanho do imóvel que os supostos recém chegados na cidade pretendiam adquirir, orientou-lhes sobre os bairros, imobiliárias e tipos de imóveis, cuja compra seria vantajosa. Durante a conversa, os três sacam armas e rendem o gerente e sua esposa. Auricélio vai até a cozinha e imobiliza a empregada que preparava sucos para as visitas, levando-a para sala, junto dos outros reféns. Em seguida, ele vai à garagem e rende os dois filhos de Ailton e o filho de Carmem, que brincavam com jogos eletrônicos.

Os quatro adultos e as três crianças permaneceram na sala da casa de sob mira de armas, até que Siuneide — a empregada doméstica de Carmem que saía para encontrar o namorado todas as noites — chegasse à casa de seus patrões e fosse rendida por Benício. Em seguida, os nove reféns foram levados para a chácara, onde já estavam Lúcio, Fernando, Bernardo e a família de José Firmino.

O gerente dirigiu seu carro, um *Toyota* modelo *Corola* branco, até o cativo. Auricélio sentou ao seu lado e o guiou durante o percurso. No banco traseiro do veículo, estavam sua esposa, a contadora e a empregada. As crianças e o vizinho Haroldo foram levados por Wilson, Francinaldo e Benício a bordo do Gol azul que vinha sendo utilizado por Auricélio e do carro de Carmem, um Fiat modelo *Palio* de cor preta.

Segundo Auricélio, nos instantes em que esteve na casa do gerente e no percurso até o cativo, não falou com os reféns sobre seus objetivos.

Na articulação dos dois seqüestros, evidencia-se a competência dos assaltantes na associação de suas *performances* a determinados modelos de *fachadas*. Como vimos, o seqüestro da família de José Firmino, mobilizou um considerável investimento em *cenário*: aluguel e manutenção de um apartamento de luxo, carro, dentre outros objetos utilizados por um rapaz de classe média alta. Atuando como vizinho do tesoureiro, Lúcio pôde obter informações privilegiadas sobre aquela família e mapear sua rotina. Seu desempenho como Flávio, representante de um fábrica de brinquedos, proprietário de uma *Toyota Hylux*, demandou que projetasse, diante dos empregados e demais moradores do prédio, um comportamento condizente com a posição social do personagem que ele representava.

A impressão despertada em sua *platéia* a partir das *maneiras* e *aparência* foi consciente e programada. Vejamos um trecho de sua fala:

É fácil enganar, mas é preciso se dedicar. Pra se inserir no meio desses gerentes, é um meio de gente de dinheiro, então você tem que ter uma aparência mais ou menos e também tem que ser educado. Lá no prédio do Firmino, quando eu chegava tarde porque tava trabalhando com os outros (está se referindo “aos outros assaltantes” que participaram do roubo contra a SCT), eu dizia ao porteiro que estava no teatro, que tinha ido ver uma peça. Eu tinha o cuidado de ver no jornal o que estava acontecendo na cidade, eu sempre sabia de tudo que tava acontecendo. Às vezes eu dizia que tinha ido a um aniversário de um político (Trecho de entrevista com Lúcio, realizada no dia 02 de agosto de 2007).

Da mesma maneira, Auricélio, utilizando seu equipamento expressivo foi competente o suficiente para convencer a vizinha do gerente da SCT a abrir a porta de sua residência para um estranho. Sua estratégia de *performer cínico* foi alegar que veio trazer um conjunto de taças de cristal para uma amiga, como presente de boas-vindas enviado por sua esposa. Sua atitude suscitou a simpatia de Carmem, a ponto de derrubar reservas que a contadora pudesse manter, diante de um estranho.

Eu sou casca-grossa, mas entendo um pouco dessas trocas de presentes entre mulheres finas, minha mulher é filha de fazendeiro, já nasceu patricinha. Ela é também cheia das delicadezas. Ela adora sair distribuindo presentes. Ela sabe o presente certo para cada data, para toda situação, ela sabe indicar um presente. Por isso, eu sabia que se falasse em taça de cristal, a mulher ia me atender. Eu sei que toda dona de casa é louca por cristal, ela ia querer ver o cristal que eu tava deixando para os vizinhos dela. Eu nunca vi uma dona de casa que não babasse na frente de taças de cristais. E aconteceu do mesmo jeito que eu pensei. Ela veio abrir a porta sem desconfiar de nada. Ela deve ter me visto pelo binóculo, aquela lente da porta, eu tava de camisa de manga longa, todo engomado e cabelo no gel, com um embrulho na mão. Ela não tinha motivo pra ter medo de mim (Trecho de entrevista com Auricélio, realizada no dia 19 de dezembro de 2007).

Evidencia-se que a competência dos assaltantes em produzir compatibilidade entre *aparências* e *maneiras* em suas fachadas, exige um investimento monetário na viabilização de objetos e instrumentos canalizados para produzir as aparências que julgam convenientes. É necessário, portanto, que empreendedores de um assalto de

grande porte disponham de recursos e os destinem para os gastos com a infra-estrutura da operação (Aquino, 2004).

No desenrolar da interação entre assaltantes e vítimas, nos dois casos de seqüestros, primeiro, os assaltantes representam papéis sociais considerados confiáveis ou inofensivos a suas vítimas — no caso da família de José Firmino, o papel utilizado foi o de “vizinho”, na casa de Carmem, Auricélio se apresenta como “amigo dos vizinhos” e, posteriormente, na casa de Ailton se faz passar por “primo de Carmem”. Depois de ter alcançado uma proximidade espacial, considerada adequada para se apresentar como assaltantes ou seqüestradores, suas performances mudam, assumem personagens com características diversas do que estavam representando anteriormente.

O momento de anunciar o assalto ou o seqüestro, depois de conseguirem se aproximar das vítimas, envolve uma espécie de “virada”. Um personagem tido como confiável ou inofensivo se apresenta como “bandido” e passa a fazer ameaças. Tal “virada” exige uma considerável competência performática. Em seu desempenho, o assaltante deve sustentar a transição súbita de um personagem para outro, mostrando-se convincente nos dois papéis.

Se platéias costumam não desconfiar dos personagens construídos por assaltantes em suas estratégias de abordagens, nas quais que se apresentam como “inofensivos” ou “benquistas”, tampouco duvidam destes, quando sacando armas e proferindo raivosamente ameaças, afirmam que vão efetuar disparos, caso não lhes sejam entregues as quantias que requisitam. Nestas ocasiões, a violência assume posição dúbia na composição das *fachadas*, pois todos os praticantes que entrevistei até hoje dizem que não hesitarão em atirar nas vítimas caso estas lhes contrariem. Observando suas performances, por este ângulo, podemos dizer que se comportam como atores sociais *sinceros*. Todavia, também são recorrentes nas entrevistas, a confissão de que é difícil se mostrar raivosos diante das vítimas e ameaça-las, já que são pessoas estranhas, das quais não têm razões para ter queixas ou magoas. Assim, ameaçar, gritar e espancar pessoas que não lhes fizeram mal é apontado como um aspecto pouco prazeroso da efetivação de suas performances. Embora sejam *sinceros* quando se dizem capazes de matar seus oponentes, há *cinismo* nas maneiras abruptas e pouco cordiais com as quais os tratam.

Na madrugada em que tomaram como reféns o gerente e o tesoureiro da SCT, junto com suas respectivas famílias, a equipe de assaltantes procurou demonstrar que tinha aparelhagem para matar as 13 pessoas, escolheu criteriosamente a forma de acomodá-los no cativoiro, utilizou vários artifícios para intimidá-los, todavia a responsabilidade maior na

manutenção da *fachada* foi atribuída a Lúcio e Auricélio, que ficaram encarregados de “conversar” com Ailton Dias e José Firmino.

Depois que os reféns estavam na chácara, foram distribuídos nos cinco quartos da casa, Valdir ofereceu água, refrigerante e biscoitos recheados aos filhos do gerente e a seu vizinho Thiago, trancando-os, em seguida, no quarto que ficava ao lado da área de serviço. O casal de contadores, junto com a irmã do tesoureiro e a esposa do gerente, foram colocados em outro quarto, sob a mira de uma metralhadora, manuseada por Francinaldo. O gerente ficou sozinho no aposento mais confortável da casa, vigiado por Fernando, que lhe deu ordens para que descansasse. O tesoureiro e a filha, ficaram em um quarto espaçoso e mobiliado, sob os olhos atentos de Benício. As vítimas passaram horas em suspense, sem receber ordens ou sofrer ameaças. Segundo Lúcio os instantes de apreensão são importantes para aumentar a ansiedade e torná-los mais vulneráveis.

De acordo com Bernardo, nos assaltos em que famílias inteiras são seqüestradas, não se costuma deixar que pais e filhos permaneçam, no cativo, no mesmo recinto. Segundo ele, separar pessoas de seus “entes queridos” nestas horas de medo e tensão contribui para desestabilizá-las e deixá-las amedrontadas. Porém no caso de José Firmino e Estela, os dois ficaram juntos porque a moça desde que foi rendida no seu apartamento vinha aconselhando a pai a seguir a ordens do grupo de assaltantes e desencorajando-a a resistir.

Auricélio, Lúcio e Wilson utilizaram um quinto quarto da casa para testar o equipamento de escuta e os outros acessórios que seriam usados para roubar o dinheiro da SCT. Lúcio havia se encarregado de comprar roupas parecidas com as que José Firmino e Ailton usam para trabalhar, para vesti-los na manhã do dia 12.

Às quatro horas, José Firmino é levado para o aposento onde estava Lúcio, Wilson e Auricélio. Abaixo, transcrevo a versão de Lúcio, sobre sua conversa com o tesoureiro da empresa:

Eu e o Auricélio levamos o velho para o quarto lá onde a gente ia amarrar a bomba nele. Ele chegou meio marrento, fazendo cara feia. Mas eu já sabia um montão de podres dele, sabia que ia ser facinho. facinho, facinho. Ele ia fazer tudo o que a gente queria. Eu perguntei: —E o senhor, doutor Firmino? Como você passou as últimas horas coronel? Eu chamei ele de doutor porque ele obrigava os funcionários da empresa a chamar ele de doutor. Mas ele era impaciente e perguntava o que a gente queria dele. Ai, eu disse —Doutor Firmino, a gente não vai fazer nada que o senhor já não faça. A gente prendeu todo mundo aqui. Porque o que a gente quer é o dinheiro da “Secure”, mas o senhor já começou a roubar a empresa

antes da gente. Quando eu falei que ele roubava, ele se bateu, perguntou do que a gente tava falando. Aí eu disse. — O senhor que pega os carros, os rifles e os homens da empresa e ganha o maior dinheirão, sem o gerente saber, sem o dono saber. O senhor sabia que se eles souberem disso o senhor vai perder seu emprego doutor Firmino? Além de perder o emprego, eu acho que o senhor vai ser preso. O senhor tem tanta coisa pra esconder coronel. O senhor que diz que é um cidadão, tem mais lixo debaixo do tapete do que nós que somos ladrões. Eu sei muita coisa sua, cachorrão. Aí eu comecei a soltar os podres dele. Eu disse: imagina o que a filha do senhor e a irmã do senhor e todo mundo que te conhece vai pensar, quando souber que o senhor tem um caso com uma criança. Aquela menina que o senhor se encontra todo dia, naquele apartamento ali da Rua Embaixador. Ela é menor de idade não é coronel Firmino? Aí ele falou — Não é, ela tem 25 anos. Aí, eu disse — Mesmo assim doutor Firmino, é um escândalo, o senhor que já é um ancião com quase 60 anos. O senhor ter um caso, ter uma concubina da idade da Estela, que coisa mais feia. Se é tão normal assim seu namoro com a Shirley, porque que o senhor não apresenta ela a sua família. Por que o senhor não vai á missa com ela todos os domingos? Por que não leva a pobrezinha nas festas dos ricos que o senhor vai? Porque o senhor é assim Dr. Firmino? Ele ficou assustado porque viu que eu sabia muito, o nome da namoradinha dele eu sabia. Ele se ligou que eu podia ferrar com ele. E tipo assim, eu gravei tudo da situação, eu me liguei que eu conversando com o safado do Zé Firmino e o Auricélio atento, me filmando. Ele tava aprendendo. Ele só filmando minha argumentação com o velho e eu deixei ele aprender comigo, mas ele nunca vai admitir isso. Então, eu perguntei pro Zé Firmino, — E aí coronel o senhor ia gostar se a Estela arrumasse um bode velho da idade do senhor. E ele calado. Eu deixei passar uns cinco minutos em suspense. Aí eu dei o cheque mate, disse pra ele — Dr. Firmino, seu bode velho, que não é doutor coisa nenhuma, se nosso assalto der errado o senhor tem mais perder do que a gente. Primeiro nós vamos matar a filha do senhor. Se a gente for preso, a gente vai escolher ou abre pro Ailton que o senhor tá roubando a empresa ou abre pra sua filha que o senhor namora uma cocota da idade dela. Mas também pode acontecer que sua filha não vai saber de nada porque a gente vai matar ela. E podemos matar o senhor também. Ai nessa hora, a gente mandou Fernando trazer a filha dele, Estela. Eu disse olhe bem para a Estela porque o senhor, se o senhor vacilar vai ser a última vez que o senhor vai ver ela. E a Estela, quase chorando dizia pra ele umas coisas assim — Pai, por favor faça tudo o que ele mandar, por mim papai. Ai, depois que viu a filha, o veio se derreteu e caiu nos meus pés, pedindo pra dizer o que ele tinha que fazer. (...) A essa altura, se coloca você no lugar do cara: ele já tava pálido de medo das coisas que eu vinha falando pra ele, aí, pra completar, ele viu a filha chorar. Ele tava que era todo só medo. Ai eu disse o que ele tinha que fazer. Ia levar Fernando e Francinaldo, cedinho, no carro dele, que tinha os vidros fumê, e ia trazer os dois de volta, lá pelas nove da manhã, os dois e o dinheiro da empresa. (...) Ele segurou

minha mão e pediu que a gente não matasse, nem estuprasse a filha dele, disse que faria qualquer coisa. Mas eu não tive pena não. Eu fui muito sarcástico com ele. Tem que ser né? O meu papel ali é ser carrasco mesmo, pra convencer e tal. Ai, eu virei e falei — Fala pra mim Zé Firmino, você está todo frustrado porque você queria tá nessa, junto com a gente, não era? Botando a mão na grana junto com a gente. Você é tão ladrão quanto a gente, mas a gente é mais inteligente do que você. Ele tava com muito medo e com muita raiva. Mas ele se segurou, e no final, ele, no final, foi muito calmo. Ele já sabia o que tinha que fazer, ele disse que dava pra fazer, pediu um monte de vezes pra gente não encostar o dedo na Estela. Depois que a gente falou com ele, a gente botou a Estela junto com os filhos do gerente e deixou ele no quarto sozinho, ele repetiu umas dez vezes pra gente o que ele ia ter que fazer. E ele ficou sozinho, até chegar umas sete horas da manhã. Ai, a gente fez eles vestirem as roupas que nós compramos pra eles e Wilson amarrou a bomba nele (Trecho de entrevista com Lúcio, realizada no dia 02 de agosto de 2007).

A conversa com Ailton se pautou por argumentos diferentes dos que foram utilizados para convencer José Firmino a colaborar na operação. Tanto Lúcio, como Auricélio e Bernardo disseram que as falas dramatizadas diante dos gerentes e tesoureiros variam de acordo com as informações que conseguem obter sobre cada um deles. Embora o fato de dispor da vida de suas famílias seja um forte elemento para convencer, demonstrar que sabe detalhes da vida pessoal e profissional dos reféns, é um fator que, segundo meus interlocutores, fragiliza-os. De acordo com Lúcio, sua conversa com Ailton teve o seguinte conteúdo.

Eu disse a ele — Senhor gerente, Parabéns. O pobre do homem assustado. Ele é bem gordo, baixinho, gordo, usa uns óculos redondo. Ai ele todo assustadinho. Nem perguntou porquê só olhou. Ai eu continuei. — Sabe Ailton você é um cidadão. Se todo mundo fosse como você nesse país, muita coisa era diferente por aqui. Há seis meses, eu venho investigando sua vida, e eu não descobri nada de errado sobre você. Lógico que eu só investiguei a vida dele dois meses, mas eu falei seis pra deixar ele mais assustado. Há seis meses, eu não sabia nem que ele existia. Quanto mais tempo eu falasse que tava seguindo ele, mas ele ia achar que a gente tava por dentro, e o pobrezinho ia ficar mais assustado. E eu rasguei ele de elogios, no início, eu disse: — Você passa o dia inteiro trabalhando, não rouba a empresa, todo mundo gosta de você na empresa. Você é fiel a sua esposa, é legal, paizão com as crianças. Nem na declaração de imposto de renda você engana o governo. Que pessoa do bem você é? Mas isso você estaria certo se tivesse vivendo na Inglaterra ou na França. Mas acontece que você está vivendo no Brasil. Você está errado de agir assim. Você é um otário. Ai eu levantei a voz e bati na

mesa. Disse pra ele: Eu sou ladrão e não gosto de otários. Hoje você vai trabalhar pra mim e vai fazer tudo o que eu mandar. Assim como você faz tudo direito pro seu patrão hoje você vai fazer pra mim. Porque se não fizer eu vou estourar os miolos da sua esposa e dos seus filhos. É isso o que você quer? Me responde! É isso que você quer? Ai ele, tadinho do cara, já tava quase enfartando de medo, disse que não. —Não. Eu quero salvar minha mulher e meus fllhos. Ai eu falei: Pronto, deu o sinal verde, acho que agora a gente se entende melhor. Você está vendo isso. Ai eu peguei a metralhadora que tava na mão de Bernardo e disse pra ele — Isso aqui é um fuzil AR-15, sabe quantas balas sai desse negócio por minutos, você sabe? Ai ele balançou a cabeça que não sabia. Ai eu exagerei, disse pra ele, sai mais de trezentas balas Ailton. Sabe quantos fuzis a gente tem igual a esse aqui? Temos oito. Temos mais de 2400 balas. Tem bala pra sua família inteira. Você duvida que eu vou matar? Duvida? Ai eu encostei a metralhadora na cabeça dele e falei — Não se mexe! O gordinho suava, tremia, escorria águas nos olhos, mas ele não soluçou. Perla, ele tinha uma aparência, a postura digna que eu me doía por dentro. Porque não é todo mundo que deixa a gente com pena, sabia? Eu não sou médium, nem paranormal, mas eu tenho certeza que aquele cara tem a aura bem branquinha. Ai eu disse, hoje eu vou dar a você uma oportunidade para você deixar de ser otário, hoje você vai trabalhar pra mim e vai roubar a “Secure”, junto com meus homens. Ai eu disse o que ele tinha que fazer, que era só autorizar Auricélio e Bernardo, entrar e confirmar que tinha reunião com eles e depois levar os dois no cofre. Ai foi limpeza, não perigou nada. Ele disse que ia fazer tudo o que a gente mandasse, pediu pra gente não fazer nada com os filhos dele, nem com a mulher. Isso todo mundo pede. Eu não conheci nenhum até hoje que não se abalasse quando vê os filhos em perigo. Ai a gente levou o gordinho lá no quarto que tava os filhos dele. Ele viu que o Brad Pitt¹⁴ (Valdir) tava alimentando meninos, tava dando água. A menina tava dormindo. E o menino tava brincando com um quebra cabeça que o Brad Pitt tinha arrumado. Nós só botamos a bomba por medida de precaução, para garantir pros que iam entrar na empresa, mas nem precisava. Ele já ia fazer o que a gente mandasse mesmo sem bomba relógio (Trecho de entrevista com Lúcio, realizada no dia 02 de agosto de 2007).

Além da atenção e recursos destinados à produção de *cenários* que dão suporte às performances, também assumem relevância na produção das *fachadas*, as informações adquiridas sobre as pessoas com as quais se interage, durante a execução do assalto. Os dados levantados sobre as vítimas, inclusive sobre suas índoles e temperamentos, como vimos, são elementos que vêm reforçar o desempenho dramático dos assaltantes, permitindo-lhes modelar suas performances. Embora não seja possível estabelecer um roteiro

¹⁴ Quando os colegas tomaram conhecimento que ele seduzia mulheres ricas e depois roubava delas objetos sofisticados, Valdir passou a ser chamado de Brad Pitt.

para as atitudes dos oponentes, sabendo detalhes de sua vida pessoal, inclusive sobre “segredos” que comprometeriam suas reputações, caso se tornassem públicos, abre-se uma margem maior de controle sobre seus comportamentos, levando-os a colaborar com o assalto.

No caso do crime contra a SCT, o teor da conversa de Lúcio com Ailton Dias e José Firmino Pontes, evidencia que, além de “peritos” em “construção de *fachadas*” convincentes para eles mesmos, “assaltantes profissionais” costumam recorrer à “desconstrução das *fachadas*” de seus oponentes. Ao demonstrar conhecimento sobre informações “corrosivas” da imagem pública do tesoureiro de uma empresa de guarda valores, Lúcio comunicou a José Firmino que havia penetrado *os bastidores* de sua vida social.

Nas ocasiões em que ocorreram os seqüestros das famílias de Ailton e José Firmino, e durante a “conversa” que Lúcio teve com os dois no cativo, verifica-se um tipo de interação, onde “situação” tende a ser “definida”, previamente, por uma das partes envolvidas no encontro presencial. Em Goffman (1974, 1992) a idéia de *definição da situação* envolve relações de poder e atribuição de significado, além de se referir ao que está acontecendo, diz respeito também ao que aconteceu para que se chegasse a uma dada situação. A idéia de *frames*, ao mesmo tempo em que permite “situar” os atores sociais no contexto interativo, evidencia que outros *frames* são possíveis ou que a interação poderia ter assumido outros cursos. Assim, nas ocasiões em que as vítimas do assalto contra SCT foram surpreendidas pelos seus interlocutores e se tornaram seus reféns, verifica-se um acentuado desequilíbrio de poder. A presença de armas de fogo potentes e as ameaças da equipe criminosa tende a fazer com que a *definição da situação* pretendida pelos assaltantes se concretize. Um outro elemento que demarca assimetrias de poder entre os interactantes, nestes casos, é o fato do “encontro” ter sido promovido e planejado, milimetricamente, por alguns dos participantes, ao passo que seus oponentes são tomados de surpresa. Se os assaltantes puderam elaborar suas *fachadas* e construir *cenários* atrelados aos seus interesses, as vítimas se viram invadidas, tomadas “de assalto” e sem condições de governar seus desempenhos ou barganhar uma posição favorável na interação.

Nestas situações em que assaltantes estão diante de seus reféns, verifica-se em suas *performances* o que Levi Strauss (1985) denomina de “eficácia simbólica”. Analisando o complexo xamanístico por perspectivas variadas em diferentes “culturas”, o autor apresenta três elementos como complementares e decisivos para a crença na magia: a) a crença do feiticeiro na eficácia das suas técnicas; b) a crença da vítima no poder do feiticeiro; c) a confiança da opinião pública na magia como instituição social. Nas ocasiões em que

vítimas estão sob o jugo de assaltantes, a “eficácia simbólica” das ameaças proferidas por estes últimos está garantida porque: a) os próprios assaltantes estão dispostos a matar seus reféns, caso haja reações capazes de colocar em risco a concretização da operação criminosa; b) os reféns, tendo recebido contundentes ameaças e pressões psicológicas, diante de ostensiva presença de armas de fogo, acreditam que serão assassinados por seus oponentes e temem pela segurança deles mesmos e de seus entes queridos c) cada pessoa, cujo coletivo forma a entidade que costumamos chamar de “opinião pública” ou “sociedade”, — a partir das numerosas ocorrências de roubos contra os mais diferentes alvos, que são noticiadas diariamente pelos meios de comunicação de massa, além dos casos, os quais presenciou ou tomou conhecimento por narrativas de terceiros— está ciente da incidência de agressões físicas e assassinatos decorrentes de assaltos. Com isto, vão se construindo percepções coletivas e saberes que se legitimam como normas práticas, acerca de ocorrências criminosas. A principal destas máximas, cujo cumprimento também é recomendado pela Polícia, é a de que não se deve reagir, durante um assalto. Assim, as pessoas que sofrem ameaças nestas ocasiões, além de estarem amedrontadas pelo tratamento coercitivo que recebem de seus agressores, também se defrontam com o consenso social, e de conotação normativa, que apresenta o não de enfrentamento de vítimas com assaltantes como a postura correta e eficaz para a preservação de suas vidas.

Seguro da vulnerabilidade de seus reféns, às cinco horas e quarenta minutos do dia 12 de novembro, Lúcio manda José Firmino, e depois Ailton, tomar banho. Em seguida, os dois vestem as roupas compradas por Lúcio. Wilson prende os aparelhos de escuta em seus colarinhos, depois amarra uma bomba relógio na cintura de cada um deles, utilizando suas camisas, ambas de cor escura, para ocultar o dispositivo. Lúcio mente para o gerente e para o tesoureiro da SCT, dizendo que o microfone fixado em suas roupas, possui uma minúscula câmera que filmará todos os seus atos no percurso até a empresa e depois que passarem pela portaria do estabelecimento.

Sete e trinta da manhã, Ailton se dirige à SCT, como faz todos os dias, em seu *Corolla* de cor branca. Vinte minutos depois parte o tesoureiro, em seu *Chevrolet Blazer* de vidros escuros, levando no banco traseiro Francinaldo e Fernando.

Também na escolha dos quatro homens que entrariam na empresa no dia do assalto, faz-se perceber a consciência da equipe acerca das impressões e reações causadas pela aparência física. Depois de uma longa discussão, em que vários argumentos foram apresentados, chegou-se a um acordo: dentre os quatro homens que entrariam na empresa, dois seriam da confiança de Lúcio, ficando a escolha dos outros dois a cargo de Auricélio. Na

ocasião, Lúcio disse que Fernando tinha uma aparência adequada para se passar um por um zelador, porque ao contrário do próprio Lúcio e de Bernardo, sua baixa estatura e traços faciais assimétricos não soariam dissonantes, em um uniforme de serviçal. Comentando este episódio, durante uma das entrevistas que me concedeu, Fernando afirmou em tom descontraído, que foi escolhido para ser um dos primeiros a “tocar” no dinheiro da SCT, por ter “cara de pobre”.

Por volta das 8 horas e 40 minutos da manhã, Auricélio e Bernardo chegam à portaria da empresa e se identificam como Moacir Ferreira Matos e Marcondes Viana, representantes da rede de óticas *Melhor Visão*, que estavam na empresa para uma reunião com o gerente. Depois de consultado pelo segurança da portaria sobre o encontro, Ailton autoriza a entrada dos dois homens na SCT. Estes, ao chegarem à sala da gerência, são conduzidos por Ailton ao cofre da empresa. No interior da caixa forte, retiraram o dinheiro e colocam em sacos de nylon que estavam guardados em suas pastas de executivos. Em seguida, eles levaram o dinheiro até a garagem.

Na ocasião, Fernando e Francinaldo ficaram escondidos no carro de José Firmino, até que Auricélio e Bernardo entrassem no cofre e telefonassem para eles, instruindo-os para que se deslocassem até à garagem de carregamento dos carros-fortes, que ficava há quarenta metros aproximados de onde José Firmino estacionara o carro. Os dois saíram da *Blazer* portando tambores de plástico, iguais aos que são utilizados para transporte de lixo pelos funcionários da *Sanches Ambientes Limpos*, responsável pela limpeza da SCT, e foram encontrar os colegas que trouxeram o dinheiro até o local combinado. Em poucos segundos, puseram os maços de cédulas nos tambores e levaram até o carro. Para conseguir pegar todo o montante, foi necessário repetir o trajeto duas vezes.

Francinaldo disse que sentiu forte sensação de medo nos instantes que circulava, junto com Fernando, no pátio da empresa, carregando os vasilhames com o numerário. Embora soubesse que eram remotas as possibilidades de serem descobertos cometendo o crime, ele esperou com ansiedade o momento de sair da sede da SCT. Assim que conseguiram chegar com o dinheiro até ao carro de José Firmino, Auricélio e Bernardo, que permaneceram no prédio, ordenaram que o tesoureiro levasse seus comparsas da empresa. A equipe sabia que a saída de José Firmino, no horário de expediente, não despertaria suspeitas porque ele costumava sair do trabalho várias vezes, durante o dia, alegando ir ao médico, ao dentista ou ao banco. Foi desta maneira que às 9 horas e 5 minutos da manhã, do dia 12 de novembro de 2002, ele transportou Fernando e Francinaldo, junto com os R\$ 5,6 milhões

roubados da SCT, em seu carro. Poucos minutos depois, Auricélio e Bernardo também deixam à sede da empresa.

Nos mesmos instantes que o dinheiro estava sendo retirado do cofre, Lucio, Wilson, Valdir e Benício se preparavam para abandonar o cativeiro. Amarraram e amordaçaram todos os prisioneiros. Benício, no caminhão de Auricélio, com placa de Manaus, preparou-se para efetuar o transporte das armas de volta ao Sudeste, Valdir viajou junto com ele. Segundo Bernardo, ele e Fernando instruíram Benício de que havendo indício de fiscalização ou blitz da Polícia Federal nas vias que dão acesso à cidade São Paulo, ele estaria autorizado a jogar o armamento em reservatórios de água ou matagais próximos das estradas.

No acostamento de uma avenida próxima a SCT, Fernando e Francinaldo entregam o dinheiro retirado da empresa à Auricélio e Bernardo. José Firmino é levado de volta ao cativeiro e é deixado junto com os outros prisioneiros. Em seguida, Auricélio e Bernardo distribuem o dinheiro em cinco malas de viagem, junto com roupas e papéis, vestem camisas diferentes das que estavam usando quando entraram na empresa, e tomam um táxi para o aeroporto, onde são esperados por Lúcio. Os três embarcaram em um voo que saiu às 10 horas e 40 minutos de Recife e chegou um pouco antes das 14 horas ao aeroporto internacional de Guarulhos. Wilson, que saiu de Recife às 13 horas, chegou em São Paulo no fim da tarde. Fernando e Francinaldo foram os últimos a deixar o cativeiro, viajaram de ônibus para Fortaleza, onde chegaram por volta de meia noite e, às 4 horas da manhã do dia 13, embarcaram para São Paulo. Os assaltantes tiveram o cuidado de não viajarem no mesmo voo, nem partirem do mesmo aeroporto.

Segundo Bernardo, ao chegarem em Guarulhos, alugaram um carro e depois que ele, Auricélio e Lúcio estavam sozinhos, comemoraram o sucesso da operação, com várias garrafas de *champagne*. A tarefa seguinte foi contar o dinheiro e saber o valor exato que tinham roubado.

Dois dias depois que executaram o “crime”, Lúcio, Auricélio, Bernardo, Fernando, Francinaldo, Valdir e Wilson se encontram no sítio de Bernardo, na grande São Paulo, a fim de dividir o dinheiro roubado. Somente Benício não esteve presente, mas foi representado por Auricélio, que se encarregou de receber o montante destinado a seu funcionário.

Depois de calculado e devidamente reembolsado o valor aproximado de R\$ 240 mil, correspondente aos gastos efetuados por Lúcio, Auricélio e Francinaldo com os preparativos para o assalto, coube a cada um dos oito participantes diretos a quantia de R\$

670 mil. De acordo com os critérios de avaliação predominante no mundo dos grandes roubos, o assalto foi um “bom negócio”, já que um elevado valor em dinheiro foi arrecadado, sem que houvesse prisões em flagrante ou perseguição policial. Todavia Lúcio, Fernando e Auricélio disseram que ficaram desapontados com a quantia obtida, pois esperavam que houvesse no cofre da SCT pelo menos R\$ 10 milhões.

Quando compara situações sociais de interação a desempenhos teatrais e afirma que o ator social recorre às estratégias dos atores do teatro, está implícita, na análise de Erving Goffman (1992), a concepção de que, mesmo construindo *fachadas* e teatralizando seus comportamentos na vida cotidiana, os primeiros não têm plena consciência do alcance e efeitos de seus *equipamentos expressivos*. Goffman chega a narrar situações nas quais gestos involuntários, inadvertidos ou imprevistos produzem impressões que contradizem a imagem que os agentes buscavam construir durante a interação. De maneira sutil, o autor apresenta os encontros presenciais como “perigosos” aos seus participantes, sendo as confusões e “mal-entendidos interacionais”, capazes de resultar em constrangimento, iminências constantes (Velho, 2008). Apesar de não ser um elemento expressamente enfatizado, o caráter intersubjetivo dos encontros face a face, aparece como fonte de perigo às *performances* e desempenhos dos agentes sociais.

Os atores do teatro, por sua vez, são apresentados por Goffman (1992) como profissionais que se apropriam de maneira consciente, calculada e direcionada dos seus potenciais expressivos, sendo capazes de controlar acontecimentos imprevistos que venham interferir sobre a cena ou contrariar o conteúdo que pretendem expressar. É claro que o autor toma como horizonte de referência para sua comparação, representações teatrais “tradicionais” pautadas em estruturas fechadas ou predeterminadas pelo texto. A noção de teatro que ele tinha em mente não contempla apresentações que inserem a platéia no enredo, levando-a a participar do texto que está sendo encenado. Portanto, em comparação ao teatro profissional, as performances sociais condensam riscos de maneira mais acentuada. Nos encontros presenciais da “vida real”, as *platéias* costumam ter um leque abrangente de reações efetivas e modelam de maneira mais incisiva o desempenho dos atores.

Os participantes do assalto contra a SCT, como vimos, são pessoas amplamente conscientes da dimensão expressiva de seus comportamentos diante de outros e fizeram desta ferramenta um elemento fundamental no planejamento e execução deste sofisticado crime. Eles se revelaram exímios manipuladores de “representações” e estereótipos socialmente estabelecidos. Embora diante de seus reféns, tenham ocupado posições privilegiadas, que lhes concederam larga margem de definição prévia da situação, o

mesmo grau de controle não se verifica em relação às possibilidades de acontecimentos inusitados no desenrolar do assalto. Ou seja, mesmo não tendo dificuldades em exercer domínio sobre suas vítimas, os protagonistas destas operações não têm meios de governar o acaso.

Apesar de ser uma possibilidade improvável, façamos a seguinte suposição, poderia ter ocorrido de alguém que passava próximo ao cativo onde os assaltantes da SCT mantinham as famílias de Ailton e José Firmino reféns. Este transeunte hipotético, vendo luzes acesa na casa durante a madrugada, poderia ter se aproximado do local e considerado estranha sua movimentação, decidindo-se, com isto, acionar a Polícia. Poderia ter ocorrido também de um dos reféns, em uma atitude suicida, ter conseguido desarmar um dos assaltantes, atirar contra a quadrilha e provocar uma sucessão de disparos que resultasse em feridos ou mortos. Evidentemente, as chances destes planos criminosos chegaram ao conhecimento da Polícia, antes de serem concretizados, não são elevadas e é improvável que os reféns de um assalto enfrentem seus agressores, no entanto, a possibilidade de contrariedades e do fracasso de suas investidas está no horizonte das equipes de assaltantes. Por mais que sejam delitos bem elaborados e seus autores cogitem sobre vários “incidentes” possíveis, os riscos de insucesso do plano, prisões e mortes são variáveis permanentes, na equação lógica dos grandes roubos. Um elemento ilustrativo do elevado grau de elaboração, previsão e cálculo, concernentes a estas operações, é o termo que meus interlocutores utilizam para se referirem às adversidades e a casos em que os assaltos “fogem ao controle” das “quadrilhas”, tais situações são chamadas de “acidente”. É assim que nomeiam os acontecimentos que interferem nas “programações” estabelecidas pelas equipes criminosas. “Acidentes” figuram como ameaças aos seus objetivos e planos, e têm peso no delineio das *fachadas* dos assaltantes.

Da mesma maneira que outros criminosos, que organizam e executam operações similares, os protagonistas do assalto contra a SCT atuaram em um contexto de risco diferente daquele onde se desenrola a performance do ator profissional, cuja *definição da situação* é dada por um texto. Ao contrário dos palcos teatrais, em que os enredos são pré-estabelecidos, no tablado dos assaltantes, por mais que se pretenda, não é possível definir com antecedência o final da estória. Os cenários nos quais se movem, inevitavelmente, condensam incertezas. Cada operação constitui um “roteiro em aberto”. É necessário a estes *performers* técnicas e habilidades que lhes possibilitem contornar imprevistos sem comprometer suas *fachadas*.

Como vimos, a operação contra a SCT teve um momento inicial de coleta de informações sobre a empresa por Lúcio. Aos poucos foi se dando a formação da equipe, processo que ocorreu simultâneo à viabilização de infra-estrutura para execução do assalto. Depois planejada e organizada a operação, ocorreram os procedimentos referentes a sua execução, que constou do seqüestro das famílias do tesoureiro, do gerente da empresa e seus vizinhos e, posteriormente, o roubo do dinheiro. Alguns dias depois, os participantes efetuaram a divisão da quantia obtida no crime. Ao contrário de ocorrências, nas quais a carga de suspense se concentra no momento em que um grupo de homens adentra subitamente aos estabelecimentos com armas em punho e ameaçam pessoas de maneira explícita, na operação analisada, a tensão e o perigo foram diluídos em vários instantes: a rendição e o seqüestro de três famílias; a permanência da equipe de assaltantes, durante horas em um cativeiro mantendo 13 pessoas como reféns; na entrada de Fernando e Francinaldo na empresa, escondidos no carro de José Firmino; nas atuações de Auricélio e Bernardo diante dos guardas, na portaria da SCT; no embarque de Lúcio, Auricélio e Bernardo no Aeroporto, levando malas cheias de dinheiro.

Tendo sido executado de acordo com as expectativas dos assaltantes, sem apresentar sobressaltos ou surpresas, as narrativas dos meus entrevistados sobre assalto contra a SCT colocam em evidencia suas atuações “bem sucedidas”, escolhas acertadas, assinalam a dimensão racional, programada e gerenciável destas investidas. Exceto, pela quantidade de dinheiro que havia no cofre, inferior às expectativas de alguns dos assaltantes, não houve contrariedades no desenvolvimento da operação. De acordo com suas versões, o plano que traçaram pôde ser executado na íntegra. Sem ter havido grandes imprevistos, a *quadrilha* manteve o controle da situação em todos os momentos.

Conforme mencionei anteriormente, nem todas as tentativas de efetuar grandes roubos são tão “bem sucedidas” como esta que procurei elucidar neste capítulo. Há casos em que os assaltantes são surpreendidos pela Polícia. Flagrantes podem ocorrer em diferentes momentos e contextos da organização e execução de uma operação. Provavelmente, ter obtido informações sobre a operação contra a SCT por intermédio das pessoas que planejaram e executaram aquela investida contribuiu para que “sucessos” e “eficiências” fossem ressaltados. Considero a possibilidade de meus interlocutores terem dramatizado seus comportamentos também diante da pesquisadora, buscando se apresentar como engenhosos “profissionais” do crime. O empenho em ser identificados com qualidades, tais como coragem, discrição, equilíbrio e capacidade de previsão — entre outras que são

valorizadas no mundo dos grandes roubos— pode ter levado os sujeitos da pesquisa a exageros e omissões em suas narrativas sobre o assalto.

Capítulo 3 - Interação Face a Face no Mundo dos Grandes Roubos: *fachadas* e hierarquias nas equipes de assaltantes

Vimos que *fachadas* são acionadas por praticantes de assaltos diante das pessoas que tomam como reféns ou eventuais interlocutores no desenvolvimento de um plano. Tal mobilização de equipamento expressivo, de maneira consciente e direcionada, ocorre também no interior das equipes de assaltantes. Integrantes destes agrupamentos tratam de produzir determinados desempenhos diante dos “colegas de trabalho”, visando manter ou elevar suas posições. Fatores tais como local de nascimento, tipo de criminalidade praticada antes de se dedicar ao roubo de bancos, estratégias e procedimentos mobilizados na organização de operações de assaltos influenciam na “representação” de si. Cada um deles busca parecer “competente” diante de seus comparsas, ao mesmo tempo que avalia performances e constrói imagens acerca dos outros. Alguns episódios, na relação que se desenvolveu entre os participantes do assalto contra a SCT, são ilustrativos das estratégias dramáticas que acionam.

No crime contra a empresa de guarda valores, em Recife, vimos que Valdir desempenhou o papel de “fiteiro”. De acordo com os entrevistados, no universo dos grandes roubos, esta alcunha é dada à pessoa que possui inserção no estabelecimento alvo e está inteirada de sua rotina interna de funcionamento. Geralmente são funcionários ou familiares de funcionários os que atuam como informantes dos assaltantes, em troca de uma parte do valor que será roubado. O termo “fiteiro” exprime a função que este desempenha, “o cara que dá fita”, ou seja, que possibilita a realização do assalto. Em alguns casos, a participação do fiteiro nos crimes se limita à concessão de informações, outras vezes, ele participa ativamente dos processos de elaboração e execução. Em se tratando de Valdir, embora não trabalhasse na instituição que foi o alvo do assalto, ele tinha acesso a detalhes sobre a estrutura física e o cotidiano da SCT, por meio de sua namorada, Angélica.

Durante a articulação e execução de uma operação, os participantes costumam chamar de “o dono da fita” aquele que mantém contato com o “fiteiro”. No caso do assalto apresentado no capítulo anterior, mesmo tendo sido procurado por um “fiteiro”, que

dizia ter meios de conceder abundantes informações sobre a SCT, Francinaldo não se sentiu preparado para atuar no desenvolvimento do plano como o “dono da fita”, pois este papel que pressupõe “experiência” no ofício de organizar assaltos, geralmente envolve o levantamento de informações sobre o alvo, elaboração de um plano, escolha dos outros assaltantes que irão participar da operação, dentre outros procedimentos. Embora nunca tivesse participado diretamente de um roubo, o sucateiro estava envolto nas teias e rede de relações de seus praticantes, pois vendia e alugava carros para serem utilizados em atividades ilegais. Dentre seus “clientes”, ele escolheu Bernardo para entregar “a fita” que havia lhe chegado por meio Valdir.

Bernardo, junto com Lúcio e Fernando, passam a desenvolver as atividades necessárias à viabilização do assalto. Nesta equipe em estágio de formação, o primeiro fator a gerar discordâncias foi o ingresso de Auricélio no “negócio”. O embate de opiniões que teve lugar na ocasião em que discutiam sua participação no plano expressa o lugar que ocupa determinadas visões e critérios de avaliar comparsas. A adesão deste novo integrante ao conjunto de pessoas que tramavam contra a SCT veio acionar conflitos e elaborações de *fachadas*. Veremos que os desentendimentos daí decorrentes, além de evidenciar crenças e valores das pessoas envolvidas, remetem a juízos e verdades difundidos no universo dos grandes roubos, de maneira mais generalizada. Tratam-se de noções que moldam a interação entre os agentes, orientando-os a eleger, nos seus círculos de conhecidos, os que são considerados “competentes” e os que são “confiáveis”. Nestes processos, as performances desenvolvidas diante dos comparsas se revelam elemento de peso na definição de posições.

A sugestão do nome de Auricélio, para participar do assalto em Recife, foi feita por Francinaldo, na ocasião em que Lúcio disse ser necessário convidar mais algumas pessoas para tomar parte no negócio e, de preferência, alguém que tivesse meios de viabilizar o transporte de armas da grande São Paulo até Recife. Lucio, Bernardo e Fernando perguntaram quem era Auricélio e de onde Francinaldo o conhecia. Ele informou que Auricélio, nasceu no estado de Alagoas e que o conhecia há mais de dez anos. Assim, como o próprio Francinaldo, seu colega ingressara no mundo da ilegalidade, trabalhando como segurança pessoal de um fazendeiro no interior do Pernambuco, emprego que implicava eventuais assassinatos, a mando do patrão. Em uma das vezes que esteve foragido da Polícia pernambucana, Auricélio foi para o Rio Grande do Norte, onde se iniciou nos roubos contra bancos. De acordo com Francinaldo, poucos meses depois de seu primeiro assalto no Nordeste, o alagoano passou a atuar também no Sul e Sudeste do país, a convite de assaltantes

naturais destas regiões. Entre os anos de 1998 e 2002, Auricélio, que segundo Francinaldo, havia acumulado patrimônio “incalculável”, era proprietário de fazendas e imóveis, em vários estados, de uma frota de caminhões que transportavam mercadorias legais e, eventualmente, tóxicos e armamentos, traficados da região Sul para as regiões Norte e Nordeste.

Ao tomar conhecimento de que Auricélio iniciara suas atividades na ilegalidade como “matador profissional”, Bernardo se posicionou, energicamente, contrário a sua participação no plano. Um exame sobre os argumentos e razões que o levaram a não querer “trabalhar” junto com o assaltante alagoano remete a um conjunto de visões, embasadas em posicionamentos e saberes específicos de praticantes de assaltos. Veremos que tais saberes e valorações, subjacentes à elaboração de *fachadas* e imagens construídas acerca de seus oponentes, também estão embasados em polaridades e rivalidades de fundo regional, referentes à sociedade brasileira.

Afirmando aos colegas que não estava mais disposto a voltar a “trabalhar” com um “pistoleiro” e que não queria se arriscar a ser indiciado por “latrocínio”¹⁵, Bernardo descontentou Francinaldo, este ressaltou que não era o estilo de Auricélio usar violência física em assaltos, disse que seu amigo foi um dos pioneiros da região Nordeste nos roubos agências bancárias, precedidos do seqüestro das famílias dos gerentes dos estabelecimentos, acrescentou que ele era habilidoso em dominar reféns sem agredi-los.

Aborrecido com o que considerou amadorismo de Bernardo, Fernando, que já tinha ouvido dois colegas tecer elogios a Auricélio, intercedeu por Francinaldo. Segundo ele, a postura de Bernardo foi mais emotiva do que racional.

Eu disse pro Bernardo que ele tava insuportável, sabe?: “Cara você tá pegando pesado. Não é porque um cara dedurou a gente, que eu vou pensar que todo mundo trabalha errado. Não é assim que as coisas funcionam. Tem muita gente que trabalha direito ainda. Num negócio grande como esse, a gente precisa de mais gente pra fazer as coisas e também para gastar dinheiro. Não tem como fazer um serviço desse nível com dois ou três gatos pingados. Eu sei que você tem razão de tomar cuidado. Tou ligado que o nosso estilo de trabalhar é mais cuidadoso, a gente ganha mais porque planeja mais e porque põe mais cédula, mas a gente precisa de mais uns dois ou três homens. Esse Auricélio, já me falaram dele, é um cara que ficou rico porque trabalha bem, é um cara que trabalha direito. Tudo bem que a gente trabalha bem, mas tem mais gente que trabalha bem também. E esse cara, pelo que eu sei, é quase do nosso nível. Eu já esqueci

¹⁵ *Latrocínio* é um tipo de roubo qualificado pelo resultado, são assim caracterizadas as ocorrências que desencadeiam a morte das vítimas. Entre juristas o *latrocínio* tem a mesma gravidade do homicídio doloso. Em ambos os casos, entende-se que o agressor teve intenção de matar.

metade das coisas que falei, mas eu falei mais um monte pro Bernardo. Eu me arrependi, porque a gente é parceiro há muito tempo. Mas o Bernardo tava exagerando, do jeito que ele tava querendo fazer, a gente não tinha como fazer um serviço grande, porque ele não queria chamar mais ninguém, só eu e o Lucio. Naquele momento, ele tava parecendo um menino grudado na saia da mãe e das tias. Ele precisava que um de nós dissesse umas coisas pra ele. Porque a gente ia botar nosso dinheiro, então tinha que fazer com que desse certo. E a melhor maneira para que dê certo, é ter gente que se responde, né? Eu tinha que defender o meu, né? Eu ia gastar minha grana, tinha que defender as coisas como eu achava que dava mais certo. Porque, independente do que a gente simpatiza, tem que analisar friamente o que tem mais chance de dar certo. Quando se trata de negócio, ninguém pode pensar no que gosta ou no que acha bonito, a gente tem que pensar é no que pode ganhar e no que pode perder (Trecho de entrevista com Fernando, realizada no dia 18 de maio de 2007).

Fernando, há nove anos é empresário do ramo de turismo, possui oito pousadas distribuídas no litoral paulista e nordestino. Segundo ele, já não mantém contatos com a maior parte dos seus ex-comparsas e não participa mais de assaltos. Seus argumentos, quando tentava persuadir Bernardo a aceitar Auricélio na equipe, revelam a mentalidade de um investidor que concentra atenção sobre o capital investido, enfatizando a necessidade de superar visões orientadas por afeto e priorizar o ganho material. Preocupado em conseguir roubar uma alta soma da SCT, defendeu a entrada do alagoano no plano, já que obteve informações que atestavam a competência do futuro colega. Em sua fala, Fernando deixa transparecer que considera a si próprio, junto com Lúcio e Bernardo, integrantes de uma elite no “mundo dos assaltos”, cujos contornos veremos, abaixo, esmiuçados na fala de Bernardo, que partilha desta visão. Porém, Fernando acha possível realizar “negócios bem sucedidos” tendo como parceiros pessoas que não figuram em tal “casta superior”. Para ele, a hostilidade de Bernardo ao nome de Auricélio foi uma atitude amadora, que evidencia dificuldades do colega em estabelecer uma relação instrumental de cooperação técnica.

Durante o desenvolvimento desta pesquisa, ouvi, repetidas vezes, Lúcio, Bernardo e Fernando utilizarem a expressão do “nosso nível” ou afirmarem que são “ladrões top”. Esta posição elitista, na qual meus interlocutores se dizem situados, está relacionada às características dos assaltos que realizam, onde colocam em prática procedimentos elaborados, utilizam infra-estrutura moderna e, geralmente, obtêm quantias superiores a um milhão de reais.

Assim, a recusa de Bernardo em “trabalhar” com Auricélio tem como pano de fundo visões complexas e consolidadas, referentes a sua própria posição em um patamar seletivo entre os criminosos. Evidencia-se sua reprovação ao que denomina métodos “rudimentares” e à associação de tais *modos operandis* a um conjunto de práticas e valores que ele identifica com a região Nordeste do Brasil. Sua fala sobre a ocasião em que discutiam a participação de Auricélio no “negócio de Recife” é ilustrativa da percepção de si e dos colegas mais próximos como “profissionais” mais cuidadosos.

Eu tive todo o cuidado para dizer ao Francinaldo que não queria trabalhar com um outro pistoleiro. Tive todo o cuidado de dizer que ele, que apesar dele ter sido um pistoleiro, de matar pra esses caras do sertão, ele era diferente. E era verdade. Ele é uma pessoa discreta. Ele trabalhava com carros. Ele é de confiança, eu conheço um monte de gente que fazia negócio com ele, e que elogiava ele, dizia que ele era um cara discreto, que não explorava, que ele arrumava uns carros bons pros cara ir nas paradas. Pra mim, ele já tinha arrumado várias vezes. Era um troço ilegal, como o meu também era, mas pelo menos é um negócio mais limpo de sangue. E o Francinaldo, a gente conhecia ele e tava testando ele. Se ele fosse bem, a gente sempre já ficava com ele como opção pra chamar de novo, em outras paradas. A gente tava dando uma oportunidade pra ele mostrar serviço. Porque no negócio dele, do ferro velho, ele ganhava por milhares, no nosso a gente ganhava uns milhões. Então, botar ele no nosso negócio era uma oportunidade pra ele. Mas daí, daí ele vir botar outro pistoleiro no meio do nosso esquema, era querer abusar. Se ponha no meu lugar, eu nunca tinha trabalhado com ele e não sabia nada sobre Auricélio naquele momento. Eu fui contra, eu fui radical. Os outros ficaram meio putos da vida comigo. Mas eu não queria mesmo. Naquela época, eu dizia sempre pros meus parceiros mais próximos que a gente tava fazendo um negócio diferente aqui no Brasil. A gente tava ganhando dinheiro, como nunca ninguém tinha ganhado e tava fazendo serviço de profissional, umas paradas de filme, de cinema. Nunca ninguém tinha investido em assalto a bateria de grana que a gente tava investindo e nunca ninguém tinha ganhado como a gente tava ganhando. A gente era a elite, a elite da elite desse ramo. Nosso negócio era limpo de sangue, e a gente tava ganhando muito. No caso de Auricélio, eu me surpreendi, ele foi uma surpresa boa, mas eu fui e sou, sou muito contra a meter qualquer um nos nossos negócios, principalmente esses caras que têm sangue nas mãos. Mas aí, no dia lá, eu disse pro Francinaldo, que era arriscado colocar pessoas violentas, porque essas pessoas podem exagerar, podem bater muito na família dos cara das empresa. Quem vai me garantir que um cara desses não vai atirar dentro das empresas, quem vai garantir que um cara desses não vai querer abusar de uma mulher ou da filha dos gerentes ou envolver todos nós em latrocínio. Esses caras são acostumado a matar, uma morte a mais pra ele não faz

diferença(Trecho de entrevista com Bernardo, realizada no dia 04 de abril de 2007).

Bernardo enuncia um conjunto critérios de diferenciações e gradações que utiliza para classificar outras pessoas que se envolvem em atividades ilegais.

Quem está fora do circuito de relações concernentes ao universo dos *assaltos contra instituições financeiras*, compreende que seus praticantes estão todos no mesmo patamar de “periculosidade” e “elaboração da ação”. No entanto, os executores desta modalidade de crime elegem uma série de padrões e critérios que os diferenciam de outros “profissionais” e os orientam na avaliação de possíveis comparsas. Lúcio, Fernando e Bernardo e outros dos meus interlocutores, naturais do estado de São Paulo se consideram integrantes de uma elite pouco numerosa, dentre algumas centenas de pessoas que tomam parte em assaltos de grande porte no país. Para eles, o grau de competência, não se expressa nos alvos das ações, as instituições financeiras, mas o *modus operandis*, seria o elemento definidor dos casos que podem ser denominados “grandes roubos”.

Além de organizar operações que rendem quantias superiores, utilizando uma infra-estrutura moderna e dispendiosa, em nossas conversas, Bernardo enfatiza que considera seu “modo de trabalhar” refinado e “limpo de sangue” porque evita cometer violências físicas contra seus refêns. Segundo ele, as ações elaboradas por seu círculo de amigos no mundo dos assaltos assumem, todas, formatos similares às do assalto contra a SCT. Nestas, gerentes e tesoureiros de empresas e agências bancárias, e junto com suas respectivas famílias, são ameaçados e insultados, porém não sofrem violências físicas, nem costumam ser alvo direto de disparos efetuados. Embora seja uma característica importante na avaliação do desempenho de uma equipe de assaltantes, as elevadas quantias que obtêm não figuram como um critério determinante na aferição de competências. As estratégias utilizadas e as características dos planos são apresentadas como elementos distintivos do que ele considera um estilo “elitista” de atuar. Recorrendo a abordagens inusitadas e investindo “capital” para financiar a ação criminosa, segundo Bernardo, ele e seus parceiros, durante anos subtraíram altas cifras de bancos e empresas de guarda-valores, de maneira que a Polícia somente viesse tomar conhecimento das ocorrências, horas depois dos assaltantes terem empreendido fuga.

Afirmando que sua atividade é “limpa de sangue”, Bernardo procura estabelecer uma relação de oposição com o que acreditou ser o estilo de Auricélio atuar. Causava-lhe antipatia o alagoano ter iniciado sua trajetória no mundo da ilegalidade, efetuando um tipo de homicídio popularmente conhecido, no Nordeste brasileiro, como

“crime de pistolagem”. Trata-se de mortes executadas por encomenda, de alguém que contrata o homicida e indica a pessoa que deve ser assassinada.

Os “crimes de pistolagem”, de acordo com Barreira (1998), têm como “personagens chaves e definidores”: o pistoleiro ou “autor material”, que executa a ação de matar, e o mandante ou autor intelectual, que a encomenda e paga ao matador. Parte dos casos envolve, ainda, um “intermediário”, alguém que funciona como “elo”, mediando negociações entre matador e mandante. Se até meados do século XX, o pistoleiro tinha um único patrão, em geral, um fazendeiro, que o pagava com sustento e proteção, posteriormente, este “tipo” de matador passa a coexistir com dois outros: “o ocasional”, que são pessoas que cometem o primeiro assassinato no campo e vão para a periferia das cidades, de onde são, esporadicamente, acionadas por “intermediários” de mandantes para executar serviços; e o “pistoleiro profissional”, que adota a prática de homicídios por encomenda como única atividade remunerada para sua sobrevivência. Ao contrário do primeiro tipo, “o tradicional”, que existe desde o século XIX, o “pistoleiro profissional”, emerge por volta dos anos de 1980. Trata-se de matadores que procuram manter seus nomes no anonimato e atuam em vários estados e regiões.

Segundo Barreira (1998), os motivos mais recorrentes pelos quais se encomenda uma morte são: o voto, que materializa a reprodução do mando político, e, a terra, que preserva a dominação político-econômica. Nos últimos decênios do século XX, teria sido usual, pistoleiros serem acionados para o assassinato de lideranças religiosas ou militantes de movimentos sociais, vinculadas a disputas eleitorais e conflitos agrários com políticos e grandes proprietários rurais. Um terceiro motivo recorrente, para os “crimes de pistolagem” seriam desentendimentos entre cônjuges, configurando crimes passionais.

Examinando alguns periódicos de circulação na região Nordeste, tais como o *Diário do Nordeste* do estado do Ceará, o *Diário de Pernambuco* do estado do Pernambuco, o *Correio da Paraíba* do estado da Paraíba, a *Tribuna do Norte* do estado do Rio Grande do Norte, entre outros consultados, encontrei notícias datadas da segunda metade dos anos de 1990, denunciando o envolvimento de pistoleiros em assaltos contra bancos. Vejamos o texto abaixo, publicado pelo *Diário do Nordeste*, no dia 12 de Março de 1999:

Assaltante e pistoleiro capturado no Cariri, “Pedro das Vacas” é acusado de vários assaltos e da morte do empresário Sérgio Gentil”:

Juazeiro do Norte (Sucursal) - A Polícia prendeu um dos mais perigosos articuladores de assaltos do Ceará. Trata-se de Pedro

Gomes da Silva, de 38 anos, o 'Pedro das Vacas', 'Bolívia', ou 'Aminadav', que, segundo a Polícia, é envolvido também em crimes de pistolagem. 'Pedro das Vacas', natural de Redenção, é apontado também como um dos chefes de quadrilhas de assaltantes que estão agindo no Cariri. Ele foi preso no Campo de Futebol de Missão Velha, onde está sendo realizada a festa popular do padroeiro da cidade, São José, quando esperava o início do show do cantor Reginaldo Rossi. 'Pedro das Vacas', estava acompanhado de mais três amigos, suspeitos de envolvimento em assaltos. (...).

PERIGOSO - O delegado Luiz Carlos Dantas, que o prendeu em outubro de 95 como suspeito de ter participado da morte do empresário Sérgio Gentil, não tem dúvida: "O Pedro Gomes é um dos maiores articuladores de atos criminosos do Ceará e de outros Estados do Norte e Nordeste, sendo considerado um marginal de altíssima periculosidade. Há informações de que foi ele quem recrutou assaltantes da região, para a formação de bandos que praticaram vários assaltos no Cariri, dentre os quais os ocorridos em Assaré, Abaiara, Crato, Juazeiro e outras cidades dessa área do Estado", disse Dantas. O delegado informou também que 'Pedro das Vacas' está envolvido em crimes de pistolagem, apresentando, inclusive, um mandado de prisão preventiva expedido por um juiz de Fortaleza. (...). Tranqüilo, sem demonstrar nenhuma apreensão, 'Pedro das Vacas' nega as acusações que lhe são feitas. Ele diz que, há seis anos, mora em Crato, num dos bairros nobres da cidade (...) "Vivo da compra e venda de gado. Possuo uma chácara no sítio Lameiro e sou muito entrosado com os magarefes do Crato. Não devo um tostão a ninguém. Pode pedir informações sobre a minha pessoa aqui na região", desafia. Ele acusa a Polícia e a Imprensa de distorcer as informações, garantindo nem saber os motivos pelo qual está sendo preso(...). (Trecho extraído do Diário do Nordeste, no dia 12 de Março de 1999).

Provavelmente as altas quantias resultantes desta modalidade de crime e a possibilidade de efetuar assaltos com uma frequência maior do que praticar assassinatos encomendados levaram parte dos pistoleiros a adotarem os roubos contra instituições financeiras como atividade principal de suas "carreiras". Auricélio, um dos meus entrevistados, cuja trajetória me deterei no capítulo seguinte, trabalhava como segurança particular de um grande proprietário de terras e executava, ocasionalmente, morte de pessoas a mando do patrão, motivadas, principalmente, por disputas agrárias. De acordo com a tipologia, apresentada por Barreira (1998), ele constituía um "pistoleiro tradicional", que não é o tipo mais recorrente na atualidade. Trajetórias como a de Auricélio, em que o matador abandona os crimes por encomenda e passa atuar, contra bancos, carros-fortes e empresas de guarda-valores não são raras entre os meus interlocutores de pesquisa, nascidos nos estados da

regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Destes, alguns, depois que passaram a participar de assaltos contra agências bancárias, abandonaram os crimes de pistolagem, outros mantêm vínculos com “mandantes” e permanecem realizando assassinatos ocasionalmente.

Se em meados dos anos de 1990, ganham visibilidade pública participações de pistoleiros “famosos” nas suas regiões, em ocorrências de assaltos contra agências bancárias, no início da década atual passam a ser destacadas as associações de assaltantes locais com criminosos dos estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Estas notícias, quase sempre formuladas com base em informações concedidas por delegacias de Polícia, acrescentam que a formação de “quadrilhas interestaduais” é resultante do investimento de falanges oriundas da região Sudeste. Vejamos uma notícia veiculada no *Diário de Pernambuco*, no dia 31 de Março de 2002:

Assaltos a bancos rendem milhões a quadrilhas que atuam em Pernambuco sob a orientação do PCC.

Os vinte homens mais procurados pela Polícia pernambucana são especialistas em assalto a banco e pelo menos dez deles têm uma grande vantagem que os deixa a quilômetros de distância dos chamados homens da lei: estariam ligados ao Primeiro Comando da Capital (PCC), facção criminosa paulista responsável por dezenas de rebeliões de presos no Sudeste. Muitos foram recrutados pela organização, que tem financiado vários crimes no Estado (...).

ESTRATÉGIA - Cada vez mais organizadas, as quadrilhas especializadas em assalto a banco chegam a passar mais de um mês somente estudando como vão atacar uma instituição financeira. Tempo para elas nem sempre significa dinheiro. O importante é dar certo, como aconteceu em junho de 1999, quando uma quadrilha roubou R\$ 2 milhões de uma só vez da agência do BB de Caruaru. "Quando investigamos o crime, descobrimos que os bandidos já estavam no município há mais de um mês, inclusive brincaram o São João na cidade", lembrou o delegado. Apenas dois dos assaltantes foram presos. Um deles, conhecido como Cacau, que morava em São Paulo, conseguiu fugir do Presídio do Caruaru, vestido de mulher.

*Procurado há mais de dez anos, o ex-policial militar Jorge Luiz Guimarães Costa, mais conhecido como Jorge Grampão, tem uma extensa ficha criminal. Sua especialidade: assalto a carro-forte. A maioria das ocorrências registrada entre os anos 80 e 90 teria a participação dele, segundo a Polícia. Outro experiente no ramo é Claudionor José Lopes dos Santos. "A quadrilha dele é grande e conta com homens de outros Estados", informou o delegado. Claudionor tem prisão preventiva decretada por assalto a banco e carro-forte” (Texto extraído do *Diário de Pernambuco*, no dia 31 de Março de 2002).*

Também as primeiras participações dos meus interlocutores Bernardo, Fernando e Lúcio em assaltos na região Nordeste tem datações nos anos de 1990. Neste período, tiveram início suas experiências de “convivência” e “trabalho em equipe” com assaltantes locais. Segundo Fernando e Bernardo, conflitos ocorreram nestas ocasiões desencadeados por discordâncias referentes à elaboração de planos, havia significativas diferenças entre o *modus operandis* deles e o dos novos colegas. Fernando afirma sua surpresa diante das formas de abordagens utilizadas.

Os caras queriam fazer os serviços “no arrebento”. Eu ficava de cara porque eles não tinham medo do enfrentamento. Agora., hoje, eles já estão mais cuidadosos e a Polícia está mais aparelhada. Mas antes, nos primeiros serviços que eu vim fazer por aqui, eu ficava de cara com o pessoal daqui porque eles não tinham medo de trocar tiros com a Polícia. E a gente discordava sempre. Uma vez a gente tava discutindo de fazer um banco que ficava pertinho de uma delegacia, na verdade era de um quartel militar, ficava a uns duzentos metros. E os caras queriam fazer em pleno horário comercial, fechar a rua e chegar metralhando. Ai, eu e o Bernardo, a gente tomou uma posição. Se for assim nós não vamos, vão vocês, se quiserem morrer. Desse jeito nós não trabalhamos (Trecho de entrevista com Fernando, realizada no dia 20 de fevereiro de 2008).

Bernardo considera “rudimentares” as estratégias mobilizadas por assaltantes nordestinos, em meados dos anos de 1990.

Acho que foi em 96 ou foi em 97, a primeira vez que eu subi pro lado de lá. Eu não acreditei. A metodologia dos caras era muito rústica, eles não tinham criatividade, era zero criatividade. Não bolavam plano nenhum, só pensavam em chegar cobrindo tudo na bala. Aquilo era exagero pra mim, a gente tava em outro patamar. As técnicas dos caras eram completamente rudimentares. É porque eles eram pistoleiros, matava pessoas sem ter pudor, a morte não metia susto neles. Você sabe não é? Matador não se assusta com sangue. Eu acho que depois que você mata o primeiro, você deixa de sentir calafrio por causa de sangue. Hoje mudou muito, eles já aprenderam a trabalhar com refinamento. Mas as primeiras vezes que gente subiu pra lá, nós ficamos horrorizados com o jeito dos caras. Eu acho que eles foram entendendo que dá pra pegar muito sem precisar chocar as pessoas, é melhor. Mas se você é, claro que eu entendo, se você é um profissional em matar, e vai pra outro ramo, evidentemente, você vai querer usar seus métodos que davam certo no ramo anterior. Mas nesse caso, eram duas coisas diferentes, fazer assalto não tem nada a

ver com pistolagem (Trecho de entrevista com Bernardo, realizada no dia 23 de setembro de 2007).

Meu interlocutor declara ter participado de vários assaltos na região Nordeste, durante os anos de 1990, “trabalhando” em conjunto com pessoas naturais dessa região, enfatiza que nestas ocasiões foram corriqueiros os desentendimentos referentes aos procedimentos e métodos adotados nos roubos. A expressão *serviço limpo de sangue* demarca uma oposição ao *modus operandis* dos assaltantes com quem Bernardo teve contato, cujo procedimento considerou “rústico”.

Em minha dissertação de mestrado, verifiquei entre os praticantes desta modalidade de crime, uma classificação para ocorrências com base nos formatos que assumem. De acordo com tal sistema de nomeação, operações que se baseiam em abordagens abruptas, utilização ostensiva de armamento pesado e na efetivação de dezenas de disparos são chamadas de “assaltos no vapor”. Segundo Bernardo, tais *modus operandis* são característicos dos colegas nordestinos (Aquino, 2004).

Reiteradas consultas aos periódicos de circulação em várias regiões do país e conversas com assaltantes, atuantes em diferentes estados, têm me levado a perceber que nas grandes cidades os chamados “assaltos no vapor” se efetivam principalmente contra agências bancárias. As equipes de assaltantes, geralmente compostas por mais de uma dezena de homens, costumam, utilizar armas de grosso calibre, buscando assustar os funcionários e clientes do banco, gritam, efetuam disparos, contra vidraças e paredes dos estabelecimentos. Em poucos minutos tomam os valores guardados no cofre e bateria de caixas, empreendendo, em seguida, fuga em alta velocidade. A mesma dinâmica do “ataque súbito” é utilizada nos assaltos contra carros-fortes. As equipes de assaltantes costumam interceptá-los em ruas de pouca movimentação de veículos nas grandes cidades, atuando também nas vias expressas que ligam capitais ao interior dos estados. Nestas ocasiões, efetuam disparos contra a lataria do transporte pagador e ocorre de os vigilantes encarregados pela segurança do carro-forte enfrentarem os assaltantes, resultando em ferimentos e, até mesmo, mortes entre os participantes do confronto. Foram registrados, nas regiões Nordeste e Norte, vários casos em que equipes numerosas de assaltantes invadem delegacias e quartéis de pequenas cidades, rendendo o efetivo policial local. Depois de sitiarem as cidadezinhas, realizam assaltos contras as agências bancárias e estabelecimentos comerciais do lugar. Nestas situações,

durante dezenas de minutos, cidades inteiras ficam sob o jugo do grupo criminoso. Tratam-se de ocorrências que ganham considerável repercussão nos periódicos de seus estados.

Nos “assaltos no vapor”, geralmente, são utilizadas armas de grosso calibre, tais como fuzis e metralhadoras, dentre outras. Há uma dramatização do poder de fogo dos armamentos, ostentado na postura imponente com que assaltantes os manuseiam e na quantidade de disparos que costumam efetuar. Os veículos que escolhem para estas operações são caminhonetes com motores potentes, principalmente os modelos *S10* da *Chevrolet* e *Hylux* da *Toyota*. Durante fugas e enfrentamentos com a Polícia, alguns assaltantes, posicionados nas carrocerias dos veículos permanecem em combate enquanto seus motoristas partem em alta velocidade, ultrapassando sinais vermelhos e trafegando por cima de calçadas (Aquino, 2004).

Tratam-se de modos de atuar, cujas *fachadas* recorrem a elementos visuais e auditivos, tais como carros com tração nas quatro rodas, armamento pesado, disparos e gritos em tom de ameaça. Estas operações assumem, de maneira acentuada, as características dos rituais elencadas por Turner (1974), sobretudo, a *liminaridade* e a suspensão do cotidiano, que o autor apresenta como definidoras destes eventos.

Em suas pesquisas entre os *ndembu*, nos anos de 1950, Victor Turner apresenta alguns ritos como instâncias de resolução de conflitos e contradições estruturais daquelas comunidades. Vale ressaltar que em Turner, estrutura assume o significado que é concedido ao termo pela Antropologia Social britânica, desde Radcliffe-Brown, a partir do qual sociedades são pensadas como um todo estrutural composto da interligação de sistemas com funções específicas, havendo posições e relações hierárquicas.

Pensando em expandir a análise destas comunidades africanas a eventos do mundo ocidental, o autor assinala que os rituais *ndembu* além de condensar tensões e dramatizar conflitos teriam como características proeminentes a capacidade de produzir *liminaridade*. Ou seja, promovem a suspensão momentânea da estrutura social, eliminando suas convenções e hierarquizações. Nesta formulação, Turner (1974) se inspira na análise dos *rites de passage* de A. Van Gennep, para quem estes rituais teriam três fases definidoras: *separação, margem e agregação*. A segunda fase dos ritos, foi também chamada de *limem*, que vem do latim e significa *limiar*. Esta etapa é caracterizada pela indefinição e explícita o contraste entre o estado anterior ao ritual e à transição por este desencadeada. Sendo assim, em Turner a *liminaridade* tem o poder de abolir os tempos indicativos de se situar no mundo e instaura a forma subjuntiva do “como se” de experimentá-lo. Os ritos não viriam refletir a

sociedade em suas características reais, mas produziriam uma espécie de “espelho mágico” sobre o real.

Revelando uma forte influência de Max Gluckman sobre sua análise, Turner (1974) apresenta os rituais como eventos funcionais da sociedade, estes não só evidenciam e solucionam conflitos, mas promovem uma revitalização da vida social. O autor assinala o quanto a sociedade *ndembu* ganhava vida e efervescência durante as ocasiões e nos momentos posteriores aos rituais. Partindo da perspectiva de abordagem dos rituais de Turner (1974), posso afirmar que “assaltos no vapor” apresentam traços similares aos dos ritos. Tratam-se de eventos que interrompem a dinâmica cotidiana de seus alvos, promovendo uma suspensão da estrutura e têm o poder de impor, momentaneamente, uma nova dinâmica às relações, que assumem uma dimensão de “como se”. Embora não esteja certa de que assaltos de grande porte têm o poder de revitalizar imediatamente a vida social no entorno de onde ocorreu, estes, ao ganhar repercussão na imprensa local e no cotidiano das pessoas que tomam conhecimento de seus detalhes, desencadeiam discussões sobre segurança pública, causas da criminalidade, sistemas punitivos, dentre outros temas.

Em alguns casos, tais ocorrências promovem verdadeiras inversões de papéis, como as que são identificadas por Turner nos rituais *ndembu*, em que o fraco ocupa, momentaneamente, o lugar do forte. Em uma ocorrência registrada no Ceará, um município com pouco mais de doze mil habitantes, teve sua sede “sitiada” por mais de uma dezena de assaltantes. Durante a sucessão de roubos que a “quadrilha” realizava, uma viatura policial tentou sair em busca de reforços nas cidades vizinhas, mas foi alvejada pelos criminosos. Em sua tentativa de fuga, os policiais a bordo desta viatura foram alvos de disparos, ao mesmo tempo em que, aos gritos, os assaltantes os chamavam de “vagabundos”. Esta cena de humilhação à força policial local teve lugar na rua principal da cidadezinha. Portanto, “assaltos no vapor” recorrem a uma performance que suspende dinâmicas cotidianamente instituídas impondo, momentaneamente, uma nova configuração de papéis e formas de se situar no mundo. No caso mencionado, a Polícia foi destituída de sua função de perseguir e passou a sofrer perseguição armada.

Por sua vez, as operações cujos traços, Bernardo considera característicos do seu estilo “elitista” e “limpo de sangue” de atuar, são denominadas, no universo dos grandes roubos, “assaltos no sapatinho”. Nestes casos, as quadrilhas de assaltantes recorrem a artimanhas ou estratégias traiçoeiras para burlar os sistemas de seguranças das instituições financeiras, eximindo-se de invadir estes estabelecimentos ou de interceptar carros fortes e efetuar disparos. Ao contrário dos “assaltos no vapor”, que assumem formatos de combates e

expõem, de maneira mais direta, o corpo dos seus executores, “os assaltos no sapatinho” se realizam de modo silencioso, sem deixar evidências de que a rotina dos seus alvos foi alterada.

Nos últimos cinco anos, a escavação de túneis, que possibilitam o acesso dos assaltantes aos cofres de bancos e empresas de guarda-valores, tem sido uma artimanha inovadora e recorrente. Todavia, durante os anos de 1990 e início dos anos 2000, o método tido como mais sofisticado e colocado em prática com frequência foi o seqüestro das famílias de gerentes e tesoureiros das instituições financeiras, como adotado no assalto contra a SCT. Se diante de suas vítimas, nos cativeiros, os assaltantes não poupam esforços para ameaçar e intimidar, quando entram nos estabelecimentos durante o horário comercial, acompanhados de seus reféns, costumam conduzir a situação com discrição, demonstrando “boas maneiras”. Como vimos, o assalto à SCT foi efetuado sem que outros funcionários da empresa, além do gerente e do tesoureiro, tomassem conhecimento do crime em execução. Um delegado entrevistado em Fortaleza descreve um caso similar ocorrido, no ano de 2003, contra uma agência bancária daquela cidade. Vejamos sua narração.

O caso do banco do Brasil da Parangaba foi em março desse ano. Foi interessante e até cômico porque a quadrilha entrou no banco de terno e gravata, já acompanhada do tesoureiro. Lá dentro, os assaltantes renderam os funcionários. À medida que eles iam entrando, os assaltantes iam rendendo. Mas os funcionários do banco comentaram que os assaltantes eram muito finos, não gritaram em nenhum momento, trataram todos muito bem. Depois que pegaram o dinheiro, foram embora. Tudo resolvido, até se despediram (Trecho da entrevista com delegado de Polícia, realizada em agosto de 2003, apud Aquino 2004).

Assaltos precedidos de seqüestros de famílias de funcionários das instituições financeiras passaram a se realizar no Sudeste, desde o início dos anos de 1990, expandindo-se para as outras regiões nos anos seguintes. No Nordeste, eles começam a se efetivar no final da década referida e passam a ser registrados com grande frequência em todos os estados da região no início dos anos 2000. Neste tipo de operação, no qual Bernardo se dizia especialista, *a fachada* se define por situações de contato face a face, e sua “eficiência” é demarcada pelo desempenho dramático de determinados assaltantes.

Embora, operações “no vapor” também envolvam levantamentos de informações sobre os sistemas de segurança dos seus alvos e sobre os períodos que estes movimentam maiores e menores quantias, os “assaltos no sapatinho” demandam maiores

detalhes sobre as pessoas com quem os executores da ação vão interagir no desenrolar do plano. Quase sempre se pautam em minuciosas investigações sobre as famílias que serão tomadas como reféns durante várias horas. Com base nestas informações são elaborados personagens e desempenhos. Mesmo havendo, por via de regra, um sofisticado aparato de armas e veículos à disposição dos participantes da ação criminosa, tratam-se de planos que apostam no desempenho dramático dos assaltantes diante das pessoas que tomam como vítimas.

Se os “assaltos no vapor” recorrem a uma interrupção da dinâmica cotidiana e a instauração de uma nova dinâmica pautada no inusitado e na inversão de papéis, a estratégia dos “assaltos no sapatinho” é de se imiscuir no corriqueiro e no usual, para que as quadrilhas consigam passar “despercebidas”, configurando como elemento não dissonante do rotineiro.

Considerando que formas de atuar funcionam como critérios de classificação entre praticantes de grandes roubos, declarar preferência por *modus operandis* identificados com “assaltos no sapatinho” gera *poder simbólico*, pois as características deste modo de atuar estão associadas a um *habitus* (Bourdieu, 1989), cujos praticantes se consideram “modernos” e “não violentos”. Nas duas últimas décadas, os assaltos que resultaram maiores quantias têm sido efetuados “no sapatinho”, nestes se inclui o furto à agência do Banco Central, localizada em Fortaleza, de onde foram roubados R\$ 142 milhões, no ano de 2006. Tal ação criminosa figura como o maior assalto da História do Brasil e o segundo maior do mundo.

Entre os praticantes de assaltos, modos de atuar característicos das ações “no sapatinho” têm se consagrado hegemônicos. Nas entrevistas ou conversas informais que tenho desenvolvido com algumas dezenas de pessoas que já tomaram parte em assaltos contra instituições financeiras, somente um afirmou preferir participar de “assaltos no vapor”. Segundo ele, as vantagens de realizar esse tipo de operação é que, mesmo envolvendo um risco maior de confronto com a Polícia, trata-se de ações que duram poucos minutos, não sendo necessário manter reféns durante várias horas.

Além de enfatizarem os menores riscos de sofrerem flagrantes policiais, é recorrente que praticantes de “assaltos no sapatinho” afirmem que se tratam de ações “não violentas”. Não só Bernardo, com quem tenho oportunidade de manter conversas freqüentes e longas, mas a maioria dos meus interlocutores afirmam direta, ou indiretamente, que estes crimes não são violentos. Estas visões expressam uma compreensão da violência que a reduz à violência física. Vejamos o trecho de uma fala de Auricélio:

Na verdade, eu acho que eu passei a ser verdadeiro comigo mesmo quando eu comecei a roubar banco, porque eu digo pra você com toda franqueza que eu nunca matei com gosto. Mas assaltar, eu faço assalto com gosto. Eu não gosto de violência, de chagar atirando, eu acho melhor do jeito que eu faço. A gente pega a família, põe medo neles, mas não mata ninguém, é só pro gerente fazer o que a gente tá mandando. Mas a gente não mata ninguém sem necessidade. Eu boto medo nas famílias, eu sei fazer isso e faço bem, mas no final a gente deixa todo mundo bem e leva só o dinheiro. Eu só quero dinheiro, eu faço só pelo dinheiro. Como você sabe da minha vida passada, eu já matei muita gente, mas se eu nunca tivesse matado ninguém eu não tinha medo de morrer e ir pro inferno, como eu tenho. Se eu só tivesse feito assalto na minha vida, eu não ia ter medo de morrer. Eu ia pro céu, não tem violência, não tem maldade (Trecho de entrevista com Auricélio, realizada no dia 26 de dezembro de 2007).

Contradizendo a opinião de Auricélio acerca da violência empregada neste tipo de crime, os depoimentos das vítimas aos jornais locais enfatizam sensações como impotência, insegurança e medo, desencadeados pela ação dos assaltantes. Tive oportunidade de ouvir a esposa de um gerente de uma agência bancária, cuja família ficou nove horas em poder de uma equipe de assaltantes. Segundo ela, seu filho que tinha nove anos de idade, na época, depois daquele dia sofreu sérios abalos psíquicos.

Depois do que aconteceu com a gente naquele dia, foi em 1999, meu filho nunca mais foi o mesmo. Era uma criança normal, uma criança alegre e despreocupada como são as crianças. Ele passou a ser um menino medroso. Ele passou a ter medo de tudo, tem pesadelos, se assusta, passou a ser um menino despreparado pra vida.(...) O que eles fizeram pra meu menino não tem nome, hoje meu filho seria um jovem completamente diferente se não tivesse passado por aquela experiência. Eu, minha filha mais nova e o meu marido superamos bem, mas o meu filho, mudou completamente, depois do que aconteceu (Trecho de entrevista com vítima de assalto, realizada no dia 28 de abril de 2007).

Em um trabalho que procura apresentar um mapeamento das modalidades de violência nas sociedades contemporâneas, o estudioso francês Danilo Martucelli (1999) enfatiza uma mudança na representação desta forma de ação, nos últimos séculos. Segundo ele, o sentido positivo da violência, como expressão da luta de classes no século XIX e início do século XX, deu lugar a uma concepção negativa, de tal modo que a violência passou a ser associada ao fracasso de outras formas de resolução de conflitos e

concebida como apelo a um mundo físico, material, numa sociedade onde triunfa a informação altamente mediatizada. Para Martucelli, a violência passa a ser considerada uma espécie de irrupção do “primitivo”. Partindo dos parâmetros de tal representação, sofrem um grau maior de repressão e negatização as manifestações de “violências nuas”, cujo peso material é impossível de ser ocultado e que são empregadas sem mediação, decorrendo de um diferencial de força física.

Nesta modalidade “nua” de violência, podem ser enquadrados os “assaltos no vapor”. Segundo o autor, “violências nuas” são mais fortemente sentidas como moralmente repreensível, porque se materializam em eventos e contextos que ferem a sensibilidade dos cidadãos da atualidade, cuja auto-imagem tem na “civilização” um traço marcante. Desta maneira, as sociedades contemporâneas seriam mais tolerantes a formas de violência que se baseiam na imaterialidade, que renunciam à ostentação de força e apresentam uma face mais “asséptica”. Entre tais violências, incluem-se os “assaltos no sapatinho” que se efetivam imersos no cotidiano de seus alvos, por meio de estratégias silenciosas e que, de acordo com Bernardo, são “limpas de sangue”. Nestas ocorrências, embora sejam utilizadas armas, seu uso é mediado pela retórica verbal dos assaltantes. Conforme argumenta Martucelli (1999), violências que assumem uma face mais imaterial têm maiores possibilidades de ser aceitas nos dias atuais.

A percepção de “assaltos no vapor” como ocorrências tensas e que oferecem maiores riscos foi recorrente entre os entrevistados, naturais das diversas regiões geográficas do país. Entre os meus interlocutores paulistanos e paulistas, verifiquei a taxativa identificação dos “assaltos no vapor” com assaltantes oriundos do Nordeste, especialmente os que se iniciaram nas práticas criminosas pela via da “pistolagem”. Este raciocínio, embora tenha se mostrado amplamente difundido entre praticantes de grandes roubos nascidos na capital e no estado de São Paulo, na fala de Bernardo, é adornado por uma sofisticada explicação, na qual os modos de atuar “no vapor” e os procedimentos que desencadeia, são apresentados como práticas positivamente significadas no universo simbólico do Nordeste rural, de onde ele considera os assaltantes-pistoleiros não só são oriundos, mas também imersos. Vejamos um trecho da fala de Bernardo:

Era muito complicado trabalhar com eles. Porque o modo deles de querer fazer assalto, não era uma coisa aleatória, tinha a ver com o que eles pensam que é ser homem, ser macho, não é? Como eles dizem. (...) Pra esses caras do Nordeste, ser macho é sair contando vantagens. Eu via nas novelas e não acreditava. Eu só acreditei

quando eu convivi um bocado com eles. Você vê e você não acredita. Mas é verdade. Os caras se arriscam a ser presos só pelo prazer de se exaltar numa mesa de bar. Contam coisas que fazem e que não fazem. Ser macho, na cabeça deles, é ser valentão, é bater nas pessoas, matar a pessoas. Na cabeça deles, é importante que todos saibam que eles mataram, tem que matar e todo mundo ficar sabendo. Se ninguém souber, pra eles não tem graça. Muitos preferem fazer “no vapor” porque eles acham que isso é mostrar que é macho. Eles têm o costume de matar pros fazendeiros. Aí, se sentem os valentões do pedaço, ninguém fala mal deles. Lá nas cidades que eles moram, são os manda-chuvas, as pessoas tem medo deles. Os donos de bares, gerentes de bancos, até os prefeitos das cidadezinhas fazem sala pra eles. Aí, por ser assim, eles não sabem ouvir opiniões de ninguém. Acha que tudo o que fazem é o certo, acha que nunca erra. E se errar, ninguém pode se atrever a reclamar porque se reclamar, ele vai entender que você está diminuindo a honra dele. E se você vai tentar conversar, falar que ele fez alguma coisa errada, ele diz que você quer humilhar. São pessoas que não têm autocrítica, qualquer crítica que você vai fazer, ele entende que você quis desrespeitar. E eu acho isso uma idiotice, eu não quero saber, não me interessa, onde ele nasceu, onde ele viveu. Se eu tou em um negócio com ele, eu vou tá interessado em não perder meu dinheiro. Eu estou interessado que ele não faça coisas que me prejudiquem, Entende? Eu vou querer que o comportamento dele não faça eu perder meu dinheiro, não me arrisque a uma cadeia. Mas esses caras são assim, não todos, mas eu já vi vários, que o interesse deles, é que todo mundo saiba que ele tá no meio de uma parada grande, do que pensar no dinheiro que vai ganhar. E a gente não é assim, não precisa ninguém saber que a gente se garante, que nossos assaltos são os maiores. Eu só penso no dinheiro que eu vou levar, no que eu vou fazer com esse dinheiro, como eu vou investir, para um dia, não ter quer roubar mais. Mas os caras não pensam assim. Eu penso seriamente que esse mundo que eles viveram, a fama e o medo que as pessoas têm deles, acaba fazendo com que a personalidade deles fique dessa maneira, tá me entendendo? Os caras precisam do crime para satisfazer o ego e não para ganhar dinheiro. Eles querem ser os manda-chuva (Trecho de entrevista com Bernardo, realizada no dia 04 de abril de 2007).

Portanto, Bernardo elabora uma espécie de “sociologia dos assaltantes-pistoleiros”, produzindo uma explicação para suas motivações e práticas. Segundo nosso “analista”, seus colegas do Nordeste associam masculinidade à coragem e valentia, sentindo prazer em serem temidos. Com isto, não hesitam em usar da violência física quando se desentendem com outros. A necessidade de se mostrarem corajosos os levariam a tornar públicos seus crimes. Estas pessoas, de acordo com Bernardo, estão habituadas a despertar temor por causa dos homicídios e atos de violência ostensiva que cometem, corriqueiramente.

Desacostumadas à punição ou à contrariedade, tenderiam a interpretar críticas como desonra e repreensões como ofensa pessoal, vendo um inimigo em todos que possam comprometer suas vaidades. Bernardo os considera difíceis de “trabalhar” em equipe, já que a busca de se autoafirmar como “machos” pode levá-los a atitudes capazes de prejudicar todo um grupo e acarretar o fracasso de um plano. Os assaltantes remanescentes da pistolagem, de acordo com a explicação de Bernardo, é um tipo vaidoso e apegado a auto-imagem, chegando ao ponto de concentrar suas atitudes na alimentação do ego, cujo traço proeminente é a valentia.

As observações deste interlocutor constituem um importante componente êmico, para a análise do mundo dos grandes roubos e as interações que se desenvolvem entre indivíduos remanescentes de diferentes formas de criminalidade. Seu exercício reflexivo remete às considerações de C Geertz (1997) acerca das potencialidades do “senso comum”. Para Geertz, falar de *senso comum* é tratar de um tipo de conhecimento dotado de símbolos e compartilhado por uma comunidade determinada. Assim como a ciência e a religião, o senso comum constitui um sistema que fornece explicações e funciona com base em um repertório de noções. Indo além de uma sabedoria prática e corriqueira, segundo Geertz (1997), o senso comum deve ser tomado como um conjunto organizado de pensamento deliberado e não como algo que aprendemos casualmente. Com o passar dos anos, opiniões tomadas da experiência vão se tornando idéias afirmadas, estrutura-se um catálogo de argumentos fortes que não se baseiam na revelação, como ocorrem na religião; ou na metodologia, como o faz a ciência. O *senso comum* teria como fundamento “(...) a vida como um todo (...)” e “(...) o mundo como sua autoridade (...)” (Geertz, 1997:114).

Ao observar formas de atuação profissional de seus colegas naturais dos estados da região Nordeste e associá-las aos crimes de pistolagem, Bernardo conclui que hábitos e procedimentos, como o de se exaltar e se afirmar valente, tornando-se temido em sua comunidade, são positivos à carreira de um pistoleiro, mas têm o efeito contrário no universo dos assaltos de grande porte, já que a não aceitação de críticas e repreensões tornam estas pessoas ruins para “trabalhos em equipe”. Em sua análise, Bernardo demonstra traquejo no manuseio de “verdades consolidadas” em diferentes universos, nos quais se considera imerso.

Quando enumera atitudes negativas e prejudiciais ao desenvolvimento de uma operação de assalto, ele recorre ao conhecimento e perícia específicos adquiridos com a prática desta modalidade de crime. Porém, quando associa aos modos de atuar “no vapor” à pistolagem e, esta ao mundo rural do Nordeste brasileiro, meu interlocutor aciona noções que formula na condição de paulistano de 36 anos de idade. Embora tivesse ido a passeio ao Rio

de Janeiro, Campinas e cidades de países vizinhos, como Buenos Aires, Santiago do Chile, Assunção e Cidade do Leste, Bernardo teve suas primeiras incursões às demais regiões do Brasil e a paisagens não urbanas, durante os anos de 1990.

Provavelmente, antes de chegar, junto com Fernando, a uma pequena cidade do interior do Nordeste, no ano de 1996, para se reunir com outros seis praticantes de assaltos, nosso analista havia tido acesso a um conjunto de informações sobre esta região e seus habitantes, principalmente a partir dos meios de comunicação de massa, e construído suas impressões sobre o lugar e as pessoas com quem teria contato. Lopes Jr.(2006) enfatiza que episódios como brigas de famílias sertanejas, crimes de pistolagem, estórias de valentias e vinganças no interior do Nordeste são veiculados, a longa data, na grande imprensa brasileira. A partir de textos, narrativas e imagens que difundem a idéia de um interior nordestino sanguinolento e atrasado, aparelhos midiáticos teriam consolidado “mapas mentais” que estabelecem um “dualismo estrutural”, fundado na discrepância entre universos rurais e sertanejos — apresentados como “distantes” e identificados com “atraso” — e o mundo supostamente moderno e racional, no qual estariam localizados repórteres, analistas, leitores e telespectadores (Lopes Jr., 2006).

A associação do interior nordestino ao atraso e à violência é eloqüente nas falas de Bernardo. Ele enfatiza os estranhamentos e contrariedades que balizaram sua primeira incursão ao sertão. Além das diferenças de *modos operandis*, elemento detonador de discussões e conflitos com assaltantes locais, seus comparsas, o contato com sotaques, visões de mundo e aspirações diferentes das suas, serviram para demarcar a alteridade. Tendo nascido e vivido na maior cidade do país, com 24 anos de idade meu interlocutor viaja para a região Nordeste com o objetivo de planejar e executar assaltos contra agências bancárias e carros-fortes.

Tudo aquilo foi muito louco pra mim porque me chocava não só o fato dos caras irem pra cima com a arma em punho, era tudo que me chocava: o jeito que eles queriam assaltar, o jeito deles de não ter medo de aparecer. Era muito diferente. Os objetivos dos caras eram completamente diferentes dos meus objetivos. Até então o lugar mais interiorzão que eu tinha ido, tinha sido Campinas. Mas Campinas é uma cidade grande. Eu via em São Paulo, os caras da Bahia, da Paraíba falarem “bichinho”, “oxente”, os cara dizer que “vão puxar a faca”, mas era zueira, brincadeira. Mas em São Paulo, era diferente porque nós estávamos em um lugar onde a fala deles não combinava com o lugar. Mas lá em Mossoró, era o nome da sede, porque eu fui me reunir com os caras, em uma fazendinha. Eu via que ali eles estavam na área deles. Eu e meus métodos e meu sotaque é

que era a coisa que não combinava com o conjunto. Era tudo, era o jeito de falar, o jeito de fazer os serviços, o tipo de mulher que os caras queriam. Eu não tinha nada a ver com eles. Eu lembrava das novelas que eu tinha visto, Tieta, Roque Santeiro, você já tinha nascido? Era igualzinho. Ali, se eu discordasse de alguma coisa, fizesse algum comentário irônico, um cara daquele dissesse que ia cortar minha barriga de facada, porque eu desonrei ele, eu sairia correndo, porque eu sei que eles cortavam (Trecho de entrevista com Bernardo, realizada no dia 12 de outubro de 2007).

De acordo com Geertz (1997) o *senso comum*, embora nem sempre muito unificado, é um sistema cultural, e todos aqueles que o possuem têm total convicção de seu valor e de sua validade. São consideradas pessoas de “bom senso”, aquelas que conseguem se apropriar das máximas e saberes consagrados em suas coletividades e manuseá-los nos julgamentos, ações e escolhas. Bernardo, ao identificar os assaltantes do Nordeste com “assaltos no vapor”, associando-os à pistolagem e a determinados valores ou práticas que afirma fazer sentido nesta região, utilizou “verdades” consolidadas em diferentes coletividades nas quais se considera imerso.

Desta maneira, o mundo dos assaltos, seus atores e saberes se apresentam como um sistema cultural, oferecendo conteúdo para explicações lógicas que encontram a sua coerência dentro do próprio campo. Embora não seja usual encontrar explicações tão complexas e elaboradas como as de Bernardo, entre os meus outros interlocutores “paulistanos” que se consideram “ladrões top” acerca de seus colegas do Nordeste, a associação destes aos crimes de pistolagem é recorrente.

É interessante perceber que sua reflexão sobre os valores e relações dos pistoleiros com o mundo rural, apresenta similaridades com as afirmações de César Barreira, estudioso da temática da pistolagem. Ambos procuram atrelar a prática da pistolagem a valores e subjetividades. De acordo com Barreira (1998) o pistoleiro só pode ser entendido como peça de uma complexa engrenagem, o “sistema de pistolagem” ao qual corresponde uma estrutura de poder e um conjunto de interesses e valores, sustentáculos da dominação tradicional no Nordeste brasileiro. Publicado no fim dos anos de 1990, o trabalho de Barreira ressalta que a ação do pistoleiro, embora mediada por valores, é instrumental e articulada a uma estrutura de poder dominante.

As explicações do meu interlocutor e deste estudioso da temática da pistolagem passam a seguir caminhos contrários quando o primeiro apresenta “o assaltante oriundo dos crimes de pistolagem” movido por uma incessante busca de conferir visibilidade

pública a sua valentia, qualidade que o afirmaria como “macho”, tornando-o temido. Embora conceda utilitarismo a estas aspirações, afirmando que a reputação de valente é positiva à carreira de um pistoleiro, tal personagem aparece, na fala de Bernardo, como incapaz de conferir instrumentalidade a sua postura no mundo dos assaltos.

Em desacordo com o que denomina “imaginário do pistoleiro difundido na sociedade brasileira” e que afirma ter sido construído a partir de personagens de romances literários e telenovelas, Barreira (1998) afirma que os matadores contemporâneos não se caracterizam por valentia, zelo por assuntos de honra ou busca de visibilidade pública, estes, ao contrário, procuram atuar com descrição, visando o anonimato. A pistolagem, segundo o estudioso, desde as últimas décadas do século XX, tem deixando de ser uma prática dos sertões, passando a ocupar espaço no cenário urbano. Embora os “pistoleiros” continuem sendo originários do mundo rural, os mandantes já não são exclusivamente fazendeiros. Políticos e empresários teriam passado a figurar entre estes. Características identificadas nos “pistoleiros” e “mandantes” contemporâneos levam o autor a acreditar que a pistolagem é “uma prática que possibilita simbiose do rural com feições do urbano moderno” (Barreira, 1998:19).

Edmilson Lopes Jr.(2006), pesquisando “novas formas de criminalidade organizada no Nordeste” aborda “quadrilhas” de assaltantes, cujas ações passam a ser publicamente vinculadas a grupos familiares. O estudioso constrói sua análise demonstrando que, apesar de haver uma clara associação a nomes de família, em alguns “grupos”, e referências a ancestrais que ingressaram no crime, tomando parte em brigas com outras famílias, quando os integrantes destes clãs passam a atuar no roubo de agências bancárias e carros-fortes, os vínculos que adquirem com as pessoas, as quais se associam, não se pautam em solidariedade comunitária. Nestes casos, embora identificados com o nome de uma determinada família e parte dos integrantes possuam vínculos de parentesco, outras pessoas são acolhidas pelo grupo por critérios tais como competência técnica ou disposição de tomar parte em suas atividades. Lopes (2006) enfatiza que a lógica do vínculo e da ação é a de um “novo e moderno individualismo assentado mais na cooperação técnica do que na solidariedade e que se desdobra em atitudes e percepções do mundo, alimentadas pela calculabilidade e racionalidade instrumental” (Lopes, 2006:24).

De acordo com Lopes (2006), nestas “quadrilhas” formadas por pessoas de origens sertanejas — que ingressaram na ilegalidade, cometendo assassinatos contra inimigos de suas famílias ou por meio de crimes de pistolagem — predominam formas

instrumentais de se relacionar com o outro, sendo a ação criminosa orientada para obter ganhos materiais.

Aqui, faz-se pertinente voltarmos à ocasião da discussão de Bernardo com os colegas sobre a participação de Auricélio no assalto de Recife. Considerando que algumas *fachadas* se institucionalizam e permanecem como modelos estereotipados, aos quais os atores procuram encaixar suas performances ou associar ao comportamento de seus oponentes, as informações que Bernardo teve acesso sobre Auricélio o levaram a associar este último à imagem do “assaltante pistoleiro” que ele havia construído, a partir do contato que teve com outros assaltantes nascidos no Nordeste, cujas carreiras criminosas foram iniciadas com a prática de crimes de pistolagem. Desta maneira, o paulistano passou a ver em Auricélio uma ameaça ao seu estilo “limpo de sangue” de efetuar grandes roubos.

Todavia, depois que teve os primeiros encontros com o alagoano, Bernardo disse que passou a admirá-lo. Vejamos seus relatos sobre o dia em que se conheceram:

Nossa, o cara era completamente diferente do que eu esperava. Ele era muito mais precavido e mais inteligente. Eu gostei dele porque percebi que ele era daqueles que sabe do que ta falando. Não gastava tempo jogando conversa fora, tudo o que ele fazia era direcionado. Muito diferente dos outros caras lá do Nordeste que eu tinha trabalhado. Os outros se sentiam ofendidos com tudo, transformavam tudo em problema pessoal. O Auricélio não perdia tempo com assuntos que não fosse o serviço que a gente tava fazendo. Ele não dava confiança de falar da vida pessoal, só falava das coisas que nós tínhamos que fazer, passo a passo. Nunca tivemos que chamar a atenção dele. Ele fazia tudo da maneira que a gente tava acostumado a trabalhar. No dia que a gente se encontrou lá no meu sítio, o cara chegou já por dentro do plano, falou o que ele considerava bom, disse o que tinha que melhorar e já tinha sugestões, muito metódico. Eu esperava que a reunião fosse acabar em discussão, porque na minha cabeça a gente tava aceitando ele porque não tinha outra pessoa de confiança pra arrumar lá o transporte das armas. Mas ele foi uma surpresa boa, ele teve um comportamento de profissional, e de um cara muito refinado. Eu gostei muito, porque é desse tipo de cara que eu queria pra trabalhar com a gente. E além do mais, o cara era rico. Se ele tinha nascido pobre e ficou rico roubando era um sinal de que ele não era um maluquinho qualquer. Se ele fosse desses malucos que sai estourando o dinheiro que ganha, não tinha ficado rico, como ele ficou (Trecho de entrevista com Bernardo, realizada no dia 12 de outubro de 2007).

Auricélio parece não ter correspondido às impressões negativas que Bernardo o endereçava. De acordo com as descrições deste último, podemos inferir que o assaltante alagoano incorpora as características de criminosos nordestinos contemporâneos, sublinhadas por Barreira (1998) e Lopes (2006). Conforme mencionei no capítulo anterior, no dia em que teve o primeiro contato com Lúcio, Bernardo e Fernando, Auricélio foi munido de uma checagem de informações sobre a empresa e teve o cuidado de obter dados sobre a vida de Valdir, até então, desconhecidos por Lúcio. Tal atitude foi interpretada por Bernardo e Fernando como um indício de sensatez e cuidado nos assaltos em que se envolvia. Seu vasto patrimônio material foi tomado como indicativo de competência administrando dinheiro e de que ele era comedido em gastos. Buscar informações sobre a trajetória criminosa de Valdir demonstrou que o assaltante alagoano era criterioso na escolha de comparsas.

As maneiras de Auricélio e as informações que ele *transmitiu e emitiu* na reunião fizeram Bernardo desvinculá-lo da *fachada* de “assaltante-pistoleiro”, considerando-o um profissional de elite. Ao invés de se portar como um “típico” remanescente da pistolagem, interpretando discordâncias como afronta, para Bernardo, Auricélio teria se mostrado utilitarista e pragmático.

Fernando, que já tinha uma imagem positiva do assaltante alagoano, ao encontrá-lo pessoalmente reforçou suas impressões. Vejamos trechos de sua fala:

Eu fiquei aliviado quando ele falou que o plano era bom, que ia virar, que ele tinha ido ver a empresa. Era uma opinião a mais, né? Em relação ao Brad Pitt eu tinha a intuição de que a gente tava apostando muito nele, eu sentia que tinha alguma coisa errada. Daí o Auricélio disse que tinha apurado que a figura era um gigolô, metido a galã, que pegava as coroa com grana, eu fiquei aliviado, pois eu imaginava que tinha alguma coisa por trás, muito pior do que isso. Eu me senti seguro quando ele falou que foi ver a empresa. Qualquer ladrão fica seguro de saber que o seu parceiro é cuidadoso, que tá trabalhando com alguém que se responde. Ele só subiu no meu conceito. Eu até comentei com o Lúcio, como é possível que alguém com um nome horroroso desse, pode ser um cara tão antenado, tão por dentro, a gente deu muita risada. Pelo passado do cara, as origens dele, esperávamos que ele fosse diferente. Eu já sabia que ele era rico, que trabalhava direito, mas ele era um cara fino, que sacava as coisas rápido, agia friamente, não se perdia com briguinhas. O Auricélio é um cara prático, ele diz o que pode fazer, se propõe a fazer e impõe as condições dele, se o cara aceitar pronto, se não aceitar, ele já deixa claro tudo no início (Trecho de entrevista com Fernando, realizada no dia 18 de maio de 2007).

Auricélio conta que no ano 1998, mudou-se para o Rio Grande do Norte, fugitivo da Polícia do estado de Pernambuco por homicídio. Naquele período, ele passou a atuar em parceria com João Assis, que teria sido o primeiro a realizar assaltos contra agências bancárias precedidos dos seqüestros dos gerentes e suas famílias, na região Nordeste. João Assis teria sido o elo de ligação entre Auricélio e assaltantes atuantes na regiões Sul e Sudeste do país, relações que o levaram a residir dois anos no estado do Paraná.

Ele afirma ter sofrido preconceitos e desconfianças, no interior de equipes de assaltantes, quando seus parceiros tinham conhecimento do seu passado como pistoleiro, sendo recorrente que estes questionassem sua competência. De acordo com Auricélio, quando soube por Francinaldo que os outros envolvidos no assalto contra a SCT eram “paulistas”, tratou de assumir uma postura contrária à imagem de criminoso violento e incapaz. Chegar à reunião com informações e dados que os colegas ainda não tinham tido acesso foi uma maneira de se apresentar eficiente. Portanto, sua atitude cuidadosa, foi um ato performático. Evidencia-se o controle de Auricélio sobre a expressividade do seu comportamento diante de outros e a competência no manuseio de atitudes capazes de construir, nos seus interlocutores, a impressão que lhe é conveniente.

Afirmar que Auricélio foi performático diante de seus colegas “paulistas” não equivale a dizer que ele transmitiu informações falsas, mas sim que dramatizou suas próprias qualidades, acreditando com isso construir, em seus comparsas, uma imagem positiva de si. Ciente de que seus oponentes esperavam que ele fosse violento e rústico, tratou de acionar mecanismos expressivos capazes de desfazer tal imagem. Alguns fatores não foram acionados diretamente por Auricélio, mas contribuíram para sustentar sua *fachada* de “pragmático e competente”, entre eles está o seu rápido enriquecimento. Bens e propriedades foram interpretados pelos colegas como evidência de sua capacidade e sensatez.

Assim como Bernardo, após alguns anos de convívio e atuação conjunta com praticantes de assaltos naturais dos estados do Nordeste havia construído o estereótipo do “assaltante-pistoleiro”, Auricélio demonstra ter elaborado uma visão sobre “os assaltantes paulistas”:

Quando me chamam pra entrar em um serviço, eu procuro logo saber com quem eu vou trabalhar. Francinaldo me disse que era um povo de São Paulo. Ai eu já vi que tinha que ter muita paciência. Porque é um povo que quer saber de tudo e acha que todo mundo é burro. Eu tiro de letra qualquer ladrão, mas os caras são folgados. Como os cara era paulista e eu tava entrando em um bonde que tava andando eu tratei de chegar já dominando. Já cheguei com informação nova,

já cheguei desconfiando do trabalho deles. Porque eles só respeitam se for assim. Se você for humilde eles pisam, eles não respeitam, eles acham que você é pequeno, que é pouca coisa. Eu já aprendi, quando eu entro num bonde com gente desse naipe, eu já chego grande (Trecho de entrevista com Auricélio, realizada no dia 19 de dezembro de 2007).

Na explicação de Bernardo sobre pistoleiros que se tornam assaltantes, despertou-me interesse a complexidade da associação que ele faz entre o passado de determinadas pessoas, cometendo assassinatos por encomenda, e as formas, a partir das quais atuam como assaltantes, vinculando, inclusive, atitudes cotidianas a um sistema de valores de bases regionais. Nas falas de Auricélio sobre os “assaltantes paulistas”, por sua vez, surpreendeu-me a argúcia que ele demonstra na identificação das “estratégias performáticas” dos colegas:

Desde o início, quando comecei, eu trabalhei em grupos com muitas pessoas, com cariocas, gaúchos, paulistas. E os paulistas sempre se destacam porque são chatos e porque querem mandar em tudo. Mas eles querem mandar em tudo e querem fazer a gente acreditar que eles devem mandar, que eles devem dar as cartas porque são mais capazes. Esse povo de São Paulo você sabe como é? Você que não nasceu em São Paulo e mora lá, deve perceber, deve saber do que eu estou falando. É um povo que quer ser dono da verdade, que acha que é melhor e que sabe mais do que você. Se você deixar ele te mostra por A mais B, que você é burro e eles são inteligentes. Eu nem sei se eles percebem que são assim, mas são assim, porque não é um dado de ver um só, são todos, é geral, todo paulista acha que é mais capaz do que as pessoas de outros estados. Pelo menos os que eu já trabalhei, eles são assim, gostam de falar, de escrever, de fazer umas tabelas. Teve um, uma vez, que queria fazer uma maquete da empresa, sem necessidade, só pra parecer difícil o que é fácil. A jogada deles é fazer o que eles tem pra dizer parecer mais difícil, do que o negócio realmente é. É um povo que gosta de enfeitar, para você pensar que o que eles tão falando é difícil, aí você vai achar que eles são inteligentes e confiam em tudo o que eles dizem. Coisas muito simples e muito fácil de entender, eles fazem questão de parecer que é difícil. E isso eles fazem para ficar por cima. Eles querem que você se deixe seduzir pela metodologia deles, entendeu como é que é? Aí, no final você vai concordar com tudo o que eles querem. Ai, eles mandam em tudo, vão dar todas as cartas. Eu não me deixo mais enganar por conversa bonita, eu quero ver se eles vão se responder é na hora do vamos ver. Se tão fazendo certo mesmo, se o serviço é bom, se tem dinheiro pra investir. De conversa bonita eu corro é léguas (Trecho de entrevista com Auricélio, realizada no dia 20 de maio de 2007).

Auricélio acredita, portanto, ser uma estratégia performática dos “paulistas” fazer com que seus planos e argumentos pareçam complexos, objetivando transmitir a imagem de pessoas inteligentes. Mostrando-se um espectador cético e desconfiado destas performances, ele acredita “desconstruir” as *fachadas* de seus oponentes.

Demonstrando ser *expert* em penetrar *fachadas* alheia e habilidoso no manuseio da dimensão expressiva do seu próprio comportamento, Auricélio ingressa na equipe de assaltantes que “atacou” a SCT em Recife com uma posição fortalecida. É incorporado ao grupo tendo a amizade de Francinaldo, a admiração e simpatia de Fernando e Bernardo. Posteriormente, Benício, um dos seus empregados, passa também a compor a equipe. Com Valdir e Wilson só veio interagir poucos dias antes da execução do assalto. A única pessoa que considerou um opositor no grupo foi Lúcio.

Ao obter informações sobre Valdir e ter checado o plano, Auricélio, por um lado despertou uma “boa impressão” em Bernardo e Fernando, mas por outro desagradou Lúcio. Na ocasião que se reuniram, o assunto esteve centrado em Valdir e as implicações sobre o plano, advindas das informações que Auricélio levantou sobre ele. Todos estiveram de acordo que deveriam estar atentos as suas atitudes, e exigir esclarecimentos sobre seu relacionamento com Angélica. Era necessário saber se a recepcionista estava participando do plano como sua parceira ou como sua vítima. Por outro lado, os crimes cometidos por Valdir mostravam sua esperteza e experiência com negócios ilegais.

Nesta reunião, depois de terem falado sobre as implicações do passado de Valdir como um “ladrão de corações de solteironas” para o plano de roubar a SCT, de acordo com Bernardo, ele próprio, Fernando e Francinaldo, foram testemunhas do primeiro, de uma série de desentendimentos e embates de egos, entre Lúcio e Auricélio.

Lúcio alega que Auricélio foi desrespeitoso, tendo checado informações sobre um plano que já estava em andamento e do qual ele ainda não fazia parte. Vejamos trechos de sua fala se remetendo a ocasião:

O cara ainda tava entrando no negócio, nem tinha entrado ainda, ia ser parceiro nosso, eu achei importante colocar os pingos nos i's, para ele não fazer coisas piores depois. Eu achei uma puta de uma falta de consideração da parte dele. Meu, a gente teve a consideração de chamar, de botar ele no negócio. Aí ele vem, todo no salto alto, todo cheio de marra, veio na arrogância falar que foi checar tudo que eu tinha feito. Eu tinha passado quase um mês em Recife trabalhando duro, e o cara simplesmente foi conferir, se eu tinha feito o dever de casa. Eu achei falta de consideração. Quando o Francinaldo lá, falou de botar ele na fita, o Bernardo não quis, a gente teve que argumentar

um monte lá com o Bernardo pra ele aceitar. E eu não falei nada. Eu nunca tive nenhum preconceito com ele, mas aí ele veio, querer dar uma de sabe-tudo, eu fiquei extremamente surpreso, não esperava que ele fosse assim (Trecho de entrevista com Auricélio, realizada no dia 02 de agosto de 2007).

Na ocasião que discutiram sobre o assunto, Auricélio alegou que checar informações é uma atitude que o torna mais seguro sobre o dinheiro que vai aplicar na operação.

O bonito chiou, não gostou não, porque eu tinha ido me informar sobre a empresa, achou que eu tava me metendo onde não devia. Mas eu tinha que checar tudo, pra saber se valia a pena entrar no bonde. Ele disse que eu não tive consideração a ele. E eu expliquei pra ele, na frente dos outros, que eu sei respeitar quem trabalha comigo. Acontece que eu não conhecia ele. Eu disse que quando você entra em um negócio com pessoas que você não conhece, você tem que deixar as coisas claras no primeiro momento. Tudo o que eu tenho eu me esforcei pra ter. Meu dinheiro, você sabe que é dinheiro sujo de roubo, mas não é dinheiro que caiu do céu, é dinheiro suado. Tudo o que veio para mim foi com esforço, nada caiu na minha mão, vindo do céu. Então, eu só invisto meu dinheiro se o negócio valer a pena. E também, tem aquela história não é, de que a primeira impressão é que fica. Então, eu procuro mostrar que eu não confio de olhos fechados, só porque um bonito disse que vai dar certo. Se me chamam pra ir, em um bonde que já tá andando, eu vou querer estudar cada detalhe, do que foi feito para ver se tem falhas. Eu não me importo de gastar meu dinheiro, R\$100, R\$200, já gastei até R\$ 300 mil, mas eu só boto meu dinheiro se eu vir que é um negócio que vai dar certo. Eu mostro que eu não aceito serviço mal feito. Eu mostro logo que não vou seguir ordens que vou querer saber e que vou querer dar minha opinião sobre tudo o que está acontecendo (Trecho de entrevista com Auricélio, realizada no dia 20 de maio de 2007).

Atento ao conteúdo expressivo de suas atitudes, inclusive nas disputas no interior das equipes de assaltantes que integra, certamente desconfiar das habilidades e infalibilidade dos planos elaborados por Lúcio foi uma maneira de Auricélio se impor e se mostrar rigoroso. Embora tenha elogiado as estratégias de abordagem que seriam colocadas em prática contra a SCT, questionar a competência de Lúcio, ao invés de tomá-la como fato consumado, provavelmente fez com que este último sentisse sua *fachada* de “mentor intelectual” abalada, diante dos colegas.

Eu acho exagero o que alguns amigos me falam, que eu sou paranormal que tudo que eu faço dar certo, mas eu encaro como uma forma de respeito por mim. Eu não consigo trabalhar, não consigo bolar bem os planos, quando tem alguém que não confia em mim, que fica questionando as minhas artimanhas. Os caras que me conhecem, quando eu falo que me responsabilizo, eles não perguntam, nem querem saber como vai ser, só querem saber o que tem que fazer, o que vão gastar, pois eles sabem que se pôr na minha mão, eu faço o dinheiro voltar dez ou vinte vezes mais, eu nunca pus ninguém em furada. E o fazendeiro (Auricélio) me encheu o saco porque ele tava me ofendendo, e os outros caras que me conheciam há anos, não percebiam, falaram que eu tava louco, que o cara não tinha feito nada demais (Trecho de entrevista com Lúcio, realizada no dia 14 de maio de 2008).

Mesmo sem ter atenuado o fascínio de Bernardo e Fernando por seu antigo colega, Auricélio fez Lúcio cogitar que isso pudesse acontecer, quando os dois discordaram dele, afirmando que o assaltante alagoano não o havia desrespeitado. Um trecho da fala de Bernardo sinaliza a discordância:

Lucio ficou ofendido. Eu e Fernando falamos que o cara tava certo, o cara não conhecia ele. Tava certo de ter ido ver se tava tudo certo. Às vezes eu fico brincando com ele e falo pra ele que ele é meio vedete, sabe? Ele só fica feliz quando recebe aplausos. Ele gosta de aplausos. Ele tava acostumado, a gente e mais um monte de gente, fechar os olhos e confiar nele, em tudo o que ele dizia, porque a gente sabe que ele é ponta firme. Mas a gente já tem um histórico com ele. Nós já o conhecíamos e sabemos que ele não falha. Todo mundo que conhece ele, sabe que ele não falha, mas o cara não conhecia, tinha que querer saber mesmo. Tava certo (Trecho de entrevista com Bernardo, realizada no dia 12 de abril de 2007).

Tendo sua competência questionada por Auricélio, Lúcio passa a sentir alguma insegurança sobre a manutenção da *fachada* de “mentor intelectual que nunca erra”. O ingresso do alagoano na equipe que planejava assaltar a SCT, foi fator que redimensionou relações e alterou posições no interior do grupo. Ele entrou no negócio como um importante “sócio”, já que viabilizou o transporte das armas, cedeu um caminhão e um motorista para trazer armas e equipamentos da região metropolitana de São Paulo para Recife. Em sua primeira reunião com os outros participantes do plano, apresentou informações novas sobre a empresa. Demonstrou, portanto, ter dinheiro para investir e competência para tomar parte no empreendimento. Para Auricélio, sua entrada na equipe fortaleceu a posição de Francinaldo, segundo ele, seu amigo, apesar de ter sido procurado pelo “fiteiro”, acatava todas as decisões

“dos paulistas” por ser um iniciante na organização de grandes assaltos. Fernando e Bernardo, assaltantes experientes, comparsas de Lúcio há vários anos, ficaram positivamente impressionados com Auricélio e, de acordo com os relatos de ambos, trataram de amenizar discordâncias entre ele e Lúcio. Os grandes opositores na equipe foram Lúcio e Auricélio.

Se até então Lúcio deliberava livremente sobre detalhes e características gerais do plano, com o ingresso de Auricélio na equipe, ele passou a explicar a viabilidade de cada procedimento aos outros participantes do “negócio”. Segundo ele, acabou aceitando ser cobrado e questionado porque acreditou que o alagoano tivesse qualidades que o autorizavam a pedir explicações:

Eu não sou uma pessoa doente de vaidade, não sou. Não sou de forma alguma. Se eu fosse, eu teria saído do negócio. Não tinha tido paciência. Porque foi agressivo o que ele fez, sim, eu achei agressivo, sim. Eu topei continuar, sabendo que ia ter que ter muita paciência. Ele só falava que eu queria saber tudo, mas não era verdade. Eu evitava explicar o porquê de cada coisa, não era por ser convencido, era porque ninguém exigia isso. Os caras confiavam em mim. Mas ele ficava perguntando, perguntando, eu respondia. Eu ficava puto porque ele perguntava na frente dos outros pra me desafiar. Eu só aturei porque muita gente me falou que ele era um cara direito. E quando a gente chegou em Recife, ele mostrou mesmo isso. O fazendeiro não brincava em serviço e não cansava, trabalhava durante o dia e a noite, sem reclamar. Ele fez a parte dele. Na casa do gerente, eu não fiz nada, eu fiz o tesoureiro e ele se responsabilizou pelo gerente e fez tudo direito, foram duas famílias e ele tirou de letra. Nos só fizemos aquela parada com oito homens porque dos oito, tinha uns quatro que valia por dois ou três, o fazendeiro, valia por uns três, eu reconheço (Trecho de entrevista com Lúcio, realizada no dia 14 de maio de 2008).

Segundo Auricélio, durante a divisão de tarefas para o dia em que invadissem a SCT, Lúcio propôs que Fernando e Valdir entrassem escondidos no carro de José Firmino, e o próprio Lúcio e Bernardo chegassem alguns minutos depois, alegando irem à uma reunião com o gerente. Nesta ocasião, Auricélio disse ter discordado da definição de atividades e propôs “aos paulistas” que dos quatro homens que teriam acesso à empresa e ao cofre, dois seriam escolhidos por ele próprio e os outros dois por Lúcio. Assim, ficou decidido que Francinaldo e Fernando entrariam no carro com José Firmino, sendo que Auricélio e Bernardo se fariam passar, nos portões da empresa, por funcionários de uma rede de óticas.

Situações de confronto de opiniões, seguidas por concessões e acordos, entre Auricélio e Lúcio, refletem que posições e hierarquias nas equipes que se formam para

realização de assaltos de grande porte são dinâmicas. Embora haja uma horizontalidade na relação entre os participantes do plano, já que as formas de conduzir a operação são discutidas, tarefas são divididas a partir de um consenso. Em cada grupo, alguns costumam ter maiores poderes e acabam por impor suas opiniões aos demais. Elementos como informações sobre o alvo, criatividade para elaborar estratégias de abordagens e fugas, dinheiro para investir na operação, armas e veículos que serão utilizados, entre outros, estabelecem hierarquias e fortalece posições no interior de equipes de assaltantes, concedendo aos seus detentores o respeito dos colegas, poder de opinar e decidir sobre procedimentos. Entretanto, o poder de tomar decisões e de ter suas opiniões acatadas quase sempre é redefinido e negociado, durante o período de viabilização do plano.

Em se tratando da divisão das quantias roubadas nos assaltos, como vimos, no caso da SCT, a partilha foi feita em partes iguais entre os oito participantes. Todavia as proporções do montante adquirido cabíveis a cada assaltante costumam variar de acordo com as relações estabelecidas no interior da equipe e às distribuições de tarefas e gastos.

Entre os entrevistados, há opiniões divergentes sobre os valores concernentes a cada um dos integrantes. Bernardo, por exemplo, considera equipes de assaltantes agrupamentos heterogêneos, onde alguns têm papéis mais importantes na organização da operação, desenvolvendo uma maior quantidade de tarefas, estes, segundo ele, acabam investindo maiores quantias do que os que aderem ao plano posteriormente. Para Bernardo, é justo que às pessoas que executam um número inferior de funções e investem menores quantias, fiquem com uma soma menor, na divisão do dinheiro adquirido, do que aqueles que “trabalharam” no plano, desde o início. Vejamos sua fala, referindo-se ao assalto contra a SCT:

Por exemplo, na parada lá de Recife, o justo seria que a gente tivesse acertado um valor com Benício, Wilson e Valdir, digamos assim uns trezentos mil com cada um, assim nós cinco que trabalhamos mais, que organizamos tudo, cada um ia ficar com uns R\$ 900 mil, quase um milhão para cada um, Esse teria sido o justo. O Valdir era o fiteiro, ele que primeiro teve a idéia do negócio, mas ele não tinha um centavo, não gastou nada no serviço. Já o Francinaldo arrumou os carros que a gente andava, ele trouxe Valdir até a gente, ele também merecia ser sócio, eu, Lúcio e Fernando, gastamos nosso dinheiro e bolamos todos os passos, fomos os caras que deu vida e planejamos quase tudo, e o Auricélio, também foi sócio, depois que ele entrou no negócio, tudo que fizemos usamos o dinheiro dele, ele abriu o bolso, foi outro que fez a coisa funcionar. Então os cinco, a gente era os

sócios. Se a gente tivesse feito assim, tirava o que gastamos, foi uns cento e cinqüenta mil a duzentos de despesa, não lembro direito, dava trezentos pra cada um dos três, ou mesmo duzentos, duzentos e cinqüenta tava bem pago. Ai a gente tinha ficado os cinco, com uns duzentos mil a mais, tinha sido mais justo (Trecho de entrevista com Bernardo, realizada no dia 03 de abril de 2008).

Lucio, por sua vez, prefere dividir os ganhos dos assaltos em partes iguais, entre os participantes da ação.

Eu defendo que tem que dividir igual, porque eu penso assim, esse nosso ramo mais importante do que o cara ter o dinheiro pra investir, a qualidade maior que ele pode ter, é ter coragem de botar a batata pra assar. Então, mesmo que um cara que tá trabalhando comigo, ele não tenha dinheiro pra gastar no assalto, mesmo que ele seja duro, ele merece receber o mesmo valor que todos. Sabe por quê? Porque ele teve coragem de botar o dele na reta. Nosso negócio não é como as empresas normais, que o capital é o dinheiro, pra mim, o maior investimento que um cara faz no nosso ramo é o da vida dele, ele tá correndo um risco, pra mim esse é o maior investimento que alguém pode fazer, ele tá se arriscando a perder a paz dele, ser preso, isso aí não tem dinheiro que seja mais importante. Por isso eu sempre divido o dinheiro que eu pego igual pra todas pessoas, pela quantidade de gente que trabalhou comigo. Todo mundo fica satisfeito. E não faça essa cara, porque eu não sou bonzinho. Na verdade, eu sou precavido. Porque fazer isso? Isso também é investir, é investir na sua paz, porque não tem nada mais perigoso do que ladrão com raiva. Se eu peguei dez milhões, e dou só cem mil pra um cara que trabalhou comigo, ele fica vendo o jornal, e vendo que eu peguei 10 milhões, ele fica puto da vida comigo, vai achar que foi explorado, e ladrão quando quer prejudicar outro ele dar um jeito de ferrar com o cara. Pode ter certeza. Ele vai fazer um acordo com um Policial, e vai armar uma cruzeta pra mim, ele vai dizer pro cara onde você tá, ali o Policial vem e toma seu dinheiro e dá uma parte pra ele. Acontece que quando o ladrão tá lá te caguetando pro Policial, naquela atitude, ele tá pensando que tá fazendo justiça, porque ele vai tá pensando que tá recuperando o dinheiro que podia ser dele e que você não deu. Então, resultado, você deu cem mil pro cara e ficou com um milhão pra você. Daí, mais umas semanas, você se ferra. Eu prefiro dividir igual pra todo mundo, acaba todo mundo satisfeito, sem queixas e sem melindre. Tou errado? Tou certo! (Trecho de entrevista com Lúcio, realizada no dia 14 de maio de 2008).

Lúcio se refere a uma espécie de “acordo” que praticantes de assaltos, por vezes, fazem com policiais. Estes revelam o paradeiro de outros assaltantes que detêm

elevadas quantias. Assim, o policial os aborda e exige um determinado valor em dinheiro para deixá-los continuar fora da prisão. Parte do dinheiro adquirido com a extorsão é dado ao delator. A atitude de revelar o paradeiro do fugitivo ao policial costuma ser chamada, entre praticantes de atividades ilegais, de “cruzeta” ou “cagüetagem”. O pagamento que é feito aos policiais, para continuarem livres, é chamado de “acerto”. Tais negociações ilegais também são feitas com alguns delegados de Polícia, nas ocasiões em que são capturados. Segundo meus interlocutores, quando suas prisões ocorreram sem que jornalistas tomem conhecimento, nem venham a noticiá-las, quase sempre conseguiram fazer “acertos” com delegados de Polícia, estes aceitam deixá-los em liberdade, em troca de dinheiro. A maior parte dos entrevistados afirmou que eles próprios, ou colegas de quem são próximos, sofreram extorsões aplicadas por policiais ou negociaram a anulação de suas prisões com delegados de Polícia. Também foram relatados acordos, efetuados por seus advogados, com juízes nos quais, assaltantes, mediante pagamento de elevadas cifras a representantes da Justiça, conseguiram o livramento condicional, antes de ter cumprido um terço de suas penas estabelecidas em julgamento, período mínimo estipulado pelo código penal para o usufruto do benefício.

No vocabulário policial, há duas denominações recorrentes para as coalizões que se formam com intuito de realizar assaltos: “quadrilhas” e “grupos de assaltantes”. Ambas remetem à coesão interna, homogeneidade e relações duradouras. Para a análise da sociabilidade que se desenvolve entre protagonistas de ações criminosas de grande porte, como a da SCT, apresentada no capítulo anterior, estas nomeações devem ser problematizadas. Há evidências de que tais “quadrilhas” são situacionais, com duração pré-determinada e os critérios de sua formação são estabelecidos por características do plano criminoso em elaboração e suas demandas, tais como o investimento de um determinado valor na infra-estrutura da ação por todos ou alguns integrantes, a propriedade de certo tipo de armamento necessário à execução do plano, habilidades “profissionais” específicas, dentre outras.

No período de organização de um assalto se estabelece convívio entre os componentes das equipes. Neste processo, ocorre de se desenvolverem conflitos, rivalidades e, mesmo, afinidades entre “colegas de trabalho”. Alguns nunca se viram antes e chegam a compor um mesmo “grupo”, somente porque têm amigos em comum. Quando se identificam afinidades ou simpatia mútua entre dois ou mais assaltantes, ocorre destes voltarem a atuar juntos em “negócios” futuros. De maneira geral, são pessoas que se associam com o objetivo de organizar e executar grandes assaltos, não necessariamente, havendo uma afinidade pessoal

ou entrosamento generalizado entre elas. A natureza de seus vínculos é profissional, eventual e de cooperação técnica.

São coalizões temporárias. Embora ocorra de parte da equipe permanecer atuando junta em assaltos posteriores, não há nenhuma regra ou trato estabelecendo que seus integrantes devam manter o agrupamento em atividades que serão desenvolvidas depois que a operação, no qual estão “trabalhando”, for concretizada. Não raro, assaltantes possuem vínculos de favores e dívidas de gratidão com outros, fazendo-os se sentirem obrigados a convidar ou aceitar convites de seus benfeitores para assaltos. Todavia são laços que prendem pessoas a outras pessoas, mas não as vinculam ao “grupo” como célula social. Além de motivos, como desentendimentos ou competição sobre formas de atuar, há contingências inerentes ao caráter ilegal e arriscado do ofício de assaltar, que inviabilizam a manutenção de um grupo. Ocorre de pessoas serem capturadas durante ou depois de um assalto ou de mudarem de residência por medo de serem localizadas pela Polícia, evitando participar de crimes por um período. Mortes desencadeadas por inimizades com colegas ou em confrontos armados com policiais também não são acontecimentos tão raros (Aquino, 2004).

Estes “grupos”, recorrentemente chamados pelas Polícias brasileiras de “quadrilhas interestaduais de assaltantes de bancos”, refletem uma tendência contemporânea mundial, apontada por Castels (1996), nas sociedades contemporâneas, de se organizarem em redes de grande abrangência espacial, cujas transações ocorrem em impressionante velocidade. Castels enfatiza que inovações tecnológicas, principalmente nos setores de transporte e comunicação, vêm produzindo consideráveis mudanças, não só na economia, mas no mundo dos saberes e relações sociais. Tais avanços possibilitaram a intercomunicação e cooperação entre empresas e profissionais situados em diferentes continentes e ramos de atuação. O autor utiliza o termo “rede” para denominar a morfologia destas ligações difusas (Castels 1996).

Em *O Ilícito*, Moisés Naim assinala que as incontáveis inovações tecnológicas que encolheu distâncias e acelerou processos de produção no mundo legal, também foram apropriadas por praticantes de atividades ilegais. Crimes como pirataria, lavagem de dinheiro e tráfico internacional de armas passaram a se constituir em atividades de dimensões internacionais e a movimentar quantias bilionárias (Naim, 2006). Acredito que a composição e o modo como atuou a equipe de assaltantes que estou analisando também sejam ilustrativos da mobilidade e sofisticação possibilitada por avanços tecnológicos. Demonstrando facilidade de trânsito e trocas entre diferentes atividades ilegais, meus interlocutores recorrem a contrabandistas de armas, falsificadores de documentação e a

serviços de oficinas mecânicas, que modificam carros roubados e alteram suas placas. A atuação criminosa em diferentes estados e regiões e, menos recorrentemente, em países vizinhos, é possibilitada pelas facilidades de locomoção. Tive conhecimento de assaltantes que alugam jatinhos e percorrem várias cidades, identificando possíveis “negócios”. São “profissionais” do crime que, corriqueiramente, atuam contra alvos situados a milhares de quilômetros de suas residências. O encolhimento de distâncias propiciado por avanços das tecnologias de comunicação e transporte constitui um dos fatores que favorece e impulsiona a realização de roubos de grande porte.

Em sintonia, portanto, com a desterritorialização das relações e vínculos, verificada em diversos domínios de ações e relações no mundo contemporâneo, algumas equipes de assaltantes figuram como coalizões profissionais, que aglutinam pessoas nascidas ou residentes em diferentes regiões e estados do Brasil. Tratam-se de agrupamentos de caráter profissional que não se mostram capazes, nem objetivam, construir coesão ou identidade como um “grupo social”. Não há em princípio, por parte de seus integrantes, pretensão de continuidade ou manutenção de vínculos duradouros, sobretudo, nas esferas afetivas e não “profissionais” da vida. A natureza de suas ligações é circunstancial. Não costuma haver acordos ou projetos de longo prazo que vinculem os componentes em laços duradouros, na condição de membros de um coletivo. A razão do convívio é o desenvolvimento de atividades situadas no domínio profissional, visando ganho material.

Os “profissionais” que atuaram em conjunto para a realização do assalto contra SCT, por exemplo, mesmo tendo em comum, a opção por desenvolver atividades ilegais e de grande porte, tratava-se de pessoas com costumes e aspirações díspares, remanescentes de diferentes modalidades de crime e socializadas em universos simbólicos os mais diversos. A dimensão interestadual daquela “quadrilha” temporária se verifica não somente na heterogeneidade dos locais de nascimento ou residência dos integrantes, mas se expressa também na alteridade da relação que se estabeleceu entre agentes, imersos em diferentes mundos de significados. Evidenciaram-se disparidades que modelam suas concepções sobre estratégias de ação “profissional” e juízos sobre atitudes tidas como respeitadas ou ofensivas, diante dos comparsas.

Ao se aglutinarem para a realização de um roubo, assaltantes em geral estão interessados na aquisição de elevadas quantias, em curtos intervalos de tempo. Porém, as formas de compreensão sobre as destinações adequadas para o dinheiro adquirido, também são ilustrativas das homéricas diferenças entre eles.

Para Bernardo, um dos meus interlocutores, cujo raciocínio apresentei anteriormente, predomina no universo dos assaltos contra instituições financeiras dois tipos: “o assaltante top” e o “assaltante-pistoleiro”. Os primeiros teriam origens ou vivências urbanas e se dizem “modernos” e outro “tipo” engloba pessoas nascidas e crescidas na zona rural ou em pequenas cidades interioranas da região Nordeste, cujos procedimentos e visões de mundo remetem ao sertão com seus valores e formas de afirmação.

Tendo desenvolvido contato direto com assaltantes, naturais de estados localizados nas cinco regiões do país, estou inclinada a acreditar que a dualidade de tipos apontada por Bernardo, de fato, se manifesta no “mundo dos grandes assaltos”. Porém se faz eloqüente não nas formas de atuar, estas apresentam uma complexidade maior que não se esgota na associação de “ladrões top” aos “assaltos no sapatinho” e “assaltantes pistoleiros” às ações “no vapor”. A oposição entre dois tipos de assaltantes, sublinhadas por meu interlocutor, manifesta-se com bastante proeminência na destinação concedida às quantias adquiridas nos assaltos.

Não raro, com a prática de ações criminosas, pessoas acumulam dinheiro e propriedades, algumas chegam a abandonar as atividades ilegais, passando a se dedicarem à administração dos bens adquiridos. Em larga medida, a forma como estes agentes que se consideram “novos ricos” investem seu dinheiro e os bens de consumo que adotam para insígnias de suas posições econômicas elevadas demonstram a diferença de concepções acerca do que seja a *fachada* adequada a um “rico”. Verificam-se dois modelos bem demarcados.

É recorrente os residentes em grandes cidades do Sul e Sudeste adotarem um estilo de vida urbana, investindo seus milhões em luxuosos imóveis, na capital de seus estados e em municípios litorâneos, dentre outros investimentos. Há uma clara inspiração em “foras da lei” dos filmes hollywoodianos. Os personagens do longa metragem *Onze homens e um segredo*, Daniel Ocean e Dusty Rian, interpretados por George Cloney e Brad Pitt, foram citados por alguns dos meus interlocutores como modelos de sucesso e *glamour*, são “bandidos” bonitos e inteligentes, que organizam fabulosas operações de assaltos e vivem luxuosamente.

Os autodenominados “ladrões top” com os quais tive a oportunidade de conversar, quase sempre escolhem residir e manter negócios, em grandes cidades onde conseguem permanecer anônimos, prezam a impessoalidade das relações, acreditando, com isso, evitar que outras pessoas tomem conhecimento de suas atividades criminosas ou questionem a origem dos seus patrimônios. Alguma uniformidade também se manifesta no

cuidado com o corpo, sendo freqüente apresentarem porte atlético e musculatura trabalhada nas academias de ginásticas.

Por sua vez, assaltantes de origens rurais costumam residir em cidades de médio e pequeno porte. Utilizando nomes falsos, optam por viver distante dos seus locais de nascimento. Quase sempre compram fazendas e imóveis, ou abrem comércios nas proximidades de suas novas residências. Uma aquisição bastante recorrente entre estes criminosos enriquecidos são carros de tração nas quatro rodas, tais como *Hillux* da *Toyota* e *Blazer* da *Chevrolet*, entre outros modelos. De acordo com Lopes, no referido trabalho sobre “novas formas de criminalidade no Nordeste”, estes veículos são tidos como bens distintivos de pessoas de elevado poder aquisitivo no interior do Nordeste, tais como fazendeiros, políticos, juizes e promotores de Justiça (Lopes, 2006).

Vivendo em municípios de poucos milhares de habitantes e figurando como pessoas de posses no lugar, costumam ser questionados sobre origens familiares e procedência de suas fortunas. Nestes contextos, a versão que difundem sobre suas vidas passa a ser a dos personagens que criam. Embora entre os que optam por viver em contextos urbanos também seja necessário utilizar documentação falsa e fornecer informações inverídicas quando interrogados sobre suas atividades passadas, para quem vive em cidades menos populosas, nas quais as relações face a face tendem a adquirir conotações subjetivas com uma freqüência maior, o grau de exposição de suas “máscaras” e necessidade de elaborar estratégias para manutenção de *fachadas* é mais presente.

Se aqueles que adotam um estilo de vida de milionários das grandes cidades têm uma clara inspiração em sofisticados criminosos, personagens de filmes, os que se pretendem “magnatas” do mundo rural procuram reproduzir estilos de vida e modelos de *fachadas* de fazendeiros e de políticos interioranos. Pude perceber em alguns assaltantes, remanescentes dos crimes de pistolagem, com quem tive proximidade, a busca por imitar os “mandantes” de mortes que executavam, manifestando-se em expressões corporais, entonação da voz e aquisição de alguns bens de consumo. A narrativa de um dos meus interlocutores, de alguma maneira, ilustra a busca de se parecer com o antigo patrão:

Eu não sou de ter vaidade e nem de ter inveja de ninguém, não sou mesmo. Mas um negócio que me fez ficar com aquilo na cabeça, foi um dia, um domingo de manhã, eu trabalhava, eu fazia a segurança. Meu patrão era um deputado, e ele tinha uma fazenda muito grande. Ele criava muitas ovelhas. E nesse domingo eu vinha chegando com ele numa F-1000 cabine dupla, isso já faz muitos anos. Eu vinha dirigindo o carro, e a gente passou cortando aquela multidão de

ovelhas. Ó rebanho bonito. Eu achei um negócio bonito de ver aquilo. Eu pensei comigo. Quando eu tiver dinheiro eu quero ter ovelhas. E foi a único capricho que eu tive com meu dinheiro, eu comprei uma F-1000 preta e até hoje crio ovelhas. Mas não tem preço, é uma alegria que não tem preço, chegar na minha fazenda e ser recebido por uma cena daquela, o carro passando e as ovelhas correndo. É bonito demais (Trecho de entrevista com João Assis, realizada no dia 12 de janeiro de 2004).

Além de carros sofisticados e propriedades rurais, há outros acessórios de uso pessoal associados à *fachada* de fazendeiros e políticos, tais como grandes relógios de pulso dourados e ostensivas correntes de ouro, adornando o pescoço. Estes objetos passam a ser usados também por aqueles que acumulam dinheiro e bens com a prática de assaltos contra instituições financeiras.

Evidencia-se que a condição comum de assaltante entre integrantes de “quadrilhas interestaduais” convive com uma expressiva alteridade, não só referente a estilos de efetuar assaltos, mas também a objetivos, visões de mundo, formas de conceber e procurar incorporar padrões de vida tidos como desejáveis. As características da interação social possibilitada por estes “grupos”, junto com as notórias diferenças entre seus integrantes, possibilitam uma vasta *região de fachada*, ou seja, aqueles espaços onde o ator social se considera diante de uma *platéia* e sente necessidade de mobilizar suas estratégias de “representação”.

Sem ter a pretensão de criar vínculos duradouros ou, de estender afinidades do campo profissional para outros domínios da vida, as formas de sociabilidade dominantes em equipes “interestaduais” que se formam para organizar grandes roubos tendem a fomentar o distanciamento, a competição e o conflito na relação dos seus componentes entre si. Não necessariamente havendo relações de proximidade, é intensificada a necessidade de elaborar e manipular conteúdos expressivos na interação face a face, por parte de cada participante destes agrupamentos. Assim, posições e hierarquias são estabelecidas pela dramatização de qualidades e saberes.

Como vimos, entre os participantes da operação contra a SCT, a entrada de Auricélio no grupo provocou uma reconfiguração de posições. Segundo Bernardo, até então, Lúcio se sentia e era tido pelos outros como uma espécie de líder, com autonomia para tomar decisões sem consultar ou dar explicações. Fernando e Bernardo eram seus amigos e nutriam por ele admiração e confiança, os outros dois (Valdir e Francinaldo), embora não o conhecessem a muito tempo, também confiavam em Lúcio e aceitavam suas opiniões sem

questionar. Auricélio veio abalar este domínio, estabelecendo com ele uma relação de competição. O assaltante alagoano era amigo de Francinaldo há vários anos e este passou a agir como seu aliado diante dos outros, posteriormente Benício passa a fazer parte da “quadrilha”. Embora não fossem amigos de Auricélio, Bernardo e Fernando o consideravam um “profissional” competente. Lúcio me disse que se irritava com a postura conciliadora que os dois adotavam quando ele e Auricélio se desentediavam. Suas discussões eram provocadas por constantes perguntas feitas por Auricélio, este queria ser informado dos procedimentos e decisões de Lúcio. A bipolaridade no interior daquela equipe se tornou nítida. Durante a execução do plano, Auricélio seqüestrou o gerente da empresa e, Lúcio, o tesoureiro. Na ocasião de determinar quais seriam os quatro homens que entrariam na sede da SCT para o roubo do dinheiro, dois foram escolhidos por Auricélio e dois por Lúcio.

Esta reconfiguração nas relações de poder no interior da *quadrilha* que roubou a SCT remete à classificação apresentada por Erving Goffman (1992) entre *região de fachadas* e *região de bastidores* e coloca em relevo o seu caráter dinâmico. Na análise do autor, esta divisão não é fixa, nem é demarcada a partir de espaços físicos, mas se define pela percepção dos atores sociais: se estes sentem ou não sentem necessidade de construir e acionar suas *fachadas* diante de uma determinada platéia. Assim, um dado espaço físico ou encontro presencial pode ser classificado de maneiras diversas pelos diferentes interactantes, sendo que alguns o percebem como *região de bastidores* e outros como *região de fachadas*. Também pode ocorrer do andamento de uma determinada situação interativa desencadear nos agentes mudanças na forma de percebê-la. Por exemplo, um encontro presencial pode ser visto por algum(s) dos participantes como *região de bastidores* em uma dada ocasião e, posteriormente, tornar-se *região de fachada* ou vice-versa. Como vimos, antes do assaltante alagoano tomar parte no “negócio”, Lúcio, vivenciava os preparativos e organização daquela operação, situando-se nos *bastidores*, domínio da ação tratado por Goffman (1992) como um espaço onde os atores sociais se consideram livres da necessidade de representar. Ele sentia sua posição de “mentor intelectual” consolidada, tinha legitimidade para decidir sobre o desenvolvimento do plano. Porém, o ingresso de Auricélio na equipe e o sucesso de sua *fachada* fazem com que Lúcio passe a compreender as diferentes situações de convívio e interação com os outros participantes do plano, como *região de fachada*. Além de sentir necessidade de parecer seguro e dramatizar sua competência diante de Auricélio, a cordialidade que seus amigos demonstravam ao assaltante alagoano incomodava Lúcio, levando-o a querer reafirmar suas “qualidades” perante Fernando e Bernardo.

A posição de poder que Auricélio conquistou entre os comparsas durante a organização daquele assalto foi surpreendente, pois ele entrou em uma equipe que já estava formada, cujo plano de assalto já tinha sido elaborado e suas atividades iniciadas. A partir de um cuidadoso desempenho dramático ele conseguiu abalar a liderança de Lúcio, um assaltante “famoso” e respeitado no mundo dos grandes roubos. Em sua fala, é possível perceber que na articulação do crime contra a SCT, sua *região de fachada* estava demarcada pela presença “dos paulistas”. Ele programava minuciosamente seu comportamento diante de Lúcio, Bernardo e Fernando.

Eu acho que a gente deve pensar muito em tudo o que a gente faz e fala na frente dos outros porque a gente se conhece, mas os outros não sabem quem a gente é, então o que eles vão pensar de você é pelas coisas que você diz e as coisas que você faz. Eu mesmo, sou muito atento ao jeito das pessoas. E eu sei que não sou só eu que sou observador, todo mundo é observador.(...) Eu tinha a atenção redobrada na frente dos paulistas. Aqueles caras procuravam ver alguma coisa que eu fizesse errado, pra poder ter assunto pra falar mal de mim. Mas não sou besta, eu me policiava. Eu me mostrava o homem mais cuidadoso da face da terra, era atenção redobrada na frente deles. (Trecho de entrevista com Auricélio, realizada no dia 26 de dezembro de 2007).

As habilidades expressivas se afirmam, portanto, como um elemento de relevância na viabilização das complexas operações de assaltos contra instituições financeiras, não só diante das pessoas com quem os participantes do crime precisam interagir para viabilizar o roubo, mas também durante as interlocuções destes agentes entre si, na definição de hierarquias e conquistas de posições favoráveis, no interior das chamadas “quadrilhas interestaduais”.

O desenrolar da interação entre assaltantes, que estive analisando, é reveladora da sociabilidade dominante no mundo dos grandes roubos. Tratam-se de relações que refletem e se ajustam a contextos e tendências dos mundos contemporâneos, das chamadas “sociedades em rede”. O desenvolvimento de sofisticadas atividades criminosas promove convívio e vínculos circunstanciais entre pessoas, separadas por longas distâncias espaciais ou imersas em universos simbólicos díspares. A natureza das relações constitutivas de tais agrupamentos e os objetivos que os engendram leva seus integrantes a explorarem os componentes dramáticos de seus comportamentos. O caráter temporário e instrumental destes “grupos” faz com que as *regiões de fachadas* tenham primazia, em detrimento das *regiões de bastidores*, identificadas com contextos e situações em que os atores podem ser espontâneos.

Capítulo 4 - Risco e *Liminaridade* no cotidiano de assaltantes “profissionais”

O contato direto com pessoas que adotam a prática de sofisticados assaltos como atividade econômica e estratégia de ascensão social possibilitou a compreensão dos impactos desta escolha sobre suas rotinas. Durante a realização desta pesquisa, ouvindo relatos de “aventuras” e narrativas autobiográficas destes agentes, identifiquei singularidades em suas trajetórias, decorrentes do “ofício” criminoso que desenvolvem.

“Assaltantes profissionais” quase sempre estão foragidos da Polícia e a iminência de serem localizados e presos é um componente do cotidiano destas pessoas. Suas vidas vão se definindo na tentativa contínua de escapar às punições respectivas aos crimes que cometem. São recorrentes as mudanças de endereço e a adoção de documentos falsificados. Com base em identidades fictícias, constroem personagens que funcionam como versões de si, encenadas em contextos, em que seus nomes oficiais não são conhecidos. Mobilizam-se estratégias para manutenção e administração de capitais, bens e propriedades, adquiridos por meio de assaltos realizados. Tais prerrogativas, quase sempre, envolvem a participação de cônjuges, familiares e amigos que atuam como “laranjas” na gestão de patrimônio.

Negociações com policiais e juízes corruptos, além de possibilitar a “compra” de liberdade jurídica, determinam o relacionamento “peculiar” destes “foras da lei” com as instituições Polícia e a Justiça.

Entre “nós” cidadãos “dentro da lei”, que não adotamos a prática de crimes como ocupação de rotina e atividade econômica, a legitimidade da Polícia e do Judiciário está questionada por escândalos de corrupções, envolvendo agentes policiais e magistrados. Todavia, em aspectos gerais, os papéis destas instituições - da Polícia como força destinada a prender “bandidos” e da Justiça como instância competente para avaliar partes em contenda e determinar sanções para infrações à lei - ainda estão assegurados e tidos como legítimos. Cotidianamente quando nos sentimos amedrontados ou ameaçados, falamos em “chamar a Polícia”; quando acreditamos que estamos sendo lesados ou estamos indignados com uma situação ameaçamos “processar” nosso(s) oponente(s).

Quem opta por viver “fora da lei” opera um deslocamento não só de lugar social, mas também nas formas de interpretar a infração e significar instituições centrais de nossa sociedade. Na condição de “criminosos foragidos”, os entrevistados declararam que usualmente estabelecem acordos com policiais, delegados, promotores e juízes. Com policiais e delegados, costumam negociar quando são capturados, estes lhes cobram determinadas quantias para não efetuar suas prisões. Pagamentos a juízes e promotores são feitos durante julgamentos ou quando estão presos e almejam adquirir livramento condicional, sem ter cumprido um terço da pena que lhe foi atribuída em juízo¹⁶. A recorrência com que desenvolvem tais negociações os leva a interpretar estas instituições e seus agentes a partir de um ângulo diferente do que estamos acostumados. Polícia e Justiça passam a ser identificadas somente com os seus profissionais corruptos¹⁷. As funções sociais de reprimir e estabelecer penas para ações julgadas criminosas são pensadas como uma imagem “mentirosa” ou “de fachada” destes órgãos. De acordo com o entendimento dos meus interlocutores, na prática ou “na real”, a Polícia e a Justiça teriam na chantagem e na extorsão os métodos mais característicos. Os valores e regras que fundamentam a coerção jurídica e repressão policial perdem a dimensão de imperativo moral e passam a ser tratados por uma lógica da compra e venda. Prisões, fugas, absolvições e concessões de livramento condicional têm preços e suas possibilidades são cogitadas também por um cálculo matemático. Não só o desrespeito, mas também a descrença nestas instituições é difundida entre protagonistas de grandes assaltos.

Sistemas jurídicos e forças policiais influenciam comportamentos não somente porque têm o poder de estabelecer punições e realizar prisões, mas também porque alocam e representam valores, com isso modelam formas de situar no mundo. Incidir sobre um domínio de práticas ilegais implica, portanto, um conjunto de agenciamentos, formas alternativas de traçar planos e organizar a rotina diária. Quem está “fora da lei” pensa e age diferente de quem está “dentro da lei”.

É válido assinalar que as trocas ou negociações que ocorrem entre segmentos desonestos das instituições supracitadas não se confrontam com a “dramatização” do papel da Polícia, efetuada por delegados e policiais, que colocam em evidência o lugar desta instituição de defensora da “sociedade” diante daqueles que supostamente a ameaçam,

¹⁶ Cumpre-me enfatizar que as informações sobre “negociações ilegais” de assaltantes com policiais, delegados de Polícia, juízes e promotores são decorrentes de declarações dos meus interlocutores e, com exceção de suas falas, não tenho comprovações empíricas de que tais acordos ilícitos se efetuem.

¹⁷ Entre os sujeitos da pesquisa, a Polícia Federal é percebida de uma maneira diferenciada das demais Polícias. Seus agentes são considerados, inteligentes e incorruptíveis. Tal avaliação não é recente. Desde 2003, quando realizei as primeiras entrevistas com praticantes de assaltos, ouvi menções aos agentes federais, associando-os a decoro e destreza, característica que os tornam temidos e tidos como “perigosos” aos olhos de praticantes de assaltos.

nas declarações e entrevistas veiculadas nos meios de comunicação de massa, a que me referi na introdução deste trabalho. As narrativas dos meus interlocutores sinalizaram que a função social da Polícia e sua relevância coletiva costumam ser acionadas por segmentos corruptos — seja por policiais que praticam extorsão com criminosos foragidos da Justiça ou por delegados que aceitam fazer “acertos” —, durante as negociações ilegais que desenvolvem com assaltantes, no intuito de aumentar o valor das quantias que lhes serão pagas. Alguns entrevistados ressaltaram que entre os delegados de Polícia que adquirem visibilidade na mídia e concedem entrevistas a jornalistas com recorrência, os que são desonestos, utilizam a “popularidade” de suas imagens, no exercício deste cargo, para elevar as cifras que exigem, quando aceitam ser subornados.

Mas a significação negativa atribuída por meus interlocutores à Polícia e à Justiça representa apenas alguns dos deslocamentos e reinvenções decorrentes da “profissão assaltante” sobre suas formas de se situar no mundo. Delineiam-se cotidianos e trajetórias marcados por contradições e dissonâncias. É recorrente a alternância de períodos de alegria e ostentação com momentos de perda e frustrações. O medo e a incerteza característicos da condição de fugitivo contrastam com o luxo e a abundância que experimentam, usufruindo das quantias adquiridas em grandes assaltos.

Uma categoria profícua para compreensão do dia-a-dia destes “atores” e suas vivências é a *liminaridade*. Tal como é apresentada por Turner (1974), esta condição se caracteriza pela indefinição. Trata-se de um estado situado “entre” duas posições, onde as regras da primeira condição perderam a vigência, mas ainda não surgiu um outro conjunto de normas para orientar ações. Verifica-se a “suspensão” das ordenações sociais dominantes e se estabelece um vazio de hierarquias e critérios ordenadores. Este estado de indefinição e suspensão de normas estabelecidas, identificado com a *liminaridade*, é fértil para orientar uma reflexão sobre *experiências* marcantes nas trajetórias de pessoas que se consideram “assaltantes profissionais”.

Neste capítulo, estou me apropriando das narrativas autobiográficas de dois dos meus interlocutores, Lucio Canoas e Auricélio Miranda, com o objetivo de elucidar singularidades e idiosincrasias destas rotinas que se desenrolam “fora da lei”. Não se trata de colocar em primeiro plano suas “histórias de vida” como seqüências totalizantes e lineares. Aqui, o foco da análise não são suas biografias, mas a dimensão *liminar* de suas vivências e as implicações decorrentes das atividades criminosas que desenvolvem sobre o traçado de suas trajetórias. Privilegio períodos e acontecimentos tidos como significativos em suas vidas, caminhos e descaminhos que suscitam reflexões, fazem aflorar emoções, impulsionam

retrocessos ao passado e saltos para o futuro. Analisarei eventos, contextos e percepções que ganham estatuto de *experiências*, no sentido que é dado ao termo por Turner (2005).

Considero compreensão e definição *experiência* apresentadas por Turner (1982, 2005) mais adequada do que a de Erving Goffman (1992, 1974), para a análise que desenvolverei a seguir. Tenho afirmado que a concepção da performance em Goffman está atrelada ao desempenho de papéis por atores sociais em situações de interação. Tratam-se de *apresentações de si* diante de outros. O contexto em que são pensadas as performances dos atores sociais é o cotidiano e o foco do autor não são os agentes, mas os encontros face a face entre eles. Inclusive, uma das críticas que pode ser dirigida a notável produção deste autor, é a de que ele, por se centrar na interação social, acaba não fornecendo modelos conceituais consistentes para uma análise elaborada do *self*, nem considerações mais gerais sobre instituições. E mais, embora tenha dado um passo em direção ao estudo das emoções, especialmente da vergonha e do constrangimento, suas reflexões não abarcam outras emoções basilares da condição humana e da vida social, tais como amor, ódio, alegria, tristeza, medo e raiva.

Goffman acompanha os atores sociais em suas interações, no manuseio de símbolos de *status*, demonstrações de deferência, consegue entender suas expectativas frustradas, desapontamentos e constrangimentos diante de outros, procura apreender e explicar seus *frames*, porém os deixa quando estes enfrentam sentimentos arrebatadores como a raiva ou o amor, quando elaboram planos de longo prazo ou significam suas vidas e o mundo. Vejo nesta perspectiva de análise, sinais de uma postura de profunda generosidade e deferência para com os “atores sociais”. Ao mesmo tempo que é indiscreto, elucidando suas *fachadas e faces*, por outro lado, Goffman os assegura “privacidade”, em processos cruciais de conceder sentido e vivenciar sofrimentos e júbilos. Em *Frame Analyses*, trabalho que aborda a organização da experiência pelos agentes, Goffman (1974) explicita que são múltiplas as interpretações passíveis de serem concedidas a situações interativas por seus participantes. Neste livro, considerado por muitos dos seus leitores o trabalho mais ambicioso do autor, ele propõe um esquema de análise de contextos e situações, abrangendo processos cognitivos de construção de significados. É um texto, no qual Goffman se “aproxima” do *self*, contemplando as expectativas dos agentes sociais, suas previsões e interpretações a cerca dos encontros presenciais. A relevância analítica dos *frames* está em demonstrar que ações, desempenhos e performances dos interactantes não são significativos por si só, mas sua construção e representação dependem de “enquadres” que lhes são concedidos. No entanto, o interesse goffminiano pelos atores sociais, também nesta obra, não abrange suas formas de

pensar o mundo, nem os anseios que movem sua existência. Em Goffman, o *self* é pensado a partir do agente socializado. Segundo ele próprio ressaltou, seu interesse de análise esta direcionado não aos “homens e seus momentos”, mas aos “momentos e seus homens” (Goffman, 1999).

Embora, a categoria *face* apresentada por Goffman (1980) como “identidade situada do *self*”, seja amplamente utilizada adiante na análise das estratégias dramáticas, acionadas por meus interlocutores e suas performances em desempenhos de longa duração, conforme mencionei anteriormente, a noção de *experiência* que me orienta é a de Victor Turner. Este autor, a meu ver, evoca de maneira mais abrangente a subjetividade das pessoas e o significado que atribuem as suas vivências.

No texto *Liminal to liminoid*, em que procura esmiuçar o processo de construção de significados por homens e mulheres das complexas sociedades industriais, Turner (1982) assinala que nas sociedades pré-industriais, as interpretações sobre mundo e a vida que orientavam as pessoas eram elaboradas por um coletivo religioso ou familiar. Em tais comunidades, os rituais equacionavam todas as esferas da vida. Com os processos de modernização, secularização e divisão do trabalho, as esferas se fragmentam, ocorre o estilhaçamento do “espelho mágico” dos rituais e a tarefa de elaborar significado é colocada a cargo de indivíduos atomizados. Nesta incumbência, embora copiemos estratégias significativas de outros, estas não possuem maior legitimidade coletiva do que as nossas próprias estratégias.

No texto *Dewey, Dilthey e Drama: um ensaio em Antropologia da Experiência*, Turner (2005) enfatiza que significados são difíceis de serem mensurados, embora possam ser compreendido de modo fugaz e ambíguo, surgem quando a cultura e a língua se relacionam, a partir do passado, com o que sentimos, desejamos e pensamos em relação ao presente da vida. Assim, ele procura compreender e colocar em relevo momentos e situações das sociedades contemporâneas, em que as pessoas conseguem construir significados, classificando tais instantes como *experiências*. O autor resalta que as origens etimológicas da palavra *experiência* são as mesmas da palavra *perigo*, as duas derivam da base indo-européia *per*, que se refere a *tentar, aventurar-se, arriscar*. Para Turner, o perigo está etimologicamente implicado na *experiência*, atrelando-a a riscos e rupturas, ele recupera a distinção entre “*uma experiência*” e “*meras experiências*”, formulada Whilhem Dilthey. A *mera experiência* seria “simplesmente, a passiva resignação e aceitação dos eventos”. *Uma experiência*, por sua vez, viria se “destacar da uniformidade da passagem das horas”

realizando-se como vivências singulares e adquirindo uma significação distinta no cotidiano de homens e mulheres (Turner, 2005).

Sem ter “um início ou fim arbitrários, recortados do fluxo da temporalidade cronológica”, vivências que adquirem estatuto de *experiência* teriam “uma iniciação e uma consumação”, seriam “formativas e transformativas” e possibilitariam a associação entre passado e presente, resultando em produção de significado. As *experiências*, segundo Turner (2005), não são corriqueiras e interrompem o comportamento rotinizado e repetitivo, do qual emergem. Estas se estruturam como seqüências distinguíveis de um processo cognitivo interno e eventos externos. Algumas destas *experiências formativas e transformativas* seriam altamente pessoais e outras seriam compartilhadas com grupos, dos quais pertencemos por nascimento e escolha. O autor menciona os seguintes exemplos: iniciações em novos modos de vida tais como “o primeiro dia na escola”, “o primeiro emprego”, “a entrada no exército”, “a cerimônia de casamento”; ou ainda, “aventuras” amorosas e sociais, envolvimento em lutas política ou a declaração de guerra (Turner, 2005).

A análise de Turner, inspirada em Dilthey, apresenta traços intimistas e existenciais. A ênfase nos processos cognitivos que as *experiências* desencadeiam, mais do que um mapeamento da estruturação do pensamento e suas etapas, expressa a mencionada preocupação do autor em compreender o que chama de “fardo pós-renascentista” imposto ao homem moderno de solitariamente elaborar significados para o mundo e a vida. Ele ressalta que *experiências*, em cada momento e fase, relacionam-se com o repertório vital humano em sua totalidade, incluindo pensamento, vontade, desejo e sentimento. Preocupado com a vida e os desafios para fazê-la significativa, Turner assinala que “uma navalha cognitiva de Occan reduzindo tudo a abstrações frias e sem sangue, simplesmente não faria nenhum sentido humano” (Turner, 2005:179).

Na análise dos relatos autobiográficos dos meus interlocutores, tomarei como referência, portanto, esta sofisticada concepção de “experiência” que Turner, inspirado em Dilthey, enuncia. Estarei atenta a acontecimentos, valores e motivações que constituem o aparato significativo de suas escolhas, interpretações do mundo e de si próprios.

4. 1. Um “fazendeiro” de muitas mulheres.

Conforme venho mencionando, fui apresentada à Auricélio Miranda no ano de 2003, por um ex-detento de quem me tornei amiga, durante o período que realizava

entrevistas no interior de uma prisão de segurança máxima. Algumas semanas depois que nos conhecemos, Auricélio foi preso e permaneceu recluso em uma penitenciária por cinco anos. Durante o ano de 2007, encontrei com ele pelo menos cinco vezes e pudemos conversar durante várias horas. Voltei a vê-lo em abril de 2008, alguns meses depois dele ter conseguido o benefício de livramento condicional. Posteriormente, fui visitá-lo em uma de suas fazendas, no estado Amazonas.

Auricélio nasceu no ano de 1975, na zona rural do estado de Alagoas. Filho de um casal de agricultores, ele é o terceiro de cinco descendentes, sendo três homens e duas mulheres. Aos 17 anos, terminou o ginásio em uma escola pública do pequeno município. Inicia-se nas atividades ilegais, no início dos anos de 1990, furtando bovinos de rebanhos de pequenos proprietários de terras, vizinhos dos seus pais. A prática contínua desta contravenção fez com que meu interlocutor fosse indiciado e procurado pela Polícia de sua cidade natal. No ano de 1994, na condição de fugitivo, ele viaja para o interior de Pernambuco, onde arrumou trabalho como segurança particular de um fazendeiro daquele estado. No interior do Nordeste, não raro, esta ocupação envolve eventuais assassinatos a mando do patrão, figurando, como uma espécie de disfarce para que grandes proprietários rurais mantenham pistoleiros.

Em 1997, depois de matar um comerciante que se recusava a saldar uma dívida com seu patrão, o alagoano, viaja para o Rio Grande do Norte, decidido a permanecer alguns meses na propriedade de um parente. Nas primeiras semanas após sua chegada, Auricélio se torna amigo de João Assis, articulador de roubos contra bancos, nas regiões Nordeste, Norte e Sul, considerado pela Polícia potiguar o maior assaltante do estado. Por intermédio de João Assis, Auricélio ingressa no mundo dos assaltos.

Depois de participar de ações contra bancos do Rio Grande do Norte e do Ceará, o assaltante alagoano viaja para a região Sul, por ocasião de um assalto contra uma empresa de guarda-valores. Poucos dias depois do grande assalto, Luciano Senna, um conhecido assaltante do Paraná, consegue persuadí-lo a residir no estado, prometendo-lhe incorporá-lo aos roubos que planejava realizar nos meses seguintes.

Considerando ser mais “seguro” permanecer em cidades, onde ainda não era conhecido da Polícia, nos de anos de 1999 e 2000, passou a maior parte do tempo no estado do Paraná, vindo algumas vezes ao Nordeste, encontrar seus pais ou atender a chamados de João Assis, que requisitava sua participação em “negócios” na região.

Neste período em que habitou o Sul do país, ele percorreu vários municípios. Quando sua condição de procurado pelas Polícias locais, junto do retrato falado

de seu rosto eram divulgados, próximo de onde estava estabelecido, Auricélio tratava de migrar para outra cidade, tomando providências para alterar a aparência: deixava a barba crescer, pintava o cabelo, usava sempre boné e óculos de lentes escuras. Assim, residiu em várias cidades do Paraná, permanências que revezava com breves estadias no Nordeste.

Entre 1998 e 2002, sua vida se desenrolou entre idas e vindas, muitas viagens, breves estadias, aventuras e riscos no desenvolvimento de tarefas em grandes assaltos, convívio com habilidosos profissionais de práticas ilegais, mudanças corriqueiras de endereço e aparência física, culminando na acumulação de altas somas de dinheiro e na formação de uma fortuna.

De acordo com Auricélio, o ingresso no mundo dos assaltos e a rapidez com que estava conseguindo multiplicar seu dinheiro o fizeram refletir sobre as modalidades de crime que vinha desenvolvendo. O furto de animais em sua cidade natal, segundo ele, nunca foi vivenciado como uma profissão, nem o inspirou a tecer planos para o futuro: “eu era muito menino” e “fazia por diversão”. Tal “diversão” resultou em sua indicição policial, levando-o a mudar de residência, para evitar uma prisão. Posteriormente, ao compor o “sistema de pistolagem” como “braço armado” de um fazendeiro, ele passou a se ver como “um profissional”, mas não se sentia satisfeito com as atividades realizadas e o valor que lhe era destinado para desenvolvê-las. Vejamos seus relatos:

Eu era bom, meu patrão me elogiava muito, os amigos dele também, porque eu era de confiança. Até porque eu nunca fui de falar demais. E todo serviço que eles me mandavam fazer, eu não perguntava o porquê, não botava dificuldade. Eu ia lá e fazia, sem reclamar. Mas pra falar a verdade, eu não gostava de fazer aquilo. Eu sempre fui muito medroso com coisas do outro mundo. Eu tenho vergonha do que você vai pensar de mim, porque eu tenho medo das almas das pessoas que eu matava. Eu tinha na cabeça que os mortos vinham me assombrar, de noite. Eu sonhava com os finados puxando as minhas pernas de noite, balançando a minha rede. (...) E quando eu comecei a ir nos assaltos, era um serviço completamente diferente. Teve duas coisas que eu gostei. Eu adorei. Uma era que eu não ia sozinho, tinha outros caras comigo e uns faziam a retaguarda dos outros. E a outra coisa é que assalto não mexia com coisas do outro mundo, assaltar só mexe com as coisas desse mundo. A única assombração no meu caminho era a Polícia, e essa é mais fácil de fugir. Foi por isso, que eu me identifiquei, eu pensei assim: essa é a minha praia. Pra mim, era um serviço perfeito. Eu não precisava matar, só precisava assustar. E é claro que o grande motivo que eu me identifiquei foi porque era muito dinheiro que a gente ganhava. Eu nunca pensei na minha vida em ganhar tanto dinheiro, em ter tanto dinheiro tão fácil, em poder fazer com ele o que eu quiser. (...) Nos primeiros serviços,

eu pensei logo em juntar pra ficar rico. Era a porta pra felicidade (Trecho de entrevista com Auricélio, realizada no dia 10 de abril de 2008).

As mudanças na vida de Auricélio adquirem estatuto de *experiência*, no sentido que é dado ao termo por Turner (2005). De acordo com o autor, de maneira consciente ou inconsciente, na *experiência*, os indivíduos evocam o passado. Para Turner, é irrelevante se esse passado é real ou mítico, moral ou amoral, o fator relevante, é que diretrizes significativas emergem do encontro existencial com a subjetividade, daquilo que derivamos da estrutura ou unidades prévias de experiência, numa relação vital com a nova experiência. Ele enfatiza que em Dilthey, somente “quando relacionamos a preocupante experiência atual com os resultados cumulativos de experiências passadas é que emerge o tipo de estrutura relacional chamada significado” (Turner, 2005:178). Assim, a *experiência* do presente articula-se aos repertórios hermenêuticos que acumulamos ao longo da vida. O principal elemento de distinção entre *meras experiências* e *uma experiência* é o fato de nestas últimas construirmos significados. *Uma experiência* é vista como importante por quem a vivencia. No caso em análise, Auricélio significa a participação em assaltos de grande porte como a iniciação em um novo modo de vida. O desempenho desta atividade profissional lhe traz a esperança de ascensão social e felicidade. Segundo meu interlocutor, não o agradavam as atividades desenvolvidas no sistema de pistolagem, nem o satisfaziam as recompensas materiais deste ofício.

Para ele, o “novo trabalho” de assaltante vem figurar como vetor de satisfação pessoal, trazendo a esperança de um futuro abastado e mais feliz. Se no “trabalho” anterior ele executava ordens de um patrão e era solitário ao efetuar a arriscada atividade de matar, participando de assaltos de grande porte, Auricélio passa a deter maior autonomia sobre seus procedimentos. E o perigo inerente à execução das operações é dividido com uma equipe, resultando-lhe, ainda, quantias muito elevadas.

No processo de significar suas práticas no mundo dos assaltos, ele recorre ao passado na condição de um “rapaz do interior” e o compara à situação sócio-econômica conquistada com a prática de roubos, na qual se autodenomina “um magnata”. Tal mudança é apresentada como “uma evolução”. Vejamos sua fala:

Eu nunca fui infeliz, isso eu nunca fui. Eu sou uma pessoa reservada, mas nunca fui de reclamar da vida. Mas a minha vida mudou muito pra melhor. Graças a Deus aconteceu uma evolução. E eu gostava de fazer o negócio, levava jeito pro negócio, os meus parceiros, todo

mundo comentava que eu dava pra coisa. Pense aí, um cara pobre como eu, que sempre tive que contar as moedas. Que sempre fui pobre. De repente você passa a ter dinheiro pra ter carro, pra ir nas lojas e comprar o que quiser. Vão chamando a gente de doutor de senhor, e a gente vai comprando. Mas imagine você eu nunca tinha feito isso. Eu nunca mais ia querer outra vida. Em pouco tempo eu me tornei um magnata (Trecho de entrevista com Auricélio, realizada no dia 20 de maio de 2007).

Para Auricélio, a *experiência* de tornar-se assaltante é *transformativa* e foi acolhida como oportunidade de ascensão social. É interessante que ser competente para um “trabalho” propulsor de satisfatório ganho material e almejar “uma vida melhor”, com base no desempenho desta atividade, constitui em si mesmo uma satisfação “nobre”. No entanto, tal “experiência” é propiciada aos meus interlocutores por uma prática criminosa e violenta e este fato torna suas “conquistas” paradoxais. Assim, eventos e situações avaliados como negativos, a partir de valores e regras socialmente estabelecidas, quando considerados pelo *frame* de Auricélio aparecem como mudança de vida, ascensão social ou, utilizando suas próprias palavras, tratava-se de uma “porta para a felicidade”. De acordo com o assaltante alagoano, o vertiginoso e “fabuloso” aumento de poder aquisitivo alcançado resultou em modificações ao seu dia-a-dia, concedeu sofisticação a hábitos de consumo e alterou sua auto-imagem, elevando a auto-estima.

Com certeza eu mudei, fiquei uma cara mais fino. A gente vai vendo que pra ter um carrão, pra entrar em lojas finas você tem que melhorar seu comportamento. Os lugares que eu ia, o povo que eu andava foram me fazendo aprender. E eu acho que eu fui mudando rápido. Porque de um rapaz do interior, pra um cara rico, foi rápido, acho que em uns quatro ou cinco anos minha vida se transformou. E eu me vi mudando, a gente vai ficando exigente, gostando de ter tudo do mais fino, vai valorizando isso e se acostumando. Pense você, pra quem saiu do interiorzão como eu, e conseguir uma condição de ter dinheiro pra ter tudo, pra comprar o que você quiser. Você vai nas lojas, naquelas lojas que se você tá sem dinheiro você fica intimidado até de entrar. Aí você escolhe o que você quer, aí os caras te perguntam, é só isso doutor, o senhor quer mais alguma coisa. O senhor quer que eu leve até seu carro? Aí ele vê seu carro, e ele sente inveja de você. Pra mim isso foi novidade. Você vê as pessoas sentindo inveja de você. Aí você pensa, minha vida tá boa. E tudo acontece muito rápido, sua vida muda e você muda. Você deixa de ser o mesmo, não dá pra você não se sentir importante (Trecho de entrevista com Auricélio, realizada no dia 27 de maio de 2007).

Apresentando sua “antropologia da performance”, como parte de uma “antropologia da *experiência*”, Turner (1982) identifica uma seqüência de etapas nas vivências que assumem este estatuto, segundo ele: algo acontece no nível da percepção, sendo que a dor ou o prazer podem ser sentidos de forma mais intensa do que comportamentos repetitivos ou rotineiros; imagens de experiências do passado são evocadas e delineadas; emoções associadas aos eventos do passado são revividas; o passado articula-se ao presente numa relação musical, tornando possível a construção de significados; e, por fim, a *experiência* se completa através de uma forma de expressão. De acordo com Turner, tal expressão seria a performance. Seu raciocínio pode ser mobilizado para interpretarmos as “mudanças” que Auricélio afirma ter vivenciado. É evidente que a ascensão a uma nova situação sócio-econômica foi identificada e teve impactos subjetivos para o meu interlocutor, a ponto de modificar sua auto-imagem. Tantas alterações no cotidiano e em si mesmo, vieram surtir efeito sobre sua aparência e seu comportamento.

Como vimos no caso da SCT, durante o desenrolar de uma operação de assalto, seus praticantes representaram personagens diante das vítimas, seja como estratégia de abordá-las ou como meio de amedrontá-las, para que colaborassem com o assalto em curso. Trata-se, todavia, de desempenhos circunstanciais e de curta duração, nos quais suas habilidades dramáticas são mobilizadas para objetivos pré-definidos e pontuais. No decorrer de suas trajetórias de “foras da lei”, estes “profissionais” elaboram atuações de vida mais longa, no intuito de permanecerem foragidos da Polícia.

Esta estratégia recorrente entre criminosos furtivos tem sido exaustivamente explorada por Auricélio. No ano de 2000, ele decide fixar residência na região Norte. Utilizando parte do dinheiro que acumulou em três anos participando de operações de roubo, adquiriu uma fazenda com mais de mil hectares, em um pequeno município do estado do Amazonas e abriu farmácias em três cidades próximas à sua propriedade. Nestas cidades, ele se apresentou como Célio Miranda, filho de latifundiários do estado do Alagoas, que em busca de terras mais férteis para criação bovina, decide residir no Amazonas.

Vimos que Erving Goffman (1992), em a *Representação do Eu na Vida Cotidiana*, partindo da metáfora do teatro, apresenta um instrumental conceitual para a análise de desempenhos dos agentes sociais, em situações interativas pontuais ou de curta duração. Este mesmo autor, quando toma por referência “apresentações de si” que abrangem intervalos de tempo mais longos, utiliza como categorias principais *face* e *linha* (Goffman, 1980). Ele assinala que vivemos em um mundo de “encontros sociais”, permeado por relações que se desenvolvem em um *continuum*, onde o presente é influenciado pelo passado e condensa as

expectativas para contatos futuros. Goffman esmiúça estratégias e equipamentos aos quais os agentes recorrem para a elaboração de suas *faces*.

Linha, conforme explicitarei na introdução deste trabalho, designa “um padrão de atos verbais e não verbais” por meio do qual os agentes sociais constroem suas visões das situações que observam ou estão inseridos e, com isto, têm condições de avaliar os outros participantes e traçar planos sobre suas próprias posições. A manutenção de uma *linha* e a avaliação das linhas alheias, de acordo com Goffman (1980), ocorre a partir das identidades situadas do *self*, as *faces*.

O termo face pode ser definido como o valor social positivo que uma pessoa reclama para si mesma, a partir daquilo que os outros presumem ser a linha tomada por ela em um contato específico. Face é uma imagem do self delineada em termos de atributos sociais aprovados (...) fica evidente que a face não é algo que se aloja dentro ou na superfície do corpo de uma pessoa, mas sim algo que se localiza difusamente no fluxo de eventos que se desenrolam no encontro, e se torna manifesto apenas quando estes eventos são lidos e interpretados em função de avaliações que neles se expressão (Goffman 1980: 77-78).

Segundo o autor uma pessoa “tem”, “está em”, ou “mantém uma *face*” quando sua *linha*, na situação interativa, corresponde a uma imagem de si internamente consistente. Alguém que no presente consegue *manter a face* certamente, em seu passado, tratou de abster de atos ou posicionamentos que mais tarde teria dificuldade de enfrentar (Goffman 1980).

Embora apresente similaridades e intersecções com a categoria *fachada*, a *face* possui uma imbricação maior com o *self* e interfere mais intensamente nas emoções do seu portador. Sem se referir diretamente a *aparências* e *cenários*, a *face* se define pelo comportamento dos agentes. Os meus interlocutores, ao se lançarem em “desempenhos” que abrangem intervalos de tempo longos, utilizam nomes falsos, forjam personagens e elaboram versões fictícias do seu passado, redes familiares e a procedência do dinheiro que usufruem. Nestes casos, além de *fachadas*, é necessário elaborar uma *face* e desenvolver a *linha* capaz de sustentá-la. No caso de Auricélio e seu desempenho na região Norte, ele foi cuidadoso na seleção de *maneiras* e *aparências* constitutivas do seu *equipamento expressivo*, esteve atento a itens fixos e não fixos da sua *fachada pessoal* e adotou um *cenário* constituído por objetos compatíveis com as preferências de um jovem fazendeiro. Por dezenas de meses, meu interlocutor foi exitoso na manutenção de sua *face*.

Ao contrário das atuações apresentadas durante o desenvolvimento de uma operação de assalto, os personagens que meus informantes constroem nas cidades onde pretendem fixar residência demandam a elaboração de um enredo para suas vidas e desencadeiam relações de longo prazo. Nestas situações, tais atores elaboram desempenhos tendo em mente a necessidade de mantê-los ou renová-los por largos períodos. Ficam reduzidas as possibilidades de se conservarem *cínicos* diante de suas *platéias*, todo o tempo. Em várias situações ator e personagem se fundem. Auricélio no Amazonas, mesmo apresentando informações não verídicas de si, seus relatos demonstram que ele esteve mais vezes *em face* do que *fora de face*.

Célio Miranda, embora fosse um nome falso e estivesse associado a uma versão fictícia do seu passado, era Auricélio que vinha à tona, a maior parte do tempo. As características daquele personagem e as histórias que meu interlocutor utilizou para adorná-lo, são reveladoras do que ele próprio considera desejável ou de como gostaria de ter nascido e vivido. Assim, no interior do Amazonas, o assaltante alagoano viveu numa posição ambígua entre si mesmo e Célio. Aqui, o papel que desempenhava estava intimamente ligado a sua auto-imagem idealizada e às origens sociais que gostaria de ter.

A construção de *fachadas* e elaborações de *faces* se delineiam, em larga medida, pelas expectativas das pessoas com quem interagem os atores. A aceitação da *platéia* os leva a reforçar, dar continuidade e avaliar positivamente seus desempenhos, atrelando-os a suas auto-imagens. Vejamos trechos da fala de Auricélio:

Eu acertei em cheio, eu cheguei contando uma história bonita e todo mundo acreditou que eu era rico. Acharam que eu era de família rica mesmo. Viram que eu tinha dinheiro, ninguém ia ter motivos para não acreditar em tudo o que eu contava. Todo mundo queria ser meu amigo, todo mundo me convidava para os eventos de lá. E eu ficava pensando, se eu tivesse chegado sem dinheiro, procurando emprego, muita gente ia fazer cara feia, ninguém ia me dar atenção. Mas aí, eu comprei uma fazenda enorme, montei uma rede de farmácia. Ai todo mundo fazia festa comigo. Tudo mundo me tratava bem. Todo mundo me queria por perto. Eu era tratado como um magnata, era amigo do prefeito. Eu me relacionava com as melhores famílias. Qualquer moça da cidade, que eu tivesse interesse em namorar, a família ia aceitar, porque ninguém sabia o que eu fazia por fora. Sem exagero, a minha vida era muito boa (Trecho de entrevista com Auricélio, realizada no dia 19 de dezembro de 2007).

Geralmente, as *faces* que procuram sustentar ou as *fachadas* a partir das quais seus personagens se apresentam são modeladas pelas preferências da *platéia*.

Modificações ou “melhoramentos” vão se estabelecendo à medida que os *performers* tomam consciência que determinados desempenhos são mais aceitos que outros. Neste sentido, verifica-se um componente afetivo que influencia na elevação da auto-estima dos atores. De modo amplo, a busca recorrente dos meus interlocutores de se apresentarem como se fossem ricos envolve também anseio por aceitação, desejo de serem tratados com cordialidade e simpatia por aqueles com quem estabelecem interações. Esta aspiração parte do pressuposto que pessoas ricas são aceitas e “bem tratadas” onde quer que cheguem. A fala de Auricélio demonstra que ter sido aceito e bajulado por pessoas, as quais ele acredita que o teriam desprezado se pensassem que ele era pobre, aparece entre os fatos que o envaidece e são significados como “conquistas”. Desta maneira, a vivência de personagens ou versões sobre de si mesmo adquirem estatutos de *experiências formativas* e *transformativas*. Essas atuações ganham contornos de *expressão de uma experiência* tal como pensa Turner (1982; 2005).

Quando se mudou do Pernambuco para o Rio Grande do Norte, Auricélio permaneceu com seu nome de batismo, mas no período que viveu na Região Sul usava o nome de Élcio Benevides. Célio Miranda, personagem que vivenciou no Amazonas, parece ter sido seu desempenho mais longo, abrangendo o período situado entre 2000 e 2003. No mesmo ano em que chegou ao estado, o assaltante alagoano se casou com Fabiana, filha de um rico proprietário rural e político conhecido na região. Nas festas e cerimônias da cidadezinha, segundo ele, sempre teve seu lugar, junto com a esposa e os sogros, na mesa do prefeito. Por três anos, conseguiu ocultar suas atividades ilegais de todos. Nem mesmo a esposa sabia da vida dele praticando assaltos.

Neste cotidiano, onde novas e fictícias versões de si são continuamente acionadas, um elemento ambíguo são as amizades construídas com pessoas que desconhecem sua condição de criminoso. Durante o desempenho de um personagem, o “ator” não tem meios de saber se os vínculos contraídos nesta condição são sólidos, a ponto de permanecerem caso sua identidade oficial se torne pública. Vejamos um comentário, um tanto ressentido, de Auricélio:

Pra falar a verdade eu andei me decepcionando, porque eu não tinha a consciência de que os amigos, que eu tinha feito, eram amigos da pessoa que eles pensavam que eu era e não eram meus amigos. Muitos, o respeito e a atenção, amizade que me demonstravam não era pra mim, mas era pro fazendeiro e pro empresário que eu dizia que era. Eu devia saber disso. Mas tem coisa que a ficha da gente só cai depois. Então, agora, eu tou limpo, tou pagando minha pena. Talvez eu não precise mais mentir o meu nome. Mas se eu precisar

fazer isso de novo ,eu vou com mais calma nas amizades. É lógico que vou fazer a social, mas vou com calma, porque eu sei que não é de mim que a pessoas gostam, mas da pessoa que elas pensam que eu sou (Trecho de entrevista com Auricélio, realizada no dia 26 de dezembro de 2007).

Evidencia-se, em múltiplos aspectos de sua trajetória de “impostor”, a indefinição inerente aos *performers* nos instantes dos desempenhos. Ele oscila entre a identidade legal de Auricélio Miranda — pistoleiro, assaltante e fugitivo da Polícia — e os personagens que veio assumir, sempre se representando ou sendo definido como “rico”. Aqui, ganha eloquência a condição *liminar*, já mencionada, sob a qual se desenvolve vidas de praticantes de assaltos, situadas entre vários universos e papéis, “lugares” sempre “perigosos” e instáveis. Verifica-se a transitoriedade entre o legal e ilegal, a oscilação de posições associadas ao sucesso até condições tidas como fracasso.

No período em que se estabeleceu no estado do Amazonas, apesar do casamento de Célio Miranda com Fabiana, Auricélio manteve um namoro que havia começado em 1997, com Suzana, uma moça do interior do Rio Grande do Norte. Ela possuía uma loja de roupas no mesmo município, onde, ele, ainda Auricélio, foragido da Polícia pernambucana, foi se abrigar na casa de parentes. Nos dois anos em que esteve residindo na região Sul, onde viveu como Élcio Benevides, sempre que vinha ao Nordeste visitava Suzana ou combinava de encontrá-la em outros estados. Depois que se estabeleceu em Manaus, passou a vê-la com menor frequência, no entanto, ele assegura que nunca passaram um período maior do que trinta dias sem se encontrarem. Nos anos de 2000 e 2001, Auricélio adquire imóveis no interior e na capital do Rio Grande do Norte, monta uma revendedora de veículos semi-novos, registrando no nome dela. Embora soubesse que seu namorado havia sido matador profissional e que seus bens resultavam de assaltos contra bancos e empresas de guarda-valores, Suzana não sabia da existência de Fabiana, nem de outras namoradas que ele teve depois que a conheceu.

Além de Suzana e Fabiana, Auricélio mantém relações com Eveline Sabóia, uma viúva de 37 anos. Mãe de dois filhos adolescentes, ela é advogada e comerciante de material de construção. Segundo o assaltante alagoano, Eveline é uma mulher inteligente e “conservada fisicamente para a idade que tem”. Os dois se conheceram por intermédio de João Assis, que passou a residir em uma das cidades da região metropolitana de Salvador, em 2003. Antes se mudar para o estado da Bahia, em 2001, João contratou Eveline para regularizar a compra de um posto de gasolina que ele pretendia dar como presente a uma de

suas filhas. Nesta mesma cidade, Auricélio, na condição de Leudo Farias, havia comprado duas farmácias e alguns imóveis comerciais. O namoro começou algumas semanas depois que se conheceram, em um almoço oferecido por João. Segundo o alagoano, Eveline, desde o início do relacionamento, estava ciente de sua vida praticando assaltos e do seu casamento com Fabiana. Somente o namoro com Suzana permaneceu desconhecido da advogada.

Portanto, as habilidades no manuseio dramático de seu equipamento expressivo e a capacidade de análise sobre as *fachadas* dos seus oponentes, tornam Auricélio apto a ser um homem de muitas *faces*, transitando entre vários personagens, mergulhado em diferentes “enredos”, dramatizando seus sentimentos e interesses diante de várias “platéias”. Fabiana, sua família e demais pessoas do município onde ele viveu no Amazonas somente souberam que o “fazendeiro” era um assaltante, por ocasião de sua prisão em 2002. Embora “a descoberta” tenha escandalizado a cidade, causado descontentamento em seu sogro e outros políticos e empresários com quem Auricélio se relacionava, Fabiana não quis se separar do marido e passou a se deslocar todos os meses de sua casa, na região Norte, até a cidade onde ele cumpria pena, para vê-lo. Até hoje, ela não sabe da existência de Suzana, nem de Eveline. Esta última, a advogada que reside na Bahia, também ia visitá-lo uma vez a cada mês, na prisão. Das três mulheres, somente Suzana estava ciente de que havia mais duas. Depois que foi preso, Auricélio montou uma casa e pediu que ela fosse morar próximo à penitenciária, onde esteve recluso. Suzana ia encontrá-lo todas as quartas-feiras e domingos, exceto nos dias em que Fabiana ou Eveline iam visitá-lo. Quando soube que Auricélio era casado e namorava Eveline, ela quis abandoná-lo, mas ele prometeu que quando saísse da prisão iria arrumar um meio de se separar das outras duas e se casar com ela.

Nas entrevistas que me concedeu, Auricélio confessou que mesmo gostando mais de Suzana, não pretendia se separar das outras, pois se o fizesse teria sérios prejuízos. Seus bens do estado do Amazonas estavam todos registrados em nome de Fabiana. E os imóveis e farmácias da Bahia, embora um de seus irmãos seja oficialmente o proprietário de alguns, a maior parte, legalmente, pertencia à Eveline e eram administrados por ela.

Além das viagens para realizar assaltos e encontrar suas namoradas fora do Amazonas, no período situado entre 2000 e 2003, ele também teve encontros regulares com um de seus irmãos, que o auxilia na administração do extenso patrimônio. Ericélio Miranda é encarregado do recebimento de aluguéis dos apartamentos e casas que Auricélio possui no estado do Alagoas e do gerenciamento de uma frota de oito caminhões, que transporta mercadorias no percurso das regiões Sul, Sudeste e Nordeste.

Fora da prisão, as tramas da vida amorosa de Auricélio ganharam mais uma protagonista, Larissa. Conforme mencionei, no início de 2008, ele foi beneficiado com o livramento condicional, passando a cumprir sua pena fora da penitenciária. Depois de três meses em liberdade, meu interlocutor obteve permissão judicial para se ausentar, por algumas semanas, da cidade onde cumpria pena. Em Belo Horizonte, foi apresentado a uma moça de 25 anos, que trabalhava para um amigo dele em uma loja de veículos usados. Auricélio afirma que se apaixonou desde o primeiro momento que a viu. Durante sua estadia de uma semana na cidade, os dois iniciaram um namoro. Em poucos dias, ele comprou a loja de veículos do amigo e encarregou Larissa de gerenciá-la. Desde então, meu informante tem viajado regularmente à capital mineira para vê-la.

Na vida de Auricélio, a quantidade de mulheres parece corresponder aos personagens que cria, revelando uma forma singular de vivenciar relacionamentos amorosos. Tais vínculos têm o efeito de fortalecer ou fixar cada “personagem”. Namoradas ou esposa parecem funcionar como referenciais para sua existência, a cada “versão de si mesmo” que elabora e difunde, em uma dada cidade ou círculo social. Em sua trajetória, a decisão de adquirir propriedades e residir periodicamente em um determinado lugar quase sempre tem sido motivada por um vínculo amoroso construído. Ele, e parte considerável dos meus interlocutores, consideram o casamento com mulheres bonitas, um demonstrativo de sucesso, assim como imóveis e carros luxuosos, a beleza ostensiva de suas esposas e namoradas são também acionadas como demonstração de que são bem sucedidos.

Além de serem apropriadas como um “bem desejável” ou componente relevante na *fachada* dos personagens que elabora, Auricélio concede as suas mulheres a função de se apresentar oficialmente como proprietárias dos bens que ele adquire com recursos resultantes dos crimes, dos quais participa. Sobretudo durante o período que viveu como presidiário, as namoradas e esposa, assumiram papéis importantes na vida dele. Suzana intermediou diálogos e negociações com juizes acerca dos processos pelos quais foi julgado, auxiliou seus advogados de defesa na organização de documentos, provas e localização de testemunhas que intercederam a favor de Auricélio, diante juizes e promotores. Ele ressalta que Fabiana e Eveline demonstraram excepcional competência na administração dos seus bens e negócios legais.

A prisão aconteceu em agosto de 2003. Segundo ele, o episódio não durou mais do que dez minutos, mas teve “conseqüências drásticas”. Sua movimentada rotina, marcada por corriqueiros deslocamentos e desempenho de personagens distintos, foi interrompida. Na ocasião, o assaltante alagoano estava a passeio com Suzana em São Luis,

quando foi surpreendido pela Polícia do estado do Maranhão, que o havia identificado e efetuou sua prisão. Depois de passar quatro dias em uma delegacia, ele foi transferido para um Instituto Penal, onde cumpriu cinco anos de recolhimento, em regime fechado.

A captura veio ter impacto em sua rotina, não somente por obrigá-lo a cumprir pena por uma parte dos crimes cometidos ou por ter identificado e confiscado parte do seu patrimônio, mas também porque interferiu súbita e violentamente sobre suas *fachadas* cuidadosamente elaboradas. A ampla cobertura da prisão pela imprensa policial trouxe à tona, os *bastidores* de sua vida, colocou em evidência a identidade oficial de Auricélio Miranda e sua condição de criminoso, tido pela Polícia de vários estados, como “bandido de alta periculosidade”. Estes acontecimentos tiveram efeitos negativos sobre os personagens Célio Miranda, Élcio Benevides e Leudo Farias.

Ao ingressar na prática de assaltos, Auricélio se deslumbra com as possibilidades de enriquecimento rápido, afirma ter se identificado com as atividades referentes ao novo ofício, já que *não precisa matar ninguém, só assustar*. No “ramo dos assaltos” ele se considera bem sucedido por ter acumulado bens, propriedades e dinheiro que lhe proporcionaram uma vida abastada e o permitiram se relacionar conjugalmente com mulheres que, decerto, não lhe seriam acessíveis na condição de “rapaz pobre, do interior”. As aquisições e vivências são tidas por meu interlocutor como “conquistas”. Segundo, Auricélio, até a ocasião que Polícia do Maranhão o localizou, ele sempre tinha tido sucesso em suas fugas ou negociações com policiais e delegados de Polícia que o localizaram. Até então, meu interlocutor, havia sido preso duas vezes e liberado em seguida, mediante pagamento de altas somas aos agentes policiais. Aquela foi a primeira vez que não conseguiu “fazer um acerto” com um delegado de Polícia. Segundo ele, a presença de jornalistas e cinegrafistas na ocasião da prisão teria impossibilitado um acordo.

Depois de capturado, “o alagoano do interior” que há vários anos usufruía de confortos e regalias compatíveis com o cotidiano de pessoas ricas, foi exposto a emissoras televisivas e jornais impressos. Fotografias suas algemado foram veiculadas em jornais do estado do Amazonas. Auricélio viu a *fachada*, em que se apresentava como fazendeiro, filho de latifundiários do estado de Alagoas, cair por terra. Segundo ele, sentiu vergonha e se considerou humilhado, sobretudo, pelas matérias terem sido publicadas nos periódicos da região Norte. Desde que começou a participar de grandes operações de assaltos em 1997, a prisão em 2002, foi a primeira contrariedade relevante que sofreu. Sua perplexidade se deve em parte à percepção extremamente positiva da “profissão assaltante”.

Até então, a vida nesta condição havia lhe propiciado vivências que significou como agradáveis ou felizes.

Desde quando eu comecei nos negócios dos bancos, eu tenho vivido num sono profundo ou numa fantasia, é muito dinheiro fácil. Foi muito conforto, foi ser bem tratado e valorizado o tempo todo. Quando eu cheguei nessa cidadezinha que eu vivi no Amazonas, que eu comprei metade da cidade, você não tem idéia. As pessoas corriam atrás de mim para me cumprimentar, pessoas de posses, de famílias respeitadas que me procuravam, queriam estar comigo, sentar na minha mesa. Eu que evitava porque sabia que mais cedo ou mais tarde, tudo podia ser descoberto. Mas todo mundo, principalmente os ricos, tinham muita atenção por mim. Eu era um dos homens da cidade que todo mundo tinha consideração. E às vezes eu perdia a noção do que era realidade e do que era mentira, na minha vida. Era como se eu tivesse vivendo em um sonho. Aí quando veio a prisão. Essa foi a primeira vez, eu nunca tinha sido preso, até então, eu negocieei, fiz acerto e vinha levando. Eu não sei, eu acho que eu tava me achando, sei lá, que eu ia me dar bem sempre, que eu nunca ia cair. Aí aqui no xadrez, quando eu vi sol nascer quadrado, não é? Ai, eu vim pensar. Eu acho que um nunca pensei que pudesse ser preso. Nas duas vezes antes, eu fiz acerto e foi muito fácil, soltei um dinheiro e fui liberado. Tudo na minha vida eu conseguia desenrolar com dinheiro. Mas dessa vez foi difícil. Pra falar a verdade, eu passei por muita coisa no dia que me prenderam. Depois, aqui também, eu passei por muita coisa ruim, coisas que eu nunca pensei que um homem com o dinheiro que eu tenho fosse passar. É o tipo de coisa que deixa você sem norte (Trecho de entrevista com Auricélio, realizada no dia 27 de maio de 2007).

De acordo com H. Gadamer (1999), em nossas ações e relações cotidianas, movimentamo-nos tendo como base um horizonte de certezas. Tais verdades são consolidadas e consideradas indiscutíveis a ponto de dispensarem ser tematizadas. Este horizonte, que figura como uma espécie de pano de fundo hermenêutico, é tomado como pressuposto ou parâmetro de nossas ações e avaliações. Estando cristalizadas como um substrato mais profundo, situações ou constatações que venham contrariar essas convenções, são vivenciadas como “choques”. Esta dimensão de “choque” é decorrente do caráter irrevogável da refutação. Pois a facticidade e praticidade de tais situações reais, que fazem “cair por terras” nossos pressupostos, inviabiliza chances de reorganização ou reconstrução dos nossos edifícios de verdades e crenças não tematizadas, às quais estávamos tão acostumados e apegados (Gadamer, 1999). Assim, a prisão e as situações que Auricélio vivenciou após ter sido capturado, adquirem dimensões de choque hermenêutico, pois sua crença de que o dinheiro resolveria qualquer adversidade com que se deparasse e a certeza de

que a “profissão de assaltante” somente tinha vantagens, pareciam constituir um universo de verdades nos quais se movia o alagoano. No entanto, sua captura e as contrariedades que sofreu, veio, irreversivelmente, abalar certezas, vejamos novamente este trecho de sua fala: “(...) eu passei por muita coisa ruim, coisas que eu nunca pensei que um homem com o dinheiro que eu tenho fosse passar. É o tipo de coisa que deixa você sem norte.”

Depois da ampla cobertura midiática a qual esteve exposto na ocasião da prisão, fazendo-o se sentir humilhado, meu interlocutor enfrentou algumas outras contrariedades desencadeadas por aquele episódio. Quando tomou conhecimento de que o genro era um “impostor” e praticante de roubos, o pai de Fabiana rompe relações com ele e aconselha a filha a anular o casamento. Auricélio afirma ter sentido vergonha e “vontade de chorar”, ao tomar consciência de que todas as pessoas com que se relacionou ou manteve negociações legais, nos estados do Amazonas, Rio Grande do Norte e Bahia poderiam estar cientes de sua condição de criminoso. Ele estava *fora de face*. Quando surge uma informação ou acontece algo que não pode ser integrado na *linha* que o agente vem sustentando, de acordo com Erving Goffman ele está na *face errada* ou *fora de face*. Para o autor, a reação geralmente identificada com este tipo de situação é *vergonha*, o agente passa a se situar em *shamefaces*, um estado de perplexidade e embaraço causado pela quebra em sua *linha* (Goffman, 1980).

Além do “sofrimento” de ver suas *fachadas* ruírem, Auricélio temeu que cada uma de suas mulheres soubesse que havia outras e decidissem abandoná-lo. Diante deste perigo, ele apostou em Suzana: chamou-a à prisão, confessou-lhe que havia se casado com Fabiana há três anos e que se relacionava também com Eveline. Garantindo à moça que ela era sua preferida, pediu-lhe para vir morar nas proximidades do presídio que ele estava cumprindo pena, assim poderia permanecer mais tempo com ela do que com as outras duas. Depois de querer abandonar Auricélio e de ter passado um mês sem ir vê-lo, Suzana aceita mudar de cidade para estar mais tempo com o namorado e lhe dar assistência no período em que estivesse recluso. Nesta situação, Auricélio fez uso do seu *aplomb*, expressão definida por Goffman como repertório de habilidades que determinados agentes possuem para contornar incidentes capazes de ameaçarem suas *faces*. Mesmo não sendo mais possível salvar suas reputações, o assaltante alagoano, mobilizou o *aplomb* e conseguiu evitar rompimentos em suas relações amorosas.

Segundo ele, passados o “susto”, a humilhação e o sofrimento decorrentes de sua súbita prisão, sentiu-se sufocado e solitário diante da monotonia do

cárcere. A rotina da penitenciária veio contrastar com a movimentação característica do seu cotidiano, desde que deixou à casa dos pais e à cidade natal.

De acordo com Goffman, a consciência de ser percebido pelos outros em um estado de confusão pode acrescentar maiores danos aos sentimentos dos agentes e aumentar a desordem na organização expressiva da situação. O *uplomb*, da mesma maneira que pode ser utilizado por quem tenta *salvar a face*, também serve para suprimir o ímpeto dos agentes a ficarem envergonhados, evitando que os outros percebam sua *ausência de face* (Goffman, 1980). Auricélio, dotado de um admirável repertório de mecanismos expressivos, que tem lhe possibilitado a superação de situações embaraçosas e perigosas, durante a permanência na prisão, parece ter conseguido esconder seu constrangimento de outras pessoas. No interior do presídio, ele teve encontros regulares com suas mulheres, recebeu visitas dos seus advogados, familiares e amigos, tanto os que foram cultivados por Auricélio como alguns que o conheceram se fazendo passar por Célio, Élcio e Leudo, dentre outros personagens. Embora tenha chegado a se alimentar das refeições oferecidas na penitenciária, semanalmente Suzana provia sua geladeira com frutas, verduras e doces, trazendo ainda, com regularidade, comida preparada em um requintado restaurante. Sua assistência jurídica mostrou-se eficiente a ponto de conseguir autorização para que médicos e dentistas tivessem acesso às dependências do presídio, especialmente para atendê-lo. Segundo Fabiana, durante todo o período que esteve preso como assaltante, seu marido se comportou com a altivez de um “fazendeiro”. Em uma das vezes que fui visitá-lo, ouvi outros detentos e alguns agentes penitenciários o chamarem de “latifundiário”.

Mesmo tendo sido prestigiado com muitas visitas e privilegiado com notórias regalias enquanto esteve preso, Auricélio diz ter sido o pior período de sua vida. Segundo ele, a maior parte do tempo de cumprimento da pena em regime fechado foi vivida com desespero e ansiedade. Vejamos sua fala, em uma entrevista realizada quando ele ainda era detento:

A - Se eu tivesse que ficar mais uns dois anos, eu não sei, eu acho que preferia morrer. Eu só tenho vontade de viver porque eu sei que minha condicional tá pra sair e lá fora minha vida é boa. Sabe? Eu tenho fé em Deus, mas confio mais ainda nos meus advogados, porque se eu não confiasse em nada, eu já tinha morrido. Porque pra viver aqui, o cara tem que se apegar em alguma coisa, se ele não tiver fé em nada, ele fica doido ou então ele morre. Eu pensei que com o passar do tempo eu fosse me acostumar, mas eu nunca me acostumei, cada dia que passava eu pensava que era um dia a menos. Antes na minha casa, a gente criava uns cinco golinhas, quatro cabeças

vermelhas, um casal de currupeiro e um casal de graúna. Eu gostava de ver aquele monte de passarinho. Mas na minha primeira semana aqui, eu só pensei neles. A primeira vez que eu falei com minha mulher no telefone, eu mandei ela soltar. E ela não soltou, não quis soltar. Mas aqui eu me sentia sufocado por eles. Aí, quando ela veio aqui e me viu aqui, eu pedi de novo. Ela me viu aqui. Eu acho que ela entendeu porque eu pedi aquilo pra ela. Aí ela viajou e assim que chegou lá, ela ligou pra cá pedindo pra me avisar que tinha soltado eles. Porque a pior coisa que se pode fazer com uma pessoa ou com um animal é tirar a liberdade dele de ir pra onde ele quiser, ficar sem espaço pra ir. Não tem dinheiro no mundo que pague esse sufoco que é ficar aqui.

J- Então se você pudesse voltar no tempo, sabendo como é estar aqui, você teria deixado de ganhar os milhões que você ganhou? Que você diz que mudou sua vida? Somente por causa de alguns anos preso?

A- Você diz desse jeito, como se fosse pouca coisa, porque você não sabe o que é ficar em uma cadeia! Mas agora você foi longe. Porque o que você tá me perguntando bateu lá onde eu venho pensando há muito tempo, viu? Nesse tempo aqui eu penso. Eu mesmo, já me fiz essa mesma pergunta que você me fez?

J- E qual foi a resposta, o que é que você vem respondendo pra você mesmo?

A- A resposta é que “eu não sei”. Depende do dia. Quando é um dia que eu tou sozinho aqui, que tá quente, que aparece alguma coisa pra encher meu saco, eu penso que nunca devia ter inventado de roubar nada. Mas quando é um dia que vem uma das meninas me ver, quando algum amigo meu se lembra de mim e vem aqui me ver. Quando minha mãezinha vem aqui passar o dia comigo. Eu não acho ruim, eu consigo ter alegria. Mas tem outros dias aqui, que é pra matar, é pra pensar em morrer.

J- Na real, sabe o quê que eu acho: que quando você sair daqui você vai esquecer o quanto você detesta ficar aqui e vai dizer que valeu a pena ter roubado muito pra ter conseguido ter tudo o que você tem.

A – (Risos) - Então espere eu sair, que tá bem pertinho, aí você me pergunta (Trecho de entrevista com Auricélio, realizada no dia 27 maio de 2007).

Depois de ter conseguido o benefício de terminar de cumprir sua pena fora da cadeia, em um nova conversa que tivemos, retomei o assunto com Auricélio:

A-(Risos) - Já vi que você é daquele jeito, que a gente não pode nem tomar dinheiro emprestado, achando que você vai esquecer porque você vai lembrar e vai cobrar. Eu nem tava mais me lembrando disso.(Risos). Mas é assim, eu ainda continuo sem ter o que responder para você. Pra mim é importante também. É porque a lembrança do inferno ainda é muito forte. Porque aquilo é o inferno, eu fui ao inferno e voltei. Se eu soubesse que o xadrez é tão ruim, eu não sei.

Não sei de jeito nenhum, se eu não teria feito os serviços que fiz. Eu não sei.

J-Certo, tá muito recente mesmo. Você saiu de lá praticamente ontem. Mas uma pista importante, então, a gente pode ter com outra pergunta: Você pensa em voltar a fazer assaltos? Se a Polícia descobrir e tomar tudo o que você comprou com os assaltos que você já fez? Se isso acontecer, você pensa em voltar a se articular com o pessoal de novo, com pessoal que “trabalhava” antes? Quem sabe se articular aí nos negócios que tão rolando, agora, ou depois?

A- Ah, não, com certeza não. Deus me livre de uma coisa dessas. E muito menos agora, que eu ainda tou na corda bamba. O juiz que tá com o meu caso é gente boa, mas qualquer fora que eu der, a negrada me tranca de novo. Mas, assim, do passado eu não sei. Eu não sei se eu me arrependo do que eu fiz, eu não sei se eu renego tudo o que fiz e o que vivi. Porque eu tive muitos momentos bons, eu tive muita felicidade com a vida que consegui. Mas daqui pra frente eu não quero confusão tão cedo. Agora que eu tou na liberdade eu tenho muito medo de voltar pro inferno (Trecho de entrevista com Auricélio, realizada no dia 30 de janeiro de 2008).

A prisão, portanto, é pensada por Auricélio como o pior dos lugares, sua reclusão o tem levado, inclusive, a considerar remota a possibilidade de voltar a cometer assaltos. No entanto, a significação positiva atribuída à mudança em sua vida proporcionada pelas aquisições e conquistas decorrentes das operações criminosas nas quais tomou parte é tamanha, que meu interlocutor, mesmo se referindo ao cárcere como “o inferno”, afirma não saber se seria capaz de se eximir da prática dos crimes que cometeu anteriormente. Essa renúncia que evitaria sua detenção, por outro lado o privaria de aquisições e vivências, que ele considera “conquistas”, possibilitadas pela participação em grandes assaltos. Ganhos materiais e mudanças em sua vida emergem, portando, como “céu”, já que em nome deles, meu interlocutor se submete a conviver com a possibilidade do “inferno”.

A última vez que estive com Auricélio foi em setembro de 2008, oito meses depois de sua saída da prisão. Ele parece ter adotado novas estratégias para reelaborar a *face* de Célio Miranda, no interior do Amazonas. Agora, meu interlocutor se apresenta como um cidadão que está pagando por seus crimes e se diz arrependido de tê-los cometido.

Esse negócio de viver roubando ficou no meu passado, eu deixei lá na gaiola (a prisão), ficou lá. Eu não devo mais nada a ninguém. Eu nem me lembro que eu fiz isso na vida. Agora eu sou um cidadão, um fazendeiro, que tem terra e gado pra cuidar. Que tem mulher grávida pra dar assistência (Ele se refere a Suzana sua namorada de Natal, que, na época, estava grávida de quatro meses). Pois é, tenho as minhas namoradinhas aqui, outra acolá, mas não precisa ninguém

ficar sabendo. (Risos). Eu também não preciso dizer a ninguém o que eu tenho. Essa fazenda e as outras, eu tenho mais duas aqui perto, tudo eu botei no nome da minha esposa, pra todos os efeitos foi o pai dela que deu a ela. Mas ninguém pode desmentir o que eu estou dizendo, eu estou quitando minha dívida com a justiça, estou fazendo tudo como um cidadão. Ninguém pode condenar o futuro de um homem como eu, que estou mostrando que estou arrependido do meu passado. Ninguém tem moral pra fazer uma coisa dessas (Trecho de entrevista com Auricélio, realizada no dia 05 de setembro de 2008).

A nova *face* sustentada diante dos amigos e desafetos na região Norte é a de cidadão resignado e disposto a “consertar seus erros”. Sempre ao lado da esposa Fabiana, no mercado, nas festas e nas ruas, quando fala com pessoas da cidade sobre o período em que cumpriu pena em regime fechado, Auricélio enfatiza o sofrimento vivenciado e se diz arrependido de ter cometido crimes.

Em setembro de 2008, fui visitá-lo em uma de suas fazendas no estado do Amazonas e convivi vários dias com meu interlocutor, sua esposa, sogros, cunhados e amigos dele. Naquele intervalo de tempo aconteceu a comemoração do aniversário de Fabiana. O evento reuniu parte considerável da elite local. Foi possível, observar Auricélio interagindo com pessoas que o conheceram antes e depois da prisão. Apesar de terem se tornado públicas suas participações em assaltos e homicídios, naquele município ele continua sendo um homem influente e tem uma vida cobiçada. Algumas vezes, ele me disse que se sentia um “magnata” na cidade natal de sua esposa, porém não cogitei que os elogios, bajulações e gentilezas que o cercavam fossem tão ostensivos. No período de minha visita, faltavam somente algumas semanas para a realização das eleições municipais. Durante a festa, ouvi algumas pessoas ressaltarem o “carisma” e a “bondade” do meu interlocutor, afirmando ser um “lamentável desperdício” Auricélio nunca ter pensado em “entrar para a política”. Tive evidências de que sua “re-apresentação” do eu” está sendo “bem sucedida” diante daquela *platéia*. É nítido o prestígio que ele usufrui entre pessoas pobres e ricas da pequena cidade, mesmo depois de ter sido preso e acusado de assassinatos e roubos.

4. 2. Lúcio, Frederico e suas metamorfoses.

Um elemento interessante sobre Lúcio Canoas é que, apesar de procurado pela Polícia de vários estados, ele não costuma ser apontado pelos delegados de Polícia como

um dos assaltantes “mais perigosos”¹⁸ do Brasil, nem chegou a ganhar destaque na imprensa policial. Todavia, entre praticantes desta modalidade de crime, é tido como uma mente com habilidades excepcionais na elaboração de planos para grandes operações de assaltos. Muitos o admiram e quase o idolatram, outros o consideram prepotente, mas sua “competência” parece ser um quesito indiscutível entre todos.

Tive acesso a este entrevistado por meio de Bernardo e sua esposa, que inicialmente intermediaram nossos contatos. Conforme afirmei no primeiro capítulo, a exigência de Lúcio para levar em consideração a possibilidade de conversar comigo foi o envio de uma fita VHS, onde eu aparecesse listando os objetivos de minha pesquisa e os motivos de querer entrevistá-lo. Com a fita, onde busquei persuadi-lo de sua importância para o meu trabalho de campo, enviei um exemplar de minha dissertação de mestrado.

Algumas semanas depois, Bernardo me comunicou que seu amigo havia aceitado colaborar comigo. Desde 2007, tive proveitosos encontros com Lúcio, em Florianópolis e São Paulo, resultando em mais de doze horas de conversas gravadas. A nossa última interlocução aconteceu em um país vizinho, numa cidade que faz fronteira com o Brasil.

Ele tem 34 anos, nasceu no interior de São Paulo, filho de um motorista de ônibus e uma dona de casa. É o primogênito de três irmãos, dois homens e uma mulher. Sua infância e adolescência parecem ter sido marcadas por insatisfações com a pobreza material e escassez de saber erudito, entre seus familiares. Ele se revela frustrado com o cotidiano e vivências junto dos pais, irmãos, parentes e vizinhos, em sua cidade natal. Nas narrativas referentes a este período são notórias inquietações existencialistas que parecem tê-lo acompanhado durante todo o seu percurso.

Aos dezenove anos de idade, Lúcio deixa sua cidade e, segundo ele, vai “tentar a sorte” na capital. Nas primeiras semanas em São Paulo, consegue arrumar um emprego como entregador de comidas de um restaurante sofisticado, localizado em um bairro nobre, habitado por pessoas de elevado poder aquisitivo. A chegada na maior metrópole do país foi vivenciada com muitas expectativas. Lúcio diz ter se sentido livre e otimista sobre o futuro.

Ele ressalta que ao mudar de cidade teve consciência de que poderia concretizar planos e realizar sonhos. Segundo meu interlocutor, viver em São Paulo reforçou

¹⁸ O conjunto de habilidades definidoras do grau competência atribuído a um assaltante por seus pares, quase sempre, é diretamente proporcional ao grau de “periculosidade” que lhe é atribuída pela Polícia e demais instituições encarregadas de repressão e punição de práticas criminosas.

as certezas de que sua família e a cidadezinha onde nasceu eram obstáculos para suas possibilidades de sucesso e felicidade. Trabalhando em um luxuoso restaurante, Lucio conviveu com pessoas ricas e requintadas. Os primeiros meses no novo emprego foram vivenciados com deslumbre e entusiasmo, principalmente diante das mulheres que “via de perto” todos os dias.

Via muitas mulheres lindas. Bem diferente das que eu via, até então. Para mim, mulher que se veste bem e fica bonita, não são as que usam roupas apertadas. Uma roupa elegante é a que valoriza o corpo, sem fazer decotes enormes, nem tecidos colantes. Na minha opinião, mulheres que se vestem bem são aquelas que não forçam a beleza que tem. E as clientes do restaurante eram bonitas, e elegantes, com muita classe. Abriam a porta para mim, com um sorriso. Algumas deixavam eu entrar na cozinha, me mandava sentar enquanto assinava o cheque. Eu pude ver as casas, os móveis, tudo mobília de bom gosto. Elas falavam “- Só um instante moço, eu vou fazer o cheque”. E, gente de classe é outra coisa não é?, Até o jeito de pegar a caneta e de sentar, é diferente. Até o jeito de falar: “um instante moço”, é mais bonito e mais feminino (Trecho de entrevista com Lúcio, realizada no dia 31 de julho de 2007).

Mesmo tendo consciência de que não estava incluído no “mundo dos ricos”, Lúcio pensava naquele universo como o “seu mundo”, ou o “mundo” do qual queria participar. Apesar de ter nascido pobre e vivido 19 anos no interior, segundo ele, em poucas semanas se habituou à cidade de São Paulo e se identificou com o estilo de vida das pessoas com quem conviveu. A sensação de estranhamento e de não se sentir parte é demonstrada quando se refere aos círculos sociais que freqüentava em sua infância, integrando uma família, pela qual demonstra desprezo:

(...) minha família é pobre, e não é só pobre. O que era mais grave, é que eles eram pobres e medíocres, meu pai e minha mãe são do tipo de gente que tem a mente pequena. Nós somos do interior de São Paulo, e eu nunca pude ter uma vida de classe média. Falo para você com toda sinceridade, eu acho que isso só, uma vidinha de classe média, pequeno burguês, como diz o Lobão, já iria me satisfazer, ter uma família com alguma cultura, com sensibilidade para me educar, ter meu carro, ter um nível superior, ter uma foto da minha festa de formatura em porta retrato, poder ter conquistado uma mulher bonita e inteligente, uma mulher de berço, uma vida tranqüila de classe média, média, já teria me deixado satisfeito. Mas tudo isso tava muito longe de mim (...). É triste você nascer em um bairro pobre, de gente sem ambição, sem nada. E a gente era uma família branca, com uma boa aparência. Os caras com o meu porte, que eu via e que eu vejo,

todos tem seu carro, tem sua faculdade. Então, eu sempre fui um cara que não via só o que tava na minha frente, eu sempre tive a audácia de ver o que estava muito longe de mim. Eu via televisão, via como era a vida das pessoas, nos filmes, nas novelas. E eu sabia que era possível viver de um jeito diferente do que as pessoas da minha casa viveram e queriam que eu vivesse. Eu acho sacanagem dos meus pais, tudo bem que eles podem gostar da vida deles do jeito que tava, mas a partir do momento que eles resolveram ter filho, eles deixam de ter razão. Porque se você tem um filho você tem obrigação de criar oportunidades para ele escolher. Você tem que dar oportunidade para ele ser alguém na vida. E eu não queria a vida deles. Eu queria ter a vida que eu via que outras pessoas tinham. As pessoas viam filmes no cinema, comiam em bons restaurantes. Eu via que uma pessoa pode ter sua casa e escolher cada objeto ao seu gosto, o que combina com sua personalidade. Então eu via nos filmes, as pessoas com seus apartamentos, com seus quadros, com a assinatura do artista, seus cds, seus livros, viajando nas férias. Eu sabia desde adolescente, que eu não queria viver aquela vida dos meus pais, dos meus vizinhos e dos meus tios, e de todo mundo que eu conhecia. Eu não gostava de ninguém que eu conhecia, não achava ninguém parecido comigo. Meu pai, eu tinha mágoa dele, porque ele não fez nada para me dar uma vida boa, mas ele é honesto, mas é um pobre coitado, era um pobre de um motorista, sem ambição nenhuma, e minha mãe é uma dona de casa, que só entende de prato e panela. Nunca leu nada, nunca se interessou em aprender nada no tempo livre dela. É uma mulher, sem nenhuma elegância. Dizem que todo filho admira a mãe, mas eu nunca admirei a minha mãe. Ela não tem nada de feminino, não é graciosa. Ela sempre foi feia, desajeitada. As pessoas que iam na minha casa, os nossos parentes, os nossos vizinhos, eram pessoas sem atrativos, só falavam sempre de coisas que não me interessavam. Eram assuntos medíocres e planos medíocres. E eu era um cara na minha, quando eu era criança, eu era um cara que falava pouco. Eu sempre soube que aquilo, eu não queria, que eu não era dali. Eu ainda era uma criança quando eu já tinha claro, que eu não podia gastar minha vida naquela casa, naquela vida. Eu não falava, eu era quase um mudo. Hoje eu falo e eu me aceito, mas àquela vida eu não queria, eu sabia que eu não queria existir daquele jeito (Trecho de entrevista com Lúcio, realizada no dia 31 de julho de 2007).

Em *Memória e sociedade: lembrança de velho*, Ecléa Bosi (1994) afirma que no processo da releitura do passado ocorre a impossibilidade de um adulto reencontrar a mesma emoção vivida nos momentos ocorridos na infância. Não seria possível, ao adulto, reviver, re-sentir estas experiências, por já ser possuidor de um senso crítico que o leva a perceber e distinguir a fantasia da realidade. De acordo com a autora, o adulto não se deterá sobre detalhes nos quais se deteve quando criança. Ele buscará pontos de identificação com seu mundo social, observando a “descrição de costumes”, “tipos humanos” e “instituições

sociais”. Explica-se assim a impossibilidade de reviver as mesmas emoções um dia sentidas (Bosi, 1994:21).

As considerações de Bosi (1994) são relevantes para ponderarmos sobre as falas de Lúcio quando se reporta ao período de sua infância e adolescência. Ele demonstra frustração por ter nascido em uma família, com a qual não se identifica, nem consegue ter admiração, revela um forte anseio por libertar-se, sente mágoa dos pais e lhe falta entusiasmo ou esperança de realização pessoal ante as possibilidades de futuro que vislumbrava como membro daquele núcleo familiar. Este retorno ao passado contém o senso crítico de um adulto, que constrói uma leitura formada por visões, das quais resulta uma forte reprovação aos seus genitores. Aqui as emoções de raiva e revolta que se apresentam em seu depoimento são decorrentes de uma visão que certamente, durante a infância, ele ainda não tinha formulado sobre sua família. Assim as recordações e as considerações sobre o período ao qual se remete são modeladas e interpretadas, com base em saberes e visões de um homem que viajou o país inteiro, arriscou a vida, atingiu um elevado poder aquisitivo, passou vários anos em uma prisão, entre outras *experiências*.

As avaliações contidas em suas narrativas expressam a capacidade da memória de acessar lembranças e resignificar o passado com base no presente, assinalada por Le Goff (1988). Provavelmente quando criança, meu interlocutor não tivesse tamanha consciência da diferença entre o cotidiano de sua família e a vida que ele considera ideal. Mesmo insatisfeito com o ambiente e os acontecimentos do seu dia-a-dia, o “Lúcio menino” certamente não havia constituído uma crítica ou explicação que sustentasse o enorme desprezo que o “Lúcio homem” demonstra por este período de sua existência. Para Bosi (1994) o adulto, não costuma se comover com detalhes ou situações que a emocionaram quando criança, sendo, por isso as situações significadas de maneira diferente. No caso de Lúcio, provavelmente a forte emoção e repulsa demonstrada pelo adulto não foi tão intensamente sentida pela criança.

Chegando a São Paulo, ele se deslumbra com a cidade e vê chances de auto-realização. A metrópole e os espaços nos quais se locomovia apareciam como instigantes e condizentes com as expectativas do jovem Lúcio e os anseios do Lúcio menino. Entretanto, o emprego de entregador de comidas que o agradava durante os primeiros meses, passou a ficar monótono. Se no início, o *glamour* dos clientes do restaurante o encantava, posteriormente elementos como cansaço e baixo salário passaram a deixá-lo insatisfeito.

Assistir *O Poderoso Chefão*, de Francis Ford Copolla, de acordo com Lúcio, funcionou como um *insight*, levando-o a tomar coragem de “tentar a vida de um modo

diferente”. O filme, baseado no romance de Mario Puzo, cujo tema é a saga de uma família mafiosa de origem italiana, na Nova York dos anos de 1940, focaliza as disputas e manobras daquele grupo para a manutenção dos seus negócios ilegais. Embora Lúcio já houvesse cogitado furtar objetos nas residências, às quais tinha acesso no cotidiano de entregador de comidas, a carga de negatividade e reprovação social que identificava com esta prática o desencorajaram. Segundo ele, *O Poderoso Chefão*, foi decisivo para que admitisse para si mesmo a possibilidade de desenvolver atividades criminosas. Lúcio se refere com entusiasmo ao figurino do elenco, expressivamente aos “ternos impecáveis” de Marlon Brando e Al Pacino. Afirma que a trama vivida pelos personagens dos dois atores o fez acreditar na possibilidade de ser criminoso e, mesmo assim, levar uma vida arrojada, sem se defrontar com o caráter ilegal e estigmatizante da mesma. Vejamos sua fala:

Os caras eram criminosos, mas não eram vagabundos. Os caras se vestiam impecavelmente, os ternos sempre bem passados. Até hoje eu gosto de ficar olhando. Eu tenho os três filmes em DVD. Quando eu tou vendo sozinho, eu dou “pause” várias vezes, para ver a roupa dos caras. Eles têm vida de milionários e o filme tem um figurino impecável. A trilha sonora, aquilo lá é música de alta qualidade é uma orquestra. Sabe aquela música do Dom Corleoni? Bate fundo na alma, aquilo é feito pra tocar a gente. Então, eu fiquei muito encantado mesmo na época. Eu pensei: minha vida pode ser diferente. Não foi em um passe de mágica. Eu já vinha pensando que entregando comida, eu nunca ia ter a vida que eu queria. Mas o filme foi um insight (...). O filme deu asas à idéia, mas a idéia já vinha crescendo na minha cabeça, pois no trabalho de entregador eu percebi que era fácil entrar nas casas de gente rica e vi também que aquelas casas não tinha segurança nenhuma. Eu tava me tocando que era fácil pegar objetos de valor sem correr riscos. Mas o que me segurava era que eu não queria ser ladrão, porque ladrão é, muita queimação. Era tudo o que eu não queria, afasta as pessoas, ninguém quer ser amigo, ser visto junto, e tal. É um negócio muito tenso. Você ter ficha suja, sair no jornal como ladrão, é muita queimação. Daí naquele filme, eu vi que os caras eram criminosos e eram presença, de botar moral. Foi os primeiros criminosos bonitos que eu vi. Uns caras como aqueles eram bem vestidos, o Frank Sinatra, não, não, desculpa, o Marlon Brando. Marlon Brando e o filho dele, o Al Pacino, os cara era ladrão. Uns caras bonitos e requintados daqueles, podia ter a mulher que eles quisessem. Um cara daquele onde quer que ele for, ele vai ser bem recebido. E no filme, a gente gosta dos caras, porque do jeito que a história vai acontecendo, os caras aparecem como heróis. Você torce por eles, para que eles consigam vencer os outros mafiosos. Uns caras daqueles, mesmo sendo ladrões nunca iam ser execrados, como um bandido qualquer

(Trecho de entrevista com Lúcio, realizada no dia 31 de julho de 2007).

Adquirindo contornos de *uma experiência* no sentido que é dado ao termo por Vitor Turner, ver *O Poderoso Chefão* aparece, portanto, como uma espécie de “revelação” ou “estalo”, levando Lúcio a colocar em prática idéias, anteriormente cogitadas, porém reprimidas. Os papéis encenados por Marlon Brando e Al Pacino passam a figurar como referenciais de elegância e sucesso para meu interlocutor, sendo reiteradamente acionados na modelagem de seu “estilo de vida” ideal.

Em 1991, Lúcio começa a “tentar a vida de um modo diferente”. A via adotada para a conquista de um cotidiano *glamouroso*, rodeado de objetos sofisticados, foi o roubo de residências. Ele e um colega de trabalho, no restaurante, passaram a realizar assaltos, utilizando a seguinte tática: nos cadernos de “classificados” de jornais impressos, selecionavam anúncios de objetos modernos e caros, tais como filmadoras e máquinas fotográficas sofisticadas. Pressupondo que seus anunciantes eram pessoas de elevado poder aquisitivo, telefonavam combinando uma visita domiciliar para examinar o produto. Vestindo-se e se portando de maneira que acreditavam transmitir “uma boa aparência”, entravam nas residências se fazendo passar por possíveis compradores dos objetos anunciados. Este subterfúgio possibilitou o roubo de grande quantidade de jóias e de eletrodomésticos modernos.

Nesta primeira modalidade de assalto que veio cometer, as estratégias adotadas por Lúcio são reveladoras de suas habilidades no manuseio do conteúdo expressivo do comportamento, que vieram, posteriormente, ser amplamente desenvolvidos no desenrolar de sua “carreira” criminosa. Vejamos sua descrição dos métodos adotados para roubar as luxuosas residências que conseguia adentrar:

Era divertido porque a gente conhecia as casas, batia o maior papo. Às vezes nos ofereciam lanches, cafézinhos, a gente comia bem, conversava bastante. Aí, depois que a gente conseguia saber quantas pessoas estavam em casa, e o que tinha ali de valor, que valia a pena pegar. Aí acabava a conversa mansa e nós mandávamos todo mundo ficar parado. Nós pegamos muitas jóias, muito ouro, até diamante a gente pegou uma vez. Sem contar as filmadoras e máquinas fotográficas profissionais, que nós pegamos muito também (Trecho de entrevista com Lúcio, realizada no dia 02 de agosto de 2007).

Tendo permanecido um ano praticando esta modalidade de roubo, sem alterar o *modus operandi*, Lúcio e o comparsa foram presos em flagrante. O seu período de

reclusão em regime fechado durou seis anos e meio. Demonstrando um bom comportamento, ele ganhou o benefício de terminar a pena em regime semi-aberto e foi transferido para uma prisão do interior paulista. Cumprindo a tarefa de regar uma horta nas dependências do estabelecimento prisional, uma semana depois de sua chegada, Lúcio pulou o muro e nunca mais foi recapturado.

Um elemento intrigante em suas narrativas é a ausência de angústia ou sofrimento quando se remete ao período em que esteve na prisão.

Eu acho que é importante o cara ter autocontrole. Muitos caras ficam histéricos lá dentro. Fazem tudo o que é burrada sem pensar. Mas o terror é mais da cabeça deles do que da própria prisão. Para mim não foi o fim do mundo. Quando te pegam você tá ferrado. Mas tem que ter calma, tem que pensar no que vai fazer. Eu vi que o caminho não era a revolta, não era tentar pular o muro, na primeira semana. Eu optei por ter paciência pra não me ferrar ainda mais. Nunca dei trabalho pros agentes. E fiz muitas amizades, inevitavelmente você faz amizades lá dentro. E lá tinha muitos caras que manjava de bancos, de joalherias (...). Eu era um principiante mas fiquei por dentro de muitos esquemas. Logo que eu caí, eu me toquei que eu fui muito idiota. Eu passei muito tempo com os mesmo esquemas. Eu pedi pra eles me pegarem. Mas nos papos com os caras eu vi muitas burradas que eu fazia, os vacilos que eu tinha dado.(...) Mas eu sempre procurei me manter em sintonia com um mundo de fora da cadeia, assistia os jornais, sabia o que tava acontecendo no mundo. E, exatamente, por não ter me desligado do mundo, eu tava preparado, pra enfrentar o mundo, porque no tempo que eu fiquei lá dentro, muita coisa tinha mudado. Quando eu entrei não existia celular, nunca tinha visto um celular, quando eu saí já existia.(...) Você pode falar: “ - Ele fala com essa calma porque já passou”. Mas não é. Eu fiquei calmo. Se a coisa já tava feita, agir sem pensar só ia piorar. Eu esperei um momento onde fosse mais fácil, porque se eu fosse tentar ser esperto na capital, os agentes iam me pegar e me marcar (Trecho de entrevista com Lúcio, realizada no dia 28 de setembro de 2007).

A estadia na prisão é apresentada por Lúcio como uma situação que possibilitou aprendizado sobre estratégias de roubo. Segundo ele mesmo ressalta, é recorrente que presidiários fiquem emocionalmente fragilizados, agindo de maneira irrefletida, mas ele conseguiu permanecer calmo por mais de seis anos e esperou o momento certo para fugir. A sensação de estar aprisionado e o desejo voraz de se libertar, que não se manifestam quando ele fala do período em que esteve encarcerado, como vimos, são proeminentes nas narrativas que se referem a sua infância e adolescência.

Em 1998, tendo sido bem sucedido na tentativa de pular o muro da prisão, ele saiu decidido a ser mais cuidadoso na elaboração de operações criminosas futuras e a nunca mais voltar a ser capturado. Provavelmente a culpa que sente por ter “se deixado prender”, em 1992, desencadeou a vaidade e o capricho, distintivos dos seus planos de assaltos e fugas. Referindo-se aos objetivos formulados por ocasião de sua volta às atividades ilegais, em 1998, ele afirma:

Eu estava ansioso porque eu tive muito tempo pra pensar. Eu pensei em muita coisa. Fiz uma autocrítica. Pensei muito, mesmo. Pois tinha muitas chances, do jeito que o mundo tava, caras espertos podiam se dar muito bem. Depois dos vacilos, da burrada, que me fez ficar um tempão trancado, eu percebi que tinha maneiras e maneiras de se dar bem e não cair de novo. E tem mesmo, maneiras e maneiras. Tudo tava muito mais moderno, e quanto mais moderno, mais brechas que dá pra aproveitar. Quanto mais tecnologia, mais coisa que você pode ter a seu favor e maior o leque de oportunidade que você pode explorar. O problema é que as pessoas que pensam e que têm capacidade não têm coragem, tem medo de se sujar, E as que têm coragem, a maioria não são de pensar muito. É por isso, que o mundo não ta cheio de ladrão rico. Tem muito, mas poderia ter muito mais (...)Eu tive a intuição que dali pra frente eu ia fazer diferente (Trecho de entrevista com Lúcio, realizada no dia 28 de setembro de 2007).

Segundo meu interlocutor, ao sair do cárcere viu muitas possibilidades de efetivar assaltos de maneira elaborada sem ser atingido pelos mecanismos de repressão e punição a delitos. Ele percebe a tecnologia como um instrumento que deve ser apropriado pelos criminosos, e que é capaz de multiplicar suas capacidades de ação e sucesso. Colocando em prática os objetivos de organizar grandes roubos e de evitar “cair de novo”, no período compreendido entre 1998 e 2005, traçou planos e participou da organização de quase quatro dezenas de assaltos contra bancos e empresas de guarda-valores nas cinco regiões do país, sem jamais ter sido localizado ou preso.

Neste intervalo de tempo, seu cotidiano foi entrecortado por muitas viagens, mudanças de endereços e identidades. Assim como Auricélio, ele também recorreu à utilização de documentos falsificados, criou versões sobre seu passado e a origem de seu patrimônio, nas diferentes cidades aonde chegou a residir. Ao contrário do assaltante alagoano, que mantém vários personagens simultaneamente, na trajetória de Lúcio os personagens se sucedem.

Durante o ano de 1998, ele permanece em São Paulo, onde reencontrou algumas pessoas que tinha conhecido no presídio, entre elas Luis Carlos, um antigo colega.

Juntos, participaram de vários assaltos contra bancos nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Neste período, em que portava documentos com nome de Sérgio Fontes de Lima, ele conheceu Bernardo.

Embora tenha continuado participando de grandes roubos nos demais estados do Sudeste, Lúcio fixa residência em Belo Horizonte, onde permaneceu nos anos de 1999, 2000 e 2001. Também em 1999, passa a realizar assaltos contra base de carros-forte em todas as regiões do país. Naquele período, ele estreitou laços de parceria com Bernardo e, posteriormente, com Fernando.

O motivo determinante da longa permanência na capital mineira foi Sabrina, uma moça com quem Lúcio manteve um romance. Ela era vendedora numa loja de um *shopping center* em Belo Horizonte. Alguns meses depois do início do namoro, Sabrina toma conhecimento das atividades criminosas desenvolvidas por Lúcio. Para surpresa do meu entrevistado, ela não reprova sua profissão e chega a auxiliar na elaboração de alguns roubos. A causa do rompimento com Sabrina foi, segundo Lúcio, a moça ter furtado parte de um dinheiro que ele havia adquirido em um assalto.

(...) essa era muito esperta (...) Ela me passou a perna(...). A dona me roubou quase 200 mil. O nome dela era Sabrina. Ela era vendedora de uma loja no shopping. Vendia em uma loja bacana. Eu entrei na loja pra comprar um "blazer" e sai com uma namorada. Ela era bem alta, lembrava uma manequim. A mulher tinha a maior cara de interesseira, só eu que não percebi. Eu achei ela muito bonita e não quis ver o caráter. Antes que eu chegasse pra contar pra ela, ela descobriu meus negócios com assalto. Ai eu achei que ela ia brigar, que ia ameaçar de me abandonar e me mandar parar. Porque isso é que é o normal, as mulheres de todos que eu conheci, quando elas sabem da vida dos caras, elas choram, pede que eles parem. Rola o maior drama. Mas com essa não houve nada disso. Nadinha. Ela nunca disse pra eu parar, pelo contrário, ela quis se meter no negócio comigo. Eu tentei evitar. Não queria meter ela em perigo. Mas ela não se arriscava. Ela escolhia o lugar e pegava as informações. Fazia as coisas mais tranqüila de fazer. Mas aí ela queria sempre a parte dela, queria receber logo depois do assalto. Não tinha essa coisa de ter coisas nossas, ela queria a parte dela, que era só dela. Ela sempre guardou a dela, na conta dela(...). Mas quando chegou o ponto em que ela pegou meu dinheiro, ela me roubou R\$ 200 mil, aí eu falei, "já deu", foi demais, não é? E foi um monte de coisa que eu vinha caindo na real. O jeito que ela me tratava, eu vinha percebendo que não era comportamento de quem se importa com alguém que ta ao seu lado. Ela não tinha cuidados comigo, não se preocupava quando eu me arriscava (...). Eu fiquei triste porque ela me enganou

(...). (Trecho de entrevista com Lúcio, realizada no dia 31 de julho de 2007).

Magoado com fim da relação amorosa e temendo que a ex-namorada viesse denunciá-lo à Polícia de Minas de Gerais, Lúcio volta a morar no estado de São Paulo, desta vez, em uma das cidades da região metropolitana. Aqui, ele deixa de ser Sergio Fontes e adota a identidade de Maurício Duarte.

Durante o período que permaneceu em Belo Horizonte, acompanhado de Sabrina, Lúcio afirma ter adquirido sofisticados hábitos de consumo e desenvolvido uma rotina compatível com as altas quantias que tinha acesso, participando de grandes assaltos.

Como você sabe, eu sempre quis ter vida de bacana e a Sabrina era igual a mim nisso: era uma pobretona com espírito de madame e muito gananciosa. Nós dois vivíamos na ostentação e eu gostava disso, nela. Naquela época eu trabalhei muito, foi o tempo que eu mais tive negócio pra encaminhar. Mas o tempo que eu ficava livre, a gente aproveitou muito. A gente vivia em restaurantes caros, passávamos fins de semana em resorts, foi um tempo muito bom. Os móveis do nosso apartamento em BH, era tudo escolhido a dedo, ela escolheu a dedo, tudo peças caras. Ela que escolhia as nossas roupas, e ela tinha um bom gosto. Eu e ela, nós formávamos um casal que se destacava nos lugares porque nós nos vestíamos muito bem. Foi a Sabrina que me fez pegar o hábito de chegar numa loja pra comprar uma roupa e escolher e experimentar sem olhar para o preço. Ela que fez eu me acostumar a chegar num restaurante escolher um prato e não olhar o preço (...). Em algumas coisas a gente se dava muito bem, porque Sabrina era o tipo de gente que sabia gastar dinheiro muito bem (...). Ela gastava dez mil reais em uma tarde, mas por incrível que pareça, não era desperdício. Tudo o que ela comprava era de muito bom gasto. E isso não é estourar dinheiro. Isso aí, é saber aproveitar a vida. Os ternos que ela comprava pra mim, as combinações de camisa com gravata que ela fazia eu não acreditava. Ela foi vendedora de uma loja de rico, então sabia como deixar as pessoas elegantes. Nossa, eu aprendi a escolher roupas com ela. Você sabe o que é abotoaduras, de prender o colarinho na camisa? Eu nem sabia que existia, ela que comprou umas pra mim. Combinar a cor da meia, com a cor da calça e a cor do sapato, isso eu também aprendi com ela (...). Hoje, os meus amigos, e até as minhas amigas mulheres, dizem que eu sei me vestir, mas foi a tal lá de BH que me ensinou. Isso aí eu devo a ela (Trecho de entrevista com Lúcio, realizada no dia 31 de julho de 2007).

Temendo ser localizado e preso, na grande São Paulo, Lúcio permanece na metrópole apenas por alguns meses e decide se mudar para a região Nordeste. Escolhe

Maceió para residir. Na capital do estado de Alagoas, ele se faz passar por Victor Vieira, um empresário paulistano do ramo de construções.

Um elemento marcante de sua estadia na cidade parece ter sido o namoro com uma estudante de odontologia. De acordo com meu interlocutor, este foi o mais significativo envolvimento amoroso de sua vida. Vejamos sua fala:

Eu conheci a Raquel quando estava morando lá. Assim que eu conheci quis logo namorar ela. Nós namoramos quase dois anos (...). Ela era linda. Uma princesa. Tinha o cabelo bem pretinho, quase na cintura, tinha a cinturinha bem fininha. O sorriso dela era aberto e lindo, era o que havia de mais lindo no mundo, era o sorriso dela. Tinha uns dentes brancos, perfeitos. Um rostinho todo afiladinho (...). Foi em 2003, ela tinha 23 anos, tava terminando odonto. Ela morava ali naqueles condomínios do Bougainville (...). O avô dela era dono de uma fábrica de refrigerantes, o pai dela é cirurgião e a mãe tinha duas lojas no shopping. Era uma família rica (...). Não deu mais, porque começou a complicar para mim, tava perigoso ficar lá. A Polícia Civil e a Federal tava prendendo muita gente. O Auricélio caiu nessa leva, muita gente tava caindo. Por isso que eu tive que sair fora. E eu nunca, nunca, jamais que eu ia falar pra ela da minha vida. Eu fui embora sem contar nada. Ela mesma, a Raquel, até que nem tanto, eu não tinha muito medo da reação dela, porque ela gostava de mim, podia até entender. Tudo é possível. Mas o pai e a mãe, nunca que iam aceitar. Eles não eram qualquer um, era gente bem relacionada, eles podiam me ferrar. Aí eu sumi, desapareci sem deixar nenhum sinal. Foi melhor evitar o constrangimento (...). Eu tinha falado que era empresário de São Paulo, no ramo das construções e que estava investindo no Nordeste. Um dia eu disse ao avô dela que eu estava vendo as possibilidades transferir a sede das minhas empresas para Maceió. Quando nós nos conhecemos, ela me perguntou se eu era formado em administração, eu falei que sim. A família dela, nunca desconfiou de nada. Eu nunca dei margem (...). Aí eu tive que ir embora (...). Eu sofri muito. Pensava nela o tempo todo, queria ligar e tudo, queria ouvir a voz dela. Até hoje eu penso em procurar por ela, em ver de novo, mas é melhor não, não é? (...) Se ela tiver casada ou noiva ou namorando, eu não sei como vou reagir, não sei mesmo. Nas minhas lembranças, a Raquel é só minha. Se é para dividir ela com alguém, eu prefiro ficar sem saber de nada. (Trecho de entrevista com Lúcio, realizada no dia 31 de julho de 2007).

Temendo que a Polícia alagoana o identificasse, meu interlocutor subitamente toma a decisão de se mudar para o Ceará, fixando-se em Fortaleza, por um ano e meio. Neste período, Lúcio volta a usar documentos com o nome de Maurício Duarte. Quando interpelado por vizinhos e pessoas com quem se relacionou, durante a permanência na cidade,

ele dizia que trabalhava para um explorador imobiliário americano e estava encarregado de comprar terrenos e imóveis na capital e cidades litorâneas do estado. Segundo ele, os anos de 2004 e 2005 foram, em sua maior parte, destinados ao lazer: prática de esportes e viagens ao litoral do Nordeste. O período que afirma ter estado mais ocupado na organização de assaltos vai de 1998 a meados de 2003. Nos anos seguintes ele organizou somente cinco ações.

Em 2005, ciente de que estava sendo procurado por Polícias de seis estados brasileiros, decide se submeter a um procedimento cirúrgico, alterando traços do seu rosto. O processo clínico modificou seu nariz, lábios, queixo, formatos das maçãs e contorno dos olhos. Além da cirurgia facial, Lúcio também se submeteu a um tratamento fonoaudiológico que alterou consideravelmente a voz. Ele conseguiu eliminar interferências sobre as cordas vocais que tornavam sua fala rouca, deixando-a mais fluente e diferente da sua voz anterior.

Depois de ter o rosto significativamente modificado, Lúcio Canoas, certo de ter se tornado irreconhecível, adota o nome de Frederico Martinez, identidade que, segundo ele, pretende manter até a morte. Meu interlocutor garante que a mudança na aparência foi desencadeada pela decisão de não mais fazer assaltos. Alegando que possui dinheiro suficiente para viver de maneira abastada por várias décadas, afirma que está empenhado em usufruir de sua fortuna com tranquilidade e sem riscos de ser identificado. Para ele, a providência de se tornar irreconhecível para Polícia e outros assaltantes, com quem manteve parcerias ou contraiu inimizades, nos últimos anos, tornou exequível a intenção de “começar do zero”.

Poucos meses depois da intervenção cirúrgica realizada no estado de São Paulo, ele se mudou para Florianópolis, onde passou a ser Frederico. Apesar de manter a maior parte de seu dinheiro fora do país, Lúcio adquiriu prédios residenciais e se tornou sócio de uma fábrica de equipamentos esportivos, na capital catarinense.

Em outubro de 2006, depois de ter passado alguns anos se eximindo de compromissos amorosos, ele conhece Mirela e começa a namorá-la. Filha de um de advogado e uma fisioterapeuta, ela tem 26 anos e é formada em marketing. Segundo ele, trata-se de uma mulher bonita e “apresentável”. Meu interlocutor demonstra considerá-la compatível com *fachada* de um homem rico e bem sucedido.

Quando se refere à Mirela, Lúcio traça planos para o futuro e, ao mesmo tempo, compara a moça à ex-namorada Raquel. O trecho de sua fala, abaixo, revela confusão entre passado e presente.

Essa minha atual, é linda também, uma loira de parar o trânsito, é daqui de Florianópolis mesmo. Mas ela é diferente da Raquel, essa de hoje eu sei que nunca vou poder falar da minha vida. A Raquel era boa, era uma pessoa muito boa. E também tinha profundidade, tinha sensibilidade. Nós conversávamos muito, era uma companheira de verdade. Quando ela me via, os olhinhos dela brilhavam. A gente conversava sobre qualquer assunto. Ela entendia de arte, lia livros, literatura brasileira, conhecia escritores da Europa. Sabia conversar sobre qualquer assunto, era só começar, que ela desenvolvia, entendia de política nacional e internacional. Sem exageros, a minha Raquelzinha era uma princesa. Eu tentava impressionar a mulher, mas não conseguia. Uma vez eu li sobre arte para conversar com ela, mas acontecia o contrário, eu é que saía impressionado. Ela sempre me dava um banho. E não era com prepotência, ela não era prepotente, nem arrogante. Ela falava com leveza. Eu babava na frente dela. A Mirela, a minha atual, é uma moça inteligente, a família dela é descendente de alemães, o pai dela é advogado e a mãe dela é fisioterapeuta. Ela teve uma boa educação, fez faculdade de 'designer' gráfico. É uma moça inteligente. Teve uma boa educação (...). E é um mulherão, de parar o trânsito, ela tem um 1,75m, tem quase minha altura. Eu gosto muito de sair com ela na rua e na noite, porque ela tem uma beleza que chama a atenção. Todo homem gosta, não é? De sair com uma mulher, que os outros homens gostariam de ter. E ela parece gostar de mim, é uma boa companhia. É aquele tipo de mulher, que é inteligente, que foi bem educada, que fez faculdade, mas também que a mãe educou para casar e formar família. A Mirela não tem o perfil de mulher independente ou de rebelde, ela foi educada para casar, casar com um homem rico, é claro. Do nível dela. Mais um tempo aí, se a gente continuar se dando bem, eu penso em casar. Ela é uma menina perfeita para qualquer homem. Mas eu não sei, as vezes, eu acho que falta alguma coisa (...). Acho que é um pouco mais de profundidade e de uma alma detalhista. Acho que eu sinto falta de ver os olhos dela brilharem quando vêem algo bonito. Mas entenda. Mas brilhar por causa de um livro que ela leu, por causa de uma exposição que ela quer ir. Não estou falando de brilhar por causa de uma sandália numa vitrine. Na minha opinião, é isso que faz uma mulher ser completa (Trecho de entrevista com Lúcio, realizada no dia 31 de julho de 2007).

O fascínio pela moça de Maceió, e a referência a ela quando fala sobre outras namoradas, provavelmente, ganham maiores dimensões porque o romance foi interrompido. Ele teve que sair subitamente da cidade, precavendo-se de uma possível prisão. Raquel aparece, portanto, como uma aspiração inacessível na sua trajetória marcada por conquistas de bens e posições que, durante sua infância e adolescência, pareciam impossíveis. Sendo considerada portadora de características tais como, beleza, feminilidade, ela o agrada por ser o oposto das mulheres com quem conviveu quando criança, expressamente sua mãe,

segundo ele, pouco graciosa e nada feminina. Além das mencionadas qualidades, que Lúcio buscou em todas as mulheres por quem se aproximou, Raquel aparece como personificação de traços ambicionados para si próprio, tais como, saber erudito e “berço”, já que nasceu em uma família rica. Quando exalta a sensibilidade, a profundidade das reflexões, domínio em discussões sobre arte, política nacional e internacional ele se refere a uma natureza de saber que sempre procurou, no domínio de suas práticas ilegais, terem identificados consigo.

Lúcio, durante os anos de 1998 e 2005 ficou “famoso” e reconhecido entre praticantes de grandes roubos por sua competência na elaboração de planos, eram distintivos de suas operações a atenção ao detalhes e as estratégias de abordagens do alvo. Seus assaltos costumam se basear numa complexa sucessão de estratégias, características que os tornavam sofisticados. Muitos dos seus planos foram inspirados em filmes holywoodianos. Ele se vê e é visto por dezenas de assaltantes como um “brilhante” articulador de operações milionárias. Assim, mesmo não tendo a erudição que atribui à Raquel, Lúcio se considera detentor de qualidades e competências compatíveis com este saber. De alguma forma, a moça representava sua auto-imagem idealizada numa versão feminina.

Como vimos, a trajetória de Auricélio é marcada pela multiplicidade de vias exploradas e de personagens mantidos simultaneamente, em cidades diferentes. Na vida de Lúcio, por sua vez, os personagens não co-existem, mas se sucedem. Embora venha utilizando diferentes nomes e sobrenomes desde 2008, estes quase sempre são correspondentes aos períodos de permanência em uma determinada cidade, tendo sido abandonados quando meu interlocutor se mudava para outro lugar.

Verifica-se no seu cotidiano um conjunto de contingências que o leva a ser *outro* e *vários*, subvertendo instituições jurídicas e imperativos sociais vigentes. No entanto, no âmbito de estratégias e agenciamentos que o possibilita assumir variadas identidades, Lúcio demonstra uma busca por conceder um traçado linear a sua trajetória.

Em *A Ilusão biográfica*, Bourdieu (1996) ressalta que nos relatos autobiográficos é recorrente:

(...) a preocupação de dar sentido e extrair uma lógica retrospectiva e prospectiva, uma consistência e uma constância, estabelecendo relações inteligíveis, como a de efeito e causa eficiente ou final, entre os estados sucessivos, assim constituídos em etapas de um desenvolvimento necessário”(...). Esta modalidade de narrativa propõe acontecimentos que, sem terem se desenrolado sempre em sua estrita sucessão cronológica (...) tendem ou pretendem organizar-se

em seqüências ordenadas segundo relações inteligíveis (Bourdieu, 1996:75-76).

Ao contrário das falas de Auricélio sobre sua vida que chama a atenção pela falta de uma seqüência cronológica linear, encadeando suas lembranças e é manifestada a confusão que ele faz entre si mesmo e os personagens que constrói, nos relatos de Lucio são explícitas preocupações com nexos e sistematização. É nítida e declarada a interpretação que acrescenta às descrições veiculadas em suas falas.

Enfatizando arbitrariedades e limites da “história de vida” como ferramenta analítica, Bourdieu acrescenta que “esse ganho de coerência e de necessidade pode estar na origem do interesse que os investigados têm pelo empreendimento biográfico”. Segundo ele, ocorre das pessoas, cuja trajetória é analisada, manifestarem “propensão a tornar-se o ideólogo de sua própria vida selecionando, em função de uma intenção global, certos acontecimentos significativos e estabelecendo entre eles conexões para lhes dar coerência” (Bourdieu, 1996: 76).

As narrativas de Lúcio, amplamente, reiteram as ressalvas de Bourdieu. Em nossas conversas, ele apresentava alguns eventos como emblemáticos e a partir deles explicava um conjunto de outros. Era explícita, a busca por classificar vivências e demonstrar a importância subjetiva das mesmas. A forma como organiza suas lembranças e estabelece ligações entre acontecimentos revelam anseio por conceder uma modelagem cronológica linear a sua biografia.

Provavelmente um conjunto de inquietações existencialistas que transbordam de suas falas sobre o sentido da vida, a vontade de realizar aspirações pessoais e a crença de que é possível mudar o “destino”, fazem com que meu interlocutor procure conceder sentido unívoco e unidirecional a sua trajetória. A percepção da vida como um trajeto retilíneo e direcionada a um determinado desfecho se manifesta em sua “avaliação” do período de seis anos e meio em que esteve preso. É recorrente, criminosos com passagens por penitenciárias, interpretarem o cárcere como interrupção ou retrocesso. Lúcio, no entanto, apresenta a estadia na prisão como uma situação de aprendizado, cujo saber foi amplamente utilizado anos seguintes. É como se ele interpretasse este período tendo em mente acontecimentos futuros, quando veio planejar milionárias operações de assaltos, tornando-se famoso entre os “profissionais” desta modalidade de crime.

Em sua trajetória que concebe linear, Lucio acredita que pôde abandonar à profissão de assaltante, passando a viver na condição de uma outra e nova pessoa. No

cotidiano de Auricélio, a manutenção simultânea de várias identidades figurava como mecanismo para dois objetivos, ocultar a si mesmo e o seu patrimônio, que é assumido e gerido por familiares, esposa e namoradas. Por sua vez Lúcio, que se apropria de mecanismos internacionalmente disponíveis para a “lavagem” de dinheiro, nos chamados paraísos fiscais, utiliza-se de identidades e histórias fictícias sobre si mesmo somente para permanecer fora do alcance da Polícia. Seus personagens costumam retornar aos *bastidores* após um determinado período, sendo substituído por outros. Depois que saiu da prisão, nunca mais passou por situações em que a “falsidade” de suas *fachadas* tenham sido descobertas, antes dele encerrar a atuação. Ao contrário de Auricélio, cuja prisão veio revelar sua “verdadeira” identidade e tornar pública uma parte dos seus crimes, Lúcio tem conseguido *salvar a face* em diferentes papéis representados.

Se Auricelio pode ser pensado como uma minhoca, o anelídeo que se cortado em vários pedaços, consegue se regenerar e manter vivas cada uma delas, vivendo separadamente. Lúcio pode ser comparado a mamíferos e insetos que sofrem metamorfoses no curso da vida. Já que, há alguns anos, optou por mudanças físicas irreversíveis. Em sua concepção, foi possível alterar o futuro que lhe seria destinado na condição de rapaz pobre. Por meio de intervenções drásticas na aparência física, criou a alternativa de ser bonito, rico e livre de perseguição policial. Acreditando ter mudado o futuro, apagar o passado também passar a ser possível. Vejamos sua fala:

Hoje eu sou essa pessoa que você está vendo. Gosto de lugares como esse, impecáveis, de ver pessoas bonitas, de tomar esse vinho que eu tou tomando e saber que tem várias garrafas na prateleira. Gosto de poder conversar com pessoas inteligentes, como nós estamos conversando agora, gosto de viver na tranqüilidade e na abundância. De conhecer as pessoas que hoje eu conheço, que fazem parte do meu círculo de amizades, adoro ser bem tratado, da maneira que eu sou tratado, em todos os lugares que eu vou. Se você tem tudo o que você quer, não há com o que se preocupar. Se você pode pagar, você pode fazer tudo o que você quer fazer, na hora que você quer fazer (...). Por exemplo, agora estou aqui, eles têm uma cozinha com tudo. Nós podemos pedir qualquer coisa, é só pedir e eles que vão vir deixar aqui, comida de qualidade. Se eu não quiser comida daqui, eu tenho um carro na garagem, para me levar para qualquer lugar, temos dinheiro para ir a qualquer restaurante, ou bar, ou boate da cidade (...). Então, eu respondo a pergunta que você me fez antes, pois é, é isso que eu sou, é assim que eu gosto de viver. É com esse tipo de vida que eu me identifico. Aqui, eu estou me sentindo em casa (...). Meu espírito é mais verdadeiro como a pessoa que eu sou hoje e como vivo, do que com o que eu teria sido, se eu não tivesse feito nada pra mudar de vida (...). Com certeza o que eu sou hoje, representa mais o

que eu sou de verdade (Trecho de entrevista com Lúcio, realizada no dia 02 de agosto de 2007).

Auricélio parece ter conseguido tirar proveito da moldagem singular que a condição de “fora da lei” conferiu ao curso de sua vida. Lúcio, embora também o tenha feito, mostra perturbações e inquietações diante da necessidade de ser vários, da iminência de voltar para a cadeia e de ser descoberto pelas pessoas com quem convive. Apesar das instabilidades características do cotidiano de um impostor, ele não abre mão de traçar objetivos a longo prazo e acreditar no futuro livre das conseqüências do passado. Rebelar-se contra as incertezas que emolduram o horizonte de um fugitivo. Lúcio e Auricélio acionam diferentes estratégias diante do objetivo comum de usufruir do dinheiro adquirido em assaltos, permanecendo isentos das injunções jurídicas socialmente disponíveis para a punição de seus crimes.

Ao contrário de “foras da lei” que obtêm quantias menores em suas infrações e sofrem maiores estigmatizações, praticantes de “grandes assaltos” como Lúcio e Auricélio, que acionam um conjunto de mecanismos para ocultar a condição de criminoso das pessoas com quem interagem, costumam ter a auto-estima elevada e se consideram “bem sucedidos”. Vejamos a breve avaliação do meu interlocutor sobre sua vida, nos últimos dez anos, balizada por estratégias para se manter “rico” e fora da prisão:

Nesses últimos dez anos eu morei em muitos estados diferentes, tive muitos nomes diferentes, mudei o corte de cabelo várias vezes, o jeito de vestir, tive duas mulheres. Então, eu sei que minha vida não é como a vida de outras pessoas. Mas você perguntou se eu tenho crise de consciência a maior parte do tempo. Eu te digo que não, sabe por quê? Porque eu sou bem resolvido, com o caminho que eu segui, eu não sou vagabundo, eu trabalhei muito, trabalhei como um louco, eu me arrisquei muito. Eu tinha um objetivo de ser alguém na vida e de fazer da minha vida, uma vida que valesse de viver. E eu fiz. Você sabe disso, você fala isso no seu mestrado, que o assaltante é um empreendedor capitalista, e eu acho que você acerta, porque é isso que eu fui mesmo. Quando a gente tem responsabilidade e tem objetivo, a gente trabalhando direito, consegue juntar dinheiro. Não tem quase nenhuma diferença desses caras que vieram de baixo e subiram na vida. Como o Silvio Santos, por exemplo. O negócio é o seguinte, não importa se o negócio se é limpo, se é crime, seja o que for, o cara só sobe se ele tiver determinação. Se ele for vagabundo, se não souber o que quer, não tem negócio no mundo que faça ele prosperar. Normalmente eu não gosto de agir irregularmente. Todos os meus carros são legais, eu nunca atraso uma fatura de cartão de crédito. Aliás, eu uso sempre dinheiro. Fora dos assaltos que eu me

envolvo, eu nunca roubei nada, jamais roubaria uma bolsa de uma mulher, uma carteira de um senhor, eu nunca me sujaria com isso. Então afirmo aqui para você, eu roubei sim, roubei muito, muito mesmo, tudo que eu tenho eu ganhei com assalto, mas eu sempre tive critérios. Então voltando ao assunto, da minha vida, eu não posso reclamar, pois eu ganhei muito dinheiro, em muito pouco tempo. Mas não foi fácil não, eu trabalhei muito. Sacrifiquei muitas coisas. Eu passei cinco anos da minha vida atrás das grades, vi o sol quadrado por cinco anos. Desde que eu fugi, vai fazer dez anos, eu nunca pude me fixar em nada, não tive o direito de ter uma família. Nunca pude me dedicar a nada. Eu me sacrifiquei para ter o que eu tenho. E no final, somando e subtraindo eu acho que valeu a pena, porque eu saí da cadeia sem nada, eu comecei do zero, e eu fiz a vida me dar uma outra chance (Trecho de entrevista com Lúcio, realizada no dia 02 de agosto de 2007).

Quando diz que fez “a vida lhe dar outra chance”, Lúcio demonstra a sensação de triunfo, provavelmente, ele se remete à vontade de ser outra pessoa, de ter outra família, e transitar por círculos sociais diferentes dos que tinha acesso no convívio de seus familiares. Tratam-se de aspirações que o acompanham desde a infância. Roubando bancos, empresas de guarda-valores e algumas joalherias, ele teve acesso a bens de consumo e símbolos de status social que tanto almejou, tais como roupas de grife, casas luxuosas e carros de luxo. Para usufruir este patrimônio, sem sofrer as devidas punições jurídicas pelos crimes cometidos, ele não podia continuar com o mesmo rosto, que estava reproduzido em retratos falados por Polícias de vários estados. Lúcio se submete a uma cirurgia e ganha nova face, por meio de um tratamento fonoaudiológico altera a voz, adquire documentos com um nome novo, escolhido por ele, e vai morar em uma cidade, onde ninguém o conhecia. Nasce, assim, um homem rico e bonito, livre das frustrações e medo do futuro, proeminentes no pacato rapaz do interior de São Paulo.

No entanto, o conforto e requinte conquistados não equacionam a ambigüidade de sua existência, nem solucionam as crises dela advindas. Sua auto-imagem se constrói e reconstrói cotidianamente na indefinição entre várias identidades assumidas no passado, que ainda o atormentam. Mesmo usufruindo de uma rotina abastada e tranqüila, ele não escapa de tensões. Trata-se de uma condição *liminar*, na qual Frederico Martinez é perseguido e atormentado por Lúcio Canoas.

Vejamos trechos de sua fala, em um momento de desabafo, durante nossas conversas:

(...) eu já vivi muitas emoções fortes, muitas aventuras. Minha vida, acho que daria um roteiro de um filme de quatro horas (...). Mas essa cirurgia é um negócio que ainda não está resolvido para mim. Você passar a ser outro, é muito estranho. Quando a gente muda de nome, com isso eu já me acostumei. É algo que fica no papel, em um documento. Mudar de nome só tem o problema de quando te chamam. Porque até que você se acostume, as pessoas te chamam e você não olha. Ou então alguém chama seu nome de verdade e você responde. Mas até aí tudo bem, você pode inventar uma desculpa. E você se acostuma rápido. Com duas semanas você já acostuma a ser chamado pelo nome novo. No espelho você é o mesmo. Todo mundo que te via antes, quando te vir de novo, vai ver a mesma imagem, quando te vir de novo. Não sei se é porque foi a primeira vez que eu fiz isso. Pode ser. Mudar o rosto, completo, completamente, o negócio vai mais longe. No meu caso foi uma mudança completa, de lagarta pra borboleta. Eu emagreci muitos quilos também (...). Mudei tudo. Eu perdi minhas heranças e meus traços genéticos, da minha família. Meu nariz que era igual ao da minha mãe, eu mudei. Minha boca que dizem que é igual a do meu pai, eu também mudei. Eu perdi todos os meus caracteres genéticos, essa coisas de parecer com alguém. Se eu tiver um filho, não vou poder identificar traços meus nele, os traços que eu tenho agora. Você está entendendo? Às vezes, aconteceu já três vezes nesses dois anos, eu acordo na madrugada e vou ao banheiro, no espelho. Aí quando eu me olho, me assusto, porque quando eu tou sonhando que eu apareço no sonho, ou então, quando eu penso em mim, muito distraído, a imagem que aparece é do rosto antigo. Então, aí eu me olho no espelho e vejo essa cara que você tá vendo na sua frente. Quando acontece esses brancos, eu me dou conta de que a minha cara de hoje, ainda é estranha para mim. Isso me assusta. Vez por outra acontece. Na verdade, na minha memória, quando eu penso em mim, o rosto que aparece é o outro. Acho que vai demorar para o cérebro processar completamente essa transformação (...). Quando meu rosto desinchou, foi exatamente no momento que chegou todos os meus documentos, com o meu nome no RG, CPF, tudo certinho, ficha limpa, cara limpa. Se eu quisesse teria arrumado também um diploma de universidade. Mas eu nunca quis, porque é mais arriscado. Mas aí, eu era um novo cara, acho que alguém que eu sempre quis ser (...). Eu era outra pessoa, imagina você, eu que não gostava da minha vida, nem das minhas origens. Aí, agora eu tinha, não só outro nome e sobrenome, eu tinha outro rosto. Eu podia começar do zero, chegar em qualquer lugar que eu quisesse, inventar qualquer história sobre o meu passado, ou simplesmente não falar nada e ter uma vida bem novinha, do zero (...). Mas é um negócio sinistro, um negócio punk. E é algo que deve ser guardado só pra você. Se você não for muito equilibrado, você se confunde na frente das pessoas, dá bandeira, se você não se segurar, você pira (Trecho da entrevista com Lúcio, realizada no dia 03 de agosto de 2007).

Ao se submeter a uma cirurgia e decidir mudar o rosto, Lúcio incide em uma *experiência transformativa* e radical de se tornar definitivamente *outro*. Uma “metamorfose” foi produzida em sua vida como um mecanismo para garantir a impunidade de um foragido da Justiça, modelando novas possibilidades de futuro para um jovem com notórias crises existenciais e perturbações psicológicas. A narrativa dos dilemas experimentados por Frederico Martinez demonstra que, mesmo conseguindo manter os personagens que constrói, Lúcio vivencia tensões. Suas múltiplas *faces* e *fachadas* entram em confronto no espaço dos *bastidores*. Fora do alcance das *platéias*, sempre que Frederico se distrai, Lúcio se manifesta (Goffman, 1980; 1992).

Meu interlocutor que tantas vezes ressaltou o seu anseio de sair do marasmo e da falta de perspectivas concernentes à vida de um rapaz pobre do interior. Encantado com o *glamour* de personagens do cinema, passa a tomá-los como referenciais de um estilo de vida ideal. Por vias ilegais e arriscadas, ele ficou rico e mais bonito, vivenciou a satisfações produzidas pelo consumo e aceitação das pessoas com quem interagiu, nos últimos dez anos. Se o perturbava a possibilidade de permanecer até a velhice em sua pacata vida interiorana, ele veio à metrópole, percorreu o país, conseguiu ser visto e ter seu “talento” reconhecido entre pares, teve inserção em círculos sociais tidos como elitistas, nas diversas cidades que chegou a residir. Mas para que todos o vissem, Lúcio já não pode ver a si próprio, diante de um espelho.

4. 3. Identidades Fragmentadas.

Lúcio e Auricélio são pessoas muito diferentes, no humor, no temperamento e na maneira de falar. Auricélio é extrovertido. Quando fala consegue fazer seu interlocutor e outras pessoas, que eventualmente estejam por perto, concentrarem a atenção nele, gesticula, muitas vezes é onomatopéico, faz gracejos e conta “causos”, declara ódios e amores com facilidade. Lúcio, embora não seja introspectivo, é uma pessoa discreta e contida, também é bem humorado, mas fala em baixo tom de voz e não usa as mãos ou balança a cabeça como subsídio para a comunicação verbal. Quando conversa, às vezes, mantém o olhar distante e um semblante entristecido.

Ambos costumam se referir a si mesmos como “rapaz do interior”. Lúcio nasceu e viveu quase duas décadas no perímetro urbano de um pequeno município da região Sudeste. Mesmo habitando um bairro de população de baixa renda, dispunha de saneamento

básico, energia elétrica e água encanada, teve acesso a eletrodomésticos básicos como televisão, geladeira, ferro de engomar e liquidificador, desde os primeiros anos de vida. O trabalho do seu pai, como motorista de ônibus, embora não fosse bem remunerado, constituía uma ocupação integrada ao que, recorrentemente, chama-se de “moderno”. Os bens de consumo, aos quais já teve acesso nos anos de 1970, concediam traços urbanos ao seu cotidiano, quando comparado com a ambiente no qual nasceu e viveu Auricélio por 17 anos.

O assaltante alagoano residiu, durante sua infância e adolescência na zona rural do semi-árido nordestino. Filho de agricultores semi-analfabetos, sua residência não dispunha de energia elétrica, nem água encanada. Os meios de transporte cotidianamente utilizados por seus familiares e vizinhos eram bicicleta, cavalos e jegues. Em sua localidade não havia sistema de esgoto, luz elétrica ou água encanada. Todos os dias ele gastava duas horas e meia, deslocando-se de sua casa até a escola, localizada na cidadezinha sede de seu município. Auricélio somente incorporou programas de televisão, novelas e filmes em sua rotina quando foi morar no estado do Pernambuco.

Evidencia-se, portanto, que os dois rapazes foram socializados em universos infra-estruturais e simbólicos díspares. O ingresso de cada um deles no mundo da ilegalidade também se deu de maneiras diferenciadas. Mas Auricélio e Lúcio, como vimos, apresentam semelhanças consideráveis em suas trajetórias: os dois vivenciaram escassez material e depositaram na prática de grandes roubos esperanças de ascensão social e expectativas de realizações pessoais. Ambos são considerados por outros praticantes de tais ações criminosas, com os quais também realizei entrevistas, exemplos de “profissionais competentes” e de “carreiras bem sucedidas”.

O desenrolar de suas trajetórias na condição de “foras da lei” engendra emoções e aprendizados com dimensões *formativas e transformativas*, sendo possível identificar eventos e contextos impactantes e catalisadores de mudanças. Vivências de conflitos, resignificações, deslocamentos, perdas e ganhos súbitos, que são constitutivos da rotina de “assaltantes profissionais”, têm o efeito de produzir singularidades na articulação de suas subjetividades.

As recorrentes mudanças de endereços, a necessidade constante de fugir da Polícia, entradas e saídas em penitenciárias, experiências de medo e perigo, idas e vindas em suas vidas afetivas e conjugais, junto com a utilização corriqueira de nomes falsos¹⁹,

¹⁹ Fabrício, um amigo de Bernardo que conheço desde 2003, assinala a importância de escolher codinomes e apelidos com semelhanças fonéticas: *Tem que ser cuidadoso com essa coisa dos nomes, porque senão você se perde no seu edifício de mentiras. Por exemplo, uma tática, se numa cidade x eu falei que meu nome era*

acabam por interferir nos processos de pensar e sentir dos meus interlocutores. Eles não só cometem mais um crime, o de falsidade ideológica, mas incidem sobre formas singulares de conceber o *eu*. Embora este trabalho, venha enfatizando performances diante de *outros*, um elemento também relevante são os efeitos provocados sobre estes atores, pelas tantas mentiras que contam e as diferentes identidades que utilizam. Se para as *platéias* suas atuações costumam ser verossímeis, em algumas situações os próprios *performers* desejam fundir seus destinos com o dos personagens que representam.

De acordo com Goffman (1992), ocorre de os atores sociais desempenharem papéis sendo *cínicos*, no início, não acreditando nos conteúdos de suas *performances*, e após algum tempo de prática reiterada passam a fazê-lo de maneira *sincera*. Ele cita como exemplo, a formação de rapazes no serviço militar. A maior parte destes jovens, quando recrutados, cumpre normas e segue os treinamentos do Exército, temendo punições físicas, mas ao longo do processo ocorre a incorporação do *ethos* da instituição e alguns rapazes passam desempenhar estas atividades como forma de colocar em prática os valores introjetados. Sendo assim, *sinceridade* e *cinismo* não devem ser interpretados como posturas fixas e totalizantes. O agente social pode alterar suas intenções e sentimentos durante um desempenho, sendo que também ocorre das atuações comportarem veracidade e fingimento deliberado, simultaneamente.

Entre os sujeitos desta pesquisa ouvi diversas narrativas de situações em que o “ator”, mesmo encenando mentiras, é veraz nos sentimentos e deseja que sua vida seja a do personagem que está representando. Vimos que Lúcio, quando se fazia passar por Victor Vieira em Maceió, apaixonou-se por uma moça e sofreu quando teve de deixar a cidade, fugindo da Polícia. Ele me disse que desejou que a versão de si representada diante de Raquel e sua família fosse verdadeira. Auricélio, ao mesmo tempo em que foi *cínico*, diante de Fabiana, fazendo se passar por Célio, a atitude de casar com ela foi *sincera*. De fato, ele queria aquele compromisso e tinha intenção de permanecer com a moça por muitos anos. Experimentar, de maneira intensa, diferentes emoções que se desenvolvem a partir dos mais

Cláudio, mas na outra que fica perto, eu preciso usar um documento com um nome de Fernando. Se eu pensar melhor, eu vou me apresentar como Dinho. Porque tanto serve para Ferandinho, como para Claudinho. Se alguém vir alguém conversando comigo e vier perguntar: — Pô Cara, você me falou seu nome era Cláudio e ali eu vi o cara te chamar de Dinho. Aí eu falo: — Meu, não tem nada pegando não cara, ele me chama de Dinho pra abreviar Claudinho. Um apelido que emplaca bem também é Dudu. Porque você pode usar muitos nomes com ele, dá pra usar com Eduardo, Durval, Fernando também, porque termina com 'do'. (...) Dá pra usar também o sobrenome Duarte (...). O cara tem que saber fazer essas ligações, porque senão ele pode se enrolar nas estórias dele e se contradizer em tudo (Trecho da entrevista concedida por Fabrício, no dia 13 de fevereiro de 2007).

variados enredos, interfere na estrutura de sentimento de assaltantes profissionais, em suas formas de situar no mundo e de conceber a si próprios.

Bourdieu (1996) chama a atenção para mecanismos socialmente vigentes que garantem a unificação e totalização do “eu”, estes, segundo o autor, “favorecem e autorizam a experiência da vida como unidade e totalidade”. O “nome próprio” é apresentado como dispositivo de fixação de uma identidade ao indivíduo biológico. Tal abstração, que não pode descrever propriedades nem veicular nenhuma informação sobre seu portador, teria o poder de arrancar as pessoas do tempo, espaço e de variações, segundo os lugares e momentos, atuando como “um ponto fixo em um mundo que se move”.

Considerando que meus interlocutores em seu cotidiano subvertem as funções sociais de síntese, coerência e totalidade que o autor atribui ao nome próprio, é possível pensar que estes agentes, em alguns aspectos, escapam dos reducionismos concernentes a tal instituição. A vida de “assaltante profissional” viria dar relevo às multiplicidades e inconstâncias contidas em cada pessoa. Para Bourdieu (1996) não somos mais do que “uma rapsódia heterogênea disparatada de propriedades biológicas e sociais em constante mutação, para a qual as descrições seriam válidas somente nos limites de um estágio ou de um espaço” (Bourdieu, 1996:187). O nome próprio, estando diretamente vinculado à noção de pessoa como unidade e constância atuaria exatamente ocultando e suprimindo as contradições que nos são constitutivas e as transformações que continuamente sofremos.

Marcel Mauss (2003), a partir de uma cuidadosa análise histórica, demonstra que a compreensão de um “eu” singular não é uma noção dada ou natural, mas varia de acordo com os contextos sócio-históricos. Entre os *pueblos*, por exemplo, a pessoa não era concebida como uma unidade autônoma e separada do todo, mas tinha caráter de um personagem e suas ações variavam em sintonia com as características dos meios e círculos sociais. O reconhecimento da pessoa como personagem teria ocorrido também em etnias norte-americanas e australianas. Em outras “culturas”, o princípio do “eu” é associado à consciência. Na Índia, esta noção foi debatida por sábios e filósofos, envolvidos em reconhecer a natureza ilusória do “eu” psicológico e sua contraparte real, localizada em uma pessoa transcendente, divina.

Com os romanos, segundo Mauss (2003), foi dado um passo decisivo para a noção de pessoa ocidental moderna. A pessoa passa a ser reconhecida como um fato do Direito e é situada em uma linhagem familiar, tem nome, sobrenome e suas ações podem ser julgadas por leis como um fato moral. Com o advento do cristianismo, a pessoa teria adquirido um lado metafísico relacionado a uma alma individual, idéia presente até hoje no

pensamento ocidental. A “unidade” da noção de “uma pessoa” é associada à noção de “uma de igreja” e de “uma divindade”. A porção espiritual da pessoa passou a ser, portanto, um fato reconhecido socialmente. Da pessoa cristã, passa-se ao reconhecimento do “eu” psicológico. A parte racional da pessoa atrelada a seu caráter de alma metafísica recebe um tratamento relacionado à consciência e ao caráter pensante do ser humano. Os filósofos modernos e a psicanálise teriam sido os responsáveis em dar acabamento e refinar nossa noção de eu, apresentando-a como uma entidade indivisível e uma unidade psíquica.

Portanto, elementos como unidade e indivisibilidade, inseparáveis da “noção do eu” que tendemos a tomar como natural, são apresentados por Mauss (2003) como um artefato, cuja urdidura levou vários séculos e foi refinada por diferentes povos.

Tomando como referência as contribuições de Mauss (2003) e Bourdieu (1996), é possível pensar algumas situações e contextos do cotidiano de “assaltantes profissionais” como espaço de libertação das sínteses e simplificações que o nome próprio, como mecanismo de fixar um “eu” totalizado e unitário, impõe ao seu portador. Meus interlocutores, vivenciando a condição de “foras da lei”, teriam a oportunidade de experimentar a dimensão multifacetada e mutável do “eu”. Trata-se de uma “alternativa de vida” que possibilita alguma relativização sobre a noção de pessoa fixada por instituições socialmente dominantes, tais como direito, religião e ciência, dentre outras.

A permissão para ser vários, em alguma medida, desencadeia singularidades nas formas de significar a vida, planejar o futuro e vivenciar emoções. Vejamos um trecho da fala de Auricélio:

Ah, eu me acho diferente, com certeza me acho. Essa vida que a gente acaba tendo que levar, tem muita coisa que deixa a gente diferente, que ensina a ver as coisas de outro jeito, a viver a vida de outro jeito. Eu acho que também faz o cara deixar de ser orgulhoso, porque ele nunca vai poder juntar tudo o que ele foi. Juntar assim, em um só. Porque, assim, se ele se orgulha de uma coisa que ele fez, em um lugar, muitas vezes ele não pode usar aquilo na vida que ele vive no presente. Não pode contar aquilo como uma vantagem pra ele porque não faz mais parte, não tem nada a ver com a vida da pessoa que ele tá sendo agora. Você começa a ficar mais desapegado. Você vê que tudo é passageiro e toda uma vida que você constrói em um lugar, que você constrói uma reputação pode cair como um castelo de cartas. Então você aprende a ficar mais desapegado. Se der, deu, se não der, não deu, se não der certo uma coisa que você quer, dar certo outra, e você fica feliz do mesmo jeito. Se não der certo de uma mulher te querer, tem outra que te quer. Eu acho que eu aprendi a ser desapegado. Aprendi a não ser vidrado só numa chance só. Você

passa a saber aproveitar muitas oportunidades. E também a gente fica especialista em começar de novo, um fim nunca é um fim, sempre você pode conseguir fazer um novo começo, pode fazer coisas diferente de tudo que você já foi (Trecho de entrevista com Auricélio, realizada no dia 10 de abril de 2008).

A disposição de começar e recomeçar parece enfraquecer a visão da existência como um percurso retilíneo, e de si próprio como um só, todo o tempo, e a vida toda. Passa-se a se admitir a possibilidade de novos “nascimentos”. A iminência de rupturas e interrupção de desempenhos, cujos personagens são cuidadosamente elaborados, desencadeia uma abertura nos horizontes para novas formas de experimentar vivências e parece promover um deslocamento de si para possibilidades outras.

Embora eu venha utilizando episódios das trajetórias de Auricélio e Lúcio como exemplo de reinvenções do “eu” possibilitadas por uma rotina caracterizada pela inconstância, a não fixação e a incoerência, a vida de todos os assaltantes com quem tive oportunidade de conversar são marcadas por descontinuidades, rupturas e recomeços. A utilização corriqueira de identidades fictícias e o envolvimento afetivo com várias mulheres simultaneamente são os principais fatores de dissolução da pessoa como uma unidade, em várias versões possíveis de si.

Tais vivências de subversão da “noção de eu” socialmente instituída algumas vezes são positivamente significadas e em outras aparecem como causa de sofrimento e frustração. A declaração de que mantêm várias namoradas ou esposas simultaneamente têm sido sempre apresentada pelos sujeitos da pesquisa como motivo de orgulho e atestado de masculinidade. Por sua vez, a necessidade de mudar de residência para fugir da Polícia e as viagens corriqueiras para realização de assaltos, em alguns casos são tidas como “boas”, já que possibilitam percorrer varias regiões do país, mas também produzem incômodos, é ressaltada a dificuldade de se fixar em um lugar e desenvolver uma rotina de encontros sociais. A utilização contínua de identidades fictícias, embora possibilite ocultar o verdadeiro nome e “profissão” dos seus portadores, não raro produz confusões em suas lembranças e embaraços diante de outros. Vimos que a mudança de nome, voz e rosto por Lúcio, apesar de ter sido apresentada como positiva porque o possibilitou escapar de forte perseguição policial, também tem sido interpretada como morte da face anterior e motivo de susto diante do espelho. Tratam-se, portanto, de experiências ambíguas e contraditórias, algumas vezes são tomadas como aberturas, libertações e ganhos, outras vezes assumem conotação de perda.

4. 4. Efeito “espelho mágico”.

A iniciativa de adotar a participação em grandes assaltos por meus interlocutores como uma forma de aquisição rápida de altas somas de dinheiro, embora tenha uma dimensão de rebeldia por subverter leis instituídas, não é motivada por uma consciência de que a situação sócio-econômica e de distribuição social do país impossibilitaria tais “conquistas” por vias legais. Se fosse esta a motivação, o ingresso nesta prática criminosa teria um viés de transgressão política. Mas não se trata de querer romper. Aqui, a busca é a de se enquadrar em um modelo dominante de inclusão pelo consumo de bens e serviços sofisticados, correspondendo a expectativas de sucesso e masculinidade, pautadas em um padrão midiática e publicitariamente definido. A intenção que constitui aparato para a prática destes crimes não é de ser dissonante, mas envolve uma busca de se integrar.

Trechos da fala de Lúcio, em alguma medida, reiteram esta suposição:

O tipo de pessoa que parte para uns tipos de crime que dá mais dinheiro, não é porque tá passando fome. Não são pessoas que estão à beira da miséria, de forma alguma (...). A galera rouba não é porque acha a vida de pobre ruim e porque não agüenta mais ser pobre. Mas é pelo contrário, é porque a vida de rico é boa, a gente se acostuma a ter um padrão de vida muito alto e não consegue mais viver sem luxo. Eu te digo Perla, vida de rico é que é vida. Você deixa de se contentar com o bom, agora só o excelente vai te satisfazer. Você deixa de se contentar em chegar em uma loja e ser tratado com educação, quando você se acostuma a ser rico, ser bem tratado não basta, você quer ser bajulado. Ladrão de nível não rouba porque ser pobre é ruim, ele rouba porque ser rico é bom. Entendeu? (Trecho de entrevista com Lúcio, realizada no dia 05 de maio de 2008).

No desenvolvimento desta pesquisa tive evidências de que o significado que estas pessoas atribuem à atitude juridicamente subversiva de praticar crimes, não está atrelado à negatividade ou repúdio ao atual sistema de distribuição social. Busca-se ter acesso a bens, serviços e vivências que, efetivamente, são acessíveis a poucos e, no entanto, são apresentados como modelo de sucesso e triunfo, tornando-se desejável para muitos. O ingresso no crime adquire positividade, na medida em que é significado como um caminho propulsor de ascensão social e satisfações pessoais. Deixa de ser visto como um descaminho e é interpretado como uma “oportunidade” ou alternativa de vida atraente.

Entre os sujeitos da pesquisa, sucesso e masculinidade são identificados com o acúmulo de dinheiro ou propriedades que possibilitam um cotidiano de luxo e *glamour*. Casamentos ou namoros com mulheres bonitas, conforme mencionei, também figuram como indicadores de uma vida bem sucedida. Quando, ocorre de tais mulheres bonitas pertencerem a famílias ricas ou de classe média ou de serem graduadas e cultas, a relação afetiva deixa de funcionar somente como denotativo de êxito pessoal e costuma ser interpretada também, entre praticantes de grandes roubos, como fator de ascensão social, capaz de promover a integração do “felizardo”, de maneira irreversível ou mais consolidada, nos círculos sociais de suas mulheres.

De alguma maneira, estes ideais de “sucesso e felicidade” são decorrentes de uma ideologia capitalista dominante entre homens e mulheres, criminosos ou não, nas sociedades contemporâneas. Tal modelo de “uma vida desejável” é amplamente alimentado por ficções cinematográficas e campanhas publicitárias. Assim, roupas de grifes, casas e carros luxuosos, viagens, entre outros símbolos de distinção social, configuram hierarquias e identificam elites.

Vimos que Lúcio tem como referencial de elegância e parâmetro de sucesso os personagens de Marlon Brando e Al Pacino no filme, *O Poderoso Chefão*, uma produção de F. F. Coppola, que se tornou referência na história do cinema, não só pelo enredo, desempenho dos atores ou boa qualidade da trilha sonora, mas pelo *glamour* de sua produção. A sofisticação e requinte característicos dos cenários e figurinos do filme, junto com uma história que focaliza tradições, laços de família, dádivas e reciprocidades, honra e romance, resultaram em um grande sucesso de bilheteria e crítica, desencadeando a continuidade da história em mais dois filmes. A fixação de “ícones” e “espelhos” tendo como base uma ficção, embora se mostre mais nítida em Lúcio, foi possível identificar em quase todos os praticantes de assaltos com quem conversei. É disseminado o fascínio por personagens do cinema e da literatura.

A inspiração em enredos e personagens fictícios por estes profissionais do crime descortina ou coloca em evidência uma “aura de fantasia” que envolve o ingresso na prática de grandes assaltos. Trata-se de uma atividade, cujos ganhos monetários possibilitam a satisfação de dispendiosas aspirações de consumo, algumas apresentadas como realização de sonhos, alimentados desde a infância. Tal “profissão” tende a ser significada como uma porta para um “mundo fantástico”, onde se pode ter acesso a tudo o que se almeja: dinheiro, casas luxuosas, carros modernos, velocidade, armas, mulheres, bajulações. Tantas “conquistas” produzem a sensação de poder e a impressão de que tudo é possível.

Conforme mencionei anteriormente, um dos elementos assinalados por Turner (1974) como distintivos da *liminaridade* é a “subjuntividade”. Neste estado, as pessoas deixam se situar no mundo com base no modo indicativo (do *foi*, do *está* ou do *será*) e passam a agir, a partir de um “como se”. De acordo o autor, a condição *liminar* reproduz a vida cotidiana, mas não o faz de maneira fiel, instaura um “espelho mágico” (um *como se*) sobre o real, possibilitando subversões de hierarquias e inversões de posições. Este efeito espelho mágico pode ser verificado nas mudanças “repentinas” que ocorrem na vida daqueles que incidem sobre a prática de assaltos de grande porte.

A trajetória de Benício Feitosa é ilustrativa. Ele, que trabalhava como motorista para Auricélio, durante a operação contra a SCT, teve sua estréia no mundo dos grandes roubos. Segundo ele, participou do assalto, cumprindo ordens do patrão: “eu pedia a Deus todo dia para aquilo acabar logo e eu voltar para serviço no caminhão”, (Trecho da entrevista realizada com Benício, no dia 05 de setembro de 2008). No entanto, meu interlocutor mudou de opinião quando recebeu a quantia de R\$ 670 mil, das mãos de Auricélio. Ele ficou deslumbrado com o valor que lhe coube. Vejamos seu comentário:

(...) eu só pensava que a gente ia pra cadeia, pra mim ia ser xadrez na certa, mas que nada, deu muito foi certo. Tudo deu certo. E quando nós conseguimos terminar, eu achei que o Auricélio ia me dar só um agrado, um dinheirinho para pagar meu serviço, porque ele era meu patrão. Mas ele me deu muito dinheiro, igual ao dele, que ele ganhou no assalto (...). Eu nunca tinha visto tanto dinheiro na minha frente, aquilo era dinheiro demais pra mim. Pra mim que fui pobre, eu que sempre trabalhei de empregado para os outros, aquilo ali era bom demais. (...) Eu me sentia como um menino, uma criança de seis anos, porque essas coisas fora do comum, só acontece no mundo das crianças, de você vê uma coisa boa acontecer de uma hora pra outra, da sua vida mudar em tudo (Trecho de entrevista com Benício, realizada no dia 05 de setembro de 2008).

Depois de ter participado da ação contra a SCT, Benício se envolveu em mais três crimes, sempre atendendo aos convites de Auricélio. Satisfeito com as quantias que recebeu e sem ter sido preso ainda, ele considera promissora a “profissão” de assaltante. Com o dinheiro obtido nestes assaltos, Benício adquiriu duas bandas musicais que tocam os ritmos *fórró* e *brega*, tornando-se empresário do ramo de entretenimentos. Sua fala evidencia o entusiasmo e fascínio que este *metier* desperta nos iniciantes. As altas cifras em dinheiro obtidas “(...) Eu nunca tinha visto tanto dinheiro na minha frente (...)” e rapidez com que tal aquisição ocorre “(...) você vê uma coisa boa acontecer de uma hora para outra (...)”,

aparecem como surpresas “agradáveis”. O acesso a elevadas quantias em curtos intervalos de tempo assume conotação de magia, pois ocorre “como se” fosse num “passe de mágica”.; “(...) Eu me sentia como um menino, uma criança de seis anos, porque essas coisas fora do comum, só acontece no mundo das crianças (...)”. Para Benício, o assalto contra SCT, que lhe possibilitou a obtenção de R\$ 670 mil pelo desempenho de algumas tarefas pontuais em situações específicas, é significado como um “espelho mágico”.

A quase totalidade dos meus interlocutores experimenta suas participações em assaltos de grande porte como oportunidade de “subir na vida” e tendem a estabelecer relações entre as “conquistas” daí advindas com suas “fantasias infantis”. Todavia, se tantos “ganhos” acessíveis aos protagonistas desta atividade criminosa produzem a sensação de que “tudo é possível”, a vivência contínua de riscos, confrontos com a Polícia, prisões, morte de amigos, dentre outras contrariedades, mostram que há reversos ao “espelho mágico”. A “profissão assaltante”, embora possibilite a formação de fortunas em poucos anos, desencadeia vivências de perigo e sofrimentos, a iminência de prisão e morte é constitutiva de sua rotina diária.

Entre os entrevistados, foi quase unânime a afirmação de que esta alternativa de vida é compensadora. Trata-se de uma opinião resultante de um cálculo de ganhos e perdas, em que se conclui que a recompensa material desta atividade supera os riscos e dissabores que ocasiona. Embora na esfera da verbalização, a avaliação sobre a prática de assaltos seja positiva, os relatos emocionados sobre momentos de contrariedades, sofrimentos e medos, junto com os planos declarados de abandonar as atividades ilegais depois que acumular um satisfatório patrimônio (alguns dos meus interlocutores já o fizeram) revelam alguma percepção sobre as faces negativas deste ofício.

As relações travadas com segmentos desonestos da Polícia e da Justiça por meio de extorsões e subornos, os quais mencionei, retiram o peso moral da condenação jurídica à atitude de “desrespeitar a lei”. Para “nós”, “crentes” destas instituições, “nós” cidadãos que agimos “dentro da lei”, os valores e imperativos identificados com normas legais são, de tal maneira, cristalizados e atuantes que assumem conotação de “sagrados”. Para “assaltantes profissionais”, tais imperativos morais não têm todo esse poder de coerção.

Não se trata de afirmar que a prática desta modalidade de crime seja concebida como um “trabalho” igual a qualquer outro”, sem receber nenhuma restrição ou remorso. Como se suas ações e critérios para construção de julgamentos conseguissem escapar completamente à “consciência coletiva” de nossa sociedade. Na verdade, tenho identificado consciência de transgressão e sentimento de culpa vinculada a tais atividades. No

entanto, não é sobre a dimensão criminosa da ação que este sentimento incide. O remorso de efetuar assaltos é decorrente de princípios religiosos da educação cristã recebida por meus entrevistados, que lhes incute o medo do “julgamento depois da morte” e o pavor de “serem queimados pelo do fogo inferno”. Considerando que entre os “mandamentos da lei de Deus” prescritos nos catecismos da Igreja Católica está a recomendação de “não roubar”, há o incômodo por desrespeitar à lei divina que chega até eles, quase sempre, por meio de suas famílias.

Uma outra esfera da vida em que a negatividade e a vergonha associadas ao crime pela moral dominante também se impõe aos meus interlocutores é a educação dos filhos. Os que são pais, a partir de relatos os mais diversos, demonstraram sofrer com a incapacidade de evitar que a família tenha acesso a jornais e telejornais, onde são noticiadas suas participações em assaltos. De acordo com alguns dos entrevistados, a consciência da ilegalidade do ofício paterno, resulta-lhes em perda da legitimidade para proibir e reprimir, ficando também impossibilitados de se apresentarem como “um exemplo a ser seguido”. Acreditando que “envergonham” os filhos, vêem-se limitados no papel de pai. Alguns assaltantes me afirmaram que encarregam suas esposas da função de estabelecer normas e proibições, “dizer o que é certo e o que é errado” aos filhos. As mães costumam reforçar a imagem dos maridos como pais provedores que lhes assegura uma vida farta e educação em bons colégios, dentre outras comodidades.

A postura que estes “profissionais” do crime adotam na educação dos filhos constitui, portanto, mais um indicador dos limites na positividade atribuída à vida de “fora da lei”. Por mais que se afirmem bem sucedidos e satisfeitos com o conforto advindo das “carreiras” na ilegalidade, a convicção dos seus argumentos é comprometida quando demonstram não almejar para os rebentos uma trajetória similar.

Durante o desenvolvimento desta pesquisa, conforme mencionei anteriormente, foi recorrente meus interlocutores afirmarem que organizar e executar grandes assaltos constitui uma modalidade de “crime que compensa”. Algumas destas pessoas, quando esgotaram seus argumentos em favor “do lado bom” de participar destas operações, passaram a ressaltar positivities subjacentes a acontecimentos e situações que admitem ser ruins. Fernando chegou a afirmar que prisões, riscos de vida e a publicação do seu rosto nas páginas policiais de jornais são preferíveis a uma vida “pacata”, sem acontecimentos excepcionais.

Eu não me arrependo de nada. Você sabe, eu já puxei cadeia, já tomei dois tiros, quase cheguei a comer grama pela raiz. Tive o lado ruim, mas pra mim ainda está valendo porque se eu fosse trabalhar aí, eu nunca ia poder dar pro meus filhos a vida que eu posso dar. Tá valendo muito. Hoje eles têm uma escola boa, eles tem tudo o que querem, tem um aprendendo inglês nos Estados Unidos, a mais nova também vai depois (...). Mas tem o outro lado também. (...). Até quando eu estava na frente de um juiz, na frente de um delegado, quando saía nos jornais, os jornais me queimando, eu sabia que era o outro lado. E até nesse lado ruim tem uma parte boa, porque apesar de tudo aquilo ser ruim, eu tava causando (...) – “causar”, aqui, quer dizer “estar em evidência” – “(...) É diferente de você não ser nada. De não viver. Se eu te falar que eu gosto de viver com medo eu vou está mentindo, mas mesmo com medo pelo menos você está vivendo. Ruim mesmo é você vegetar é ficar por fora.(...) Tem gente que não faz nada, que nem existe para as pessoas. Nós não, até nos momentos de azar nós fazemos acontecer. O cara está com a ficha suja, tá queimado na imprensa mas ele tá antenado, tá dando ibope, tá por dentro das tecnologias, ele está ali pegando dinheiro alto, tudo coisas que dá ibope, até os colarinho branco tem inveja da gente.(...). O dinheiro que eu pago de imposto, o governo já gastou todo comigo de volta, não é? Botando a Polícia pra correr atrás da mim, com minha cama na prisão, minha comida na prisão. Esse negócio de que é melhor não ser nada e ser honesto, eu não quero pra mim nem de longe. Eu prefiro estar no erro, posso está sofrendo, mas estou fazendo acontecer. Eu prefiro causar, é melhor do que ser pobre, ser um insignificante, ficar ali encolhido num cantinho (Trecho de entrevista com Fernando, realizada no dia 26 de outubro de 2008).

Até mesmo as conseqüências sofridas pela atuação dos aparelhos estatais de repressão e punição ao crime foram apresentadas por Fernando como denotativas de sua “significância”. Estar exposto nos veículos midiáticos e ter sido alvo de forças policiais, para o meu interlocutor, evidenciam sua presença no mundo como um sujeito de ação. Este raciocínio também aparece nas falas de Lúcio quando critica sua família por não buscar novas vivências: refere-se ao pai como “um pobre de um motorista, sem ambição” e à mãe como “uma dona de casa que só entende de prato e panela”.

Embora a significação positiva concedida a prisões, julgamentos judiciais e matérias jornalísticas, não seja uma valoração geral ou recorrente, identifiquei na maior parte dos praticantes de assaltos com quem pude estabelecer diálogo, nítida satisfação em ter “estórias para contar” e avidez por acumular *experiências*. Tal anseio, na fala de Fernando, exprime-se no seu orgulho por “causar” e “fazer acontecer”. De algum modo, o pavor de “ficar no cantinho” ou de “não ser nada, não viver” expressam desejo de “reconhecimento” e de vivências suscetíveis à construção de significado. Identificam-se indícios de que ao

enveredar pelo universo dos grandes roubos, os sujeitos da pesquisa — embora tenham como motivação imediata e declarada a aquisição rápida de altas quantias em dinheiro — procuram também dar alento a tensões existenciais e anseios de tornarem suas vidas significativas, colecionando *experiências formativas e transformativas*.

Considerações Finais

De alguma maneira, as estratégias de atuações criminosas colocadas em prática na operação contra a SCT, analisada ao longo deste trabalho, são expressivas de um contexto mais amplo, o universo brasileiro dos grandes roubos, os seus personagens e suas dinâmicas, na atualidade. A habilidade na dramatização do comportamento durante o desenvolvimento de um assalto e na vida cotidiana de seus executores, a utilização de informações detalhadas sobre alvos, o manuseio de equipamentos que condensam tecnologia de ponta, a divisão de tarefas e o planejamento minucioso, nestas investidas ilegais, evidenciam um tipo sofisticado de delinqüente. Tratam-se de “foras da lei” habilidosos, precavidos e cuidadosos, que sistematizam suas atividades. As formas de significar estas práticas ilegais e suas próprias trajetórias, valores morais e hábitos de consumo, caracterizam o chamado “assaltante de banco”. Esta denominação não implica que as pessoas assim designadas participem exclusivamente de operações criminosas contra agências bancárias. Refere-se também a outras modalidades de instituições financeiras que movimentam elevadas quantias líquidas, como as empresas de guarda-valores.

É preciso esclarecer que ao me remeter ao “universo dos grandes roubos” e listar características que considero definidoras do “assaltante de banco”, minha intenção não é apresentar conclusões generalizantes ou considerações “proféticas”, a partir de uma minúscula base empírica — a análise de uma operação de assalto e algumas dezenas de entrevistas. O que faço é tomar este referencial como suporte para uma reflexão mais abrangente do fenômeno, por vezes, permitindo-me ao que Geertz chama de “pequenos vãos de raciocínio” (Geertz, 1999:34).

Embora haja, entre praticantes de assaltos de grande porte, incontáveis diversidades — demarcadas por seus locais de nascimento, inserções familiares, modalidades de crimes praticadas antes de ingressarem nos grandes roubos, *modus operandis* que utilizam, formas de investir o dinheiro que adquirem ilicitamente, entre outros fatores de diferenciação —, pude vislumbrar, no âmbito destas múltiplas discrepâncias, um conjunto de características e traços comuns aos chamados “assaltantes de banco”.

A partir de comentários, posturas e declarações, diretas e indiretas, dos meus interlocutores, concluí que aqueles criminosos, diante de outras pessoas que desenvolvem atividades ilegais, consideram-se integrantes de uma “elite”. Tal pretensão de

“superioridade” ocorre porque as investidas, nas quais tomam parte, são complexas e de grande porte, envolvem múltiplos procedimentos e saberes, demandam mentalidade inventiva e capital a ser investido na infra-estrutura e logística dos roubos. Embora hajam — como vimos — eventuais heterogeneidades e hierarquias, entre os que participam de assaltos de grande porte, no interior dos presídios e fora destes, “os assaltantes de banco” em geral, visivelmente, recebem tratamento diferenciado de outros criminosos, dos agentes penitenciários e de policiais. Por efetuarem infrações que exigem planejamento e resultam em elevadas quantias, são tidos como “inteligentes” e admirados por delinquentes, cujos alvos redundam em menores somas.

Pesquisadores como Edmundo Campos, Alba Zaluar e Michel Misse já alertaram que narrativas da mídia produzem a associação do crime à exclusão social. Assim, práticas delituosas passam a ser identificadas com pessoas negras, pobres, com baixo grau de escolaridade, quimicamente dependentes e faveladas. Tal vinculação, além de fazer com que portadores destes qualificativos sejam injustamente percebidos como protagonistas de violências e sofram estigmatizações, delineia um estereótipo enganoso do “bandido” (Campos, 1978, 1987; Zaluar, 1994; Misse, 2008). A pesquisa empírica que desenvolvi, cujos contornos e procedimentos foram explicitados ao longo do trabalho, levou-me à percepção de que “assaltantes de banco”, contrastando com a imagem do criminoso “marginal”, quase sempre repudiam o uso de entorpecentes e possuem pele clara. São pessoas inteiradas sobre inovações tecnológicas. As altas cifras resultantes de seus negócios ilegais os permitem adquirir sofisticados hábitos de consumo. Tratam-se de “foras da lei” que possuem características convencionalmente associadas à “boa aparência” e estão familiarizados com “gostos” e padrões midiaticamente difundidos. Apesar da condição ilegal de suas práticas, apresentam indícios de integração a modelos e normas socialmente dominantes.

No decorrer do trabalho, ressaltei a importância que os participantes do assalto contra a SCT concedem à dramatização de seus comportamentos e a frequência com que o fazem, tendo em vista despertar determinadas impressões nas pessoas com quem interagem. Cumpre-me, no entanto, assinalar que não se tratava de afirmar que tais habilidades expressivas — mobilizadas para a realização de grandes roubos e no dia-a-dia destes profissionais do crime, principalmente quando estão foragidos da Justiça e se apresentam por identidades fictícias — sejam singularidades de “assaltantes de banco”. Como vimos, E. Goffman, cujas categorias e perspectivas de análise constituem a principal base teórica desta tese, demonstrou que os agentes sociais em geral representam e dramatizam comportamentos nas situações de interação face a face (Goffman, 1992).

Ao invés de apresentar a elaboração na apresentação de si como uma característica exclusiva de praticantes de grandes roubos, estive empenhada em evidenciar as diferenças entre as *performances* destes personagens e aquelas mobilizadas por outros “atores sociais” na vida cotidiana. Pois, a meu ver, as discrepâncias entre as “representações” de ambos estão demarcadas pelo grau de elaboração que condensam. Assaltantes são mais atentos aos seus desempenhos e buscam aperfeiçoá-los continuamente. Tanto cuidado e dedicação advêm da condição ilegal de seu *métier*, cujas tarefas e rotinas lhes impõem a necessidade de recorrer a *desempenhos cínicos* com uma frequência muito maior do que outras pessoas, em suas atuações profissionais legais e encontros sociais do dia-a-dia. Porém, as *fachadas e desempenhos cínicos* dos primeiros podem apresentar, em relação a práticas ordinárias e regras instituídas, uma dissonância menor do que podemos ser levados a pensar.

“Assaltantes de banco”, definitivamente, são personagens ambíguos. Ao mesmo tempo que condensam traços de rebeldia e dissonância, em relação a valores e imperativos sociais vigentes, apresentam características que os associam a modelos de normalidade e inserção. Verifica-se na biografia e no cotidiano destes criminosos, singularidades que convivem e se alternam com reproduções e trivialidades, sendo explícita a indefinição entre ordinário e o extraordinário.

Suponho que a posição liminar ou oscilante entre a marginalidade e a integração, destes “foras da lei”, tornou-se nítida por causa da abordagem e da postura analítica que adotei. Se os discursos difundidos por instituições socialmente dominantes privilegiam a dimensão violenta e clandestina dos assaltos e apresentam seus protagonistas como “bandidos de alta periculosidade”, este trabalho, conforme tenho ressaltado, procurou apresentar tais ocorrências a partir de categorias e perspectivas que ganham ênfase, no cotidiano de seus praticantes. Ao situar a análise por este *frame*, assaltantes foram vistos também como *performers* e suas atividades ilegais se apresentaram como “negócios”. Assim, destituindo, a temática do estudo de negatividade, ficou ofuscada a conotação de assombro e sensacionalismo, aos quais estão, habitualmente, associados os crimes violentos e seus sujeitos. Tratou-se de uma investida eurística que estabelece, de algum modo, intersecções com a escrita literária de Franz Kafka, a partir de alguns traços que a distingue.

Günter Anders (1993), apontado entre os críticos literários como o “decifrador” da obra de Kafka, afirma que a peculiaridade deste escritor é devida ao seu método de organizar os enredos e construir a narrativa. Na obra de Kafka, o grotesco é apresentado em tom de trivialidade e “o espantoso” é destituído do seu habitual embaraço. Tal prerrogativa levaria os textos kafkianos a assumirem traços aterrorizantes (Anders, 1993).

Em Kafka, o inquietante não são os objetos nem as ocorrências, mas o fato de que as criaturas reagem a eles descontraidamente, como se estivessem diante de objetos e acontecimentos normais. Não é a circunstância de Gregor Samsa acordar de manhã transformado em barata, mas o fato de não ver nisso nada de surpreendente (...) Todos nós estamos a par dos ‘apostos sociais’ que os chefes de campos de extermínio mobiliaram com estofados, vitrolas e quebra-luzes, parede-meia com as câmaras de gás. A sala-de-estar de K., no ginásio de esportes do Castelo, não é em nada mais fantástica do que esses aposentos contíguos às câmaras de gás, os quais, certamente, pareciam normais a seus usuários (...). Na realidade, o exterminador industrializado e o jovial pai de família são um único e mesmo homem (ANDERS; 1993: 19: 20).

Tido por Benjamim como o grande narrador moderno (Gagnebin, 1985), Kafka percebe o real como “deformação” (Carone, 2008). Por considerar a Modernidade assustadora e regida por uma lógica que impõe o absurdo como padrão de normalidade, em seus romances e contos, ele “dessensacionaliza” o horror e lhe retira a dimensão de espanto. Tal manobra estilística é vista por muitos dos analistas de Kafka como expressiva de realismo em sua obra. Mas o realismo kafkiano, de acordo Anders (1993), se manifesta pela inversão. Pretendendo expressar o horror do mundo moderno, ele constrói um universo em que o pavoroso é trivializado. Para mostrar que o “natural” e “não-espantoso” de nosso mundo é grotesco, o escritor apresenta “o espantoso”, despojando-o de assombro.

Indícios de confluência com este método de escrita literária, em que “o espantoso é que o espantoso não espanta ninguém” (Anders, 1993:19) — e o absurdo ganha *status* de normal, passando a ser tratado com realismo—, podem ser evocados na ênfase sobre o que meus interlocutores acreditam estar fazendo quando fazem que costumamos chamar de crimes ou atos violentos (Rifiotis, 2006). Mas se a abordagem e a postura analítica empreendidas neste trabalho, por si mesmas, apresentam inclinações kafkianas, o universo descortinado, seus personagens, ações e relações, esmiuçadas ao longo do texto, também remetem ao mundo fictício deste escritor.

A possibilidade de total separação entre as esferas da vida em Kafka, pode ser vislumbrada a partir dos exemplos mencionados por Anders (1993): da “sala de estar de K, no ginásio de esportes de *O Castelo*”; dos aposentos sociais mobiliados com estofados, vitrolas e quebra-luzes, “parede e meia com câmaras de gás”, nos campos de extermínio de *Na Colônia Penal*, texto em que um dos personagens consegue conciliar os papéis de “exterminador industrializado” e “jovial pai de família” (Anders, 1993:20). Tais paradoxos

ou “espantosos cotidianos”, tipicamente kafkianos, também se efetivam no “cotidiano liminar” dos meus interlocutores. Vimos que, desempenhando seus papéis de “bandidos”, estas pessoas ameaçam suas vítimas, colocam em risco vidas de crianças e adultos e são capazes de matar seus reféns, caso estes prejudiquem o “sucesso” de um assalto em andamento. Por outro lado, os entrevistados também encarnam personagens, aparentemente, dissonantes das imagens e características que tendemos a associar ao “delinqüente”. Auricélio, por exemplo, apesar de ter sido um matador profissional, temia que os espíritos de suas vítimas viessem perturbar suas noites de sono. Com a mesma perícia e minúcia que manuseia pistolas, fuzis e metralhadoras, ele consegue manipular a curiosidade de donas de casas de classe média, seduzindo-as com taças de cristais. Lúcio, embora afirme desprezo por sua família, sofre por ter perdido os traços físicos que demarcavam semelhanças com seus genitores. Este criminoso, tido como exemplo de “competência”, determinação e infalibilidade entre outros assaltantes, padece na frente do espelho por não se reconhecer mais no reflexo visualizado e amarga a frustração de uma paixão interrompida. Assim como os enredos de Kafka, o mundo dos grandes roubos condensa um repertório de contundentes “espantosos” que se diluem e trivializam na rotina das pessoas, em suas atitudes, maneiras de organizar a ação e de interagir com outros, caracterizadas por contradições e “absurdos”.

Dentre os que pude registrar, um dos “espantosos” mais eloqüentes — e que demonstra a adesão dos “assaltantes de banco” a valores e dinâmicas socialmente estabelecidos — foi o significado que estas pessoas atribuem a suas participações em grandes roubos. Surpreendeu-me o fato das atividades desencadeadas por estas operações ilegais serem incorporadas às rotinas dos meus interlocutores como um tipo de labuta. Durante as entrevistas que realizei, inclusive em alguns trechos transcritos nesta tese, não foram raras as expressões e frases como as seguintes: “eu tava viajando pra tirar um serviço”; “ele é uma cara que trabalha direito”; “naquela parada nós trabalhamos dobrado”; “eu gostei muito de trabalhar com ele”. Mesmo não transparecendo nestes discursos pretensões de honestidade ou retidão na “profissão de assaltante”, é nítida a compreensão do conjunto de tarefas que desenvolvem como obrigações ou encargos. Por vezes foi ressaltada a necessidade de concentração, disciplina e cuidado que este ofício requer.

Tal percepção de atividades delituosas como um tipo de “trabalho” soa contraditória e requer alguma reflexão. Se o crime é uma categoria jurídica que categoricamente recebe significações negativas, por sua vez as noções socialmente disseminadas do “trabalho” o associam positivamente a valores morais, religiosos e políticos. É ilustrativo o primeiro testamento da Bíblia, livro sagrado para cristãos e judeus em que a

necessidade de trabalhar e a expulsão do Paraíso aparecem como punição à espécie humana, decorrente do pecado original cometido por Adão e Eva. Diante da infração às leis divinas, cometida por nossos mais remotos ancestrais, o “suor do corpo” mobilizado em função da sobrevivência material emerge como caminho apontado por Deus à humanidade, para o alcance da dignidade e da redenção. As religiões protestantes, além de associar o trabalho à salvação da alma, também o tomam como reflexo de condutas ordeiras e sóbrias, denotativas de uma moral rígida e ascética (Weber, 1981).

Também nos domínios de ação dos Estados modernos, tanto na esfera da construção de ideologias, como na atuação dos seus aparelhos de punição e repressão, o trabalho é positivado e tomado como elemento definidor de cidadania. Na História do Brasil, aparece com eloqüência a ação do Estado Novo, governo totalitário de Getúlio Vargas, que se empenhou em formar uma “nação de trabalhadores”. Entre as estratégias ideológicas do Departamento de Imprensa e Propaganda - DIP, destinadas a consolidar e legitimar o regime ditatorial, estava a busca de construir significados positivos associados ao trabalho, que passou a ser enaltecido em vinhetas e músicas da propaganda “estadonovista” (Oliven, 1983).

Assim, o trabalho aparece positivado e legitimado por instituições sociais centrais como Religião e Estado, sendo percebido como fator de remissão da alma, elevação moral e propulsor de cidadania. Ao significarem suas práticas criminosas como um tipo de afazer que exige compromisso, encarando-as como trabalho, meus interlocutores, mais do que contradizer concepções religiosas e estatais dadas a este termo, refletem a significação positiva que o concedem. Embora pensada como um caminho curto para o enriquecimento, a opção por se ocuparem de atividades ilegais e violentas não corresponde à defesa do ócio ou simpatia pela vadiagem, pois aos seus afazeres ilícitos também estão atrelados compromissos e esforço.

A busca por compreender a significação dada ao ofício criminoso por meus interlocutores “assaltantes de banco” e a identificação destas pessoas com “o trabalho” leva-me a invocar “o malandro”, um personagem emblemático da cultura brasileira, a fim de estabelecer um exercício de cotejo entre as características destes dois “tipos” transgressores. O malandro, não raro, elevado à categoria de ícone nacional, singulariza-se exatamente por sua postura de aversão a obrigações e monotonias decorrentes de ocupações regulares.

A atuação do Estado Novo e suas medidas de incentivo às atividades trabalhistas, na primeira metade do século XX, às quais mencionei, embora refletissem uma tendência mundialmente difundida entre as unidades estatais do período, no caso brasileiro, a referida ação do governo de Vargas expressava também preocupação com o fascínio,

nacionalmente difundido, pela figura do “malandro”. Esta celebração, amplamente se faz sentir na literatura e na música popular brasileira, desde meados do século XIX.

É ilustrativa, no prefácio de *Serafim Ponte Grande* — livro que Oswald de Andrade publica em 1933, ao retornar de uma longa estadia na Europa —, a afirmação de que no Brasil, o contrário do burguês não é o proletário, mas o boêmio. Segundo o autor, entre nós, a oposição à acumulação capitalista, ao invés de ocorrer pelo enfrentamento operário, por meio da luta sindical, dar-se pela aversão ao trabalho característica de nossa cultura. Esta visão de Oswald Andrade não era isolada ou minoritária entre artistas e escritores, tanto seus contemporâneos, como em alguns que o antecederam. Personagens como Leonardo Pataca em *Memórias de um Sargento de Milícias*, de Manuel Antonio de Almeida (2002) e *Macunaíma*, de Mário de Andrade (1986), são exemplos emblemáticos de “malandros” que aparecem como heróis ou anti-heróis da literatura brasileira.

Referindo-se à música popular nas décadas de 1920, 1930 e 1940 período que é considerado o apogeu da malandragem nestas composições, Oliven (1983) destaca que tal modo de vida pode ser entendido como estratégia de sobrevivência e concepção do mundo, caracterizada pela recusa dos segmentos sociais subalternos em aceitar a disciplina e monotonia associadas ao trabalho assalariado, encarando-o com horror. Examinando letras de sambas de Ismael Silva, Orestes Barbosa, Noel Rosa, Wilson Batista, Silvino Neto, entre outros compositores, Oliven (1983) verifica que a malandragem aparece como destino e assinala que em algumas composições, a salvação ao invés de ser dar pelo trabalho, como afirma a Bíblia, é alcançada pela via da malandragem. Escassez de dinheiro, dívidas, valentia, esperteza, “lábria”, jogo de cintura, confiança na sorte e vontade enriquecer do dia para a noite aparecem como características do malandro. O trabalho e a Polícia são tidos como iminências das quais ele procura fugir. Suas práticas de golpes e trapaças instituem outro personagem, o otário, este é vítima corriqueira das astúcias e burlas do malandro.

“Assaltantes de banco” apresentam consideráveis semelhanças com “o malandro” em suas maneiras engenhosas de ganhar a vida e fugir das punições correspondentes às infrações que cometem. A argúcia em ganhar dinheiro por meio de estratégias não convencionais, a capacidade de confundir suas vítimas e a Polícia aproximam estes dois personagens. Também constitui uma similaridade nas vidas do malandro e dos praticantes de grandes roubos, a proeminência do sexo feminino.

Segundo Oliven (1983), para o malandro, a figura feminina aparece como essencial e ambivalente. Por um lado, as mulheres representam uma fonte potencial de prazer desempenhando o papel de amante, não raro, nesta condição são apresentadas como

“piranhas”, que enganam e abandonam o malandro, transformando-o em otário. Num pólo oposto, a mulher viria representar a instituição da família e funcionar como agente do princípio de realidade, impondo-lhes a monotonia do cotidiano e a necessidade de trazer dinheiro para casa (Oliven, 1983),

Entre os meus interlocutores praticantes de assaltos de grande porte, as mulheres também assumem papéis centrais em diferentes dimensões. Conforme tenho afirmado, o ideal de masculinidade e felicidade, para estas pessoas, está associado ao sucesso com o sexo feminino. A expectativa de despertar o interesse nas mulheres é uma forte motivação, inclusive, para que ingressem nestes crimes que rendem altas quantias, pois, entre eles, é disseminada a idéia de que mulheres “bonitas” não se interessam por homens sem dinheiro e sem bens. Depois que adquirem propriedades e acumulam capitais passam a se considerar atraentes e másculos, vêm-se em condições de conquistar todas e quaisquer mulheres. Na escolha de suas companheiras são relevantes critérios qualitativos, pois almejam moças bonitas e “estudadas”, ter cursado ou estar cursando uma faculdade é uma característica valorizada. Mas também a dimensão quantitativa é relevante neste domínio de subjetividades, sendo recorrente alguns se considerarem “mais homens” do que os outros porque mantêm vários relacionamentos amorosos. Além de corresponderem a anseios e conquistas, conforme mencionei, mulheres também desenvolvem funções práticas no cotidiano de “assaltantes de banco”, gerindo seus negócios legais e lhes dando assistência quando estão presos.

Embora desempenhe papéis de relevância para ambos, as formas de lidar e perceber o sexo feminino por “assaltante de banco” e “malandro” são diferentes. Se este último tende a conceder às mulheres posições que implicam em uma considerável invisibilidade, seja pela condição de amante que tem a função de lhe propiciar momentos de prazer entre quatro paredes, ou de esposa ocupada de atividades domésticas, assaltantes, pelo contrário, uma das funções que costumam atribuir às suas mulheres é de a exposição pública, elas servem tanto para atestar o poder de conquista dos namorados e maridos, como também ostentam o elevado poder aquisitivo dos mesmos, por meio das jóias e roupas de grife que usam.

O malandro, apesar de avesso às regras e à rigidez, não pode ser pensado como um criminoso, sua transgressão está associada a uma concepção de mundo e forma de viver caracterizada pelo desobrigação, a aversão a encargos e esforço continuado. Levar vantagem, enganar otários e viver sem se esforçar constituem seus ideais. Em a *Dialética da Malandragem*, ensaio que aborda o romance *Memórias de um Sargento de Milícias* de

Manoel Antônio de Almeida, Antonio Cândido (1979) identifica neste modo de vida uma dialética da ordem e da desordem. Para ele, o livro, ao mesmo tempo em que evidencia a experiência de determinadas camadas sociais numa sociedade concreta e historicamente delimitada, apresenta acontecimentos e situações em que a lei e a ordem perdem o significado, dando relevo ao lado folclórico e irreal de atitudes e idéias dispares que se exercem sem culpabilidade. De acordo com Antonio Cândido, neste romance, os extremos se anulam, equilibrando a moral dos fatos e relações entre homens, ganham proeminência uma visão folgada dos costumes e uma versão tolerante e amena da vida, elementos que caracterizariam um modo de ser e se perceber brasileiro (Cândido, 1970).

Também para Roberto DaMatta (1981), a ordem e a desordem são elementos fundamentais para a compreensão do malandro. Assim como Antônio Cândido, DaMata percebe na malandragem elementos que exprimem e sintetizam características da sociedade nacional. Para ele, o malandro é o paradigma do tipo de homem brasileiro capaz de vencer sem fazer força. Este personagem estaria, simultaneamente, a um passo da marginalidade e da estrutura. Seriam suas características, a aversão às formas tradicionais de trabalho e um excepcional talento para escapar delas, manipulando leis, regulamentos, fórmulas, portarias, regras e códigos de maneira sutil e ousada. O autor elenca duas interpretações da realidade brasileira, que para ele são igualmente válidas e demarcadoras do nosso “dilema”: o mundo do “caxias”, domínio da racionalidade e do cumprimento de regras; e o mundo manipulável, “do jeitinho” e do “quebra-galho”. Diante desta dualidade, ele apreende o malandro por sua condição liminar, como um “tipo”, que sem enfrentamentos ou rupturas, consegue subverter regras e obter vantagens.

Para DaMata (1981), é por meio da sagacidade e astúcia, difundida e materializadas no “jeitinho” que o malandro consegue se relacionar com o mundo da ordem. Esta seria a contribuição deste personagem para a singularidade nacional, cujo legado, como uma espécie de cartilha viria constituir em um referencial identitário e prático, pois, na análise de DaMata, “o jeitinho” e o “quebra-galho” são apresentados como passíveis de serem acionados tanto nos desafios cotidianos como na formulação de um modo de se pensar e de se apresentar como brasileiro.

Além das características morais e estilo de vida atribuídos ao malandro, um outro elemento que fortalece sua transformação em ícone da brasilidade é a associação deste “tipo” ao mestiço. Schwarcz (1995) assinala que “o malandro parece personificar com perfeição a velha fábula das três raças, numa versão mais recente e exaltadora”. Para a autora, a vinculação deste personagem à identidade nacional pela literatura e o pensamento social, em

vários momentos do século XX, viria fazer eco com a análise de Gilberto Freyre para quem no Brasil, “tudo tende a amolecer e se adaptar” (Schwarcz, 1995). Desta maneira, o cotidiano de picardias e transgressões do malandro se recobre de todo um conjunto de ideais e visões de mundo que o legitimam e o associam à plasticidade e à mestiçagem específicas da cultura brasileira. Portanto, a vinculação deste “tipo” à identidade nacional entendida como miscigenada e tropical se expressa ou se justifica na predominância de uma “visão folgada dos costumes” e na versão “tolerante e amena da vida”, às quais se refere Antonio Cândido (1970).

Se o malandro está a um passo do submundo do crime, mas não o penetra, praticantes de grandes roubos estão fortemente inseridos em tal universo, são criminosos profissionais, pessoas que fazem da prática de delitos uma ocupação contínua. Com o intuito de permanecer na clandestinidade e impunes, em suas rotinas como “foras da lei”, utilizam nomes falsos, conforme tenho mencionado, elaboram estratégias para enganar ou negociar com a Polícia e a Justiça. Tantas *fachadas* e artimanhas mobilizadas para que permaneçam fugitivos acabam por tornar seus cotidianos e trajetórias idiossincráticos. Mas as especificidades de tais vidas clandestinas, não têm como sustentáculo ideologias ou filosofias de vida que funcionem como mecanismos para legitimar suas atividades ilegais, perante o mundo e a eles mesmos. Tratam-se de artimanhas condicionadas e instrumentalizadas para a busca de escapar dos aparelhos estatais de repressão ou de estabelecer conluio com alguns representantes desonestos de tais aparelhos.

Um outro elemento que diferencia “o assaltante de banco” do malando é a forma de lidar com violência. Embora o malandro se caracterize também por sua valentia, por ser “bom de briga”, “habilidoso na capoeira”, e ter na navalha um acessório permanente, nos seus golpes e trambiques, ao invés da violência, o principal elemento é a lábia. Suas vítimas costumam ser enganadas e ludibriadas, ao invés de feridas ou mortas. A violência, por vezes, é acionada em lutas corporais decorrentes de suas fraudes no jogo de cartas ou quando surpreendidos no ato da aplicação de golpes. Nestes casos, a agressão física desponta como um desdobramento das suas trapaças e não como uma peça constitutiva das mesmas.

Por outro lado, para o “assaltante de banco”, a violência, se ja por meio disparos que provocam mortes e ferimentos, agressões físicas e ameaças, constitui um ingrediente definitivo de suas ações. Embora a maior parte dos meus interlocutores afirme que não consideram suas investidas violentas porque nos assaltos, dos quais participam, não chegam a efetuar disparos, nem matam ou agridem fisicamente suas vítimas, na quase

totalidade destas ocorrências há algum tipo de subjugação dos reféns e a presença de armas de fogo.

Mesmo não prescindindo da violência em suas investidas, é preciso assinalar que se verificam indícios de “malandragem” no *modus operandis* de equipes de assaltantes, especialmente nas formas de abordarem os alvos. Inclusive o *modus operandi* que tem sido mais recorrente nos assaltos das últimas décadas, cuja classificação êmica os denomina “no sapatinho”²⁰, baseia-se em “ataques” e “fugas” discretos e silenciosos. As “quadrilhas” os efetuam “de mansinho” e sem fazer alarde, utilizando artimanhas que visam, sobretudo, confundir as vítimas e a Polícia. Demonstrando seguir a cartilha do “malandro”, as ocorrências “no sapatinho” apostam menos no enfrentamento com o oponente do que na sutileza e na sagacidade de um ataque traiçoeiro.

Os golpes do malandro, mesmo quando elaborados com antecedência, amplamente, apóiam-se na capacidade de improviso e no “jogo de cintura” do praticante. A postura deste personagem subtende que mais importante do que cada um dos seus trambiques é a manutenção de um estilo de “vida mansa”, em que é possível sobreviver sem recorrer às formas convencionais de trabalho.

Por sua vez, organizar e executar um assalto de grande porte demanda determinação e empenho contínuo, envolve divisão de tarefas e sistematização da ação. Tratam-se de operações criminosas que apresentam similaridades com modalidades tradicionais de trabalhos ditos “honestos” ou “legais”. Cada uma destas investidas envolve várias semanas, exige atenção e dedicação renovadas. Já ouvi alguns dos meus entrevistados, referindo-se aos seus bens e dinheiro acumulados, ressaltarem que tais ganhos são resultado de uma conduta esforçada e paciente. É ilustrativa a menção de Auricélio a sua fortuna: segundo ele “(...) é dinheiro sujo de roubo, mas não é dinheiro que caiu do céu, é dinheiro suado”. Entre meus interlocutores é difundida a percepção das propriedades que adquirem como “conquistas” ou compensações pelo comportamento objetivo e regrado que demonstram no desenvolvimento de suas tarefas ilegais.

Parece ser nítido que em algumas de suas características e atitudes, pessoas como Lúcio, Auricélio, Bernardo e Valdir demonstram afinidades com a malandragem, pois usufruem de conforto, bens e objetos luxuosos adquiridos por meios

²⁰ Os “assaltos no sapatinho” foram apresentados no terceiro capítulo. Considerando as similaridades entre assaltantes e “malandros”, vale ressaltar que esta denominação “nativa” faz referência à letra da música “só no sapatinho”, embalada em ritmo de pagode por uma banda que também se chama “só no sapatinho”. Incluída na trilha sonora da novela *Torre de Babel*, da Rede Globo, em meados da década de 1990, a música “só no sapatinho” se tornou sucesso nacional, em poucas semanas.

ilícitos, conseguem fazer sucesso com o sexo feminino e, não raro, vivem em poligamia sem que nenhuma das suas companheiras saiba da existência de outras, mentem, mobilizam desempenhos *cínicos* e “representações” de si forjadas, para enganar as pessoas com quem convivem, por vezes se safam das sanções correspondentes aos crimes que cometem. Entretanto, quando se trata de seus “negócios” ilegais, estas pessoas demonstram um surpreendente senso de obrigação e disciplina. Embora não as tenha presenciado exercendo atividades criminosas, ouvi narrativas detalhadas de seus procedimentos, cuidados e modos de articular ações. Nos períodos que estão “ocupados” com a organização de um ou mais assaltos, alguns dos entrevistados enfatizaram que procuram se abster de diversões e bebidas alcoólicas. Em suas falas, a ênfase no comprometimento com as atividades que desenvolvem, o capricho e anseio de infalibilidade ressaltados por vezes me fizeram lembrar o ascetismo dos empresários puritanos ingleses, do século XIX, considerados, por Max Weber (1981), personagens principais no florescimento do capitalismo ocidental moderno.

Desta maneira, a malandragem se expressa por algumas estratégias que acionam em suas operações criminosas e em situações “embaraçosas” do seu dia-dia de “foras da lei”, que delineiam vidas permeadas por surpresas e reviravoltas. No entanto, nas formas de conduzir as atividades concernentes ao *métier* ilegal, vivenciado como um tipo “trabalho”, o “assaltante de banco” atua como “caxias”, racionalizando, estabelecendo objetivos, empenhando-se e aperfeiçoando continuamente suas metodologias de ação. Vale ressaltar que também são “caxias” os personagens que meus interlocutores constroem a partir do uso de identidades falsas, quando estão foragidos da Justiça, geralmente se apresentam como comerciantes, fazendeiros e empresários, aos quais correspondem *fachadas* e *faces* pautadas por dramatizações de posturas idôneas e vidas regradas. Considerando que estes personagens largamente condensam imagens idealizadas de quem os representam, verifica-se nestas pessoas ampla identificação e simpatia pelo mundo da “ordem”, suas racionalidades e regulamentos.

O aparente anseio de seguir regras e “conseguir um lugar” no mundo das legalidades, por parte dos sujeitos desta pesquisa, demarca similaridades com os heróis (ou mártires) de Kafka, nomeadamente Gregório Samsa, Joseph K e o agrimensor K, de acordo com Enrich (1968), os três personagens buscam ser aceitos pelos poderes contra os quais lutam, almejando se ajustarem por completo a modelos de normalidade instituídos. Todos eles desejam se integrar e pactuar com o universo da ordem, querem ser reconhecidos, mas não conseguem, porque não sabem ou porque portam características inconciliáveis com a dinâmica do poder dominante. Em Kafka, conforme resalta Anders (1993), o poder

corresponde ao direito. O mundo jurídico persiste nos romances e contos deste escritor como força implacável e misteriosa que paira sobre os personagens, restando somente a culpa, aos que estão a sua margem (Anders;1993). De acordo com Enrich (1968), a maior parte dos personagens kafkianos tem consciência de que não está ajustada à lógica dominante da organização do poder (Enrich, 1968).

Assim como na ficção literária de Kafka, entre os meus interlocutores também é acentuada a percepção de suas rotinas e ocupações como dissonantes de modelos de “normalidade” instituídos. Tal conhecimento desencadeia buscas acirradas por provar que suas “vidas são normais” e de se afirmarem “uma pessoa como outra qualquer”. Cientes da ilegalidade da “profissão assaltante”, procuram evidências e prerrogativas para se apresentarem integrados a padrões dominantes e denotativos de positividade. Bens de consumo sofisticados, parentescos e vínculos matrimoniais funcionam como “âncoras”, no intuito de se auto-afirmarem e de mostrarem as outras pessoas que desempenham personagens convencionados como “normais” ou legítimos e, que suas vidas, em várias esferas, reproduzem modelos socialmente aceitos e valorizados.

Desta maneira, o componente de malandragem e “desordem” que se faz eloquente no desenvolvimento do ofício delituoso e nas ações cotidianas do “assaltante de banco” não chega a assemelhá-lo ao “malandro” clássico, tipo emblemático da cultura brasileira celebrado na nossa literatura e música. O que o assaltante faz é canalizar para os grandes roubos, e em sua rotina de clandestinidades, o percentual de burla e picardia que o malandro oferece como legado à identidade nacional, a partir “do jeitinho”. É apenas do “teor de malandragem”, que lhe cabe como brasileiro plástico e mestiço, que o “assaltante de banco” faz uso, expressando-se em alguns astuciosos planos criminosos e nas mentiras elaboradas e dramatizadas que contam às pessoas com quem interagem. Nada mais que isso, a meu ver, este personagem não guarda maiores similaridades ou afinidades com o “malandro”. Suas formas significar e organizar atividades “profissionais”, construir planos e idealizar o futuro os distanciam da malandragem como modo de vida. Entre estas pessoas, o ideal de uma vida feliz, embora contenha dinheiro, luxo e mulheres como quesitos principais, não necessariamente exclui trabalho, regularidades e obrigações.

Mas assim como “o malandro”, os “assaltantes de banco”, conforme tenho mencionado, em muitos dos seus traços e características são figuras liminares. Estas pessoas cometem crimes sistemática e continuamente, quase sempre são classificadas pela Polícia como “bandidos de alta periculosidade” e, nesta condição, aparecem nas páginas policiais dos jornais. Tais aspectos do ofício que desempenham os situam em posições de

marginalidade. Por outro lado, o dinheiro decorrente dos crimes cometidos lhes concede integração a padrões de consumo e ideais de sucesso midiaticamente estabelecidos, chega a torná-los pessoas invejadas não só por outros criminosos, mas também por quem desenvolve profissões legalizadas e tidas como honestas. Este personagem alimenta simpatia e fascínio em largos segmentos da população nacional porque materializa a aspiração de “ficar rico do dia para noite” e pela recorrência com que consegue se esquivar dos mecanismos estatais de repressão. Considerando a separação entre o “lado de lá” e o “lado de cá”, implícita no discurso policial e nas narrativas da mídia, que ressaltei na introdução deste trabalho, os “assaltantes de banco” borram os limites e fronteiras entre “nós” cidadãos e “eles” bandidos. Ao mesmo tempo em que estes infratores desenvolvem ações que os localizam na marginalidade, também apresentam características que os integram ou os situam no mundo da ordem.

O tráfego contínuo entre a ordem e a desordem, operado pelo “assaltante de banco” apresenta consideráveis discrepâncias com a movimentação entre estes mesmos domínios realizada pelo malandro. Este incide em modalidades de subversão que não chegam a localizá-lo no mundo da criminalidade, mas também não lhes permite adquirir elevados ganhos materiais. Embora consiga levar uma vida mansa, sem esforços, suas conquistas quase sempre garantem apenas o hoje, sem nunca permiti-lo acumular capital ou formar patrimônio capaz de assegurar o amanhã. Tomando como metáfora um pêndulo, cuja raio de oscilação abrange os domínios da ordem e da desordem, eu diria que o malandro tende um pouco para o “lado de lá” e um pouco para o “lado de cá”, sem se afastar muito da linha de separação de ambos. O assaltante por sua vez é colocado no submundo da marginalidade pelo teor criminoso de suas atividades e penetra o miolo da desordem. Ao mesmo tempo em que o situam do “lado” de lá, estas mesmas práticas também lhes concedem vantajosas posições do “lado de cá”, permitem-lhes se apresentarem como homens de posses, integrados em redes familiares, conservando numeroso círculo de amigos, passam a impressão de que são “bem sucedidos”. Retomando a metáfora do pêndulo, podemos pensar que “assaltantes de banco”, em suas trajetórias e rotinas produzem oscilações que atingem ambas as extremidades do raio de giro pendular entre a ordem e a desordem, embrenham-se no “lá” e no “cá”, no legal e ilegal. Estas pessoas vivenciam um contínuo bordejar entre o enaltecimento e a condenação, em um paradoxal e “espantoso cotidiano”.

Vale ressaltar que os participantes de grandes roubos aos quais tive acesso estão integrados em densas redes de relações sociais e afetivas. São pessoas que demonstram valorizar “laços familiares” e, não raro, dizem-se “bons” nos papéis de pais,

filhos e esposos. Muitos se orgulham de ter presenteado mães e irmãos com carros e casas próprias, ressaltam que os filhos estudam em bons colégios ou estão na universidade. Parentescos e laços de amizades com políticos e empresários são mencionados como expressivos de êxitos. Embora a opção pela vida fora da lei engendre um conjunto de singularidades e tenha implicações decisivas em suas rotinas e auto-imagens, tornando-os aptos na “representação do eu”, os sujeitos desta pesquisa reproduzem amplamente — quase sempre de maneira consciente e voluntária — os valores e formas de estabelecer relações, socialmente dominantes.

O “espantoso” kafkiano de contextos e relações em que o “espantoso é que o espantoso não espanta ninguém” além de se manifestar nitidamente nos cotidianos, práticas, expectativas e sentimentos dos entrevistados, também se faz perceber nas atitudes e comportamentos de outras pessoas em relação a eles, diz respeito à forma como são vistos e tratados. Durante o desenvolvimento deste trabalho de campo chegou a me chocar a aceitação que meus interlocutores usufruem entre seus familiares e a grande quantidade de amigos que conseguem manter, mesmo quando a condição de assaltante é de conhecimento público. Se praticantes de outras modalidades de atos ilegais mais rudimentares, cujos ganhos materiais são menores costumam ser “estigmatizados” e, não raro, hostilizados ou considerados pessoas fracassadas por seus parentes e conhecidos, os sujeitos desta pesquisa em sua maior parte, são aceitos entre familiares e não se vêem, nem são vistos como pessoas “que não deram certo” na vida. Identifiquei em todos os entrevistados, rotinas de encontros sociais movimentadas. Na condição de anfitriões ou convidados, participam com recorrência de festas, churrascos, jantares, cerimônias de casamentos, colação de grau, entre outros eventos e cerimônias. Tive evidências de que são queridos e respeitados por suas famílias e mantêm amplos círculos de amigos. Destes, os que ainda estão solteiros, afirmam se considerar “bons partidos” para eventuais pretendentes.

Percebi que meus interlocutores, além de não envergonharem seus parentes próximos, são por estes associados a características como “capricho”, “garra”, “audácia” e “riqueza”, tais qualificativos costumam ser apresentados por familiares como motivo de orgulho. Entre pessoas que se diziam “amigas” dos entrevistados, presenciei algumas situações em que a cordialidade demonstrada diante deles beirava à bajulação. Também me intrigou o fato de suas atividades criminosas não prejudicar os compromissos e relações amorosas que contraem. Das namoradas e esposas de assaltantes com quem mantive contato, parte significativa delas é oriunda da classe média, terminaram o colegial em escolas particulares e concluíram ou estão cursando o ensino superior. Pude verificar que tomar

conhecimento de que o namorado ou marido pratica delitos não as leva ao rompimento de suas relações com ele. Esta descoberta, algumas vezes, chega a fortalecer o vínculo.

Preciso enfatizar que apesar de os “assaltantes de banco” apresentarem mais diferenças do que semelhanças com a figura do “malandro”, suas imagens públicas, não raro, são identificadas com este personagem, especialmente por causa de alguns assaltos “no sapatinho” que ganham repercussões nos meios de comunicação de massa, cujas quantias roubadas são elevadas, sendo relegados às vítimas e à Polícia papéis similares ao do otário, diante do malandro. Nesta associação, características como ousadia e astúcia tendem a ganhar relevância. Assim, “assaltantes de banco”, em algumas conjunturas, passam a usufruir da simpatia e fascínio que são direcionados ao malandro. Esta associação que, a meu ver, é equivocada, em parte, explica a inusitada aceitação que estes criminosos conseguem obter em diferentes círculos sociais.

Mesmo entre pessoas de quem não são próximos a imagem deste tipo de criminoso não é ruim, haja vista o encantamento que as notícias de seus “feitos” chegam a despertar em alguns. Posso citar como exemplo, as dezenas de pessoas que têm me indagado sobre a temática deste trabalho, ao longo dos últimos anos. Depois de serem informadas que tive contato direto com praticantes de assaltos de grande porte, mesmo estando colocado na conversa, o caráter criminoso e violento deste *métier*, tenho ouvido comentários permeados de curiosidade e fascínio, estes, mesmo não avalizando a atuação dos sujeitos da minha pesquisa, raramente lhes direcionam abominação ou hostilidade.

Por um lado, é a simpatia pela malandragem e sua associação a uma plasticidade das regras e parcimônia diante da transgressão, “tipicamente brasileiras”, que possibilita a relativa e considerável legitimação da figura do “assaltante de banco”. Sobre isto, faz-se pertinente retomar a idéia de “visão folgada dos costumes” e postura “tolerante e amena diante da vida” que Antônio Cândido (1979) identifica como uma especificidade do modo de ser e de se perceber brasileiro, presentes no romance de Manoel Antonio de Almeida, escrito em meados do século XIX. Também Roberto Da Mata (1981) assinala a simpatia pela malandragem, expressa no “paradigma do homem brasileiro capaz de vencer sem fazer força”, apontando para a condescendência nacional diante de picardias e burlas. Assim, a popularidade que o malandro desfruta entre nós, reverte-se em indulgência para com atitudes identificadas com seu legado, mesmo quando o “teor de malandragem” nestas atitudes não é tão elevado. Este, a meu ver, é o caso do “assaltante de banco”.

Além da plasticidade e capacidade de amolecimento — consagradas no pensamento social brasileiro como uma singularidade nacional —, há dinâmicas e fenômenos

mais recentes no universo das criminalidades — que têm adquirido ampla visibilidade pública — produzindo implicações sobre as formas como “assaltantes de banco” significam suas práticas, e interferindo nas visões que passam a ser construídas acerca destes personagens.

Um destes fenômenos são os numerosos esquemas criminosos e infrações, envolvendo pessoas consideradas “de elite” e identificadas com “mundo da ordem”, que ganham visibilidade midiática e se transformam em escândalos. Tratam-se dos chamados “crimes do colarinho branco”, definidos por Sutherland (1949) como crimes cometidos por uma pessoa respeitável, e de alta posição social, no exercício de suas ocupações (Sutherland, 1949).

Tais casos de corrupção e crimes, ao ganharem repercussões nos meios de comunicação de massa, costumam despertar sentimento de repúdio e inconformismo, gerando descrédito momentâneo na política, nas elites e nas instituições democráticas. Se a simpatia direcionada ao malandro, em parte se deve a percepção deste personagem como boêmio, romântico e não ganancioso, o crime de colarinho-branco é percebido como uma infração “caxias”, desprovida de astúcia, sendo seus praticantes interpretados como desonestos e ambiciosos, estes passam a ser alvo de antipatia. Se o malandro é percebido como alguém que soma ou fornece uma contribuição para a nação, fortalecendo a identidade brasileira, o crime do colarinho e seus protagonistas tendem a ser interpretados como nocivos e dissonantes do sentimento nacional, já que “subtraem” da “nossa pátria mãe tão distraída”.

Ao longo do trabalho ressaltei que negociações como subornos e “acertos” com delegados de Polícia, juízes e promotores corruptos levam criminosos a desenvolverem uma visão negativa da Polícia e da Justiça, fazendo com que os imperativos morais que estas instituições representam, percam sua força. Da mesma maneira, que estas pessoas, em suas rotinas de “fora da lei”, realizam acordos com segmentos desonestos dos órgãos públicos mencionados, a população em geral, na História recente do país, tem sido freqüentemente surpreendida com notícias de contravenções que envolvem funcionários de elevado escalão no poder executivo, cassações e prisões de parlamentares e magistrados. Os desfechos destes “escândalos” têm sido variados. Em uma parte deles, a apuração dos casos leva a identificação de culpados e resulta na punição dos mesmos. Outros casos resultam no arquivamento dos processos ou culminam na absolvição dos acusados, apesar da evidência e eloqüência das provas com que são acusados. As duas formas de desfechos surtem efeitos sobre as maneiras pelas quais participantes de grandes roubos percebem suas práticas e sobre como passam a ser vistos por outras pessoas.

Quando não ocorre punição aos “crimes do colarinho branco”, a sensação dominante é a de impunidade generalizada e a percepção do país como uma “terra de ninguém moral” (Cândido 1970). Mas a punição dos culpados também tem sido recorrente nestes casos. Políticos e empresários, cada vez mais, estão sendo punidos por crime e contravenções cometidas, e tendo seus nomes publicamente expostos. Tais “desfechos”, inegavelmente, revelem o fortalecimento das instituições legais e a consolidação da democracia no país. Por outro lado, a simples incidência de notícias de corrupção, envolvendo pessoas com elevado poder aquisitivo, detentoras de importantes cargos públicos e privados, que usufruem de “invejáveis” *status* sociais tem o feito de promover uma redefinição na imagem do “crime” e de seus personagens.

A prisão, em março de 2009, de Eliana Tanchesí, dona da Daslu, a maior boutique de luxo do Brasil é um caso ilustrativo. Comentando a reincidência da empresária nos crimes de “formação de quadrilha”, “fraude em importações” e “falsificação de documentos”, Bernardo afirmou que: “Ela é criminosa e eu também, ela vive sendo presa eu também, ela é rica e eu também sou rico, não tanto como ela, mas eu também tenho meu caixa.” (Trecho de texto escrito por Bernardo em comunicação por correio eletrônico, no dia 05 de abril de 2009). Sua fala expressa uma identificação que percebi com recorrência, dos meus interlocutores com pessoas que consideram integrantes da elite nacional. Os dois principais elementos que, na perspectiva dos entrevistados, fundamentam tal identificação são os seguintes: “assaltantes de banco” e elites têm dinheiro; “assaltantes de banco” e elites não costumam apresentar uma conduta ilibada.

Na esfera das representações coletivas, ao ocorrer de pessoas integradas em vastas redes sociais, bem posicionadas social e economicamente, serem publicamente classificadas como criminosas e ingressarem em presídios, delitos e penitenciárias deixam de ser tidos como adjetivos e espaços destinados a pessoas pobres e com baixo nível de escolaridade, passando a ser associados também a dinheiro, poder e *status*, elementos valorizados pela ideologia capitalista mundialmente dominante. Verifica-se uma reformulação na representação das condições de “presidiários” e “delinqüentes”, que deixam de serem tidas, necessariamente, como denotativos de “marginalidade” social.

A percepção do crime e da corrupção — aqui tenho em mente ações criminosas que não recorrem a violências físicas — como práticas difundidas também entre os que usufruem de poder, e elevadas posições sócio-econômicas, abrem fissuras em visões e representações coletivas que apresentam o delito como “ameaça à sociedade” e o criminoso como alguém que, necessariamente, está do “lado de lá”. Compreender que pessoas abastadas

com profissões regulares infringem a lei com recorrência acaba por enfraquecer a categórica fissão entre “nos” cidadãos e “eles” bandidos. Isto contribui para uma certa “banalização” da transgressão e amenização da conotação de “tabu” que o adjetivo “criminoso” tende a adquirir. Tal forma de ação passa a ser vista como “corriqueira” e, progressivamente, perde a aura de gravidade e de extra-cotidianidade.

Desta maneira, a elevada incidência e repercussão midiática do chamado “crime do colarinho branco”, que produz a sensação da delinqüência ter deixado de ser “extraordinária”, acaba contribuindo para a legitimação da figura do “assaltante de banco”. Vão se formando brechas nos códigos e sistemas de classificações. Assim, crimes que não resultam em mortes de vítimas, passam a estar livres de forte repúdio e condenação moral. Em larga medida, é a “banalização” da transgressão à lei e da figura do criminoso que explica a convicção com que meus interlocutores se afirmam como pessoas “bem-sucedidas”.

Na condição de delinqüentes endinheirados, “assaltantes de banco” estão livres dos processos de estigmatização endereçados a criminosos pobres. Quando comparados às pessoas que cometem “crimes do colarinho branco”, praticantes de grandes roubos — não raros associados ao malandro — são tomados como iguais ou menos repreensíveis que aqueles. Portanto, em um contexto, onde os personagens identificados com o mundo da ordem se mostram transgressores, as “fortunas” decorrentes de grandes roubos, além de elevar o padrão de consumo dos seus praticantes, acabam por possibilitar uma relativa e paradoxal legitimação desta via de aquisição de bens.

Entre os sujeitos desta pesquisa, cuja maioria afirmou que participar de assaltos de grande porte é um ofício ao qual vale a pena se dedicar, foram ressaltadas as elevadas quantias em dinheiro que conseguem acumular e as mudanças efetivas em suas condições de vida, suscitadas por tais aquisições. A falta de pudores com que afirmaram não se arrependem de terem incorrido em práticas ilegais, a meu ver, não se explica somente pela relativa facilidade com que conseguem evitar a prisão ou abreviar o período de cumprimento de penas, em regime fechado. Vale ressaltar que também as pessoas que estiveram presas por vários anos, e que relataram os sofrimentos vivenciados na cadeia, apresentaram a prática de assaltos como uma alternativa de vida viável. A incapacidade dos aparelhos estatais em mapear e confiscar as altas somas líquidas e a grande quantidade de bens adquiridos por vias criminosas, junto com a facilidade com que assaltantes negociam a manutenção destes patrimônios, com segmentos corruptos da Polícia e da Justiça, parecem ter relevância na avaliação positiva que estas pessoas concedem ao ofício ilegal.

Acredito que não seja só a impunidade penal que torna a prática de grandes roubos compensadora aos olhos dos seus protagonistas, tal significação também se deve à banalização — acompanhada ou desacompanhada de absolvição moral — com que a corrupção e os crimes contra o patrimônio passam a ser encarados mesmo por pessoas que não os cometem. Estas, seja porque vêem no “assaltante de banco” apenas “mais um” tipo de criminoso “que se dá bem neste país” ou porque identificam nele “traços do malandro”, são indulgentes com seus delitos e os associam à sutileza, inteligência e sagacidade.

Também as pessoas com quem praticantes de assaltos de grande porte interagem diretamente, conforme venho mencionando, não consideram suas práticas ilícitas motivo suficientemente forte para evitá-los ou abominá-los. Faltam reações hostis ou de repúdio — que Durkheim (1977) um dia considerou a contrapartida social categórica às práticas classificadas como criminosas pelo direito penal — capazes de lhes incutir vergonha e apresentar a participação em grandes roubos como uma opção inviável, apesar das altas quantias que resultam. Sem se confrontarem com rigidez ou passionalidade de representações coletivas que abominem o enriquecimento ilícito, “assaltantes de banco”, não raro, conseguem usufruir de suas “fortunas” sem sofrer fortes sanções morais, ocorrendo mesmo de serem exaltados. É por isto que estão convictos de que suas atividades ilícitas são “alternativas de vida” compensadoras.

Conforme tenho assinalado, no desenvolvimento deste trabalho campo, determinadas constatações etnográficas chegaram a me chocar, relembremos: a afirmação, pela maioria dos entrevistados, de que não se arrependem de ter ingressado na prática de assaltos de grande porte; o sucesso que estes criminosos enriquecidos usufruem diante do sexo feminino; a aceitação e aclamação dos mesmos, entre familiares e amigos; e por fim, o fato de a imagem pública do “assaltante de banco” não ser completamente negativa e chegar a despertar fascínio em pessoas que não desenvolvem atividades legais.

Os posicionamentos, afirmações e atitudes, supracitados, os quais tomei conhecimento ou presenciei, durante a realização da pesquisa, são insígnias de um “grotesco trivializado” ou de um “espantoso que não espanta ninguém”. Tais “absurdos” somente se reproduzem e se explicam porque os “espantosos cotidianos”, característicos do mundo dos grandes roubos, convivem com um amontoado de “espantosos outros” componentes da cena pública nacional, estes têm o efeito de contrabalançar ou ofuscar reações de estarrecimento e hostilidade passional, direcionadas à referida modalidade delito e seus protagonistas.

Bibliografia

- ALMEIDA, Manuel Antônio. *Memórias de um Sargento de Milícias*. Rio de Janeiro: Martin Claret. 2002
- ANDERS, Günther. *Kafka, pró e contra*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1993.
- ANDRADE, Mário de. *Macunaíma: o herói sem nenhum caráter*, Coleção Buriti 41, 23ª edição, Belo Horizonte, Editora Itatiaia, 1986.
- ANDRADE, Oswald. *Serafim Ponte grande*. São Paulo: Ed Globo, 1994. 4ª Edição.
- AQUINO, Jania.P.D. *Mundo do Crime e Racionalidade: os Assaltos contra Instituições Financeiras*. Dissertação de Mestrado apresentada na UFC, 2004.
- BENJAMIM, Walter. *Obras Escolhidas. Magia e Técnica, Arte e Política*. São Paulo : Brasiliense, 1994.
- BARREIRA, César. *Crimes por Encomenda*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1998.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembrança de velho* São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BOURDIEU, Pierre. *A Ilusão Biográfica* In FERREIRA M. e AMADO J. Usos e Abusos da História Oral. Rio de Janeiro. FGV. Ed. 1996
- _____ *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- _____ *O Poder Simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. Lisboa: DIFEL, 1989.
- BRIGGS, Charles. *Learning How to ask: a sociolinguistic appraisal of the role of the interview in the social research*. Cambridge, University Press, 2003.
- CAMPOS, Edmundo. *A Criminalização da Marginalidade e a Marginalização da Criminalidade*. In Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro 12(2), 1978.
- _____ *Sobre Sociólogos, Pobreza e Crime*. In: Dados, Revist de Ciências Sociais. 23(3), 1980.
- _____ *A Criminalidade Urbana Violenta* In: Dados, Revista de Ciências Sociais, 31(2), 1988.
- Código Penal*. São Paulo:Revista dos Tribunais, 2002, 4ª edição.
- CÂNDIDO, Antônio. *Dialética da Malandragem* (caracterização das Memórias de um sargento de milícias) in: Revista do Instituto de estudos brasileiros, nº 8, São Paulo: USP, pp. 67-89, 1970.

- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *O trabalho do Antropólogo*. ed. Brasília, DF: Paralelo 15 (Brasília) e Editora da UNESP (São Paulo), 1998
- CARONE, Modesto. *O Realismo de Franz Kafka*. Novos Estudos Cebrape. N. 80. São Paulo, Março de 2008.
- CASAGRANDE, Joseph. In *Company of man: twenty portraits of anthropological informants*, New York: Harper and Row, 1960
- CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em Rede*. São Paulo: Paz e Terra. 1996.
- CLIFFORD, James. *A Experiência Etnográfica; Antropologia e Literatura no século XX*, Rio de Janeiro: Ed da UFRJ, 1998
- CRAPANZANO, Vicent. *Waiting: the whites of South Africa*. New York: Random House, 1986.
- DAMATTA, Roberto. “Relativizando o Interpretativismo” In: CORRÊA, Mariza e LARAYA, Roque(orgs). *Roberto Cardoso de Oliveira: Uma Homenagem*. Campinas, Unicamp/ IFCH, 1992
- _____ *Carnavais Malandros e Heróis*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- DAWSEY, J. C. *De que riem os bóias frias? O Teatro Épico em Carrocerias de Caminhão*. Tese de Livre Docente apresentada na USP. 1999
- _____ *Teatro em Aparecida: a Santa e a mulher Lobisomem*. Revista *Mana* 12(1), 2006.
- _____ *Vitor Turner e a antropologia da experiência*. Revista *Cadernos de Campo*. USP. São Paulo 13(14). 2005b
- DOUGLAS, Mary. *Pureza e perigo*. São Paulo: Perspectiva, 1966
- DURKHEIM, Emile. *As Formas Elementares da Vida Religiosa*. S. Paulo: Martins Fontes, 1996.
- _____ *Da Divisão do Trabalho Social*. São Paulo: Ed. Presença, Martins Rodrigues, 1977.
- _____ *As Regras do Método Sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- DWYER, Kevin. *Maroccan Dialogues*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1982.
- Emrich, W. *Franz Kafka, a critical study of his writings*. New York: Frederick Ungar Publ. Co., 1968
- FAVRET-SAADA Jeanne. *Ser Afetado*. Revista *Cadernos de Campo*. USP. São Paulo 13(14). 2005b
- GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método 1: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica* 8ª ed. Petrópolis : Vozes, 1007.

- GAGNEBIN, Jeanne Marie. “Prefácio: Walter Benjamin ou a História Aberta”. In W. Benjamin. *Obras Escolhidas I: Magia e Técnica, Arte e Política*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- GEERTZ, Cliford. *Obras e vidas. O antropólogo como autor*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2002
- _____ *Nova luz sobre a antropologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001
- _____ *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- _____ *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LCT, 1989.
- GASTALDO, Édison (org.), *Erving Goffman: desbravador do cotidiano*. Porto Alegre, Tomo Editorial, 2004.
- GLUCKMAN, Max. (org) *Essays on the Ritual of Social Relations*. Manchester: U. Press, 1962.
- GOFFMAN Erving. *Os Momentos e os Seus Homens*. Lisboa: Relógio d'Água, 1999.
- _____ *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 1992. 3ª ed.
- _____ *A Elaboração da Face*. In FIGUEIRA, Sérvulo Augusto(org). *Psicanálise e Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: FranciscoAlves, 1980.
- _____ *Frame analysis: an essay on the organization of experience*. Cambridge, Harvard University Press, 1974.
- _____ *The presentation of self in everyday life*. Nova York: Anchor Books.1959
- _____ *The nature of deference and demeanor, in, Interaction ritual*, Garden City, Anchor Books, pp. 47-95. 1967
- _____ *Symbols of class status*. *The British Journal of Sociology*, 2: 294-304. 1951
- GOLDE, Peggy *Woman in Field: anthropological experiences*. Chicago, Aldine, 1970.
- HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- JORGENSEN, Joseph. G. *On Ethics and Anthropology* In *Current Anthropology*, June, 197
- KAFKA, Franz. *O Processo*. Tradução e posfácio de Modesto Carone. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- _____ *O Castelo*. Tradução e posfácio de Modesto Carone. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- _____ *A Metamorfose*. Tradução e posfácio de Modesto Carone. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- _____ *O Veredito e Na Colônia Penal*. Tradução e posfácio de Modesto Carone. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

- LANDES, Ruth. *A woman anthropologist in Brazil* In GOLDE, Peggy Woman in Field: anthropological experiences. Chicago, Aldine, 1970.
- LARAYA, Roque de B. *Ética e Antropologia - Algumas questões*. Série Antropologia. N. 157. UnB, 1993.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1988
- LEVI-STRAUSS, Claude. *O feiticeiro e sua magia*. In Antropologia Estrutural. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 2ª ed. 1985.
- LOPES Jr., Edmilson. *O Crime Organizado no Brasil, no Início do Século XXI*. Paper apresentado na Reunião Bianual da SBS, no Grupo de Trabalho: Violência e Sociedade: segurança, controle e castigo, em junho de 2007.
- Cangaceiros andam de Hylux*. Paper apresentado na Reunião Anual da ANPOCS, no Grupo de Trabalho *Violência e Conflitualidades*, em outubro de 2006
- MALINOWSKI, Bronislaw. *Os Argonautas do Pacífico Ocidental*. São Paulo: Abril Cultural. 1976
- _____. *Crime e costume na sociedade selvagem*. Brasília, Ed. Universidade de Brasília, São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 2003.
- MARQUES, Ana Claudia D. e VILELA, Jorge L. M. *O que se diz, o que se escreve. Etnografia e trabalho de campo no sertão de Pernambuco*. Revista de Antropologia. Vol 48. N. 41. São Paulo. Jan-Jun. 2005.
- MARQUES, Ana Cláudia D. *Intrigas e Questões: vingança de família e tramas sociais no sertão do Pernambuco*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: 2002
- MARTUCELLI, Danilo. *Reflexões sobre a Violência na Condição Moderna*. Tempo Social. S. Paulo, USP, 11(1) 1999.
- MAUSS. Marcel. *Uma Categoria do Espírito Humano: A noção de Pessoa, a noção de Eu* in Sociologia e Antropologia. Vol 2. São Paulo: EPU e EDUSP. 1974
- MINTZ, Sydney. *Encontrando Taso, me descobrindo*. In Dados, Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 27, n 1, 1984.
- _____. *Worker in the Cane*. New Haven: Yale University Press, 1960
- NAIM, Moisés. *Ilícito, o ataque da pirataria, da lavagem de dinheiro e do tráfico à economia global*. Rio de Janeiro: Zahar. 2006
- OLIVEN, R.uben G. *Violência e Cultura no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2ª edição, 1983
- PRICE, Richard. *Fist-Time: The Historical of an African American People*. 2ª edition, University of Chicago Press. 2002

- RABINOW, Paul. *Reflections in Fieldwork in Morocco*. Berkley, University of Chicago Press, 1977
- RADCLIFFE-BROWN, Alfred. *Estrutura e Função na Sociedade Primitiva*. Petrópolis: Vozes. 1973
- RIFIOTIS, Theophilos. *Violência e Poder: avesso do avesso?* In NOBRE. Renato Freire (org.) *O pensamento social: dissonâncias*. Belo Horizonte: Ed da UFMG, 2008.
- _____ "*Alice do outro lado do espelho: revisitando as matrizes do campo das violências e dos conflitos sociais*". *Revista de Ciências Sociais. UFC*. 37(2)
- _____ *Nos Campos da Violência: diferença e positividade*. Revista Primeira Mão, Curitiba 18 (7), 1997
- ROUANET, Sergio P. *Mal Estar na Modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- SCHUMPETER, Joseph. *Teoria do Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro:Fundo de Cultura, 1961.
- SCHWARCZ, Lilia K. M. Complexo de Zé Carioca – Notas sobre uma certa ordem da mestiçagem e da malandragem. In: *Revista Brasileira De Ciências Sociais*. São Paulo: ANPOCS, n. 29, ano 10, outubro, p. 49-65. 1995.
- SILVA, Vagner G. *O antropólogo e sua magia*. São Paulo. 2ª Ed. Edusp 2006.
- _____ *Orixás da Metrópole*. Petrópolis: Vozes. 1995
- SPENCER, Herbert. *The Principles of Sociology*. Vol 1. New York: D Appleton and Co. 1896
- SUTHERLAND, Edwin H. *White Collar Crime*. New York: Dryden Press, 1949.
- THOMAS, William. *On social organization and social personality. Selected papers*. Chicago: The University of Chicago Press.1966
- TURNER, Victor. *Dewey, Dilthey e o Drama: um ensaio de Antropologia da Experiência*. Revista Cadernos de Campo. USP. São Paulo13(14). 2005.
- _____ *The Anthropology of Performance*: New York: PAJ Publications, 1987. *O Processo*
- _____ *From Ritual to Theatre: The Human Seriousness Play*. New York: PAJ Publications 1982.
- _____ *Ritual. estrutura e antiestrutura*. Petrópolis: Vozes. 1974
- VAN GENNEP, Arnold. *Os Ritos de Passagem*. Petrópolis: Vozes, 1978.
- VELHO, Gilberto. *Goffman: Mal-entendidos e riscos interacionais*.Rev. Brasileira de Ciências Sociais. Vol 23 N. 68. Out. de 2008
- VENTURA, Zuenir. *Cidade Partida*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- ZALUAR, Alba. *A Máquina e a Revolta*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____ *A Aventura Etnográfica: atravessando barreiras, driblando mentiras*. In: Adorno S.(org.) *As Ciências Sociais entre a Modernidade e a Contemporaneidade*. Cadernos de Sociologia. Porto Alegre: PPGS, UFRGS, 1995.

_____ *Crime e trabalho no cotidiano das classes populares*. In *Condomínio do Diabo*. Rio de Janeiro: Ed da UFRJ, 1994.

WAGNER, Roy. *The Invention of Culture*. Chicago: The University of Chicago Press. 1981

WEBER, Max. *A Ciência como Vocação* In: Weber, Max. *Ciência e política, duas vocações*. São Paulo : Cultrix, 2004, 12ª Ed.

_____ *Economia e Sociedade*. Vol 2. Brasília, editora da Unb, 1999.

_____ *Economia e Sociedade*. Vol. 1 Brasília, editora da Unb, 1991.

_____ *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. Brasília: Pioneira. UnB, 1981

_____ *A Objetividade do Conhecimento em Ciências Sociais* in G. Cohn(org) *Sociologia*, Coleção Grandes Cientistas Sociais, N. 13. São Paulo: Ática, 1979.

_____ *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

WEINER, Annete. *Women of value, men of renown*. Austin of Texas Press, 1976.

Textos Consultados na Internet

Código de Ética do Antropólogo - Associação Brasileira de Antropologia
(<http://www.abant.org.br>), 2009.

MISSE, Michel. *Sobre a Construção do Crime no Brasil, esboços de uma interpretação*.
Portal Segurança e Cidadania (<http://www.seguranca.cidada.or.br>), publicado em 2008.

Anexo

CÓDIGO DE ÉTICA DO ANTROPÓLOGO

Constituem direitos dos antropólogos, enquanto pesquisadores:

- 1. Direito ao pleno exercício da pesquisa, livre de qualquer tipo de censura no que diga respeito ao tema, à metodologia e ao objeto da investigação.*
- 2. Direito de acesso às populações e às fontes com as quais o pesquisador precisa trabalhar.*
- 3. Direito de preservar informações confidenciais.*
- 4. Reconhecimento do direito de autoria, mesmo quando o trabalho constitua encomenda de Órgãos públicos ou privados e proteção contra a utilização sem a necessária citação.*
- 5. O direito de autoria implica o direito de publicação e divulgação do resultado de seu trabalho.*
- 6. Os direitos dos antropólogos devem estar subordinados aos direitos das populações que são objeto de pesquisa e têm como contrapartida as responsabilidades inerentes ao exercício da atividade científica.*

Constituem direitos das populações que são objeto de pesquisa a serem respeitados pelos antropólogos:

- 1. Direito de ser informadas sobre a natureza da pesquisa.*
- 2. Direito de recusar-se a participar de uma pesquisa.*
- 3. Direito de preservação de sua intimidade, de acordo com seus padrões culturais.*
- 4. Garantia de que a colaboração prestada à investigação não seja utilizada com o intuito de prejudicar o grupo investigado.*
- 5. Direito de acesso aos resultados da investigação.*
- 6. Direito de autoria das populações sobre sua própria produção cultural.*

Constituem responsabilidades dos antropólogos:

- 1. Oferecer informações objetivas sobre suas qualificações profissionais e a de seus colegas sempre que for necessário para o trabalho a ser executado.*
- 2. Na elaboração do trabalho, não omitir informações relevantes, a não ser nos casos previstos anteriormente.*
- 3. Realizar o trabalho dentro dos cânones de objetividade e rigor inerentes à prática científica.*

Fonte: Home Page da Associação Brasileira de Antropologia. www.abant.org.br.

© 2009 Abant-ABA - todos os direitos reservados